

MARIA NORBERTA AMORIM  
ALBERTO CORREIA

# FRANCISCA CATARINA (1846-1940)

**Vida e Raízes em S. João do Pico**

(Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)



neps

Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais  
Guimarães

MARIA NORBERTA AMORIM  
ALBERTO CORREIA

**FRANCISCA CATARINA (1846-1940)**

**Vida e Raízes em S. João do Pico**

(Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)



**FICHA TÉCNICA:**

*TÍTULO:* FRANCISCA CATARINA - Vida e Raízes em S. João do Pico

*AUTOR:* Maria Norberta Amorim e Alberto Correia

*Edição:* NEPS - Instituto de Ciências Sociais - U.M.

*Colecção:* Monografias 5

*Fotografia:* Alberto Correia, David Coutinho Correia e Arquivo da família de Helen Rost Martins e outros

*Impressão:* 1500 ex.

*Fotografia da capa:* Montanha do Pico (Alberto Correia)

*Depósito Legal:* 142332/99

EDEN GRÁFICO, S.A.

*Fotocomposição, Montagem, Gravuras e Impressão*

Rua dos Casimiros, 21 — Telef. 425032 / 425048 — Fax 422617  
Apartado 2047 - 3510-061 Viseu

Aos 88 anos, muito doente, a última história que minha mãe recordou, para ma voltar a contar, foi a da sua avó Francisca Catarina. Uma bonita história num mundo que já se havia perdido. Com Alberto Correia, procurei embrenhar-me por esse mundo e colher memórias de raízes açorianas que são dedicadas à Rita e à Inês, tetrane-tas de Francisca Catarina.

*Maria Norberta Amorim*

## 1. Introdução <sup>1</sup>

Francisca Catarina nasceu em S. João do Pico em 26 de Novembro de 1846, na Rua da Estrada (depois Caminho Velho), na segunda casa que se segue à Canada de St. António para o fim da freguesia, seguindo da Madalena para as Lajes. Atrás dela podemos localizar ascendentes de oito gerações, protagonistas da construção do espaço humano que a recebeu. À sua morte, aos 93 anos, em 21 de Março de 1940, conhecia já descendentes de terceira geração, para os quais deixariam de ser compreensíveis os constrangimentos do tempo que a submetera.

Constituiu para nós o desafio de partida contar a vida sofrida dessa mulher, vida que se enraizava na curta história de uma comunidade sujeita a cataclismos naturais que, sem enjeitar o sonho, aprendera a sobreviver numa terra tão avara quanto bela.

A reconstituição da paróquia onde nasceu e morreu Francisca Catarina e a sobrevivência de últimos informantes com vivências ou memórias do início do século XX facilitavam uma tentativa de aproximação entre disciplinas como a Demografia Histórica e a Antropologia. Um cruzamento interdisciplinar que se nos afigura natural mas que não deixa de apresentar sérias dificuldades metodológicas.

Optámos por dividir o nosso trabalho em três partes ou *livros*, seguindo da biografia para a genealogia para terminar no estudo da comunidade. O primeiro livro tem o texto de Alberto Correia e os dois outros foram escritos por Maria Norberta Amorim. Recorrendo a memórias orais e ao património construído em cruzamento com fontes escritas, acompanhámos numa primeira parte o desenrolar da vida de Francisca Catarina.

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado no âmbito do Projecto PRÁXIS XXI. *Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações*, participado pela Direcção Regional da Cultura, da Região Autónoma dos Açores.

Numa segunda parte, utilizando fundamentalmente os dados dos registos paroquiais, trabalhamos na recolha possível das raízes dessa figura central do nosso trabalho, que designámos simplesmente por F.C., identificando os quadros familiares em cada geração, num percurso genealógico descendente. Numa terceira parte abordámos a evolução da freguesia de S. João de meados do século XVII à primeira metade do XX, um espaço físico e social cujos contornos tentámos perspectivar cruzando os dados da paróquia reconstituída com outros tipos de fontes escritas e orais.

Com objectivo de tornar mais corrente a leitura do nosso trabalho o aparato erudito foi reduzido.

## 2. Fontes e Metodologias

As fontes escritas básicas utilizadas foram os registos paroquiais de baptizados, casamentos e óbitos disponíveis para as freguesias de S. João e S. Mateus- S. Caetano, organizados pela metodologia de reconstituição de paróquias<sup>2</sup>.

Dispomos à partida de um ficheiro de famílias, com todas as famílias identificadas pelo casamento e/ou nascimento de filhos, e de um ficheiro de indivíduos, em encadeamento genealógico, em que figuram todos os residentes, numa e noutras paróquias, referidos em algum acto vital. Outros elos genealógicos pertinentes para a nossa observação se encontravam em outras freguesias do Pico, particularmente nas Lajes, na Madalena, em S. Roque e também nos Flamengos na ilha do Faial, mas a inexistência de registos ou a fase de investigação em que se encontra o projecto em curso de reconstituição das freguesias das duas ilhas só num ou noutro caso nos permitem integrar esses elos.

O primeiro livro de baptizados de que dispomos para S. João tem termo de abertura, só em parte legível, de 3 de Fevereiro de 1637.

<sup>2</sup> Maria Norberta Amorim, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1991.

Desse ano de 1637 sobreviveram duas folhas do livro com o termo de abertura mutilado e apenas três assentos legíveis. Do ano de 1641 temos uma outra folha com outros três assentos só em parte legíveis. Depois, só a partir de 1643, exceptuando o ano de 1647, passamos a contar cada ano com alguns registos, embora antes de 1649 as lacunas de informação sejam manifestas. A referência nos registos de casamento ou óbito a indivíduos não identificados ao baptizado, cujo nascimento se localizaria na década de cinquenta e no início da de sessenta desse mesmo século, continua a apontar para perda de informação no período. Entrada a década de sessenta as lacunas são menos significativas, embora só depois de 1696 se possa contar com registos feitos na sequência do acto de baptismo<sup>3</sup>. Contamos ainda com a danificação do fim do segundo livro, que nos faz perder alguns assentos do ano de 1710.

No que respeita aos casamentos apenas sobreviveram os assentos posteriores a 11 de Junho de 1691. Para os óbitos, sobreviveram aqueles que se seguem a 7 de Maio de 1698, seguindo-se depois, uns e outros, de forma sistemática.

Embora desde o início do registo de óbitos se encontrem assentos de crianças falecidas nos primeiros momentos de vida, o sub-registo do óbito dos menores é pontualmente detectado ainda no século XIX.

No caso de S. Mateus, paróquia criada em 1588, apenas sobreviveram registos de baptizados a partir de 4 de Dezembro de 1672, de casamentos, a partir de 19 de Maio de 1698 e de óbitos, a partir de 14 de Novembro de 1671. O início do registo sistemático da mortalidade dos menores vem já na década de 1730.

Interessar-nos-ia particularmente explorar os registos paroquiais da freguesia da Santíssima Trindade das Lajes, de onde vieram, nas primeiras gerações, ascendentes de Francisca Catarina. Af, no entanto, só dispomos de registos de baptizados para a década de 1730, com hiato entre 1751 e 1763.

<sup>3</sup> Em 3 de Outubro de 1696 o cura Tomé da Silva Machado escreveu uma série de assentos de baptizados referidos ao período que se segue a 15 de Março de 1693, segundo o que constava por letra do Pe. Luís Morato, pároco que então era em um papelinho, segundo nos informa.

Para além da possibilidade da identificação dos residentes na paróquia por cruzamento dos dados dos registos de baptizados, casamentos e óbitos, os registos de baptizados fornecem-nos informações sobre o compadrio, informações importantes se temos em vista o estudo da inserção social das famílias e dos indivíduos identificados. Assim, nos quadros genealógicos, identificámos os padrinhos das crianças nascidas em cada família. A referência às testemunhas de actos de baptizado ou casamento permite-nos não só solidificar a nossa perspectiva sobre as relações sociais de cada família, mas também aquilatar do nível de alfabetização dos indivíduos que são objecto da nossa análise<sup>4</sup>. No entanto, são os registos de óbitos que, de forma mais directa, nos fornecem informação sobre o estatuto sócio-económico de cada defunto. São comuns, para certas épocas, as referências explícitas a pobreza ou a posse de bens em relação aos falecidos ou aos responsáveis pelos mesmos. Indirectamente, pelo volume dos sufrágios, pelo acto de acompanhamento ou até pelo tipo de mortalha, podemos deduzir do posicionamento sócio-económico de cada defunto.

Identificando os residentes pelos dados pessoais e relações familiares, acompanhamos em cadeia as sucessivas gerações. Essa *base de dados*, que comporta os indivíduos identificados em cadeia genealógica, é aberta à inserção de informações decorrentes das outras fontes exploradas. A esta metodologia de cruzamento sistemático de toda a informação nominal disponível, partindo dos actos vitais (baptizados, casamentos e óbitos), chamamos de *reconstituição de paróquias*. Foi ensaiada nos finais da década de 80, inícios de 1990 sobre *Três paróquias do Sul do Pico*, precisamente S. João, S. Mateus e S. Caetano<sup>5</sup>.

O primeiro objectivo da metodologia foi o aprofundamento da análise demográfica, particularmente o estudo dos fenómenos da mobilidade e da mortalidade, de difícil abordagem pela metodologia clássica de

<sup>4</sup> Quando o nome da testemunha é inserido no corpo do assento, é fácil identificar cada assinatura. Não referindo o pároco os nomes das testemunhas, pela frequência de homónimos e pelo facto dos assinantes não escreverem sempre os nomes completos, torna-se problemática tal identificação. Assim, só na primeira circunstância foram apresentadas as assinaturas dos ascendentes conhecidos de Francisca Catarina.

<sup>5</sup> Ver de Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Universidade do Minho (1992).

Fleury-Henry<sup>6</sup>. Neste trabalho, procuraremos explorar as suas virtualidades numa abordagem que ultrapassa esse campo clássico da Demografia Histórica.

Outra fonte que privilegiámos foi a série de róis de confessados que cobre o período de 1799 a 1899<sup>7</sup>. Trata-se de uma fonte de delicado e difícil tratamento. Só a partir de 1774 é arrolada pelo pároco toda a população. Nas décadas anteriores apenas é registada a população obrigada a preceitos quaresmais: os *menores* (dos sete aos 12/14 anos), obrigados ao sacramento da confissão e os *maiores*, obrigados à confissão e comunhão. Também antes da década de 1870 só há informações esporádicas, num ou noutro rol, sobre as idades dos arrolados. Do que dispomos efectivamente nos róis de confessados da freguesia de S. João referentes nas primeiras sete décadas do século XIX são listagens anuais de indivíduos obrigados aos sacramentos, organizadas por fogos e locais de residência, com indicação do estado civil e da relação de dependência entre os membros do fogo, sendo os solteiros isolados, os casados e os viúvos referidos pelo nome próprio e apelidos e os dependentes solteiros apenas pelo nome próprio, uns e outros com indicação esporádica de idade. Uma informação importante que existe no período, caso a caso, é a indicação de morte ou afastamento em relação aos arrolados em cada ano e a inserção no fim do fogo ou à margem do mesmo do nome dos elementos novos que serão integrados no ano seguinte. Os filhos casados são dados como saídos do fogo, do mesmo modo que os solteiros que vão servir de criados na própria paróquia ou aqueles que dela saem para longas ou curtas distâncias. No entanto, as dificuldades para o tratamento adequado desta fonte são tão grandes quanto as virtualidades da mesma. De facto, os róis de confessados analisados isoladamente não oferecem as vantagens de um recenseamento e não chegam a permitir o estudo credível da estrutura das famílias. Uma constatação que facilmente extraímos do cruzamento da informação dos

<sup>6</sup> M. Fleury e L. Henry, *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, INED, 1865.

<sup>7</sup> Os róis da primeira metade do nosso século foram incompreensivelmente queimados já nos anos oitenta.

registros paroquiais com os róis de confessados é a de que fogo, unidade básica do rol, não coincide necessariamente com residência, sinónimo de lar, a unidade básica para o estudo da estrutura das famílias. É situação corrente o registo no fogo contíguo do filho ou filha que casa ou o desfazer de um fogo quando a mãe ou o pai se isola pela morte do cônjuge ou afastamento dos filhos solteiros. O fogo é uma unidade contribuinte e um filho que *casa em casa* fica sujeito aos *direitos paroquiais*, passando a ser contado como chefe de fogo ou cabeceira. À morte dos elementos da primeira geração, os filhos solteiros podem justificar a continuidade do fogo, ao lado do irmão casado. Assim, analisados isoladamente, os róis de confessados de S. João anteriores a 1872 podem conduzir o investigador a resultados falseados em termos da estrutura das famílias, da mesma forma que nos interditam o conhecimento da real dimensão da população a que se referem e o conhecimento da sua estrutura por sexos e idades.

Tendo como pano de fundo a base de dados com a paróquia reconstituída lançamo-nos à difícil tarefa de identificar pelo nascimento cada arrolado, eventualmente juntando as datas de casamento e/ou óbito e calculando de forma aproximada a idade dos nascidos fora da área de observação ou não identificados, o que permite a utilização dos róis como se de recenseamentos se tratassem. Desenvolvemos esse trabalho de forma sistemática para quatro momentos.

O primeiro momento escolhido foi o primeiro dia de Abril do ano de 1799, o primeiro ano para o qual dispomos de róis de confessados; depois, o mesmo dia do ano de 1819, vinte anos passados, ainda antes da independência do Brasil; o primeiro de Abril do ano em que a população de S. João atingiu o nível mais elevado da sua história – o ano de 1847, coincidente com o primeiro ano em que Francisca Catarina poderia ter sido arrolada e finalmente o primeiro de Janeiro de 1884, ano para o qual dispomos de uma lista de eleitores, ano que coincide com o último arrolamento antes do casamento da figura central do nosso trabalho.

A escolha dos dias de cada ano considerado prendem-se com os relatórios que acompanham as listas da população.

Vejam os que nos escreve o Reitor da Igreja nesse relatório final para o ano de 1799:

*Eu, António Álvares Pereira Pimentel, Reitor actual desta Paroquial de S. João Baptista do termo da vila das Lages do Pico, indo pelas portas dos fregueses da mesma paroquial, no tempo costumado a fazer o rol, achei que havião duzentos quarenta e seis fogos, e que neles residião outro centos, trinta e tres almas; maiores sette centos trinta e sette, que satisfizerão aos preceitos, da confissão e sagrada communhão; e menores noventa e seis, que cumprirão com o preceito da confissão, segundo as suas capacidades. O que, salvo qualquer erro, affirmo nos Santos Evangelhos. Dada nesta dita Freguesia aos 6 do mês de Abril de 1799. (segue-se a assinatura do pároco)*

O rol seria organizado em função do acompanhamento na Quaresma de cada ano do cumprimento dos preceitos a que todos e cada um dos fregueses eram obrigados, sendo anotados no ano seguinte as alterações de cada fogo, com vista à elaboração do novo rol. Os indivíduos falecidos entre o início de Abril de 1799 e o mesmo período do ano seguinte são identificados no rol de 1799 com o termo *obiit*, os indivíduos que saíram do fogo no mesmo espaço de tempo são identificados com o termo *deest*, não sendo registados os seus nomes, num e noutro caso, no rol de 1800. Os nomes das crianças que atingem em 1800 a idade de confissão aparecem referidos à margem ou intercalados nos respectivos fogos no rol de 1799, bem como os filhos regressados ou novos cônjuges de chefes de fogo. Só dominando esse código seguido pelo pároco de S. João ( não necessariamente o mesmo código seguido em outras comunidades e regiões do país), podemos partir para o trabalho de cruzamento do rol com a base de dados em que organizámos a informação dos registos de baptizados, casamentos e óbitos, com o objectivo da transformação do rol num recenseamento.

Nesse sentido, organizámos outras bases de dados, tentando a identificação, fogo a fogo, de cada indivíduo residente, com atribuição das datas pertinentes de nascimento, primeiro casamento e óbito, nascimento legítimo ou fora do casamento, naturalidade, profissão e estado civil no ano em causa. Foi também considerada a posição hierárquica de cada indivíduo dentro do fogo, com o número de ordem a partir do chefe com seguimento pelos dependentes, estes com indicação do grau de parentesco ou outro tipo de relação com aquele. Identificadas as famílias foram inseridos na ordem pertinente em cada fogo todos os menores de sete anos sobreviventes no ano em causa.

Não foi um trabalho fácil. A frequência de homónimos particularmente no sexo feminino não permite um cruzamento automático com a base de dados já disponível decorrente da reconstituição da paróquia. Foi preciso em muitos casos seguir na série de róis os percursos de residência para chegar à pretendida identificação. Foi também um processo moroso, mas que conduziu a resultados claramente satisfatórios, com percentagens de identificação pela data de nascimento superiores a 90%. Nos casos em que não conseguimos a identificação pela data de nascimento, ou porque a naturalidade se referia a paróquias ainda não reconstituídas ou porque entre os naturais se deu sub-registo no acto de baptismo, ou simplesmente porque não conseguimos a identificação, a idade foi estimada em função da idade ao óbito apontada pelo pároco, ou das idades médias ao casamento de um e outro sexo ou ainda, no caso das mulheres, da idade média ao nascimento do último filho. Para indivíduos solteiros, sem ligação directa de parentesco com o cabeça de fogo, o acompanhamento da sua residência nos róis, procurando o momento de passagem de menor a maior, permitiu em alguns casos uma maior aproximação à idade na data pretendida. Nos casos de impossível determinação, como é o caso de criados com simples nomes próprios correntes e com grande mobilidade, fez-se uma distribuição pelas faixas etárias mais jovens.

Outras fontes escritas foram exploradas de forma sistemática, como foi o caso dos registos de passaporte, ou pontualmente, como foi o caso de estatísticas de produção e consumo da freguesia, um recenseamento eleitoral, contratos de compra e venda, entre outras.

A informação oral sobre a freguesia beneficiou enormemente da cultura das gerações nascidas nas duas primeiras décadas do nosso século e da sua perfeita inserção num mundo que então se afigurava com contornos definidos. Pessoas com 70 e mais anos foram os nossos valiosos informadores, transmitindo com gosto memórias muito vivas de um passado que os mais novos não têm tempo ou disposição de escutar.

### 3. Agradecimentos

Agradecemos a todos os que nos ajudaram na montagem deste trabalho, referindo especialmente, em S. João, Isilda Madruga de Simas, João Ávila Martins, Maria da Silva Madruga Martins, Helen Rost Martins, uma e outros familiares da segunda geração descendente de Francisca Catarina, e também João Silveira Peixoto, Tomás Vieira, Maria Gertrudes Simas, João da Rosa, Maria de Jesus Maciel, Manuel da Silva Cardoso e ao Presidente da Junta de Freguesia José Armindo Gonçalves, lembrando ainda o saudoso P.º José Ávila, pároco que foi da freguesia.

Agradecemos ao Dr. José Elmiro Rocha, Director da Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, aos funcionários do mesmo Arquivo e ao Dr. Justino Magalhães da Universidade do Minho.

Agradecemos à Universidade do Minho, à Câmara Municipal das Lajes do Pico, à Direcção Regional da Cultura do Governo Autónomo dos Açores e à Fundação para a Ciência e Tecnologia, instituições que, em diferentes momentos, nos deram apoio para o desenvolvimento e publicação de uma investigação tão prolongada e complexa.

LIVRO I

*Alberto Correia*

**FRANCISCA CATARINA  
REINVENÇÃO DE UMA HISTÓRIA DE VIDA**

## 1 - S. João. Um palmo de terra entre dois mistérios

S. João é hoje uma gigantesca *andaina*<sup>1</sup> entre o mar e a montanha, um solo de lava onde o mar apenas construiu uma renda de rochedos como debrum de um manto verde tecido pela natureza para cobrir, em dia de glória, os ombros do Criador; e é tão só um palmo de terra, de este a oeste, entre duas imensas faixas de solo queimado, os *mistérios de Deus*<sup>2</sup> que guardam lá dentro as histórias primeiras dos homens que chegaram a esta terra quase de fim de mundo.

Lêem-se em velhos livros de igreja os impressionantes relatos de curas antigas que trouxeram até hoje a difusa memória de um povoado construído no lugar dito da Arruda logo ao tempo do primeiro povoamento.

Em 1616 eram já quarenta as casinhas de pedra vulcânica de tectos de colmo habitadas por famílias que trabalhavam hortas, campos de trigo e milho e pastos de gado.

Ao domingo iam à missa a S. Mateus fazendo uma légua de caminho, penoso esforço ao fim de seis dias de trabalho.

Foi então que um benemérito casal<sup>3</sup> mandou construir uma capela dedicada a S. João Baptista a quem doara, para sustento do culto, um *serrado* de milho de muitos alqueires.

Mais a oriente, outra légua bem medida, outra gente se fixara e tomara como patrono a Santo António a quem levantaram também uma capela.

---

<sup>1</sup> Faixa contínua de terreno entre o mar e a montanha destinada a cultivo diferenciado e propriedade do mesmo dono. (Termo local).

<sup>2</sup> Designam-se *mistérios* ou *mistérios de Deus* as superfícies cobertas de lava pelos vulcões activos em 1718 e 1720. Nomeiam-se dois em S. João: o mistério de S. João a ocidente e o mistério da Silveira a oriente.

<sup>3</sup> Domingos Marques e sua mulher Maria Martins.





O Pico. Vista colhida em terras de pastagem.

À beira da costa, sempre olhando o mar, um velho caminho corria aproximando a gente que se multiplicava em trabalho e filhos, em terras lavradas, em sonhos bons.

Cem anos depois do levantamento da capela a S. João crescera a gente e a capela decerto ampliada para albergar todos, ao domingo, ganhou o estatuto da matriz de uma nova paróquia criada com cura colado que, num dia de festa entronizou o Santíssimo em sacrário de madeira dourada.

Mas num dia danado de princípio de Fevereiro de 1718 uma enorme desgraça se abate sobre a terra de S. João. Bocas de fogo rebentam na montanha e no mar e despejam por muitos dias rios de lava e fumaradas fétidas, semeando o terror entre a gente que abandona o lugar levando consigo os gados e os parcos haveres.

O cura leva consigo a píxide com o Santíssimo e as imagens da igreja que irá guardar na mais vizinha capela de Santo António.

Os homens esses resguardam-se em casas distantes de família ou de estranhos por um tempo feitos irmãos.

Inseguro, o cura tomou outra vez a píxide do Sacrário e as imagens dos Santos e vai abrigar tudo na mais distante capela de S. Bartolomeu, na Silveira. Santo António ficara, todavia, guardando o lugar.

Mal haviam serenado as gentes, dois anos passados, outra vez a terra se abria, desta vez a oriente. Eram cinco bocas de fogo no lugar do Soldão, sobranceiro à Silveira que por tempo sem fim vomitaram lava que se despejava, fervendo, sobre o mar. E outra vez se cobriram de lava as terras de lavras, as hortas, os pastos do gado.

Os homens não compreendiam então estes actos da natureza, nem os desígnios de Deus e chamaram *mistérios* ou *mistérios de Deus* estes rios imensos, profundos, largos, compridos, de lavas estéreis que arrefeceram cercado a terra onde voltaram mais tarde, prisioneiros.

E com surpreendente energia se entregaram outra vez os homens à conquista da terra.

Reabrem a Estrada Velha que vinha paralela ao mar desde o tempo dos povoadores pioneiros. Riscam *canadas* novas que sobem para a montanha. Abrem ramais para encurtarem distâncias de vizinhos. Cortam veredas para chegar depressa às terras de cultivo.

Voltam a adorar a Deus na Capela de Santo António onde se baptizam e se casam. Escolhem depois, no sítio onde hoje fica a Igreja Matriz de S. João Baptista uma terra para Campo Santo e ali sepultam os mortos no que vai ser depois o chão da matriz edificada de forma fruste a partir de 1721 e que se reedificará, a partir de 1830 com a grandeza que hoje apresenta. Constroem também *impérios* em honra do Divino Espírito Santo e celebram-lhe uma festa que dura toda a oitava.

E no palmo de terra que restou entre os dois mistérios outra vez cresceu a gente, moradores antigos que voltaram, casais novos de povos vizinhos de braços fortes para o desbravar da terra.

A freguesia reorganiza-se à volta de dois novos núcleos de moradores, a *Companhia de Cima*, mais a Ocidente e a *Companhia de Baixo*, mais a oriente e mais próxima do mar, onde se levantou a igreja e se construiu um pequeno porto no sítio do antigo Pesqueiro da Cruz para abrigo dos pescadores e da cabotagem.

A Ribeira de Joanes, a ocidente, aproveitara o leito mais fundo de um antigo rio de lava e estabelecia, num território de mistério a divisória

mais natural com a vizinha freguesia de S. Mateus que fizera encostar a si os moradores próximos da Terra do Pão.

Aquém ficava a Ribeira da Borda do Mistério e logo vinha o casario que se alongava à beira da Estrada ou Caminho Corrente donde subia, primeiro o *caminho do Arrasto*, depois a Canada de Perpétua de Sousa, a Canada de Lázaro e outras canadas.

O Caminho Corrente e antigo descaía depois até mais perto do mar. Ficava um mundo vago de casas e o povo chamou-lhe, desde cedo, o *Palmo do Gato*. A Companhia de Baixo crescera mais. As Canadas desdobravam-se com gente. Primeiro a Canada dos Alferes que subia até altas terras de cultivo. Depois a Canada do Almanse constituída como a melhor servidão para os matos de mais fartas pastagens. Mais além a Canada de Francisca, subindo do porto e entre as duas canadas, neste território mais plano, se construíram as melhores casas de S. João. Mais no alto a Canada de Miguel seguida da Canada de Santo António que subia, ladeando o muro da Capela do Santo e depois conduzia para



S. João. Aspecto da costa recortada vendo-se a Baía da Arruda.

os matos prolongada com o nome de Caminho da Cruz, penoso e infundável.

Mais longe era a Ponta Rasa, promotório avançado sobre o mar, exposto aos ventos que ali fizeram construir um magestoso moinho.

Através do mistério o Caminho Corrente seguia para este. Para o norte uma canada com o nome de Caminho do Arrasto subia também.

Entre as barrocas do mar, essa muralha escura de rochedo bravo que o mar batia e essa zona inóspita, inacessível, ao fundo das grandes quebradas do Pico, o território organizado era fruto de um intenso labor, de rios de suor.

Plantaram-se vinhas, mais à beira mar, que deram o melhor vinho do mundo e que a desgraça do oídio veio fazer perder ao dobrar o meio século (1851).

Depois, a golpes de alvião, essa ferramenta singular que bem poderia tornar-se como símbolo do homem de S. João, o homem rompeu a lava, esboroou calhaus e fez deles húmus fecundo.

Construiu muros que se tornavam divisória e abrigo e a pedra miúda reuniu-se em medonhos *marouços* que antes parecem muros de fortaleza construídos à pressa como se trabalho fora de inúmeros escravos.

Eram terras de *trigo-milho*, mais de milho, o cereal que foi também o símbolo do pão, o primeiro alimento, sempre incerto, de todos, logo desde meninos.

Ares de paraíso ganhavam então estas terras com a plantação de raras macieiras, figueiras, pessegueiros, araçaleiros, mimos da terra dulcificando em ano de colheita farta um sofrido quotidiano dos homens.

Vinham depois as *terras do alto* conquistadas numa floresta basta de faias, de cedros, de incenso, que se cortavam e serravam para traves e chão de sobrados e lenhas que mulheres transportavam em molhos pesados sobre a cabeça para uso no forno e no lar. Então plantavam-se *inhames* e a sua raiz crescia milagrosamente nesta terra adusta ao longo de dois anos e tornava-se propício alimento dos homens que guardavam a folha para alimento de porcos.

Acima dos 800 metros era só terra de pastos e brejo. As vacas pastavam ali em liberdade guardadas nos imensos currais naturalmente

construídos com renques de urzes. Os homens vigiavam-lhes as crias, tiravam-lhes o leite todos os dias entre a primavera e o outono.

Depois, depois era só terra baldia para algum pasto de ovelhas antes da linha de serra quase caindo a pique sobre larga zona das neves de inverno.

O mar e a terra eram irmãos de natureza neste micro-cosmo, um ao outro se ajustando, no bem e no mal, garantindo aos homens o equilíbrio precário que sempre tiveram entre o nascer e o morrer.

Os filhos nasciam como os frutos nas hortas. Nem todos vingavam, como os frutos. Uns morriam. Outros partiam para terras de emigração à busca do sol. Os que ficavam tornavam-se camponeses e pastores.

Francisca nasceu aqui. Como fruto da terra. Vingou com raízes fundas que enterrou na lava das Barrocas do Mar à base da montanha. E multiplicou-se em descendência.

## 2 - Menina e moça e a casa à Beira do Mar

Quando Inácia dos Anjos sentiu as dores do parto que ela já conhecia bem chamou o seu homem e mandou-o procurar a parteira que já antes viera para o nascimento de Maria Inácia, de António que morrera quase logo como *anjinho* e de Inácia, quase a fazer dois anos. E a parteira veio depressa cobrindo o seu xaile negro. Mandou aquecer águas e cueiros e meteu-se no quarto do meio com outras mulheres da casa.

Quando a criança nasceu só um chorinho manso se ouviu e logo parou e a parteira baptizou em casa o anjinho do céu que parecia já e deu-lhe, por vontade da família, o nome de Francisca. E assim lhe chamaram todo o tempo de menina porque nem padrinhos houvera tempo de nomear.

A mãe aconchega ao peito o corpo quase mortinho da filhinha e por obra da natureza e por milagre de Deus estremece as forças daquele ser pequenino que a mãe levará já menina, pela mão, ao Santuário do Bom Jesus Milagroso, em S. Mateus, a quem fizera seu voto.

Mais um irmãozito lhe irá nascer, quase quatro anos depois, o Manuel a quem ela dedicará sempre um particular carinho.

A família alargada de Francisca habita ao tempo duas amplas residências herdadas de seus avós maternos, José Francisco de Simas e Francisca Catarina, que ela já não conheceu.

Ficavam ali, a Santo António, logo abaixo da capelinha do patrono do lugar erguida num cerro que o casario começara a rodear ordenando-se ao longo da Canada que ficara com o nome de Santo e que mais longe subia para as terras altas.

À beira da *Rua da Estrada*, esse velho e largo caminho de sempre calcado pelos passos da gente, por galopes de cavalos e rodas ferradas de carroças que levava pela Ponta Rasa à Ponta da Ilha, logo a seguir à cruz feita com o princípio da Canada, encontrava-se a face posterior de uma ampla residência de loja e sobrado cuja fachada principal se abria a este



Residências da família de Francisca Catarina junto ao Caminho Velho.



Vista parcial das residências da família de Francisca Catarina vendo-se o Porto ao fundo.



onde havia uma porta com balcão e duas janelas rasgadas sobre as portas das lojas do gado e da atafona do andar térreo.

Alongava-se depois, às ilhargas do caminho a outra residência composta por um extenso corpo com divisórias para sala e quartos de dormir a que se adossava um corpo mais curto e mais alto de cozinha a que dava acesso uma porta baixa no lado de nascente.

As construções eram sólidas, de uma alvenaria larga combinada com pesados blocos de cantaria, todas cobertas ao tempo por telhado de duas águas com a velha telha de sabor mourisco encomendada nos fornos da ilha Terceira.

Não havia janelas abertas para o caminho garantindo a intimidade dos moradores.

Um muro alto resguardava ainda o largo espaço aberto entre a face nascente da primeira residência e a face voltada a poente da outra residência levantada também de loja e sobrado. Um abonado patamar de pedra trazia dignidade à porta de entrada para a *sala de*



Residência da família de Francisca Catarina mais próxima da Canada de Santo António (face este).



Residência da família de Francisca Catarina. Entrada para a *sala de fora*.

*fora*, com larga janela voltada para o mar. Um balcão de muitas escaleiras descia a um espaço térreo de servidão aberto para um caminho estreito que conduzia à resguardada *casinha* da elemental higiene do tempo, às portas das lojas do rés-do-chão da residência de este onde no inverno se guardava a *vaquinha da porta* no espaço livre da atafona e à outra loja que tanto servia a gente como ao gado.

As lojas da outra residência serviam mais para guarda dos frutos da terra. Pisos de vinho, tabuados de batata e de inhames, arcas de milho, barças de toucinho de mistura, às vezes, com utensílios domésticos e apetrechos pequenos de lavoura.

A sul, para onde se abriam as janelas de guilhotina desta residência maior e o largo patamar de pedra que envolvia a cozinha de pavimento térreo cobrindo uma espécie de furna utilizada como loja do porco ficava um largo *aposeno* feito de pequenas leiras de plantio de horta e de vinha que se encostava às altas barrocas do mar.

À beira do muro divisório, a oeste, quase prolongando a Canada de Santo António, descia afoitamente um caminho estreito até ao *Poço de Maré*, o Poço de Santo António, onde os moradores do termo iam buscar água com seus pesados cântaros de quatro canadas.

Em 1846, quando nasceu Francisca, os pais e as irmazitas Maria e Inácia habitariam a moradia de poente, enquanto a outra casa ficaria reservada para os irmãos de Inácia e tios de Francisca, Manuel Francisco de Simas que encabeçara a chefia do fogo logo à morte de seu pai, António e Francisca. Com os três vivia uma rapariga de 17 anos, de nome Mafalda que tendo sido exposta na roda e recebida mais tarde na família (1844) a servia como criada de alguma estima.

Por esta altura se dizia, e era verdade, que nunca se vira tanta gente na freguesia<sup>4</sup>. E isso era fácil de ver ao domingo com a igreja cheia de gente, o casario das canadas todo aproveitado e a encosta toda lavrada com muros sem fim cercando vinhas e hortas, maroiços grandes como castelos e sebes de faia dividindo campos de milho mais no alto.

Os miúdos ao fim da tarde enxameavam à boca das canadas, rapazes e raparigas jogavam seus jogos de infância enquanto as mães não chamavam para ajudar nas lides da casa ensinando-os a crescer.

Francisca descia com a mãe ao poço, carregava canecas de água à cabeça com as irmãs, carregava molhos de lenha, pequeninos cestos de milho, apanhava figos e araças, olhava mil vezes os gestos da mãe fiando, cozendo o bolo, coalhando o leite, brincava com lãs e agulhas de baleia, de fazer meia. Aos domingos ia à missa com a mãe. Aprendeu a doutrina com outros meninos, fez a primeira comunhão. Não pôde sentar-se nos bancos da escola, não aprendeu a ler. Apenas aprendeu as lições da experiência da sua longa vida.

A vida seguia seu caminho, sempre. Todos os dias o pai, ou os tios que também eram pastores subiam às terras do mato. Chegavam de manhã, quando ela dormia ainda, com as canecas do leite para fazer o queijo. Era depois uma roda viva dentro de casa.

Certo dia de 1851, andava Francisca pelos cinco anos, enquanto embalava o berço de madeira de um irmão mais pequenino viu entrar pela porta aberta da casa dos tios um homem que antes nunca tinha visto.

<sup>4</sup> Em 1847 a população da freguesia atingia os 1409 moradores.



Era António Silveira Bulcão, um rapaz que havia sido exposto na roda e fazia agora 29 anos. Ali ficou por casa como se de criado se tratasse e ao fim de um ano casava com a criada Mafalda continuando ambos a residir na casa da família que serviam.

Veio mais tarde juntar-se em casa um velho tio de nome Francisco Peixoto. Sua mãe falecera nesse ano de 1853 e ele agora, com 65 anos feitos, solteiro, com os irmãos ausentes, confia-se aos cuidados do sobrinho que ficará herdeiro de seus bens.

Entretanto António José de Simas, tio de Francisca decide casar e vai com sua mulher habitar em casa própria, mais longe. Contava então 55 anos.

Dois anos depois casa o irmão Manuel José de Simas com Maria de Brum e ficam a residir naquela mesma casa.

António Silveira Bulcão com sua mulher Mafalda Rita, que também foi conhecida como Mafalda dos Anjos retiram-se nesse mesmo ano para a Companhia de Cima levando com eles Francisca Catarina, irmã de Manuel e de António.

Francisca tem então dez anos. É ainda uma criança a quem se confiam já trabalhos de mulher. Nas horas vagas brinca ainda com as meninas de sua idade e nas tardes de sábado quando os rapazes e as raparigas dançam os passos da *Chamarrita*, ela repara nos passos leves das raparigas crescidas e por eles acerta os seus passos com os passos de uma menina da sua idade.



Companhia de Cima. Poço de maré na Baía da Arruda.



Companhia de Baixo. Poço de maré no Pesqueiro da Madeira.

Francisca em breve se dá conta que vai deixando de ser criança. Já não lhe apetece brincar com os outros meninos. E quando vai lavar a roupa com a mãe fica curiosa ouvindo os ditos das mulheres. Escuta em casa as conversas do pai com o cunhado Manuel. Falam da morte das vinhas arrasadas pelo ódio. Do milho que escasseia pela encosta. Repetem nomes de gente que saiu para o Brasil e para a América. Todos os dias é mais um. Contam histórias daqueles que embarcaram na noite, com a roupa do corpo, num barquito sem luzes. O pai e o tio entretêm-se assim com demoradas conversas. Lamentam que já estejam velhos para embarcar. E Francisca começa a dar conta que nunca mais viu outros meninos da sua idade.

Soube depois que tinham ido com o pai, ou com um tio, pequena trouxa às costas, a caminho do Brasil.

A vida, no entanto, continuava com as voltas da casa, o caminho dos matos, a pequena lavoura nas terras de milho, o plantio de inhames, o corte das lenhas.

Um dia adoeceram as irmãs, quase ao mesmo tempo. Febres altas que ninguém sabe explicar e que atalham com mezinhas caseiras, panos embebidos em vinagre aquecido colocados sobre as frentes. Francisca desdobrava-se em esforços ajudando a mãe. Carrega cântaros de água sem fim. Acende o forno e pela primeira vez governa o bolo e o pão. A mãe aceita a vinda de uma rapariguinha pobre, quase com a idade de Francisca que vem para ajudar. Trata-se de Maria Josefa que ficará ali dois ou três anos.

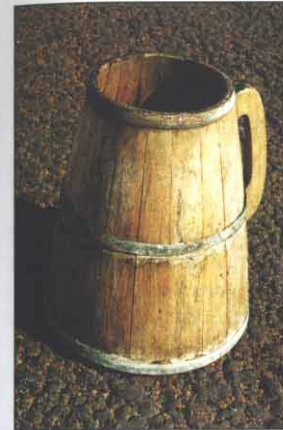
Inácia, a irmã mais nova de Francisca morre em 4 de Outubro de 1861 com 16 anos. A irmã Maria Inácia morre depois a 6 de Janeiro do ano seguinte e a mãe Inácia de Jesus, carregada de trabalhos e pesares morre em Março desse mesmo ano. Tinha 53 anos de idade. E a casa cobriu-se por muito tempo de luto pesado.

Mas o rol de preocupações não se encerra. Agora era um escândalo público que caía sobre a casa ao dizer-se que o filho natural de uma mulher solteira, Maria Constância, de 39 anos, baptizado com nome de Cândido em 16 de Dezembro de 1863 era de António Silveira, pai de Francisca e Manuel. Todavia o pastor de abonadas terras não quis reconhecer o seu filho.

Quando, no ano seguinte, em 2 de Março de 1864 o tio Francisco Peixoto faleceu e Maria Josefa se retirou para nova morada parecia quase vazio aquele espaço outrora ocupado por tanta gente.

Então, o cunhado Manuel com sua mulher Maria de Brum decidiram ficar a residir na casa que mais perto ficava da Canada de Santo António. E António Silveira fica, com os filhos Francisca e Manuel na residência maior, do outro lado.

Francisca tem agora 19 anos. É verdadeiramente já uma mulher. Há muito que é já uma mulher.



Balde de poço de maré



Balde utilizado para tirar água do tanque.



Celha utilizada para lavar roupa.

### 3 - Francisca Catarina - - uma mulher como outra qualquer

No ano em que a mãe morreu Francisca Catarina ia fazer 16 anos. Era já uma mulher. Ficava sozinha em casa quando o pai e o irmão subiam para os matos ou quando, ao fim da tarde, lavravam terras de milho, cortavam lenhas, ou se entretinham com as sempre iníacabadas tarefas do campo e o reparar dos utensílios da lavoura.

O irmão ajudava a irmã por quem sentia particular carinho e moia-lhe rasas de milho na atafona da loja ou descia com ela ao Poço de Santo António para trazer, aos ombros, o cântaro pesado de quatro canadas.

Maria de Brum, mulher do tio Manuel, viera no princípio dar preciosa ajuda que Francisca aceitava bem.

As duas fizeram o *bolo*, muitas vezes, esse manjar de todo o ano, pão de pobres e ricos, sabor de infância levado quase até à cova, apetecido em casa ao sair do forno, apetecido em caminho de romagens, apetecido no mato como almoço de pastores e refeição única de roçadores que com ele bebiam quartas de leite. Maria de Brum vinha também amassar o pão, fazer massa sovada pelas festas, deitar no leite o coalho certo para o queijo, vigiar o tempêro certo da *caçoila* no Natal.

Vinha apenas corrigir os gestos de Francisca que os tinha aprendido já com sua mãe e agora, insegura, pela primeira vez deles se iria servir como ferramentas na oficina do viver doméstico.

À noite entretinham-se em serões. Sozinhas muitas vezes. Outras vezes vinham vizinhas ou elas se deslocavam para casa delas. Cardavam lã e fiavam-na também, faziam meias de cinco agulhas e coletes de lã grossa, as *sueras*<sup>5</sup> que os homens levavam junto do corpo em todo o ano para o manter quente nos dias grandes de chuva ou para absorver o suor quando chegava o verão ou pesavam os trabalhos.

<sup>5</sup> Coletes de lã (influência do termo inglês sweater).



A casa de Francisca Catarina fora sempre de muito trabalho e pão abundante. As propriedades da família que reuniam duas heranças estendiam-se das Barrocas do Mar aos altos cerros do Escalvado, na base da grande montanha quase formando uma extensa *andaina*, que assim se chamava essa franja de propriedades complementares da economia doméstica constituída pelos terrenos baixos de vinha, pelas terras de meia-encosta com serrados largos para o milho, a horta e as fruteiras, terras de *trigo-milho* e as *terras altas* da plantação de inhames quase sempre roubadas à floresta de faias e de cedros que subiam até ao grande planalto onde se abriam os *matos* tornados campos de pastagem. Família mais de pastores não tinham grandes terras lavradas, mas havia anos em que colhiam suficiente milho nas suas terras de sementeira nos sítios da Quinta, do Outeiro da Vinha, do Juguinho, junto à Canada do Vigário e na Ladeira do Capão.

Tinham vastos prédios de lenha e de rama nos Mistérios, nas Ladeiras, atrás da Igreja e por detrás da Quinta. Os prédios de mato e queiro ficavam também na Ladeira do Capão, no Pecegueiro, no Descansador da Maria Felícia, no Outeiro da Casinha. As extensas terras de pastagem ficavam longe no Cabeço de Mariano, no Cabeço do Norte, no Moiro, no Toiril, nas Cavacas e no Escalvado.

Francisca Catarina conheceu todas estas terras.

Acompanhou o pai e o irmão por todos os caminhos e veredas e ela sentia-se bem no meio da serena liberdade da terra durante o tempo das manhãs orvalhadas ou na mornidão das tardes quando o sol se punha na distância de um mar de mansidão e mistério.

Subiu muitas vezes aos matos quando os roçadores por lá permaneciam dias inteiros com o pai e conheceu bem o *Caminho da Cruz* que subia da Ponta Rasa até às grandes alturas do Moiro onde se encontrava depois com esse povoado caminho do mato que prolongava a Canada do Almanse e trazia os pastores que moravam perto da Igreja.

Acordou, como os homens e outros pastores na alta madrugada, quando nenhuma lua ainda se via e apenas as estrelas estremunhavam num céu alto e quase negro.

E lá partia de canecas à cabeça com bolos de milho e às vezes outros mimos para as refeições do pai e do irmão. Três penosas horas demorava às vezes a viagem, que era mais dura quando as neblinas

Bolo de milho acabado de cozer.



Pão de trigo pronto a entrar no forno.



Celha de madeira de cedro para amassar o bolo.



pesadas desciam cedo sobre a montanha e a arrefeciam, quando a chuva caía miúda e incómoda, ou tão forte que encharcava o corpo logo ao sair de casa. As meias grossas, de lã, dentro das *albarcas*<sup>6</sup> atenuavam a aspereza do caminho cheio das pedras soltas que as águas da chuva lavavam como se fosse num ribeiro. Ninguém falava e os barulhos da noite eram apenas do rolar das pedras, da chuva ou do vento na ramagem, ou dos pássaros da manhã quando regressavam.

De tempos a tempos os homens descansavam. Já havia pousos certos como esse da Casinha do Alferes, do Oiteiro do Chá, do Pingueiro, o Cabeço de Mariano, do Arrebentão, do Alto da Fajã. Os homens fumavam cigarros de tabaco colhido na horta e seco numa trança no canto da cozinha que cortavam e enrolavam em ligeiras folhas de casulo de milho. Repetiam histórias e ditos. E continuavam a caminhada até à boca das pastagens feitas com sebes de urze onde as vacas os aguardavam. Depois era o caminho de regresso. Demorado também. Apenas com o gostoso peso do leite.

Francisca Catarina assim cresceu como mulher.

Um tempo feito de rotina quebrado de longe em longe pelas festas do ano, pelos dias de domingo, os bailes de roda da mocidade, as noites de *folgas* em salões de vizinhos com tocadores de viola e um *mandador* governando a *chamarrita*.

\* \* \*

Um tempo de mulher é sempre um tempo de amor.

E um dia o coração de Francisca Catarina se abriu ao amor. Ninguém soube quando. Talvez um dia, no adro, ao findar da missa, talvez no caminho da montanha, em noite de baile. Talvez ainda, quase menina, quando visitava a avó Anastácia Jacinta que morava ao Lagido e se sentava com ela, à tarde, no balcão, descuidosa e feliz, ouvindo histórias e talvez conselhos.

Mas este é um mistério que ficou na vida de Francisca Catarina.

<sup>6</sup> Calçado constituído por tira de pele de vaca curtida que se prendia na perna por finas correias de couro.

Um dia, fizera já 27 anos, Francisca Catarina sentiu o seu ventre pejado. E estremeceu. Teve talvez medo da voz do mundo, da voz do pai que não entendia bem o que era a honra perdida, da voz do irmão certamente tolerante.

Mais a assustava confiar tal segredo ao amante.

Francisca Catarina amava deveras um rapaz de seu nome Manuel Silveira de Sousa. Era também filho de pastores e vivia com os pais e muitos irmãos numa casa de boa pedra na Travessa que vai da Canada do Almanse para a Canada de Francisca, não muito longe de casa dos avós paternos de Francisca, ao Lagido.

Quando Francisca Catarina confiou ao homem que amava o seu segredo não ouviu uma palavra de amor. Ficou só no seu caminho com suas amarguras, nuvens de negrume cobrindo o seu coração onde às vezes se abria um rasgo azul de esperança. Mas António Silveira de Sousa escapava-se sempre do seu olhar.

Quando as horas do parto se aproximaram e a parteira foi chamada, uma menina nasceu, sã e escorreita. Era o dia 1 de Setembro de 1873. E a menina recebeu no baptismo o nome de Maria Inácia de Sousa.

A voz de uma memória longínqua conta que um dia, logo após o parto, os dois amantes se cruzaram no caminho e a voz de Francisca gritou uma palavra de desespero que ele não quis ouvir.

E Francisca Catarina caiu redonda no chão.

Mulheres que passavam aproximaram-se correndo, levantaram-na em braços e levaram-na para casa ardendo em febre. E por muitos dias acabou prostrada.

Francisca Catarina parecia quase morta, doente do corpo, mais doente da alma. O pai não viera vê-la, não olhara a criança que o seu leite parecia não alimentar.



Manuel Silveira de Sousa com cerca de 30 anos. (Estados Unidos da América, c/ 1874-75).

Valeu então a coragem e o carinho do irmão Manuel que toma a criança e a entrega aos cuidados de Maria de Brum que vai cuidar dela como se fosse sua mãe com o leite de vaca que o sobrinho lhe trazia mais a lenha que acendia numa pia de pedra onde, durante a noite, o leite se mantinha quente.

Por milagre a menina se salvou. Mais tarde chamou de *mãe de Brum* a tia velhinha que a criara.

Francisca Catarina reagiu e voltou, valente, às lides de casa e do campo.

O pai da criança, o *Sousa das Barbas*, como lhe chamavam, emigra em 1 de Abril de 1874 para os Estados Unidos sem ter visto a sua filha. E por lá ficou, feito pastor, nos campos longínquos da Califórnia.

Sete anos depois regressa à terra e à casa de seus pais onde permanece até 1884. Compra então uma casa de loja e sobrado encostada ao lado do norte do caminho entre a Canada de Francisca e a de Miguel e para ali traz o pai, a mãe e os irmãos.

Nesse mesmo ano de 1884 Francisca Catarina casava em 14 de Julho com Manuel Brum da Silveira que tinha por alcunha, o Faia. Viviam com ele uma já antiga situação de mancebia e desta relação haviam já nascido duas filhas naturais, Inácia, nascida em 13 de Abril de 1881, falecida logo em Julho desse ano e Inácia Silveira Lagido que nasceu em 31 de Maio de 1882, falecida mais tarde no Brasil para onde emigrou. Manuel de Brum de Ávila Martins, o filho mais novo de Francisca Catarina nasceria a 1 de Novembro de 1884 pouco depois do casamento de seus pais.

Manuel Silveira de Sousa entrega-se aos seus trabalhos de pastor. Permanece solteiro. Uma perdida voz do povo diz que ele voltara para casar com Francisca Catarina. Mas esta encontrara entretanto um novo amor. E aquele, na sua solidão, muitas vezes olhara a filhita de oito anos que passava a sua porta.

Diz uma das poucas vozes que ficou na família que num qualquer dia Francisca Catarina passou à porta do Sousa com Maria Inácia pela mão. A rapariguinha reparou então pela primeira vez no rosto esbelto do pai que não conhecia, nas barbas compridas do homem que talvez nem a tivesse visto e perguntou à mãe:

- *Quem é aquele homem muito bonito?!*



Maria Inácia de Sousa grávida de Manuel Francisco de Simas com o marido José Francisco de Simas e a filha Maria Helena de Simas (1905).



A mãe prendeu-lhe mais a mãozita, apressou o passo e mais adiante disse-lhe:

- *Aquele homem é o teu pai!*

Não se sabe depois o que aconteceu.

Maria Inácia decerto sempre que passava àquela porta olharia os vidros das janelas na esperança de voltar a ver o pai que desconhecia.

Encontraram-se um dia. Mas nenhum registo ficou desta emoção.

Agravara-se provavelmente a vida da lavoura, pesavam as caminhadas para o mato e Manuel Silveira de Sousa pensou voltar à América. Antes, todavia, quis levar a filha para sua casa. Maria Inácia era já uma mulher com 16 anos feitos.

O avô há muitos anos fizera as pazes com a mãe e criara verdadeira adoração pela neta que adoçava o seu coração ferido de tantos males.

Sentiu que estava velho e deixou partir a neta para casa de seu pai. O seu coração partiu-se também.

Em 1 de Março de 1890 Manuel Silveira de Sousa partia de novo para a América com seu irmão António.

A filha ficara entregue aos cuidados da irmã, Catarina de Sousa. O avô morria, passado um mês.

O irmão António regressou da América em 1895. Manuel ficou um pouco mais. Mas em 1899 está já em S. João.

Entretanto Maria Inácia de Sousa casara em 24 de Julho de 1897 com José Francisco da Simas que nascera em 3 de Setembro de 1859 e vem morar para a casa de seu pai em 1899 no mesmo ano em que o pai casa com Maria Quitéria, nascida em 20 de Setembro de 1859.

Ficaram todos a morar na mesma casa. Todavia quando nasce o primeiro filho de Maria Inácia o pai faz construir uma pequena cozinha no exterior da habitação para si e sua mulher deixando à filha um maior espaço e maior intimidade.

Mais tarde mudou-se para uma casa que Maria Quitéria possuía, no meio de um terreno com vinha, ao lado da Canada de Santo António, logo acima do caminho novo que então se abria.

O Sousa, como ficou lembrado, era agora um lavrador sereno e respeitado, com umas longas e patriarcais barbas brancas que ele prendia à cintura enquanto cavava a terra a golpes de alvião.

Um dia caiu, lá no alto, em terras de lenhas e partiu uma perna e touxeram-no em manta para casa. A ferida gangrenou e ele morreu no dia 10 de Outubro de 1921 com setenta e sete anos feitos deixando a filha herdeira de seus bens.

Maria Quitéria, sua mulher, morria um ano depois, em 9 de Abril.

Francisca Catarina que ficara viúva em 2 de Junho de 1914 sobe a Canada de Santo, António com a nora Maria José, ajoelha aos pés da eça e asperge brandamente com água benta os corpos lívidos de Manuel Silveira de Sousa e de Quitéria, um ano depois.

Tudo havia perdoado. Voltou serena, à sua casa. E por muitos anos veria nascer os filhos de seus filhos.

#### 4 - Cavacas - as portas do paraíso

As *Cavacas* eram uma herança antiga, vinda de avós e Francisca Catarina tinha uma particular predileção por esse amplo território de montanha, terras de matos de muitos alqueires em roda onde uma dúzia de vacas vivendo em liberdade representava a imensa fortuna de um pastor.

O Pico subia a noroeste carregando dentro de si a alma original desta ilha estranha e presidia como patriarca poderoso a todos os actos de vida que tivessem lugar na montanha. Os homens sentiam às vezes o seu estremecer, olhavam uma pedra rolando pelas quebradas e assustavam-se. Nunca entenderam de todo os seus mistérios, nunca entenderam por completo esse atrevido jogo feito pelas nuvens altas com as suas cumeadas, os mantos de nevoeiros que se suspendiam entre a terra e o céu, a festa das neves caindo como jardins inteiros de brancas rosas do Japão sobre esponsais.

As *Cavacas* de Francisca Catarina eram apenas um fragmento dessa enorme planura no dorso da grande montanha onde as ervagens cresciam como em terra abençoada alimentadas pelo húmus de lavas desfeitas e as humidades do ar. Riachos breves enchiam-se apenas em dias de trovoada. Renques de urze de gigantesco porte que pareciam chegadas do princípio do mundo estabeleciam fronteira com territórios vizinhos, organizavam internamente um espaço de pastagem, humanizavam a paisagem ferida, às vezes, pelo negrume de uma furna que tanto poderia ser abrigo como tumba de uma vaca transviada.

Impressivas crateras de vulcões extintos nos últimos dias da criação do mundo viam-se ao longe e a gente sentia que elas guardavam sempre qualquer mistério que o fogo não consumira ainda, mais impositiva a do Pico da Urze; feita território doméstico e curral de gado a Caldeira Rasa, ambas protótipos de uma história multi-milenar que jamais alguém ensinara aos pastores.

Francisca Catarina conhecia as *Cavacas* desde menina quando ali subira com o pai, no mês de Julho, estava a serra cheia de vozes e de gestos dos roçadores de mato.



Cavacas, terra de pastagem nos matos. Vê-se a *Casinha das Cavacas* frente a um bardo de cedros.

Voltara lá muitas vezes fazendo longas madrugadas, pastora que ela era também, e conhecia bem o peso de dez canadas de leite que transportara, à cabeça e ao ombro em três canecas, mil vezes.

Quando rondava os setenta anos e as pernas não aguentavam já as longas caminhadas Francisca Catarina tomou a decisão de ficar na sua terra das Cavacas aquele tempo todo que mais propício era à feitura do queijo e se estendia de S. João (a 24 de Junho) à Senhora do Rosário, cuja festa se realizava no primeiro domingo do mês de Outubro.

Já em tempo de seus avós se havia construído o que ela chamava agora a sua *Casinha das Cavacas*.

Era uma casa de loja e sobrado erguida com pedra solta e miúda a que dava resistência a pedra lavrada das ombreiras e da padieira das portas da loja e da sala e as mais cuidadas e pesadas pedras dos cunhais.

Ficava voltada a sul e do balcão soalheiro podia ver-se a paisagem até longa distância. Atrás do balcão encontrava-se a cozinha feita também de loja e de alto com um chão de lages coberto de ramos de pinho.



Maria José Ávila Martins, nora de Francisca Catarina, carregando à cabeça e ao ombro as canecas de leite.



A porta da cozinha abria-se ao cimo do balcão e havia uma caleira que recolhia águas da chuva para um talhão de barro. Uma janela com vidraças iluminava o interior com suficiente espaço para as lides domésticas centradas à boca de um forno pequeno aberto sobre a mesa do *lar*.

Cá fora as galinhas e o porco tinham seu curral, havia um espaço lavrado para plantio de horta, uma sebe de cedros gigantes que resguardavam a casa de ventos de norte e às vezes assustavam de noite a gente com o rumorejar dos ramos. Do outro lado do renque de árvores ficava o poço da água que se limpava em cada ano de folhagem e limos verdes e dele se trazia a água dos usos domésticos e das necessidades do gado.

Ao passar da festa de S. João Francisca Catarina e o filho Manuel carregavam o burro com os necessários trastes e as provisões de muitos dias. Milho moído para o bolo, cesta de cocos, taleiga de feijão, fitas de linguiça e pedaços de toucinho para tempero de caldo e conduto.

Noutras caminhadas o filho Manuel levava o caldeirão dos cocos, celhas de madeira, mantas para as noites frias.

Era quase festa a caminhada iniciada ao romper do dia com o burro aparelhado que cedo aprendera o caminho, às vezes uma porca prenhe subindo devagar, galinhas cacarejando presas em cestos levados à cabeça, a inocente alegria de netos que subiam com a avó, descuidosos, felizes.

Na *casinha do mato* cada coisa se guardava em seu lugar quase como se fosse a morada permanente.

Dia a dia se mantinham iguais os quefazeres.

De manhãzinha, às vezes antes de o sol nascer, ordenhavam-se as vacas. Sete, nove, doze, conforme os anos. Era um trabalho de pastor que o filho Manuel fazia quando ficava por lá e depois os netos mais velhos que aprenderam desde meninos. Francisca Catarina habituara-se também desde cedo, a essa tarefa. E comprazia-se nela olhando a mansidão das vacas que se aproximavam de úberes carregados.

Depois entregava-se, inteira, a esse precioso mester de queijeira, a melhor queijeira que havia em S. João, um demorado ciclo que se iniciava num corpo de canecas de cedro cheias de leite e se encerrava quando esse queijo guloso e sadio saía de um cesto com uma toalha branca para a mão de um freguês ou para a banca de um comércio qualquer.



Utensilhagem de queijeira.

Noutra hora cozia o *bolo* e esse era o mais singular tempo de mulher, porque o bolo era o pão de cada dia, era o pão de cada hora, mais uma tijela de leite, feito alimento frugal e completo de um pastor num tempo com ressaibos de neolítico. E havia ainda o tempo de carregar molhos de lenha, baldes de água, lavar os netos pequenos, remendar a saia, recontar histórias. Tudo entre o nascer do sol e o apagar da lua nos dias ainda longos de Agosto.

Havia dias mais trabalhosos quando as campanhas de roçadores se demoravam pelos matos cortando o brejo.

Manuel era no entanto o homem grande da casa, subindo e descendo, bastas vezes, o caminho entre a montanha e o mar.

Levava queijos, um leitão crescido; trazia milho, peixe seco, novidades.

Maria José ficava em casa. Outros filhos pequenos para cuidar, uma *vaca de porta* na loja da atafona, a vida de uma casa difícil de abandonar. Bolos, águas, lenhas, fiar...



Familiares de Francisca Catarina (F. C.) junto à *Casinha das Cavacas* (cerca de 1916).

Da esquerda para a direita:

- 1 - Maria Helena de Simas, neta de F. C.;
- 2 - Maria Inácia de Sousa, filha de F. C. e de Manuel Silveira de Sousa;
- 3 - Inácia do Bom Jesus de Simas, neta de F. C.;
- 4 - Maria das Dores, cunhada de F. C.;
- 5 - Francisca Catarina;
- 6 - Manuel Silveira Ávila Martins, neto de F. C.;
- 7 - António dos Reis Ávila Martins, neto de F. C.;
- 8 - Maria José Ávila Martins, nora de F. C., grávida de José Ávila Martins;
- 9 - João de Brum Ávila Martins, neto de F. C.;
- 10 - Maria Ávila Martins, neta de F. C.;
- 11 - Manuel de Brum Ávila Martins, filho de F. C.;
- 12 - Manuel Francisco de Simas, neto de F. C.;

No balcão: pessoas amigas vindas de S. Roque.

Às vezes a família juntava-se na casinha das Cavacas. Até Maria José vinha com um filho no ventre e outro pela mão. Vinha a filha Maria Inácia de Sousa, a primogénita, a cunhada Maria das Dores e um rancho de garotos que adorava esta paz de paraíso de governo matriarcal.

Subia gente de Santo António e de S. Roque, na face Norte da ilha. Muitos criavam gado nas vizinhanças. Já seus avós se encontravam por ali.

Às vezes passavam como romeiros, a caminho de S. Mateus, para a festa do Senhor Bom Jesus Milagroso, a 6 de Agosto. E não raro ali pernoitavam. E todos cabiam na casinha das Cavacas, até os roçadores em noite fria, aconchegados em mantas no chão térreo da loja da cozinha forrado de fetos secos.

Ao findar do verão, havia sempre festa na montanha. Os pastores todos de S. João, de S. Roque, de Santo António, de Santa Luzia, subiam à Serra, a lugar baldio e àquele poiso último onde as ervagens cresciam, já tão íngreme que nem as vacas ali se aventuravam. Os homens chamaram-lhe desde sempre o *Escalvado*.

Por ali erravam as ovelhas de todos os donos, por ali governavam seus tempos de cio, nasciam cordeiros como oferta da natureza que as mães guardavam com desvelo selvagem.

No dia 22 de Setembro vinham os pastores. Era o *Dia do Ajunto*. E o gado todo reunia-se ao vozear medonho de seus donos nesse imenso curral da Caldeira Rasa onde, sob o olhar atento do *Juíz do Mato* cada um escolhia as rezes de sua posse que distinguia pelo sinal com que um dia as marcara, ainda cordeiros.

Com as ovelhas vinham suas crias e o pastor marcava-as com o mesmo sinal, um risco profundo, uma cruz, um rasgo na orelha.

Os tosquiadores rogados faziam então o seu trabalho. A lã juntava-se em velos. Mais tarde daria *baetas* castanhas tecidas em S. Jorge, colchas coloridas da Terra do Pão, meiotos grossos e *sueras* para abrigar o peito das molhas.

As ovelhas voltavam à sua liberdade na serra.

As noites iam ficando mais frias nos cerros. Os gados abrigavam-se mais tempo nas moitas de urzes. As canecas de cedro enchiam mais demoradamente de leite.

A festa da Senhora do Rosário estava perto.



Francisca Catarina voltava pela última vez nas queijeiras largas de cana os queijos a amarelecer, lavava os trastes domésticos que guardava para a próxima temporada, dobrava as mantas para lavar e secar junto do mar e ficava sempre cismando ao fim da tarde olhando a extensa paisagem tão larga como o seu coração tão cedo deitado ao largo.

Partiam depois, de regresso, nem sempre pela manhã. O burro carregava-se de queijos. Voltavam galinhas em cestos, a porca sem os seus leitões e uma ovelha presa a uma corda que ia ser sacrificada.

Era sempre em dia de sábado o regresso da montanha e quando chegavam às terras de lavras ouviam-se já os foguetes da festa e as primeiras marchas da Filarmónica Recreio dos Pastores que celebravam a Senhora do Rosário.

## 5 - As três laudas<sup>7</sup> de um sino

Naquele dia 21 de Março de 1940 quando o sino dobrou, ao findar da tarde, as mulheres olharam-se, dentro de casa, quase sem espanto e os homens que andavam pelo campo ou atravessavam caminhos tiraram o chapéu da cabeça e disseram uns para os outros:

- Lá morreu a Francisca do Saca<sup>8</sup>!...

Daí a pouco subiam pelo Caminho Velho mulheres de xailes negros. Outras chegavam pelo caminho direito vindas da Ponte Rasa.

Desciam silenciosas os três degraus do caminho para o balcão e entravam pela porta da *casa de fora* onde uns choro manso se ouvia a espaços sobre mal percebidas palavras de pesar. As mulheres sentavam-se depois ou acocoravam-se numa esteira e rezavam sobre improvisada eça coberta com uma colcha branca onde se alongava o corpo morto de Francisca Catarina.

María José, a nora diligente e dedicada enquanto fechava os olhos já cegos desde há anos da sogra que estimara como mãe e lhe atava o lenço da cabeça dobrado como grossa fita para amparar o queixo mandara um dos filhos chamar Maria Inácia, a filha mais velha de Fran-cisca.

As duas amortalharam o corpo de carnes já gastas e consumidas forças. Vestiram-lhe as roupas brancas, de baixo, que estavam guardadas para este dia, a saia comprida e um casaco de fazenda escura sobre a blusa de crepe e calçaram-lhe os sapatos de cabedal preto que ela calçava antes, ao domingo, para ir à missa.

Um carpinteiro veio tirar, com um fio, as medidas do corpo para o caixão e voltou para a oficina.

<sup>7</sup> Lauda - cada um dos toques do sino que anunciam a morte de alguém.

<sup>8</sup> Saca - alcunha do pai de Francisca Catarina



Francisca Catarina na casinha das Cavacas. Terá cerca de 80 anos.

Homens e mulheres foram entrando e saindo, alguns partiram dali para os matos enquanto as mulheres velavam a morta e a dor da família passando as contas de rosários intermináveis.

Ao romper do dia o carpinteiro trouxe o caixão de madeira de faia que forrara, por fora, com tecido preto e por dentro com pano branco mais fino comprado no Botequim.

Colocaram o corpo no caixão. Maria José e Inácia endireitaram as costas, cruzaram-lhe as mãos já frias sobre o peito e prenderam nelas o rosário de contas de azeviche.

Mulheres da vizinhança traziam *bolo* e café quente ou mandavam pelos filhos, gestos antigos de solidariedade e partilha que garantiam por não repetidos, a insegura coesão da comunidade.

Pastores e marinheiros voltavam ao campo e ao mar. A vida continuava seu rumo. A ilha como imensa nave prosseguia a sua infindável viagem sobre o mar que, infatigável, batia furiosamente os alhaus negros que aguentavam as barrocas.

O Pico, a Noroeste, mantinha aquela impávida serenidade que as últimas gerações conheciam, a face da montanha permanecia idêntica debaixo de um compassivo véu de nuvens brancas ou dos tons roxos, inquecíveis, que a manhã filtrava sobre as quebradas.

O rosto de Francisca Catarina que os anos e os trabalhos lavraram com fundas rugas suavizaram-se, enfim e os homens e as mulheres que aspergiavam sobre o corpo morto um dedal de água benta compreendiam que ela chegara talvez às portas do paraíso com todos os pecados perdoados.

Quando a hora do enterro chegou ao findar do dia, mais de vinte e quatro horas passadas sobre o expirar da vida, ouviam-se de novo as laudas do sino, um dobrar triste sobre a paisagem silenciosa das canadas e ramais onde assomavam vultos prontos para a cerimónia.

Pelo velho Caminho da Estrada subiam, apressados, homens de opas roxas com bandeiras e cruces acompanhando o vigário que vestira já uma sobrepeliz branca com estola roxa.

Na sala de fora levantou-se o choro das mulheres. Manuel e seus filhos choravam, sem lágrimas, a morte da mãe e da avó, agradeciam votos de pesar e entregavam aos amigos as quatro mãos do caixão.

Kyrie Eleyson, Christe Eleyson... Pater Noster... O vigário repetiu como sempre fazia as orações do Ritual e saiu.

Cá fora ouvia-se o som lúgubre de uma campainha. Ordenaram-se as quatro cruces, do Santíssimo, de S. João, da Senhora do Rosário e das Almas. Era um cortejo grande a caminho da igreja. Os homens calavam-se ou trocavam raras palavras, de chapéu na mão. As mulheres rezavam baixinho, atrás do caixão, ou escutavam a incompreensível lição do Ritual que o vigário sabia quase de cor.

Pela última vez Francisca Catarina subiu os degraus da igreja. O caixão ficou aberto sobre o pano de veludo negro que cobria a eça, apenas o tempo de uma oração. E subiu depois ao cemitério que se encostava à face norte do templo.

Pela última vez o vigário encomendou a Deus e aos seus Santos a alma daquela irmã de todos que os braços de quatro homens faziam descer lentamente sobre a cova.

*Requiescat in pace.... Amen.*

Punhados de terra soltam-se sobre o caixão antes que o coveiro agasalhe com terra de lava o corpo já frio de Francisca Catarina.

Depois todos regressaram a casa.

Na casa da morta a vida parece ter-se suspenso por um tempo. São os dias dos *anojados*. Não se acende o lume sobre o lar. O forno não arde para cozer bolos e pão. O gado, no mato, não verá seus donos.

Os vizinhos então compartilham com os homens o pão servindo refeições quentes à família, alimentam com folha de milho os gados, a quem tiram o leite que transportam, como sempre, sobre os ombros até ao povoado.

A espaços rezam-se rosários.

Dois dias depois o vigário celebra a *missa dos anojados*. A família assiste. Retoma-se a vida na casa e nos matos, prende-se a vaca na almanjara para moer o grão na atafona, o alvião lavra outra vez o húmus ligeiro das *terras do alto*, Maria José coze outra vez, no forno, os bolos da família, põe a ferver o caldeirão de inhames, fica a pensar no enxoval do filho que casará amanhã.

No Campo Santo nenhuma lápide assinala já a campa de Francisca Catarina. Porque ela era uma mulher como as outras. Conheceu todos os caminhos entre o mar e a montanha. Conheceu todas as dores.

As letras de um livro querem guardar apenas a memória de uma mulher que foi quase como as outras. Porventura melhor se guardará no coração dos homens e das mulheres desprendidas de sua geração que hoje se espalham pelos quatro caminhos de terras e mares que nasceram desse espantoso povo de S. João - um palmo de terra entre dois mistérios.

## LIVRO II

*Maria Norberta Amorim*

## FRANCISCA CATARINA AS RAÍZES

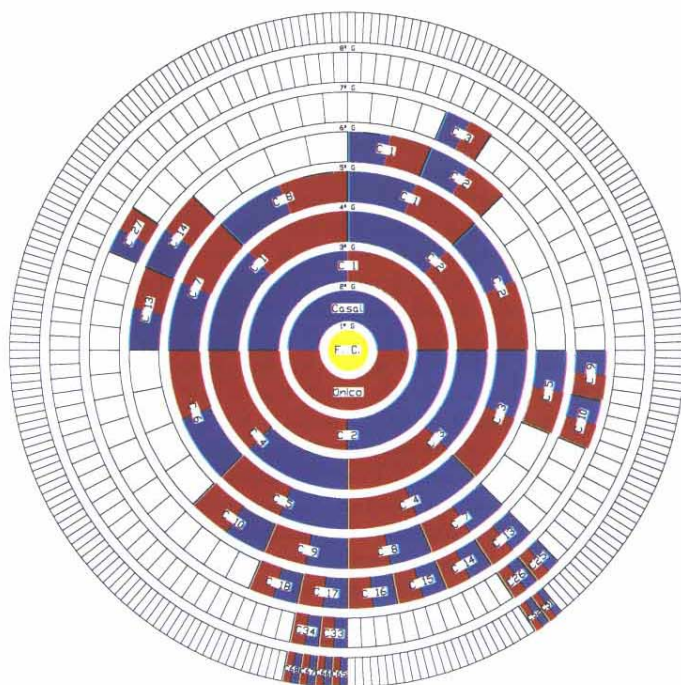
## Ascendentes conhecidos de F. C.

Na busca das raízes de F. C., seguimos dos pais para os avós, que ordenamos pela linha masculina, depois para os bisavós, seguindo o mesmo critério de ordenação, e daí para as gerações precedentes sobre as quais temos informação, acabando por recuar escassamente à oitava geração de ascendentes. Na nossa apresentação iremos identificar primeiro os casais da geração mais antiga conhecida, atribuindo-lhes um número, descendo depois sucessivamente a cadeia genealógica ordenada. Assim, ao numerar com o número 51 um casal de sétimos avós, queremos significar que o mesmo é progenitor do indivíduo do sexo masculino pertencente ao casal 26 de sextos avós. O casal 26 de sextos avós será progenitor do indivíduo do sexo feminino pertencente ao casal 13 de quintos avós. O casal 13 de quintos avós será, por seu lado, progenitor do indivíduo do sexo masculino do casal 7 de tetravós. O casal 7 de tetravós estará na origem do indivíduo do sexo masculino do casal 4 dos trisavós. Por sua vez, o casal 4 de trisavós será progenitor do indivíduo do sexo feminino do casal 2 de bisavós. O casal 2 de bisavós estará na origem do indivíduo do sexo feminino do casal 1 de avós. Estes últimos serão os pais do pai de F. C..

No caso de, em algum momento da cadeia, um ascendente de F. C. contar com um outro casamento, o casal conseqüente para a genealogia da mesma terá, para a geração considerada, a numeração simples atribuível. Se esse ascendente de F. C. com dois ou mais casamentos é do sexo masculino, o outro casal ou outros casais em que se integra, terão o mesmo número da cadeia genealógica ao qual se acrescenta um "A" seguido do número de ordem do casamento. Se o ascendente de F. C. com dois ou mais casamentos é do sexo feminino, o outro casal ou outros casais em que se integra, terão o mesmo número da cadeia genealógica ao qual se acrescenta um "B" sempre seguido do número de ordem do casamento. Assim, quando o elemento do sexo masculino do casal 5 de tetravós de F. C. casa após a

morte da mulher, o novo casal que constitui é o 5-A-2. Quando o elemento feminino do casal 14 de tetravós de F. C. é a viúva de um primeiro marido, esse casamento anterior é identificado como o casal 14-B-1.

GRÁFICO I



Ascendentes conhecidos de F. C.

É difícil identificar entre os primeiros habitantes conhecidos da jovem freguesia de S. João Baptista os ascendentes da figura principal deste trabalho. Para o período anterior a 1692 não temos, como vimos, possibilidade de unir as cadeias genealógicas pela inexistência de registos de casamento. Só quando o casamento de um filho mais jovem ou casado tardiamente se coloca dentro da observação temos possibilidade de identificar, por essa via, elementos da sétima geração ascendente. Só conhecemos indivíduos da oitava geração ascendente se podemos jogar com a identificação decorrente de actos de apadrinhamento. O hábito de escolher para padrinhos indivíduos solteiros aos quais se refere filiação facilita à partida o processo.

Assim, por sucessivos actos de apadrinhamento, conhecemos dois casais da oitava geração ascendente que foram residentes em S. João. Residentes em S. Roque da mesma ilha conhecemos pelo nome mais quatro casais.

De entre os 64 casais da sétima geração de progenitura identificamos com segurança apenas outros dois casais em S. João e conhecemos os nomes de dois outros em S. Roque.

Quando passamos à geração seguinte, a dos quintos avós, a identificação é facilitada pela maior frequência em que os actos de casamento caem dentro da observação nas paróquias já reconstituídas. De entre os 32 casais dessa geração já identificamos cinco residentes em S. João, um outro em S. Mateus e conhecemos pelos nomes dois casais residentes em S. Roque e outro casal residente na vila das Lajes, num total de nove.

Na geração dos tetravós identificamos sete casais residentes em S. João, conhecemos pelo nome um casal residente nos Flamengos, na ilha do Faial, um outro em S. Roque do Pico e ainda um outro que supomos das Lajes, contando 11 casais dos 16 dessa geração.

Identificamos nas quatro gerações seguintes todos os ascendentes de F. C..

## 1. Oitava geração ascendente

Os elementos desta geração, se residentes em S. João, são, como vimos, apenas conhecidos por actos de apadrinhamento registados nas décadas de quarenta a sessenta do século XVII. Dos ascendentes de F.C. que haviam sido residentes em S. Roque, dada a existência para esta paróquia de registos mais antigos, lográmos conhecer os seus nomes por actos de casamentos ou baptizado.

### 1.1. CASAL 5

QUADRO I

Nome	Ano do 1º apadrinhamento conhecido
<b>8ª Geração Ascendente CASAL 51 (S. João)</b>	
<b>Domingos Furtado</b>	
<b>Águeda Garcia</b>	
<b>FILHOS conhecidos</b>	
<b>Domingos Furtado (Sexto avô de F.C.)</b>	1651
<b>Álvaro Furtado</b>	1662

Em 1651 encontramos Águeda Garcia, identificada como viúva de Domingos Furtado, como madrinha de uma criança, sendo padrinho da mesma seu filho **Domingos Furtado, sexto avô de F. C.**, então solteiro. Outro filho, Álvaro Furtado, solteiro, foi identificado em 1662 como padrinho de uma sobrinha, filha de seu irmão Domingos Furtado.

NAO TEMOS OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS DO CASAL.

Sobre Álvaro Furtado sabemos que casou com Águeda Cardosa, registando filhos entre 1670 e 1678.

De Domingos Furtado, como ascendente da figura central deste trabalho, falaremos mais tarde.

### 1.2. CASAL 52

QUADRO II

Nome	Ano do 1º apadrinhamento conhecido
<b>8ª Geração Ascendente CASAL 52 (S. João)</b>	
<b>Fernando Alves Ferreira</b>	
<b>Maria Madruga</b>	
<b>FILHOS conhecidos</b>	
<b>João Teixeira</b>	1641
<b>Luzia Ferreira</b>	1648
<b>Águeda Garcia (Sexta avó de F.C.)</b>	1650
<b>Pedro Gomes</b>	1652
<b>Manuel Alvernaz</b>	1656
<b>Roque Ferreira</b>	1663
<b>Sebastião Ferreira</b>	1669

Encontramos sete filhos adultos nesta família, sem que tenhamos a certeza de conhecer toda a descendência do casal. Admitimos que se tratasse de uma família de proprietários, com filhos que se conservavam solteiros longo tempo, dada a grande frequência e continuidade de apadrinhamentos destes últimos.

Reparemos na variedade de apelidos usados na segunda geração desta família. Embora três dos filhos usem o último apelido do pai,

Ferreira, nenhum filho ou filha usa o apelido Alves, nem o apelido da mãe, Madruga. Aparecem outros apelidos cuja origem desconhecemos como Teixeira, Garcia, Gomes e Alvernaz.

Sabemos que Fernando Alves Ferreira era já falecido em 1662, enquanto Maria Madruga era ainda viva em 1669. Exceptuando o caso de Águeda Garcia, sexta avó de F. C., sobre a qual nos debruçaremos mais tarde, não temos mais informações sobre os outros filhos.

### 1.3. CASAL 65

QUADRO III

Nome	Profissão	Data do 1º Casamento
<b>8ª Geração Ascendente</b> <b>CASAL 65</b> <b>(S. João)</b>		
<b>António Rodrigues</b>	pedreiro	
<b>Violante Gomes</b>		
<b>FILHO conhecido</b>		
<b>Fernão Rodrigues</b> <b>(Sexto avô de F.C.)</b>		27-05-1624

Sabemos que António Rodrigues, pedreiro de profissão, e Violante Gomes, sétimos avós de F.C., eram ainda vivos em 1624 quando o seu filho Fernão Rodrigues, que viria a ser sexto avô de F.C., casou a primeira vez com Maria da Fonte, filha de Luís da Fonte e Catarina Manuel, residentes na mesma freguesia de S. Roque

### 1.4. CASAL 66

QUADRO IV

Nome	Data do 1º Casamento
<b>8ª Geração Ascendente</b> <b>CASAL 66</b> <b>(S. Roque)</b>	
<b>Gonçalo da Rosa</b>	
<b>Águeda Vieira</b>	
<b>FILHA conhecida</b>	
<b>Maria da Rosa</b> <b>(Sexta avó de F.C.)</b>	19-11-1628

Gonçalo da Rosa e Águeda Vieira seriam ainda vivos quando em 1628 a sua filha, Maria da Rosa, casou com Fernão Rodrigues, já viúvo.

### 1.5. CASAL 67

QUADRO V

Nome	Data do 1º Casamento
<b>8ª Geração Ascendente</b> <b>CASAL 67</b> <b>(S. Roque)</b>	
<b>Gonçalo Martins</b>	
<b>Merência Serqueira</b>	
<b>FILHO conhecido</b>	
<b>Gonçalo Martins</b> <b>(Sexto avô de F.C.)</b>	24-11-1619

Gonçalo Martins era já falecido em 1619 quando o seu filho homónimo casou com Águeda Ferreira. Merência Serqueira era sobrevivente.

## 1.6. CASAL 68

QUADRO VI

Nome	Data do 1º Casamento
<b>8ª Geração Ascendente CASAL 68 (S. Roque)</b>	
Domingos Ferreira	
Antónia Gonçalves	
<b>FILHA conhecida</b>	
Águeda Ferreira (Sexta avó de F.C.)	24-11-1619

Domingos Ferreira e Antónia Gonçalves sobreviviam ainda em 1619 quando a sua filha Águeda Ferreira casou com Gonçalo Martins.

## 2. Sétima geração ascendente

Caindo actos de casamento e óbito dentro da nossa possibilidade de observação, dispomos de um volume maior de informações sobre os sex-tos avós de F. C. que residiram em S. João.

### 2.1. CASAL 25

QUADRO VII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>7ª Geração Ascendente CASAL 25 (S. João)</b>				
António Rodrigues Frade	1633 (?)		13-12-1703	Casado
Beatriz Luis			04-02-1719	Viúva
<b>FILHOS</b>				
Bárbara <i>Pereira/Rodrigues</i>	07-12-1654			
Maria <i>da Rosa</i>	07-11-1656			
Baltazar Fernandes Frade (Tetravô de F.C.)	19-03-1659	05-01-1695	29-12-1741	Casado
Beatriz	20-09-1661			
António Rodrigues Frade- alferes (5º Avô de F.C.)	1663 (?)	11-06-1691	20-05-1752	Casado
Beatriz	27-06-1666			
Catarina da Conceição/Pereira/Goulart	30-11-1669	04-07-1707	03-12-1752	
Beatriz	20-09-1671			
Inês	05-03-1673			
Manuel Rodrigues Frade	1676 (?)	12-11-1713	23-12-1755	Viúvo



Admitimos que este casal tenha realizado o seu casamento no ano de 1653 ou início do seguinte. Será difícil considerar o nascimento de mais de onze filhos entre os finais de 1654 e meados de 1680, depois de *encaixarmos* o nascimento de António entre as duas filhas de nome Beatriz, e Manuel entre Inês e Grácia. Os intervalos intergenésicos tornam-se assim regulares. Um maior estreitamento no intervalo entre Beatriz e Inês pode significar a morte daquela nos primeiros meses de vida, libertando a mãe da amamentação e tornando-a mais rapidamente vulnerável a uma nova gravidez. O intervalo que supomos mais alargado entre Manuel e Grácia decorreria naturalmente do envelhecimento de Beatriz Luís. Baptizando filhos ao longo de duas décadas e meia, e sendo de aceitar que tivesse mais de dezasseis anos ao casamento, ao nascimento do último filho ultrapassaria os quarenta e dois anos.

Pelas relações de compadrio que procura e o volume de afilhados dos próprios e dos filhos enquanto solteiros, deduzimos que esta família se movimentava num espaço social favorecido da freguesia, alargando as suas relações às Lajes do Pico e à ilha do Faial.

Assim, ao baptizado da filha Bárbara é padrinho Manuel Rodrigues Frade, proprietário (conhecido a partir de 1650 pelo baptismo de um filho) e que supomos parente, pai ou irmão de António Rodrigues Frade; para madrinha escolheram Ana Rodrigues, moça solteira, filha de Diogo Rodrigues, da ilha do Faial.

Quando nasce a filha Maria escolhem para padrinho Pedro Fernandes, outro proprietário, e para madrinha Maria Goulart, mulher do capitão Gregório Pereira da Silveira, possivelmente a figura mais prestigiada da freguesia do período.

De Baltazar foi padrinho António Rodrigues, solteiro (virá a ser quinto avô de F. C. – casal 9), filho de Inês Rodrigues, e para madrinha outra Beatriz Luís (parente da mãe da criança?), mulher de João Pereira Sarmiento, outro proprietário, a supor pelo número de afilhados.

Da primeira filha Beatriz, será padrinho Mateus Pereira Sarmiento (conhecido a partir de 1645 pelo baptizado de um filho) e madrinha Maria Pereira, filha de Sebastião Pereira Sarmiento (irmão do anterior?), uns e outros a mostrar indícios de diferenciação social.

De segunda filha de nome Beatriz foi padrinho Francisco Machado Fagundes, das Lajes, e madrinha Maria Pereira, filha de João Pereira Sarmiento.

Ao baptizado da filha Catarina relacionam-se novamente com Pedro Fernandes, escolhendo para padrinho o filho deste, Manuel da Costa. Madrinha será Águeda Garcia, mulher de António Rodrigues Pereira, outro proprietário, futuro alferes.

Ao baptizado da terceira filha com o nome de Beatriz foram convidados os mesmos padrinhos da primeira filha com o mesmo nome, Mateus Pereira Sarmiento, e Maria Pereira, filha de Sebastião Pereira Sarmiento.

De Inês será padrinho José Pereira, filho de Mateus Pereira Sarmiento, e Águeda Goulart que já fora madrinha de Catarina.

Finalmente de Grácia será padrinho Francisco Machado, filho de Francisco Machado, e Isabel Dutra, casal que não identificamos. Madrinha será Maria Pereira, a mesma madrinha de Beatriz, primeira de nome.

Admitimos que grande parte dos compadres escolhidos sejam parentes, mas os párocos não nos dão essa informação e nós não temos possibilidade de o deduzir nestas primeiras gerações. Um hábito que parece firme é a escolha dos padrinhos recair predominantemente sobre jovens solteiros ou então recém casados, mas de famílias diferentes, abrindo o leque de protecção sobre a criança.

Poderemos reparar que, a par dos nomes de Manuel e Maria, outros nomes de baptismo menos comuns são escolhidos, sem ligação visível aos padrinhos, como o de Bárbara, Inês ou Grácia.

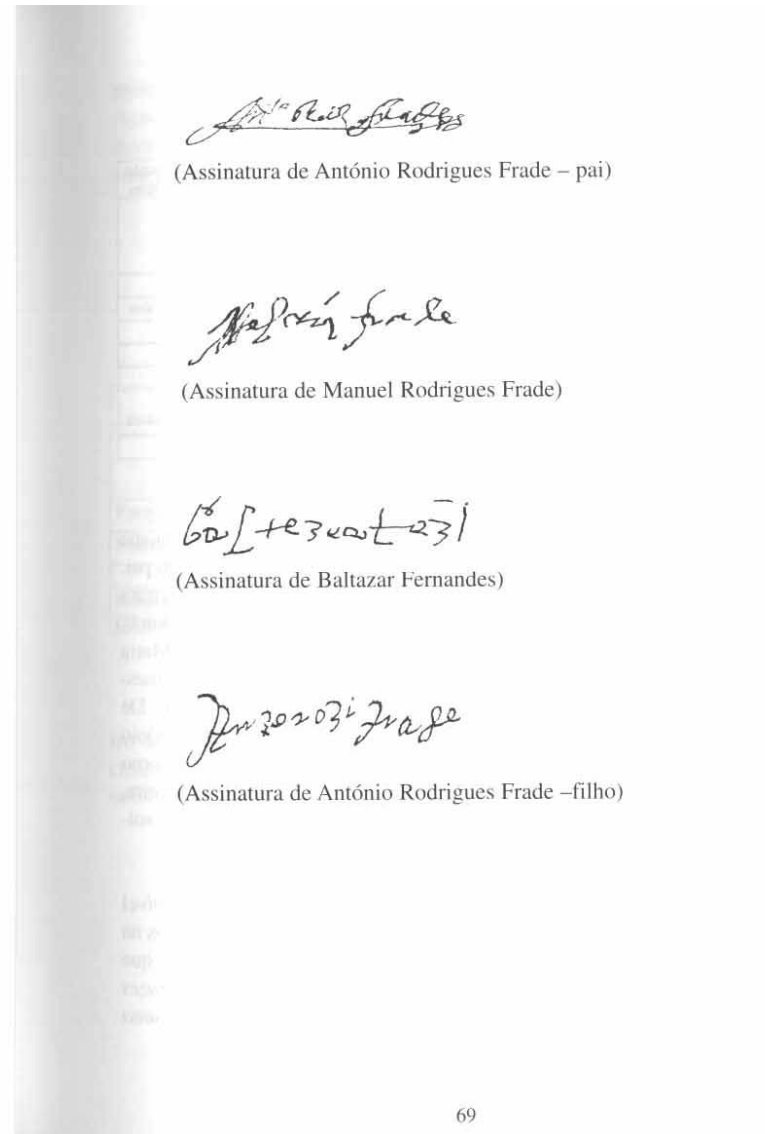
António Rodrigues Frade, ao falecer, o pároco atribui-lhe a idade de 70 anos. Fez testamento vocal, deixando por sua alma um ofício e 50 missas, comportamento que encontramos como corrente na época. A sua viúva sobreviveu-lhe até 4 de Fevereiro de 1719, após a crise vulcânica, sem o pároco nos dar indicação sobre a sua idade. Não fez testamento, dizendo seus filhos, o alferes António Rodrigues Frade e Baltazar Fernandes, que *tudo lhe ardeu*. Foi a sepultar à Igreja de S. Bartolomeu da Silveira, lugar da freguesia da Santíssima Trindade das Lajes.

Embora saibamos que as filhas Bárbara, Maria e Grácia sobreviveram à infância, na medida em que as encontramos como madrinhas em idade adulta, o casamento das duas primeiras, a verificar-se na freguesia, ter-se-á localizado antes de Junho de 1691, altura a partir da qual passamos a dispor de assentos de casamento. Nenhuma das três foi também identificada ao óbito.

Salientamos depois a idade elevada ao casamento nos quatro casos conhecidos de filhos desta família. O quinto avô de F. C., António Rodrigues Frade, casou aos 28 anos, mas o seu irmão, Baltazar Fernandes Frade, tetravô de F. C., já contava 35 anos. A irmã, Catarina da Conceição, tinha 38 e Manuel Rodrigues Frade teria à volta de 37 anos. Os casamentos parecem procurar-se entre famílias do mesmo nível social. Sem referir os dois ascendentes directos de F. C., Baltazar e António, que serão posteriormente objecto de análise, verificamos que Catarina da Conceição casou com o alferes Manuel Francisco Vieira, seu parente em 2º e 3º graus de consanguinidade, segundo informação do assento de casamento. Sem filhos, teve à sua morte acompanhamento de quatro religiosos de S. Francisco, o maior sinal de prestígio nos funerais do tempo. O irmão Manuel Rodrigues Frade, ocupando o posto de sargento, casou com Maria da Silveira, de 24 anos, filha de Francisco da Silveira, proprietário já falecido e de Mariana de Boim, esta casada em segundas núpcias. À sua morte Manuel Rodrigues Frade e Maria da Silveira têm sufrágios só atribuíveis a proprietários.

Todos os filhos cujo acesso ao casamento acompanhamos, terão uma vida longa. Baltazar faleceu aos 82 anos, Manuel perto de 80, Maria aos 83 e António perto de 90 anos.

Dispondo de registos de assinaturas no livro de baptizados a partir dos finais de 1696 com a indicação das testemunhas no corpo do texto de cada assento, podemos conhecer os traços caligráficos deixados por António Rodrigues Frade e pelos seus três filhos do sexo masculino.



## 2.2. CASAL 26

QUADRO VIII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>7ª Geração Ascendente</b> <b>CASAL 26</b> <b>(S. João)</b>				
<b>Domingos Furtado</b>				
<b>Águeda Garcia</b>	1635 (?)		04-08-1705	Viúva
<b>FILHOS</b>				
Águeda	06-06-1662			
Roque	02-08-1665			
<b>Águeda Garcia</b> <b>(5ª Avó de F.C.)</b>	08-04-1669	11-06-1691	19-02-1742	Casada
Bárbara.	24-08-1671			

Domingos Furtado e Águeda Garcia escolheram para padrinho da sua filha Águeda, primeira de nome, Álvaro Furtado, ainda solteiro, irmão do pai. Outros dois tios solteiros, irmãos da mãe, Roque Ferreira e Sebastião Ferreira serão, respectivamente, os padrinhos de Roque e Águeda, segunda de nome. Como madrinha da primeira filha de nome Águeda foi convidada Maria Pereira, filha de João Pereira do Amaral e de Ana Cardoso; outra filha dos mesmos, Catarina do Amaral, será madrinha de Águeda, segunda de nome. De Roque será madrinha outra moça solteira, Águeda de Oliveira, filha de António de Oliveira, duas famílias que somam um volume grande de afilhados. Como padrinho de Bárbara encontramos um homem casado, Francisco da Silveira, também com repetidos apadrinhamentos, sendo madrinha Isabel Goulart, solteira, filha de Manuel Vieira Goulart e Maria Pereira, proprietários.

Domingos Furtado deve ter falecido antes da informação disponível sobre os óbitos. A Águeda Garcia o pároco atribui *mais ou menos* 70 anos na altura do falecimento, sendo já viúva. No seu assento de óbito pode ler-se que *fez um rol de que deixou um ofício e acompanhamento com todas as cruces desta Igreja e deixou sessenta e quatro missas entrando dez de tenção e uma cantada e três na noite de Natal e dois anais de responsos.*

Admitimos que a primeira filha conhecida deste casal, Águeda, terá morrido na infância, mas não sabemos o destino de Roque e de Bárbara. Águeda Garcia, com o mesmo nome da mãe, casou aos 22 anos com António Rodrigues Frade e faleceu aos 72 anos. Como quinta avó de F. C., será objecto mais tarde da nossa atenção.

## 2.3. CASAL 33

QUADRO IX

Nome	Data Baptizado	Data Casamento
<b>7ª Geração Ascendente</b> <b>CASAL 33</b> <b>(S. Roque)</b>		
<b>Fernão Rodrigues</b>		19-11-1628
<b>Maria da Rosa</b>		
<b>FILHO conhecido</b>		
<b>Sebastião Ferreira Pimentel</b> <b>(5ª avó de F.C.)</b>	14-10-1629	12-11-1651

Sabemos que Sebastião Ferreira Pimentel foi o primeiro filho dentro do casamento de Fernão Rodrigues e de Maria da Rosa. Em 1651, ao casamento do filho, Fernão Rodrigues era já falecido e Maria da Rosa sobrevivente.

## 2.4. CASAL 34

QUADRO X

Nome	Data Baptizado	Data Casamento
<b>7ª Geração Ascendente CASAL 26 (S. Roque)</b>		
Gonçalo Martins		24-11-1619
Águeda Ferreira		
<b>FILHA conhecida</b>		
Catarina Vaz (5ª avó de F.C.)	27-02-1631	12-11-1651

Gonçalo Martins e Águeda Ferreira eram ainda vivos ao casamento da filha Catarina, em 1651, nas vésperas de atingirem 32 anos de casados.

## 3. Sexta geração ascendente

### 3.1. CASAL 3

QUADRO XI

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>6ª Geração Ascendente CASAL 3 (S. João)</b>				
Francisco Vieira Goulart/Pais	1641 (?)		29-04-1713	Casado
Maria Pereira	1644 (?)		06-01-1624	Viúva
<b>FILHOS</b>				
Francisco <i>Vieira</i>	24-08-1667			
Águeda	09-08-1671			
Manuel <i>Francisco Vieira</i> - alferes	26-04-1674	04-07-1707	22-04-1749	
Mateus Rodrigues Pais (Tetravô de F.C.)	23-11-1676		13-03-1746	Casado
João	18-02-1680			
André <i>Vieira</i>	05-12-1683		21-07-1712	Solteiro
José <i>Pereira Goulart</i>	15-09-1686			

Ao observarmos a sucessão de nascimentos nesta família, encontramos um intervalo intergenésico de quatro anos, que não se repete depois, o que nos leva a admitir que um outro filho deste casal possa ter nascido entre Francisco e Águeda. Poderá ser um dos assentos ilegíveis do período, o que elevaria para nove o número de filhos desta família. A aceitar a informação do pároco sobre a mãe, Maria Pereira, esta teria cerca de 23 anos ao nascimento do primeiro filho e cerca de 42 anos ao nascimento do último.

O padrinho do primeiro filho do casal é o alferes António Rodrigues Pereira, também quinto avô de F. C.. A madrinha é Maria Pereira, mulher de Paulo Pais (tio do baptizado?)

Com o baptizado da filha Águeda, o casal relaciona-se com o capitão Gregório Pereira da Silveira, convidando seu filho solteiro, Gregório da Silveira Goulart, para padrinho. Para madrinha é escolhida Maria da Silveira, filha de Manuel da Silveira, da freguesia de S. Mateus.

Irão convidar ainda de fora da freguesia, ao baptizado do filho João, o *Ajudante* Roque Dias de Ávila, das Lajes. Também das Lajes será uma Isabel Silveira, madrinha de André.

Apesar da ilegibilidade em alguns casos, detectamos claramente o relacionamento com outras famílias de proprietários da freguesia. Assim, Manuel Rodrigues Frade, já referido, é padrinho de Manuel, sendo madrinha Águeda Martins, filha de Francisco Martins; Domingos Silveira, filho de Francisco Silveira e de Ana Rodrigues e Maria Cardoso, filha de Domingos Rodrigues Frade e Ana Cardoso são padrinhos de Mateus; padrinhos de Isabel são José Pereira, filho de Manuel Vieira Goulart, e Catarina Goulart, mulher de António Vieira Madruga.

Em alguns assentos Francisco Vieira Goulart é identificado com o apelido Pais, apelido que o filho Mateus usa, depois de Rodrigues, este sem ligação com os apelidos do pai ou da mãe. Os filhos Francisco e André usam só o apelido Vieira. Manuel é conhecido por Manuel Francisco Vieira. Só o filho mais novo, é José Pereira Goulart, usando o apelido da mãe e o último do pai.

Francisco Vieira Goulart faleceu aos 72 anos, segundo informação do pároco, sem receber sacramentos, *por não avisarem*. Fez testamento, sendo testamenteiro seu filho José Pereira Goulart. Foi amortalhado em hábito e acompanhado por todas as cruces da freguesia. Teve por sua alma dois ofícios, um de corpo presente e outro ao cabo do ano, 106 missas e um anal de responsos. A sua viúva, que faleceu aos 80 anos, segundo o pároco, *levou todo o acompanhamento que nesta freguesia havia*, deixando por sua alma 110 missas, um anal de responsos, um ofício de corpo presente e outro ao cabo do ano, como fizera seu marido.

Dos filhos do casal, de Águeda, João e Isabel não temos informação posterior ao nascimento. Francisco Vieira, que encontramos como padrinho em 1690, deve ter-se ausentado posteriormente da freguesia, o mesmo acontecendo a José Pereira Goulart que foi testamenteiro do pai em 1713.

Como vimos anteriormente, o alferes Manuel Francisco Vieira casou aos 32 anos com sua prima Catarina da Conceição/Pereira/Goulart, de 37 anos, filha de António Rodrigues Frade e Beatriz Luís (estes já por nós identificados como sétimos avós de F. C.). Falecendo a abeirar os 75 anos, Manuel Francisco Vieira foi amortalhado em hábito de *saial*<sup>8</sup> e teve acompanhamento de dois religiosos, além do pároco e de um outro sacerdote da freguesia; fez testamento, deixando sua mulher por testamenteira. Como sufrágios teve 200 missas por sua alma, 40 de tenção, 2 ofícios, um de corpo presente e outro ao ano.

Mateus Rodrigues Pais, tetravô de F. C., cujo trajecto de vida acompanharemos mais tarde, casou antes dos 28 anos com uma mulher da Madalena, paróquia onde se deve ter realizado o casamento, em período em que não dispomos de informação<sup>9</sup>.

André Vieira, faleceu solteiro aos 28 anos, como *filho famílias*. Foi amortalhado em hábito e seu pai *mandou-lhe fazer acompanhamento de sua casa*; teve ofício e 30 missas por sua alma.

Vejamos finalmente a grosseira assinatura de Francisco Vieira Goulart, comparando-a com as assinaturas de três dos seus filhos

<sup>8</sup> Mortalha de maior esmola, em contraste com o hábito de picote.

<sup>9</sup> Os registos de casamento da Madalena de que dispomos iniciam-se em 1708.

(Assinatura de Francisco Vieira Goulart)

(Assinatura do alferes Manuel Francisco Vieira)

(Assinatura de Mateus Rodrigues Pais)

(Assinatura de José Pereira Goulart)

### 3.2. CASAL 9

QUADRO XII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>6ª Geração Ascendente</b> <b>CASAL 9</b> <b>(S. João)</b>				
<b>Antônio Rodrigues Pereira - alferes</b>	1632 (?)		02-06-1719	Casado
<b>Águeda Goulart</b>	1641 (?)		07-03-1721	Viúva
<b>FILHOS</b>				
Manuel	26-11-1665			
Maria <i>Silveira</i>	24-02-1667	01-01-1693	21-09-1751	Viúva
Águeda <i>Silveira</i>	23-09-1668	04-11-1697	06-01-1645	Viúva
Gregório	20-11-1670			
Domingas <i>Silveira</i>	30-06-1672	12-10-1669		
Inês <i>Pereira da Silveira</i>	30-11-1674	11-01-1705		
Margarida <i>Silveira</i>	10-12-1676		05-03-1707	Solteira
Antônio	17-09-1678			
Antônio <i>Silveira</i> - alferes	20-10-1680	07-02-1706	22-05-1747	Casado
<b>João Homem da Silveira- capitão</b> <b>(Tetravô de F.C.)</b>	02-04-1687	22-10-1708	13-09-1760	Viúvo

Pela sequência dos nascimentos admitimos conhecer as datas de batizado de todos os filhos deste casal, em número de dez. O intervalo mais alargado entre Antônio, segundo de nome, e João poder-se-á atribuir à idade já avançada da mulher. A acreditar na informação do pároco que lhe atribui 80 anos no momento da sua morte (número redondo, certamente aproximado), Águeda Goulart teria 46 anos ao nascimento do último filho. Acreditamos que tivesse pelo menos 48, dado que o nascimento de Manuel, primeiro filho, se dá em 1665, sendo de admitir que Águeda Goulart tivesse então mais de 14 anos.

Pelos batizados dos filhos verificamos que o casal privilegiou as relações de compadrio com o capitão Gregório Pereira da Silveira, sua mulher Maria Goulart, seus filhos e cunhado. Admitimos mesmo que Águeda Goulart possa ter sido irmã de Maria Goulart.

De facto, Manuel é afilhado de dois dos filhos de Gregório Pereira da Silveira, Gaspar da Silveira e Maria Goulart; Maria é afilhada de outro filho, Manuel Silveira; Gregório é afilhado da mulher, Maria Goulart; de Domingas é padrinho Gaspar da Silveira, já padrinho de Manuel; o próprio Gregório Pereira da Silveira é padrinho de Inês; Sebastião Silveira volta a ser compadre ao baptizado de Margarida; António é afilhado do alferes Francisco Peixoto, casado com Margarida Silveira, irmã do referido capitão; madrinha do mesmo é Ana Rodrigues, casada com Francisco Silveira, que supomos ser outro irmão; de João é padrinho um filho (nome ilegível) de Gregório Pereira da Silveira e madrinha a irmã deste, Margarida da Silveira, já então viúva.

Outra família de proprietários com a qual António Rodrigues Pereira e Águeda Goulart se relacionam é a de Pedro Fernandes de S. João. Sua mulher, Marta Rodrigues é madrinha da filha Maria; seu filho Manuel da Costa é padrinho de Águeda.

A madrinha de Águeda é a mulher de João Garcia Sarmiento, Maria Martins.

O padrinho de Gregório é Sebastião Pereira, filho de Sebastião Pereira Sarmiento.

Beatriz Luís, mulher de António Rodrigues Frade é madrinha de Domingas.

Manuel Nunes e Maria Pereira, filhos de Francisco Rodrigues e Maria Pereira, da vila das Lajes, são padrinhos de António, primeiro de nome.

Reparemos nos apelidos usados pelos filhos de António Rodrigues Pereira e Águeda Goulart. Silveira é o apelido comum a todos os irmãos, sem ligação aparente com os pais. António Rodrigues Pereira e o capitão Gregório Pereira da Silveira terão ascendentes próximos comuns? É uma hipótese provável. Maria usa também o apelido Goulart e Inês o de Pereira. O apelido de Homem, usado por João Homem Goulart é outra incógnita.

António Rodrigues Pereira viveu o suficiente para assistir à erupção que arrasou a freguesia. Morreu em S. Mateus, aos 87 anos, segundo nos informa o pároco. Foi seu testamenteiro o filho João Homem da Silveira,

já alferes, então morador nas Lajes. Foi amortalhado em hábito, acompanhado em cantoria da sua casa, teve officio cantado e missa cantada, além de 250 missas rezadas por sua alma e 30 *de tenção*. Águeda Goulart sobreviveu-lhe na mesma paróquia, morrendo aos 80 anos, segundo informação do seu registo de óbito. No entanto, teve por sua alma apenas um officio e 12 missas porque *o fogo de incêndio lhe levou os seus bens*. O seu genro Bernardo Pereira da Rosa, segundo marido da sua filha Águeda da Silveira, por sua iniciativa, mandou amortalhá-la em hábito.

A diferença de comportamento à morte de António Rodrigues Frade em 1719 e de sua mulher dois anos mais tarde pode sugerir a existência inicial de bens móveis que os bens de raiz arrasados pelo fogo não permitiram renovar.

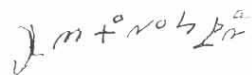
Notamos sobrevivência à infância comprovada para sete dos dez filhos registados, seis deles com acesso ao casamento. Depreendemos, pela repetição do nome, que António, nascido em Setembro de 1678, terá morrido antes de Outubro de 1680. Não temos a certeza da morte, em tenra idade, de Manuel ou de Gregório, dado que nenhum irmão que nasce posteriormente recebe os seus nomes.

Reparemos ainda que António Rodrigues Pereira e Águeda Goulart não encontram em S. João noivos para as suas quatro filhas que tiveram acesso ao casamento. A filha mais velha, Maria, casou aos 25 anos com o sargento Manuel de Pereda, de S. Mateus; a filha Domingas casou aos 27 anos com João Homem, da freguesia das Ribeiras; Inês casou aos 28 anos com Diogo de Matos, da Madalena; Águeda casou aos 29 anos com Manuel de Brum da Silveira, filho do capitão João de Bettencourt, das Ribeiras. Esta seria a única filha que passaria a residir em S. João. No entanto, enviuvando em 12 de Março de 1704, casou seis meses depois, em 29 de Setembro do mesmo ano, com Bernardo Pereira, natural de S. Roque. Com as crises vulcânicas, acabaria por se refugiar em S. Mateus, onde faleceu aos 76 anos.

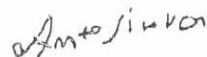
O filho António da Silveira, que viria a ocupar o posto de alferes, casou na freguesia aos 25 anos, com Águeda Goulart, de 21 anos, filha de Gaspar Homem Goulart e Águeda Garcia, proprietários. Tiveram oito filhos, sete deles sobreviventes à infância. Morreria aos 66 anos, deixando por sua alma um officio e nove mil réis de missas.

O filho João Homem da Silveira, que viria a ocupar o posto de capitão, tetravô de F. C., casou aos 21 anos com Isabel Dutra, filha do capitão António Silveira Cardoso e Beatriz Machado Jorge, da vila das Lajes. Mais tarde acompanharemos o seu trajecto de vida.

Podemos observar a assinatura de traços grosseiros do alferes António Rodrigues Pereira, comparando-a com a de seus dois filhos sobreviventes. Claramente se verifica que António Silveira não mostra a destreza do traço de seu irmão João Homem da Silveira:



(Assinatura de António Rodrigues Pereira)



(Assinatura de António Silveira)



(Assinatura de João Homem da Silveira)

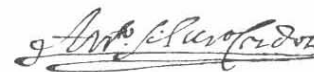
### 3.3. CASAL 10

QUADRO XIII

Nome	Data/casamento
<b>6ª Geração Ascendente</b>	
<b>CASAL 10</b>	
<b>(Lajes)</b>	
<b>António Silveira Cardoso- capitão</b>	
<b>Beatriz Machado Jorge</b>	
<b>FILHA conhecida</b>	
<b>Isabel Dutra</b> <b>(Tetravô de F.C.)</b>	22-10-1708

Sabemos pelo assento de casamento do casal 5 de tetravós de F. C., que o Capitão António Silveira Cardoso e sua mulher Beatriz Machado Jorge, residentes na vila das Lajes, eram pais de Isabel Dutra, mulher de João Homem da Silveira. Não sabemos deles mais nada, dada a inexistência de registos paroquiais referentes às Lajes, para o período.

Temos, no entanto, a assinatura de António Silveira Cardoso, repetidamente, nos assentos de baptizado da freguesia de S. João:



(Assinatura de António Silveira Cardoso)



### 3.4. CASAL 13

QUADRO XIV

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Obito Observação	Estado Óbito
<b>6ª Geração Ascendente CASAL 13 (S. João)</b>				
<b>António Rodrigues Frade - alferes</b>	1662 (?)		26-05-1752	Viúvo
<b>Águeda Garcia</b>	08-04-1669		19-02-1742	Casada
<b>FILHOS</b>				
María Garcia	1692 (?)	06-07-1711	Lajes	
<b>José Pereira da Rosa (Tetravô de F.C.)</b>	1694 (?)	20-02-1719	28-01-1749	Viúvo
Teresa de Jesus	29-01-1696	16-05-1729	20-10-1765	Casada
Úrsula Antónia	18-10-1700	07-01-1737	16-03-1774	Casada
António Rodrigues Frade	23-12-1703	25-11-1743	31-12-1774	
Manuel	06-11-1705			
Manuel	01-01-1708			
Rosa	03-06-1711		09-10-1715	
Catarina Antónia	15-04-1715	06-12-1742	28-08-1752	Casada

Com a idade de 22 anos ao casamento, Águeda Garcia teria 46 anos ao nascimento do seu último filho. Admitimos que os filhos cujo registo de baptismo não se conhece, Maria e José, tenham nascido em 1692 e 1694, respectivamente, considerando as respectivas datas de casamento e os intervalos intergenésicos seguintes.

As relações sociais do casal expressam-se claramente pelas relações de compadrio que estabelecem. Do primeiro filho de António Rodrigues Frade cujo baptismo se conhece, Teresa, foi padrinho o sargento-mor da Vila das Lajes, António Pereira de Bettencourt, que será também padrinho de Úrsula, a filha que se segue. A mulher do mesmo, chamado então de *sargento-mor velho*, será madrinha de Rosa e o padrinho será o novo sargento-mor da mesma vila, Alexandre de Sequeira. O capitão Tomé Jorge da Silveira, também das Lajes, será padrinho de António. Luzia dos Anjos, filha do capitão Bartolomeu Cardoso Monteiro, da freguesia da Piedade da mesma ilha, será madrinha de Manuel, segundo de nome. O Padre Matias

Cardoso de Bettencourt, da vila das Lajes será padrinho único de Catarina. Águeda Silveira e Margarida Silveira, filhas do alferes António Rodrigues Pereira, já referido como 5º avô de F. C., serão madrinhas de Teresa e António, respectivamente. Maria Vieira, mulher do alferes Manuel Silveira Goulart, filho do capitão Gregório Pereira da Silveira *sénior*, será madrinha de Úrsula. Um filho da mesma madrinha, António da Silveira, será padrinho de Manuel, segundo de nome. Manuel Rodrigues Frade e Grácia de Santo António, filhos de António Rodrigues Frade *sénior*, serão padrinhos de seu sobrinho Manuel, primeiro de nome.

Voltemos a prestar atenção nos apelidos da segunda geração. Enquanto António usa os apelidos do pai, José usa os apelidos *Pereira da Rosa*, apelidos completamente diferentes de *Rodrigues Frade* do pai ou de *Garcia* da mãe. A única filha que usa o apelido Garcia é Maria, a mais velha. A filha Teresa será Teresa de Jesus. Úrsula e Catarina usam, uma e outra, o sobrenome de Antónia, derivado, segundo é de admitir, do primeiro nome do pai. Começa a manifestar-se nesta geração o hábito das mulheres usarem um nome próprio e apenas um sobrenome, este derivado do nome próprio do pai ou da mãe, ou então um nome já composto e anteriormente usado por alguma mulher da família, mãe ou tia, como será bem mais tarde o caso da própria F. C..

Acompanhemos o percurso de vida dos filhos do casal.

António Rodrigues Frade faleceu aos 90 anos segundo o pároco (teria 88 segundo a nossa contagem), foi amortalhado em hábito de S. Francisco de *saial* e teve funeral prestigiado pelo acompanhamento de religiosos de S. Francisco. Teve ofício, 50 missas por sua alma e 10 missas de tenção. Sua mulher que falecera dez anos antes, aos 72 anos, fora também amortalhada em hábito de saial, acompanhada por quatro religiosos de S. Francisco, tendo por sua alma 160 missas e 12 de tenção. Não sabemos se a redução do número de missas de Águeda Garcia para o seu viúvo tenha tido origem na própria vontade deste, se devido à sua idade muito elevada a transmissão de bens para os filhos ou outra circunstância lhe tenha limitado as possibilidades de testar ou se a crise geral comprometera esta família. São conhecidas as dificuldades de sobrevivência nas

ilhas em meados do século que conduziram à emigração dos *casais* para Santa Catarina no Brasil (1747-1752). Os filhos que morrem na década seguinte voltam a ter um volume de sufrágios comparável ao de Águeda Garcia.

María Garcia, a filha mais velha casou, possivelmente antes dos vinte anos, com Manuel Silveira da vila das Lajes e afastou-se da freguesia.

A outra filha que se lhe segue, Teresa de Jesus, casou aos 33 anos com João Garcia de Sousa, filho de João Garcia Sarmento, na altura já falecido, e de Perpétua de Sousa, proprietários. Teve ainda quatro filhos. Morreu aos 69 anos, foi amortalhada em hábito de saial de S. Francisco e acompanhada por dois religiosos do mesmo Convento. Teve ofício por sua alma e 200 missas, sendo 20 de tenção.

Úrsula Antónia casou aos 36 anos com o sargento António Rodrigues da Costa, filho de Manuel Luís da Costa e de Ana Rodrigues, da freguesia da Candelária e morreu em S. João, aos 43 anos, tendo baptizado dois filhos. Foi também amortalhada em hábito de saial, mas teve por sua alma um ofício e apenas 80 missas. Reparemos que o seu óbito se deu em meados da década de quarenta.

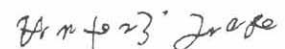
A última filha sobrevivente à infância deste casal, Catarina Antónia, foi mãe solteira aos 22 anos e casou cinco anos mais tarde com o sargento António de Brum da Silveira, filho de Manuel de Brum da Silveira e de Catarina da Silveira, das Lajes. Pela distância entre o nascimento do filho e o casamento não podemos deduzir se António Brum da Silveira seria o pai do seu filho. Morreu nova, aos 37 anos. Fez testamento e sabemos que foi acompanhada à sepultura por dois religiosos de S. Francisco que também assistiram ao ofício por sua alma.

José Pereira da Rosa, tetravô de F. C., terá casado à volta dos 25 anos com Maria Francisca, natural das Lajes, mas moradora em S. João, filha de Amaro Luís Nabo e Maria Cardosa. O casamento realizou-se em S. Bartolomeu, visto a Igreja estar destruída por um incêndio de fogo que durou meses ardendo em vários locais. Sabemos também pelo mesmo

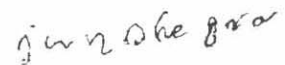
assento que a família era então moradora à ermida de St. António, local afastado mais de dois quilómetros da zona do incêndio. José Pereira da Rosa terá falecido por volta dos 55 anos e será ainda objecto da nossa atenção.

António Rodrigues Frade, o único irmão de José Pereira da Rosa do qual conhecemos sobrevivência à infância<sup>10</sup> (admitimos que as duas crianças de nome Manuel tenham falecido logo) casou aos 39 anos com Josefa dos Ramos, de 30 anos, filha de João Garcia Sarmento e Águeda de S. João, proprietários. Teve quatro filhos. Morreu aos 71 anos, sendo amortalhado em hábito de saial e acompanhado à sepultura por quatro religiosos. No seu testamento deixou 200 por sua alma e mais 30 de tenção.

Conhecemos bem a tosca assinatura do alferes António Rodrigues Frade como testemunha assídua dos actos de baptizado. De seu filho José Pereira da Rosa conhecemos também a assinatura, que assina simplesmente José Pereira:



(Assinatura de António Rodrigues Frade)



(Assinatura de José Pereira da Rosa)

<sup>10</sup> Admitimos que as duas crianças com nome de Manuel tenham falecido na infância.

### 3.5. CASAL 14

QUADRO XV

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>6ª Geração Ascendente</b>				
<b>CASAL 14</b>				
<b>(Lajes/S. João)</b>				
<b>Amaro Luís Nabo</b>			02-08-1712	Casado
<b>Maria Cardoso</b>	1670 (?)		07-12-1725	Viúva
<b>FILHOS</b>				
<b>Maria Francisca (Tetravó de F.C.)</b>	1693 (?)	20-09-1719	21-01-1749	Casada
<b>Joana da Conceição</b>	1696 (?)	28-02-1729	Lajes	
<b>Teresa de Jesus</b>	29-01-1696	16-05-1729	20-10-1765	Casada
<b>José Nunes - sargento</b>	11-10-1701	30-05-1830	11-04-1760	Viúvo

A admitir-se como certa a idade de 55 anos atribuída pelo pároco a Maria Cardoso no momento da sua morte, teria o último filho aos 36 anos, o que consideramos uma idade demasiado precoce. Possivelmente Maria Cardoso terá nascido antes. Para Amaro Luís Nabo não foi indicada a idade ao óbito.

Os padrinhos do único filho que o casal baptizou em S. João, José, foram Manuel Álvares e sua irmã Águeda da Boa Morte, filhos de outro Manuel Álvares, das Lajes.

Amaro Luís Nabo, à sua morte, deixou por alma um ofício, 100 missas, sendo 20 de tenção e um anal de responsos. A sua viúva, Maria Cardoso, foi amortalhada em hábito e deixou também por sua alma um ofício, 100 missas, 30 missas de tenção e 10 por alma de seu marido, demonstrando a sua condição de proprietários.

A filha Maria Francisca, como tetravó de F. C., será objecto de atenção posterior.

Joana da Conceição casou com José de Brum, das Lajes, para onde deve ter ido residir.

O sargento José Nunes casou aos 28 anos com Maria Ferreira, de 45 anos. Esta era filha de João Pereira Pires e Maria Alves, que supomos proprietários. Maria Ferreira faleceu aos 70 anos, sem filhos, deixando por sua alma 200 missas e 100 de tenção, além de um ofício e seis missas por alma de seus pais. José Nunes viria a falecer aos 58 anos, deixando por seu testamenteiro seu sobrinho o sargento Leandro Francisco, filho de sua irmã Maria Francisca. Amortalhado em hábito de saial, sabemos que foi acompanhado à sepultura por seis religiosos de S. Francisco e pelos padres Francisco Vieira de Bem, António Vargas Machado e o Beneficiado António Pereira de Bettencourt. Teve por sua alma ofício, 530 missas e mais 200 de tenção, deixando ainda 5 missas pelas Almas do Purgatório, 125 por alma de sua mulher e 100 por seus pais, volume de sufrágios muito pouco usual na freguesia. Já viúvo e *sem herdeiros forçados*, José Nunes beneficiaria particularmente a sua alma.

### 3.6. CASAL 15

QUADRO XVI

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>6ª Geração Ascendente CASAL 15 (S. João)</b>				
<b>Gaspar Homem Goulart</b>	1648 (?)		30-10-1728	Viúvo
<b>Maria Cardoso</b>			01-10-1728	Casada
<b>FILHOS</b>				
Manuel <i>Goulart Alvernaz</i>	04-10-1675	21-02-1707	19-09-1737	Casado
Maria <i>Garcia</i>	24-04-1678	31-05-1700	Ribeiras	
Luzia <i>Goulart</i>	11-02-1681	25-11-1717	Candelária	
Águeda <i>Goulart</i>	06-03-1684	07-02-1706	07-09-1753	Viúva
Pedro <i>Gomes</i>	10-08-1686	05-02-1720	20-02-1778	Viúvo
Bárbara <i>Goulart</i>	? -05-1689	03-06-1715	20-02-1760 S. Mateus	
Amaro <i>Homem</i>	03-07-1692	20-05-1715	04-12-1747 S. Mateus	Casado
<b>João <i>Homem Goulart</i> (Tetravô de F.C.)</b>	21-07-1698	20-11-1724	19-07-1762	Casado

Não conhecemos a idade de Águeda Garcia, mas admitimos que tivesse nascido por volta de 1653, dada a data de nascimento do último filho e o espaço alargado que o precede, a indicar envelhecimento da mãe. O seu casamento colocar-se-ia, assim, por volta dos 20-21 anos, idade precoce, que parece mais corrente nesta geração do que na geração seguinte.

As relações preferenciais de compadrio deste casal estabelecem-se com os filhos de Mateus Pereira Sarmento e de sua mulher Isabel Vieira. Desses filhos, José Pereira é padrinho de Maria, Bartolomeu Vieira e Luzia Pereira são padrinhos de Luzia.

A mulher de João Garcia Sarmento, Perpétua de Sousa, e seu filho João Garcia, são padrinhos de Amaro. Outras ligações se estabelecem: de Maria é madrinha Águeda João, mulher de Manuel Nunes; Manuel Rodrigues, Baltazar Vieira e Francisco de Azevedo são padrinhos, respectivamente, de Águeda, de Pedro e de Bárbara; Maria Álvares, mulher de

João Pereira Pires, é madrinha de Águeda; Maria de Oliveira, mulher de Domingos Gonçalves, é madrinha de Pedro; Domingas, filha do alferes António Rodrigues Pereira, é madrinha de João.

Admitimos que alguns destes padrinhos sejam familiares de Gaspar Homem Goulart ou de Águeda Garcia, mas não podemos verificá-lo, dada a deficiente identificação destes.

Reparemos que o filho que mantém os apelidos do pai é o mais novo, João Homem Goulart. O mais velho irá chamar-se Manuel Goulart Alvernaz. Amaro usará apenas o apelido Homem e Pedro será Pedro Gomes Alvernaz. Das filhas, a mais velha usa o apelido da mãe, e chama-se Maria Garcia; Luzia, Águeda e Bárbara usam o apelido Goulart.

Mantém-se a dificuldade em perceber a lógica de transmissão de apelidos de uma geração para a seguinte. O uso do apelido ou apelidos do pai pelo filho mais velho e do apelido da mãe pela filha mais velha, embora frequente, não parece uma regra. Admitimos que o momento tardio em que cada indivíduo é apelidado, quando tem já capacidade para se afirmar socialmente, permita que se deduza, através da aparência física e de outras heranças genéticas, ou mesmo através de dependência ou aproximação afectiva, qual o ascendente de ligação mais forte e esse facto condicione o apelido a usar. Por outro lado, não podemos menosprezar a capacidade de transmissão do seu próprio apelido pelos indivíduos de gerações anteriores socialmente mais afirmativos.

Gaspar Homem Goulart e sua mulher Águeda Garcia, falecidos com intervalo de menos de um mês, deixaram por sua alma o mesmo tipo de sufrágios: um ofício de corpo presente e meio ofício ao cabo de ano e dinheiro para missas, 17.500 réis e 17.000 réis, respectivamente<sup>11</sup>. Sabemos ainda que Águeda Garcia foi amortilhada em hábito de saial, sinal de favorecimento económico.

A sobrevivência à infância de todos os filhos baptizados, todos eles com acesso ao casamento, parece singular para a época, mas não é uma situação estranha no Sul do Pico.

<sup>11</sup> Admitindo que cada missa rondasse 80 réis, daria para cada um mais de 200 missas.

O filho mais velho, Manuel Goulart Alvernaz casou aos 31 anos com Maria Josefa da Silveira, de 17 anos, filha de José Pereira e Maria da Silveira, proprietários. Tiveram 11 filhos. Manuel Goulart Alvernaz faleceu aos 61 anos e deixou no seu testamento um ofício e 80 missas por sua alma e mais 40 missas de tenção.

Maria Garcia casou aos 22 anos com António da Costa, da freguesia das Ribeiras, já viúvo. Veio baptizar um filho a S. João, mas residiria na freguesia do marido.

Luzia Goulart foi mãe solteira aos 30 anos e casou seis anos mais tarde com Manuel Goulart Frade, da Candelária, para onde deve ter ido viver. Reparemos neste novo caso de mãe solteira que casa com um homem de fora, alguns anos depois do nascimento do filho.

Águeda Goulart casou aos 21 anos com o alferes António da Silveira, de 25 anos, filho do alferes António Rodrigues Pereira e de Águeda Goulart. Tiveram oito filhos, seis deles com acesso ao casamento. Faleceu aos 69 anos, já viúva e apenas sabemos que fez testamento.

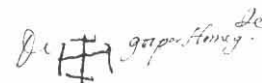
Pedro Gomes Alvernaz casou aos 35 anos em S. Mateus com Maria Alves. Tiveram quatro filhos, três deles com acesso ao casamento. Ficando viúvo aos 56 anos, voltou a casar aos 68 anos, falecendo com 91 anos. Foi amortalhado em hábito de picote, de menor esmola, e deixou por sua alma um ofício e 80 missas e mais 15 missas de *tenção*.

Bárbara Goulart casou aos 26 anos com Manuel Silveira Goulart, natural de S. Mateus. Baptizou um filho em S. João e depois foi viver para a paróquia do marido, onde faleceu aos 70 anos.

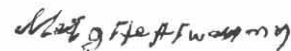
Amaro Homem casou em S. Mateus, aos 22 anos, com Maria Silveira, falecendo nessa freguesia aos 54 anos.

João Homem Goulart, tetravô de F. C., casou também em S. Mateus, aos 26 anos com Teresa da Rosa, natural dessa mesma freguesia, mas veio residir para S. João, onde faleceu aos 63 anos. Acompanharemos o seu trajecto de vida.

Gaspar Homem Goulart não assina, mas deixou a sua marca nos livros paroquiais. Conhecemos a tosca assinatura de seu filho mais velho Manuel Goulart Alvernaz.



(Sinal de Gaspar Homem Goulart)



(Assinatura de Manuel Goulart Alvernaz)



### 3.7. CASAL 16

QUADRO XVII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>6ª Geração Ascendente CASAL 16 (S. Mateus)</b>				
<b>Francisco Silveira Goulart</b>	1657 (?)		20-01-1717	Viúvo
<b>Maria da Rosa</b>	1659 (?)		20-11-1714	Casada
<b>FILHOS</b>				
<i>António Silveira Goulart</i>	13-12-1688	20-11-1724	03-11-1747	
<b>Maria Silveira (Tetravó de F.C.)</b>	21-12-1689	20-05-1715	01-02-1759	Viúva
<i>Manuel Silveira Goulart</i>	1691 (?)	03-06-1715	01-02-1759	
<i>Inês Silveira</i>	30-04-1693	09-02-1722		
<i>Filipe Silveira</i>	01-05-1695	24-10-1724		
<i>Águeda Silveira</i>	09-07-1698	24-06-1726	10-12-1778	
<i>Teresa da Rosa</i>	30-03-1701	20-11-1724	11-08-1768	

Novamente se verifica, que todos os filhos conhecidos deste casal, em número de sete, tiveram acesso ao casamento. As idades ao casamento, tal como em S. João, são elevadas, num e noutra sexo.

Manuel Silveira Goulart falecido aos 60 anos, segundo indicação do pároco, foi amortalhado em hábito e deixou no seu testamento 100 missas rezadas por sua alma. Sua mulher, Maria da Rosa, que falecera aos 55 anos, foi amortalhada em hábito e deixou por sua alma 100 missas, 20 missas de tenção e 10 tostões à Confraria de Nossa Senhora. A similitude de comportamentos em relação aos sufrágios em S. João e S. Mateus levamos a admitir que se trataria de uma família de proprietários.

### 3.8. CASAL 17

QUADRO XVIII

Nome	Data/ Baptizado	Data/Casamento
<b>6ª Geração Ascendente CASAL 17 (S. Roque)</b>		
<b>Sebastião Ferreira Pimentel</b>	14-10-1629	12-11-1651
<b>Catarina Vaz</b>	27-02-1631	
<b>FILHA conhecida</b>		
<b>Sebastião Ferreira Pimentel (Tetravó de F.C.)</b>	18-04-1655	09-01-1678

### 3.9. CASAL 18

QUADRO XIX

Nome	Data/ Baptizado	Data/Casamento
<b>6ª Geração Ascendente CASAL 18 (S. Roque)</b>		
<b>Manuel de Simas de Oliveira - capitão</b>		
<b>Leonor Quaresma</b>		
<b>FILHA conhecida</b>		
<b>Madalena de Simas (Tetravó de F.C.)</b>	03-09-1662	09-01-1678

### 3.10. CASAL 27

QUADRO XX

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>6ª Geração Ascendente</b> <b>CASAL 27</b>		<b>7ª Geração Ascendente</b> <b>CASAL 25</b>		
=				
(S. João)				
<b>António Rodrigues Frade</b>	1633 (?)		13-12-1703	Casado
<b>Beatriz Luis</b>			04-02-1719	Viúva

### 4. Quinta Geração ascendente

#### 4.1. CASAL 1

QUADRO XXI

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>5ª Geração Ascendente</b> <b>CASAL 1</b> <b>(S. João)</b>				
<b>António de Ávila</b>	1649 (?)		30-04-1709	Casado
<b>Águeda Martins</b>	1659 (?)		26-04-1622	Viúva
<b>FILHOS</b>				
<i>Francisco Martins</i>	? -10-1676	14-02-1707	30-12-1765	Viúvo
<i>Maria de Ávila</i>	26-11-1679	27-05-1695	22-01-1747	Viúva
<i>António de Ávila Valadão</i>	? -10-1683	23-01-1708	06-12-1758	Viúva
<i>Manuel de Ávila Martins</i>	19-09-1688	09-01-1713	16-02-1737	Casado
<b>José de Ávila Martins</b> <b>(Trisavô de F.C.)</b>	10-05-1692	03-11-1727	03-06-1754	Casado

A acreditar na informação do pároco que dá a Águeda Martins a idade de 70 anos à sua morte, ela teria 24 anos ao nascimento do primeiro filho e 40 ao nascimento do último. Os intervalos intergenésicos são bastante alongados, particularmente entre António e Manuel, mas não poderemos afirmar que se trate de *nascimentos perdidos*.

Este casal não parece relacionar-se no mesmo nível social dos ascendentes já conhecidos de F.C.. O padrinho de Francisco é António Rodrigues, filho de Amaro Rodrigues e Maria Marques, família que não evidencia sinais de riqueza. A madrinha do mesmo é Ana Dias, filha de Francisco Martins e Maria Cardoso, que faleceu solteira e pobre.

Manuel Nunes e Águeda de Oliveira, mulher de Francisco Gomes, são padrinhos de Maria. Não sabemos se seriam proprietários, na medida em que se afastaram de S. João após a crise vulcânica, sem que tenhamos acesso às informações dos respectivos registos de óbito.

Padrinho de António foi Simão Dias, da vila das Lajes, sendo madrinha Luzia Pereira, que não identificamos.

José Pereira, filho de Manuel Vieira Madruga, proprietário já falecido, e de sua mulher Maria Pereira é padrinho de Manuel. No entanto, a madrinha, Maria Pereira, mulher de Manuel Silveira, pertence a uma família pobre.

António Rodrigues Frade, quinto avô de F. C., então ainda solteiro, será padrinho de José, trisavô da mesma. Não é referida madrinha.

Interessante verificar que, contrariando o hábito, o filho mais velho deste casal usa o apelido da mãe e a filha mais velha o do pai. Não sabemos a origem do apelido Valadão usado pelo terceiro filho. Os filhos mais novos usam o apelido do pai em primeiro lugar e o da mãe em segundo. Repare-se na apelidação *Ávila Martins* que encontramos hoje nos netos de F. C..

Comprovando o posicionamento desta família num nível social médio, António de Ávila foi amortalhado em hábito e teve por sua alma um ofício, 30 missas e um anal de resposos; sua viúva foi também amortalhada em hábito, fez testamento, mas *a sua terça não chegou para os legados*.

Nesta família todos os filhos, à exceção de José, tiveram acesso ao casamento em idade relativamente precoce. Todos casaram na freguesia.

Acompanhando o percurso de vida de Francisco Martins, o filho mais velho, verificamos que casou aos 20 anos com Maria Homem, de 14. Tiveram onze filhos, conhecendo-se o casamento de seis. Francisco Martins faleceu aos 89 anos e foi amortalhado em hábito de saial, denotando pelos sufrágios condição de proprietário. Sua mulher, falecida três anos depois, foi também amortalhada em hábito de saial, teve enterro prestigiado pelo acompanhamento de dois religiosos e o mesmo volume de sufrágios do marido.

Maria de Ávila casou aos 15 anos com Francisco Pereira Tomás, de 22. Tiveram oito filhos, seis deles com acesso ao casamento. Falecida já viúva aos 67 anos, Maria de Ávila não mostra a prosperidade de seu irmão. Foi amortalhada em hábito de picote e teve por sua alma meio ofício, 30 missas rezadas e mais de 10 de tenção.

António de Ávila Valadão casou aos 24 anos com Maria Vieira Madruga, de 23 anos. Conhecemo-lhes onze filhos, mas só cinco acederam ao casamento em S. João. Ao falecer viúvo aos 75 anos foi amortalhado em hábito de picote, teve ofício por sua alma e mais 30 missas, além de dez missas de tenção.

Manuel de Ávila Martins casou aos 24 anos com Maria de Simas, natural das Lajes. Conhecemo-lhes seis filhos, mas admitimos que nascessem mais na freguesia da mulher. Faleceu aos 48 anos e o volume de sufrágios não faz supor a posse de bens superiores à média. A sua viúva, falecida quarenta anos mais tarde, foi amortalhada em hábito de saial e teve acompanhamento de dois clérigos de missa.

José de Ávila Martins, o ascendente de F. C., casou bem mais tarde do que os irmãos, aos 35 anos, com Teresa da Conceição, de 22. Acompanharemos o seu percurso de vida.

Não encontramos a assinatura de António de Ávila em nenhum acto de testemunho.

## 4.2. CASAL 2

QUADRO XXII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>5ª Geração Ascendente CASAL 2 (S. João)</b>				
<b>Mateus Rodrigues Pais</b>	23-11-1676		13-03-1746	Casado
<b>Teresa da Conceição</b>	1686 (?)		31-12-1756	Viúva
<b>FILHOS</b>				
<b>Teresa da Conceição (Trisavó de F.C.)</b>	15-06-1705	03-11-1727	24-12-1786	Viúva
<i>José Rodrigues Goulart</i>	30-05-1708		16-04-1786	Solteiro
Micaela	16-08-1711			
Francisco	29-10-1712			
Francisco	30-03-1715			
<i>Maria Teresa</i>	19-07-1718		03-11-1794	Solteira
<i>Ana Maria</i>	11-03-1721		08-01-1803	Solteira
Mateus Rodrigues Pais - sargento	20-07-1723	16-01-1758	10-06-1787	Casado
<i>Rita Maria</i>	04-02-1726		15-03-1783	Solteira
<i>Lourenço Rodrigues</i>	09-08-1728	22-05-1749		
Manuel	24-03-1731			
Isabel	05-04-1735			

Esta família não foi perturbada no seu ritmo reprodutivo pela instabilidade envolvente. O pároco atribuiu a Teresa da Conceição, natural da Madalena, *mais ou menos* 70 anos, na altura da sua morte, o que daria a idade de 48 para 49 anos ao nascimento do último filho. Não deveria ter muito menos, dado que acompanhamos o nascimento dos seus 12 filhos ao longo de trinta anos.

As relações de compadrio deste casal estabelecem-se claramente com parentes próximos ou pessoas socialmente prestigiadas.

Para padrinho do seu primeiro filho é escolhido Mateus de Serpa, filho de outro Mateus de Serpa, da freguesia da Madalena, que supomos

parente da mãe<sup>12</sup>. Para madrinha do mesmo é escolhida a avó paterna, Maria Pereira, mulher de Francisco Vieira Goulart. Este será padrinho de Francisco, primeiro de nome. O filho dos mesmos, tio paterno da criança, o sargento José Pereira Goulart é padrinho de José e de Micaela. Sua mulher, Ana da Conceição, é madrinha de Francisco, segundo de nome. Outro tio, o alferes Manuel Francisco Vieira, será padrinho de Isabel, enquanto sua mulher havia sido madrinha de Micaela.

Sem identificarmos relações de parentesco, como padrinho único de Maria, encontramos José Pereira da Rosa, filho do alferes António Rodrigues Frade e de Águeda Garcia (casal 13 de tetravós de F. C.). Teresa de Jesus, filha do então já falecido António Vieira Madruga, proprietário, será madrinha de Mateus. Filhos de João Garcia Sarmento e Perpétua de Sousa, também proprietários, serão escolhidos para compadres: José Garcia Sarmento será padrinho de Rita, enquanto sua irmã, Águeda Garcia, havia sido madrinha de Ana. Uma cunhada dos mesmos, Águeda de S. João, mulher de João Garcia Sarmento, homónimo do pai, será madrinha de Lourenço. Catarina Vieira, filha de Baltazar Fernandes Frade e Bárbara Vieira (casal de tetravós de F. C.) será madrinha de Isabel.

Encontramos ainda a irmã do Vigário António da Silveira Machado, de nome Luzia dos Anjos, como madrinha de Francisco, primeiro de nome. Lázaro Pereira Cardoso, da freguesia da Piedade, é padrinho de Lourenço.

Reparemos que a filha mais velha do casal usa o mesmo nome da mãe, Teresa da Conceição. A filha Maria, é conhecida por Maria Teresa, usando como sobrenome o primeiro nome da mãe. As outras duas filhas que conhecemos como sobreviventes à infância são Ana Maria e Rita Maria. Nenhum delas usa apelidos familiares.

O filho José, que faleceu solteiro, usa os apelidos de Rodrigues Goulart, sendo Rodrigues usado pelo avô e Goulart pela avó, paternos. Mateus e Lourenço, os filhos dos quais conhecemos casamento, são, como o pai, Rodrigues Pais.

<sup>12</sup> Encontramos na freguesia da Madalena um Mateus de Serpa casado com Maria do Amaral a baptizar filhos que conhecemos a partir de 17 de Junho de 1683, mas não há registo posterior de uma filha Teresa.

Mateus Rodrigues Pais não mostra poder económico superior à média na altura do seu falecimento, aos 69 anos<sup>13</sup>. Foi amortalhado em hábito de picote e deixou por sua alma apenas meio ofício, 40 missas rezadas e dez de tenção. Recordemos que seu pai, falecido trinta anos antes, tivera por sua alma dois ofícios e mais de 100 missas. São de admitir dificuldades numa família numerosa, em fase de crescimento e eventualmente afectada pela crise vulcânica, mas não deixamos de continuar a considerar o momento de crise que se vivia nos Açores em meados do século, condicionando diligências para transladar à custa do erário público um volume importante de casais para Santa Catarina no Brasil.

Teresa da Conceição, falecida aos 70 anos, segundo o pároco, já foi acompanhada por dois religiosos de S. Francisco, teve ofício inteiro, 80 missas por alma e mais 20 de tenção. Os filhos que morrem solteiros mostrarão ainda mais um poder económico que não parecia favorecer a família em 1746.

A contenção no campo da nupcialidade e a emigração poderão ter sido factores de favorecimento. De facto, apesar de um tão grande número de filhos, só identificamos ao casamento três deles. Quatro faleceram solteiros, situação pouco comum na fase anterior a 1718. É pouco provável que os restantes cinco tenham falecido na infância, tanto mais que encontramos registos de óbitos. Como nome repetido ao baptismo apenas encontramos o de Francisco.

A filha homónima da mãe, Teresa da Conceição, casou aos 22 anos, com José de Ávila Martins. Seguiremos depois o seu trajecto de vida.

O sargento Mateus Rodrigues Pais casou aos 24, já depois da morte dos pais, com Maria Antónia, de 18 anos, filha do sargento António Vieira Sarmiento e de Isabel Goulart, proprietários. Falecida a mulher em 24 de Setembro de 1763, que lhe dera dois filhos, voltou a casar com Isabel da Conceição Goulart, de 21 anos, filha de Francisco Vieira de Ávila e Teresa

<sup>13</sup> A idade referida ao óbito de Mateus Rodrigues Pais foi de 60 anos, mas pensamos que teria 69 anos.

da Conceição, também proprietários. Teve do segundo casamento mais nove filhos. À sua morte, aos 63 anos, depois de *vários meses sem sentidos*, Mateus Rodrigues Pais foi amortalhado em hábito de saial. Tinha feito testamento, deixando por sua alma 130 missas rezadas e 12 de tenção, além de uma ao Anjo da Guarda e outra ao santo do nome. A sua mulher sobreviveu-lhe até 12 de Novembro de 1803, tendo apenas por sua alma meio ofício, 35 missas rezadas e 20 de tenção e uma ao Santo do nome.

O outro filho, Lourenço Rodrigues, casou aos 20 anos em S. João com Catarina Francisca, da Prainha do Norte, filha natural de Maria de Sousa. Não sabemos posteriormente o seu destino.

Dos filhos de Mateus Rodrigues Pais e Teresa da Conceição que não chegaram a casar, José Rodrigues Goulart faleceu a abeirar os 78 anos. Tinha feito testamento em que deixava 260 missas rezadas por sua alma, além de outras intenções<sup>14</sup>. Foi amortalhado em hábito de saial.

Rita Maria havia falecido aos 57 anos em 15 de Março de 1783, tendo sido acompanhada por dois religiosos e deixando em testamento também 260 missas rezadas.

Maria Teresa, que faleceu em 3 de Novembro de 1794, aos 76 anos, teve também dois religiosos a acompanhá-la à sepultura e 270 missas por sua alma, além de missas por outras intenções.

Finalmente, Ana Maria, falecida em 8 de Janeiro de 1803, aos 81 anos, determinou no seu testamento o mesmos sufrágios de Maria Teresa.

Embora possamos admitir que, no caso de indivíduos sem *herdeiros forçados* os benefícios da alma se encontrem avolumados, achamos curiosa a sobriedade dos sufrágios de Mateus Rodrigues Pais, comparativamente aos seus filhos solteiros três décadas mais tarde.

<sup>14</sup> Deixou 20 missas de tenção, uma ao Anjo da Guarda, uma a S. João, uma à Senhora do Rosário, uma a Santa Ana e outra a Santa Rita.



### 4.3. CASAL 5

QUADRO XXIII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>5ª Geração Ascendente CASAL 5 (S. João)</b>				
<b>João Homem da Silveira - capitão</b>	02-04-1687	22-10-1708	13-09-1760	Viúvo
<b>Teresa da Conceição</b>			Lajes	
<b>FILHOS conhecidos</b>				
<b>António Silveira de Ávila (Trisavô de F. C.)</b>	02-09-1709		14-08-1787	Viúvo
<i>Francisca Catarina da Silveira</i>	17-09-1717	25-09-1747	05-10-1782	Casada
Mécia	17-09-1723			

João Homem da Silveira e sua mulher Isabel Dutra, ou Isabel de Santo António, residiam nas Lajes, embora viessem baptizar três dos seus filhos a S. João. À excepção de Gaspar Homem da Silveira, morador em S. Mateus, que foi padrinho de Francisca, todos os padrinhos e madrinhas escolhidos eram residentes nas Lajes, sobressaindo os familiares do capitão-mor e do sargento-mor da referida vila.

Não conhecemos o óbito de Isabel Dutra. Sabemos só que seu marido casou com Maria Josefa da Conceição, natural da Candelária, de quem teve filhos, sendo ainda residente nas Lajes. Só em 1743, ao baptizado do seu último filho conhecido, temos informação de que residiria em S. João. Admitimos que a sua acção nas milícias implicasse a residência na vila.

QUADRO XXIV

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>CASAL 5 – A - 2 (Afim à 5ª Geração Ascendente) (S. João)</b>				
<b>João Homem da Silveira - capitão</b>	02-04-1687		13-09-1760	Viúvo
<b>Maria Josefa da Conceição</b>			21-07-1755	Casada
<b>FILHOS conhecidos</b>				
<i>António de Ávila Peixoto- padre</i>	14-11-1732		14-09-1788	Padre
<i>José de Ávila Peixoto</i>	1635 (?)		01-06-1758	Solteiro
<i>Josefa Inácia Peixoto da Silveira</i>	24-06-1738	10-01-1764	11-11-1769	Casada
<i>Vicente António de Ávila Peixoto</i>	24-09-1743			

Também foram procurados padrinhos de fora da paróquia para os filhos do segundo casamento do Capitão João Homem da Silveira. De Josefa, por exemplo, foram padrinhos, por procuração, o Padre Beneficiado Tomás Alexandre e D. Jacinta, esta sem indicação de apelidos, ambos moradores nas Lajes. De Vicente foram padrinhos Tomás António e Rosa Maria, filhos de Manuel de Ávila Peixoto, morador em Castelo Branco, da Ilha do Faial. Este Manuel de Ávila Peixoto será o irmão de João Homem da Silveira, baptizado como Manuel, cujo destino desconhecemos? É intrigante que filhos de João Homem da Silveira usem predominantemente os apelidos Ávila e Peixoto.

De facto, o apelido do filho mais velho de João Homem da Silveira e Isabel Dutra é António Silveira de Ávila, sem que possamos perceber a origem do apelido Ávila. Nem a mãe nem o pai usam esse apelido, nem os avós paternos ou maternos de qualquer dos sexos. A filha que sabemos sobrevivente é Francisca Catarina da Silveira<sup>15</sup>, repetindo-se depois, nas gerações seguintes o nome de Francisca Catarina. Da filha Mécia não temos notícia posterior, apenas conhecendo o seu próprio pouco comum.

<sup>15</sup> Francisca Catarina será depois um nome recorrente nas gerações seguintes até chegar à Francisca Catarina que focamos particularmente neste trabalho.

Os filhos do casamento de João Homem da Silveira com Maria Josefa da Conceição, usam todos o apelido Peixoto. Assim, António e José são Ávila Peixoto; o nome completo da filha é Josefa Inácia Peixoto da Silveira<sup>16</sup>. O filho mais novo é Vicente António da Silveira Peixoto, sem uso do apelido Ávila.

João Homem da Silveira, por sua morte, aos 73 anos, foi amortalhado em hábito de saial e acompanhado por dois religiosos e pelos irmãos da Santa Casa da Misericórdia ( das Lajes)<sup>17</sup>. Seu filho padre foi testamenteiro. Deixou um ofício e 60 missas por sua alma e mais 10 missas de tenção. Sua mulher, Maria Josefa da Conceição que falecera em 21 de Julho de 1755, aos 56 anos, segundo o pároco, foi também acompanhada por dois religiosos e teve por alma 70 missas e 10 de tenção, além do ofício. Mais uma vez notamos na geração que sofreu mais directamente o impacto da crise de 1718/20, uma retracção no volume de sufrágios relativamente à geração anterior e relativamente à seguinte.

O filho António Silveira de Ávila casou com Anastácia Jacinta da Vitória, natural da freguesia dos Flamengos, da ilha do Faial, sendo objecto de observação posterior.

Francisca Catarina da Silveira casou aos 30 anos com Manuel Silveira de Sousa, de 24 anos, filho do alferes António Silveira Goulart e de Inês de Sousa, seu parente em 4º grau de consanguinidade. Tiveram três filhos. Francisca Catarina da Silveira faleceu aos 65 anos. Fez testamento, deixando por sua alma 250 missas rezadas e 60 de tenção. Foi amortalhada em hábito de saial e acompanhada por quatro religiosos de missa. Teve ofício de corpo presente incensado. Seu marido que lhe sobreviveu até 21 de Março de 1802, teve por sua alma sufrágios no mesmo nível.

<sup>16</sup> Temos reparar mais tarde que o nome Inácia será também um nome recorrente na família. Um século mais tarde será usado pela mãe de Francisca Catarina, e depois será usado pelas suas duas filhas.

<sup>17</sup> O capitão João Homem da Silveira era senhor de uma escrava de nome Vitória que baptizou um filho em S. João em 1738, altura em que ainda residiam nas Lajes. Esse filho que tomou o nome de Leandro Francisco viria a casar com uma mulher livre de S. João, Josefa Maria, em 1765, sendo então seu senhor o padre António de Ávila Peixoto. Em 1774 o mesmo escravo estaria já libertado.

O Reverendo Padre António de Ávila Peixoto, Reitor da Igreja de S. João, falecido aos 55 anos, foi acompanhado à sepultura por 12 religiosos, o funeral de maior pompa que havíamos encontrado até ao momento. Fez testamento, deixando 500 missas rezadas e 800 de tenção<sup>18</sup>, além de 50 missas pela alma de seus pais, uma ao Anjo da Guarda, outra ao Santo do Nome e ainda outra a S. Nicolau. Testamenteiro foi seu irmão Vicente António da Silveira Peixoto.

José de Ávila Peixoto, segundo o pároco<sup>19</sup>, faleceu solteiro aos 25 anos, ainda em vida do pai. Teve ofício de corpo presente e acompanhamento de 3 religiosos franciscanos.

Josefa Inácia Peixoto da Silveira casou aos 25 anos com José Francisco Cardoso da Silveira, natural das Lajes. Morreu cedo, aos 31 anos, tendo tido dois filhos, cujo destino desconhecemos. Foi amortalhada em hábito de saial, deixando em testamento 100 missas, sendo 50 por sua alma e 50 de tenção.

Não sabemos o destino de Vicente António da Silveira Peixoto.

<sup>18</sup> Admitimos que as missas de tenção tenham a ver com missas pagas por devotos e ainda não cumpridas, ou com outras culpas que se procuraram remir.

<sup>19</sup> Pensamos que teria 23 somente.

#### 4.4. CASAL 7

QUADRO XXV

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>5ª Geração Ascendente CASAL 7 (S. João)</b>				
<b>José Pereira da Rosa</b>	1694 (?)		28-01-1749	Viúvo
<b>Maria Francisca</b>	1693 (?)	20-02-1719	21-01-1749	Casada
<b>FILHOS conhecidos</b>				
António	09-07-1720			
José Francisco	03-04-1723			
Tomás	18-10-1726			
<b>Leandro Francisco (Trisavô de F.C.)</b>	05-01-1729	27-06-1757	20-02-1811	Casado
Josefa	04-02-1734		20-02-1749	Solteira
Estêvão	22-12-1737			

José Pereira da Rosa e sua mulher escolhem para padrinhos de seus filhos familiares próximos, mas também proprietários da freguesia e pessoas de fora, nomeadamente das Lajes e da freguesia das Angústias, da ilha do Faial, mostrando uma rede de relações alargada.

Poderíamos verificar, na circunstância, que a madrinha do filho mais velho foi a tia paterna Teresa de S. Boaventura, conhecida depois por Teresa de Jesus, sendo padrinho o alferes Manuel Francisco Pereira. A madrinha de José foi a tia materna Joana Pereira, enquanto o padrinho vinha das Lajes. Das Angústias foram os padrinhos de Josefa.

Também neste casal notamos maiores dificuldades numa afirmação clara de poder económico no momento da morte, comparativamente à situação vivida pela geração anterior. Maria Francisca, apesar de amortalhada em hábito de saial e acompanhada por dois religiosos de S. Francisco, deixa apenas por sua alma um ofício e 60 missas e mais 10 missas de tenção. José Pereira da Rosa acompanhando-a na morte sete dias depois, teve exactamente o mesmo acompanhamento e o mesmo volume de sufrágios.

Repare-se que José Pereira da Rosa faleceu antes de seu pai, António Rodrigues Frade.

Dos cinco filhos do sexo masculino de José Pereira da Rosa e Maria Francisca apenas conhecemos o óbito de Leandro. Sabemos que José sobreviveu à infância porque o encontramos em 3 de Outubro de 1749 como pai de uma criança de nome José, filho de Rita Josefa, mulher solteira, então com 25 anos. Esta casou ano e meio mais tarde com outro homem. De José Francisco não temos mais notícia.

Estêvão também sobreviveu, sendo padrinho de um sobrinho, filho de Leandro Francisco, em 1760.

Admitimos que António e Tomás tenham também sobrevivido e depois se afastado da paróquia.

Josefa faleceu aos 15 anos, em data muito próxima do falecimento dos pais. A mãe faleceu em 21 de Janeiro, o pai em 28 do mesmo mês e Josefa em 20 de Fevereiro seguinte, encontrando-se o registo dos seus óbitos em três assentos seguidos no livro de defuntos.

Leandro Francisco merecerá a nossa atenção mais tarde como ascendente de F.C..

De uma forma diferente do que estávamos habituados a observar, nesta família apenas conhecemos um filho com acesso ao casamento. A emigração parece então muito mais presente.

#### 4.5. CASAL 8

QUADRO XXV

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>5ª Geração Ascendente</b>				
<b>CASAL 2</b>				
<b>(S. João)</b>				
<b>João Homem Goulart</b>	21-07-1698	20-11-1724	19-07-1762	Casado
<b>Teresa da Rosa</b>	30-03-1701	(S. Mateus)	11-08-1768	Viúva
<b>FILHOS</b>				
<i>Maria Teresa da Rosa</i>	03-09-1728	21-11-1763	24-06-1788	Casada
Manuel	10-09-1732		15-06-1733	Criança
<b>Teresa da Rosa</b> <b>(Trisavó de F.C.)</b>	11-05-1734	27-06-1757	17-01-1717	Viúva
<i>Inês Francisca Teresa</i>	08-11-1739	20-02-1775	26-03-1815 (S. Mateus)	Viúva

O casal realizou o seu casamento em S. Mateus, paróquia de naturalidade da noiva. Maria Francisca teve quase quatro anos à espera de ter filhos. Depois os intervalos entre os nascimentos são muito alargados, mas regulares, o que arreda a suspeita de nascimentos perdidos. Ao nascimento da última filha, teria 39 anos.

Os padrinhos de três dos seus quatro filhos eram residentes em S. Mateus, sendo o padrinho e madrinha da filha mais velha um tio e uma tia maternos. Só para Teresa escolheram dois jovens da freguesia de S. João para padrinhos.

Reparemos que todas as filhas usam o nome ou sobrenome de Teresa, nome próprio da mãe. Este comportamento é frequente no período. Sendo a mãe de nome diferente de Maria, a filha mais velha é Maria, usando como sobrenome o nome próprio da mãe e outra filha que se lhe segue usa o nome da mãe.

João Homem Goulart faleceu a abeirar os 64 anos e teve sufrágios correntes de proprietário. Numa família com apenas três filhas sobrevi-

ventes, duas delas casadas tardiamente, a conservação do estatuto de nascimento poderia ter sido facilitada. Fez testamento, sendo amortalhado em hábito de saial e deixando por sua alma um ofício, 110 missas por sua alma e mais 20 de tenção, mais uma missa ao Anjo da Guarda e outra à Senhora do Rosário.

A sua viúva, Teresa da Rosa, faleceu seis anos mais tarde, aos 67 anos. Foi também amortalhada em hábito de saial e sabemos que fez testamento deixando por testamenteira a sua filha mais velha, então casada com João Pereira do Amaral.

De facto, Maria Teresa da Rosa casou aos 35 anos com João Pereira do Amaral, que teria 50 anos, filho de Lucas do Amaral e Águeda Pereira, que supomos proprietários. Teve duas filhas. Falecido o marido em 30 de Novembro de 1775, voltou a casar em 14 de Julho de 1777, aos 48 anos, com Manuel Leal Ferreira, também viúvo e de 51 anos. Maria Teresa faleceu aos 59 anos, foi amortalhada em hábito de saial e teve por sua alma 100 missas e 20 missas de tenção, deixando ainda uma missa ao Anjo da Guarda, três por alma de seu primeiro marido e duas por seus pais.

Teresa da Rosa, que casou aos 23 anos com Leandro Francisco, tendo registado uma filha do seu *esposo* 16 dias antes do casamento, será objecto de atenção posterior, como trisavó de F. C..

Inês Francisca/Teresa casou aos 35 anos com Manuel Correia de Melo, de S. Mateus, paróquia onde viria a falecer aos 75 anos.

#### 4.6. CASAL 9

QUADRO XXVI

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>5ª Geração Ascendente CASAL 9 (S. Roque)</b>				
Sebastião Ferreira Pimentel	18-04-1655			
Beatriz Luís	03-09-1662	09-01-1678		
<b>FILHO conhecido</b>				
Francisco de Simas (Trisavô de F.C.)	08-02-1693	11-11-1721	26-01-1769	Viúvo

#### 4.7. CASAL 10

QUADRO XXVII

Nome/cargo/profissão	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>5ª Geração Ascendente CASAL 10 (Lajes)</b>			
Manuel Leal			
Catarina Silveira			
<b>FILHA conhecida</b>			
Isabel Silveira (Trisavô de F.C.)	11-11-1721	26-01-1769	Viúva

Sabemos que a trisavô de F. C., Isabel Silveira, era natural das Lajes e ao seu casamento, em 11 de Novembro de 1721, seu pai, Manuel de Ávila, era já falecido, e sua mãe, Catarina Silveira, ainda viva. Não dispomos de outras informações.

#### 4.8. CASAL 11

QUADRO XXVIII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>5ª Geração Ascendente CASAL 13 (S. João)</b>				
Manuel Silveira Goulart	1653 (?)		12-11-1728	Casado
Maria Vieira	1660 (?)		15-12-1734	Viúva
<b>FILHOS</b>				
António da Silveira Goulart- alferes	10-09-1680	17-11-1710	13-11-1738	Casado
Maria Silveira	22-02-1682	08-10-1703	18-08-1713	Casada
Mateus	26-08-1685			
Pedro Gomes	25-05-1687		12-11-1687	Solteiro
Manuel da Silveira Goulart (Trisavô de F.C.)	1690 (?)	28-08-1724	31-07-1767	Viúvo
Águeda Silveira	1692 (?)	24-11-1715	03-09-1769	Viúva
Francisco	1695 (?)		13-10-1701	Criança
Sebastião	27-08-1699			

O pároco indica como idade (arredondada) ao óbito de Maria Vieira, natural das Lajes, os 70 anos, o que remeteria a data do seu nascimento para 1664. Acreditamos que teria nascido pelo menos em 1660. Repare-se que o primeiro filho nasce em 1680 e o último em 1699, sendo pouco crível que tivesse então 16 e 35 anos, respectivamente.

Dado Maria Vieira ser natural das Lajes, admitimos que os seus filhos Francisco, Águeda e Manuel aí tenham sido registados. Pelas idades relativas dos respectivos óbitos atribuímo-lhes uma ordem de nascimento.

Na segunda geração verificamos que os apelidos do pai, Silveira Goulart, se mantém para os homens e só Silveira para as mulheres. Apenas Pedro, falecido solteiro aos 24 anos, usava estranhamente o apelido Gomes. Não há utilização do apelido Vieira da mãe. Parece-nos comum esta situação. Sendo um dos cônjuges de fora, há maior tendência para o uso na segunda geração dos apelidos usados pelo cônjuge natural da freguesia.



Manuel Silveira Goulart faleceu em 12 de Novembro de 1728, aos 75 anos, segundo o pároco. Amortalhado em hábito de saial teve por sua alma um ofício e 30.000 réis de missas, além de 12 de tenção. A sua viúva, falecida em 15 de Dezembro de 1734, foi também amortalhada em hábito de saial, mas teve apenas por sua alma um ofício e 6.000 réis de missas.

O filho António da Silveira Goulart, que ocupou o posto de alferes, casou aos 20 anos com Inês de Sousa, filha de João Garcia Sarmento e Perpétua de Sousa, proprietários que já identificámos anteriormente, como relacionados por compadrio com ascendentes de F. C.. Faleceu aos 58 anos, sem ter feito testamento, sendo-lhe atribuídos 23.100 réis para legados. A sua viúva fez testamento, deixando um ofício e 200 missas por sua alma e 30 missas de tenção.

Maria Silveira casou aos 21 anos, com Francisco Nunes de Abreu, filho de Francisco Nunes de Abreu e Águeda João. Deve ter feito um casamento abaixo do nível económico da própria família. Ao falecer cedo, aos 31 anos, antes da morte dos pais, deixando cinco filhos, apenas teve por sua alma um ofício, 15 missas e 5 de tenção.

Pedro Gomes, ao seu óbito, sendo *filho famílias*, teve por sua alma um ofício e 20 missas.

A aceitar-se a ordem de nascimentos, Águeda Silveira terá casado por volta dos 23 anos com Manuel Garcia Sarmento, filho de João Garcia Sarmento e Perpétua de Sousa, irmão da sua cunhada Inês de Sousa. O marido faleceu cedo, logo em 10 de Setembro de 1735. Águeda Silveira à sua morte deixou em testamento um ofício, 60 missas por sua alma, 8 de tenção e uma ao Anjo da Guarda, não se aproximando claramente do grupo dos mais favorecidos.

Manuel da Silveira Goulart, trisavô de F. C. casou, segundo supomos, bem mais tardiamente do que os irmãos, com Teresa de S. José, filha de Baltazar Fernandes e Bárbara Vieira, sendo mais tarde considerado o seu percurso de vida.

Morrendo Francisco aos seis anos, não sabemos o destino de Mateus ou Sebastião.

#### 4.9. CASAL 14

QUADRO XXIX

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>5ª Geração Ascendente CASAL 14 (S. João)</b>				
<b>Baltazar Fernandes Frade</b>	19-03-1659	05-01-1695	29-12-1741	Casado
<b>Bárbara Vieira</b>	09-12-1676		14-12-1751	Viúva
<b>FILHOS</b>				
Baltazar	25-02-1697			
Teresa	30-05-1698			
João <i>Pereira de Bem</i>	18-09-1699		16-05-1752	Solteiro
<b>Teresa de S. José (Trisavó de F.C.)</b>	19-03-1701	28-08-1724	03-07-1762	Casada
<i>Isabel Goulart</i>	26-12-1702	19-01-1726	05-01-1773	Viúva
<i>Catarina Vieira</i>	18-08-1704		20-08-1778	Solteira
Francisco <i>Vieira de Bem</i> - padre	16-11-1706		12-04-1776	Padre
José <i>Vieira de Bem</i>	08-03-1714	21-11-1757	23-10-1778	Casado

QUADRO XXX

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>CASAL 14-B-1 (Afim à 5ª Geração Ascendente) (S. João)</b>				
<b>Manuel Goulart</b>				
<b>Bárbara Vieira</b>	09-12-1676		14-12-1751	Viúva
<b>FILHOS</b>				
Manuel <i>Goulart</i>	1690 (?)		23-02-1721	Solteiro
Maria <i>Homem</i>	15-08-1692	14-02-1707	06-08-1768	

Não conhecemos o registo de óbito de Manuel Goulart, primeiro marido de Bárbara Vieira. Esta, tendo o seu último filho em 1714, com intervalo intergenésico alargado, poderia ter então mais de 45 anos, o que poderia remeter para 1669 o seu nascimento. Assim, teria menos de 25 anos quando enviuvou, casando pouco depois com Baltazar Fernandes Frade.

Dos filhos do primeiro casamento de Bárbara Vieira sabemos que Manuel caiu ao mar e não apareceu. Foi-lhe feito por alma um ofício e atribuídos 3.000 réis de missas.

A filha, Maria Homem, cujo apelido não tem ligação visível com o pai ou com a mãe, casou aos 14 anos com Francisco Martins, filho de António de Ávila e Águeda Martins, (estes últimos constituindo o casal I de tetravós de F.C.). Teve 11 filhos e o seu nível económico permite-lhe que à sua morte, a abeirar os 76 anos, seja amortalhada em hábito de saial, tenha acompanhamento de dois religiosos, um ofício, uma missa cantada, 29.000 réis de missas e mais 15 de tenção. Seu marido, falecido três anos antes, tivera o mesmo volume de sufrágios.

Repare-se na idade precoce ao casamento de Maria Homem, sendo orfã de pai e tendo padrasto.

Os compadres escolhidos por Baltazar Rodrigues Frade e sua mulher são também, predominantemente, familiares próximos e pessoas de prestígio da vila das Lajes e da própria freguesia. Assim, de Baltazar, filho mais velho, é padrinho o sargento-mor da vila das Lajes, António Pereira de Bettencourt, que será também padrinho de Catarina. Madrinha do mesmo é Catarina da Conceição, conhecida mais tarde por Catarina Antónia, tia paterna. O tio paterno António Rodrigues Frade é padrinho de Teresa, sendo madrinha a mulher do referido sargento-mor. Do terceiro filho ambos os compadres são das Lajes. Outro tio paterno, Manuel Rodrigues Frade, será padrinho de Isabel. Margarida da Silveira, filha do alferes António Rodrigues Pereira ( 5º avô de F. C.) será madrinha de Isabel e de Catarina. Os alferes Manuel Francisco e António da Silveira Goulart serão ainda compadres.

Os filhos de Baltazar Fernandes Frade e Bárbara Vieira usam predominantemente o apelido Vieira, ao qual Francisco e José vão juntar a designação

de Bem, ficando Vieira de Bem. João é Pereira de Bem e Isabel é Isabel Goulart, sem ligação aos pais, ou aos avós conhecidos. Teresa, nascendo em dia de S. José é Teresa de S. José.

Baltazar Fernandes Frade faleceu aos 82 anos. Foi amortalhado em hábito de saial, e acompanhado por dois religiosos de S. Francisco. Nomeia como herdeiros apenas os seus três filhos então solteiros, João, Catarina e José, podendo significar que dotara as filhas casadas e atribuiu um património ao filho padre, dotes e património supostamente equivalentes às respectivas legítimas. Teve 40 missas por alma e 10 de tenção, sendo mais oito missas ditas nos oito anos seguintes. Como se verifica, também neste caso, o número de missas não atinge o volume comum nesta família na geração anterior.

A sua viúva, Bárbara Vieira, falecendo dez anos mais tarde, fez testamento e foi acompanhada por 8 religiosos de S. Francisco. Não há outra informação pertinente no seu registo de óbito, mas admitimos que a circunstância de ter um filho padre tenha facilitado um funeral mais prestigiado.

Os dois primeiros filhos de Baltazar Fernandes Frade e Bárbara Vieira, Baltazar e Teresa, devem ter falecido nos primeiros meses de vida. Os dois primeiros intervalos intergenésicos são curtos e o nome de Teresa repete-se posteriormente.

João Pereira da Rosa faleceu solteiro aos 52 anos. Sabemos apenas que foi amortalhado em hábito de saial e que teve um ofício por sua alma.

Teresa de S. José casaria aos 23 anos com Manuel Silveira Goulart, casal 7 de trisavós de F. C., que será objecto mais tarde da nossa atenção.

Isabel Goulart casou aos 23 anos com Francisco Silveira Cardoso, a abeirar os 28 anos, filho de Francisco Silveira Goulart e Mariana de Boim, proprietários. O marido morreu no mar em 3 de Outubro de 1727 e Isabel Goulart voltou a casar em 9 de Fevereiro do ano seguinte com o sargento António Vieira Sarmento, natural das Lajes. Havia-lhe nascido um filho do primeiro casamento e viria a registar mais sete do segundo casamento. À

sua morte, aos 70 anos, elegeu por testamenteiro seu filho José Vieira Sarmiento que não aceitou o encargo por a mãe ter vendido alguns bens. Há indicação de ter tido um ofício por alma.

Catarina Vieira faleceu aos 74 anos, solteira. Fez testamento, sendo seu testamenteiro o irmão José e sabemos que foi amortalhada em hábito de saial e teve acompanhamento de quatro clérigos.

O padre Francisco Vieira de Bem, falecido aos 69 anos, foi sepultado na Capela-mor da Igreja e acompanhado á sepultura por 6 religiosos. No seu testamento deixou como testamenteiros o seu sobrinho homónimo e também padre, filho de sua irmã Teresa de S. José, o seu irmão José Vieira de Bem e o filho mais velho do mesmo, Venceslau Francisco. Teve por sua alma 700 missas e 100 de tenção.

José Vieira de Bem casou aos 43 anos com Quitéria Isabel Brum da Silveira, de 24 anos, filha de João Pereira Fagundes e Isabel de Brum, proprietários, naturais das Lajes, mas residentes em S. João. Tiveram sete filhos. José Vieira de Bem faleceu aos 64 anos, sendo amortalhado em hábito de saial e acompanhado por 6 religiosos. No seu testamento do qual foi testamenteiro seu filho Venceslau Francisco Vieira de Bem, deixou um ofício e 200 missas por sua alma e mais 100 missas de tenção. Sua mulher que viria a falecer dois anos mais tarde teve as mesmas honras fúnebres e deixou por sua alma 300 missas rezadas e 100 por sua intenção e 50 por alma de seu marido.

Parece depreender-se que a geração seguinte conseguirá novos recursos económicos não muito ao alcance de quem viveu os vinte anos posteriores à crise de 1718/20.

## 5. Quarta Geração ascendente

### 5.1. CASAL 1

QUADRO XXXI

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>4ª Geração Ascendente</b>				
<b>CASAL 1</b>				
<b>(S. João)</b>				
<b>José de Ávila Martins</b>	10-05-1692		03-06-1754	Casado
<b>Teresa da Conceição</b>	15-06-1705	03-11-1727	24-12-1786	Viúva
<b>FILHOS</b>				
<i>Maria da Conceição</i>	17-08-1728		20-04-1746	Solteira
<i>João de Ávila Martins</i>	24-06-1731	14-06-1753	16-02-1805	Viúvo
José	06-08-1734		14-06-1739	Criança
<b>Manuel de Ávila Martins (Bisavô de F.C.)</b>	10-02-1737	13-02-1764	04-06-1804	Viúvo
<i>Josefa da Conceição</i>	21-10-1739	15-01-1758	16-05-1807	Casada
<i>José de Ávila Martins</i>	10-03-1742	24-11-1768	13-01-1809	Viúvo
Teresa	18-09-1744		03-04-1748	Criança
Maria	26-02-1748		21-04-1771	Solteira

Teresa da Conceição, casada aos 22 anos, com um homem mais velho treze anos, teve o seu primeiro filho nove meses após o casamento e o seu oitavo e último filho aos 42 anos. Tendo todos os filhos conhecidos sobrevivido ao primeiro ano de vida, os intervalos intergenésicos são de dois a três anos, com um intervalo mais largo entre João e José. Falecida a filha mais velha, de nome Maria e depois José antes de encerrado o ciclo fecundo da família, encontramos a repetição dos respectivos nomes.

Reparemos que nesta família os filhos homens usam os apelidos do pai, Ávila Martins, e as mulheres o sobrenome da mãe, Conceição.

Todos os padrinhos convidados são da freguesia, sobressaindo os familiares. Assim, o tio paterno, José Pereira, é padrinho de Maria. A tia materna, Maria do Amaral, será madrinha de Manuel. Francisco Vieira e Ana da Conceição, também tios maternos serão padrinhos de Teresa. Rita Maria da Conceição, igualmente tia materna será madrinha de Maria, segunda de nome. Os primos Francisco Pereira Tomás e sua irmã Teresa de Ávila, filhos de Francisco Pereira Tomás e de Maria de Ávila, esta irmã do pai, serão padrinhos de João. Uma outra filha destes, Isabel Francisca, será madrinha de Josefa. Outros jovens são escolhidos para padrinhos, como António Silveira Goulart, filho do alferes homónimo ou Catarina da Conceição filha de António Rodrigues Frade, 6º avô de F. C.

José de Ávila Martins faleceu aos 62 anos e apenas sabemos que fez testamento. A sua viúva, Teresa da Conceição, faleceu aos 83 anos. Foi amortalhada em hábito de picote e no seu testamento deixou 60 missas por sua alma, 10 de intenção e uma ao Anjo da Guarda, sem nenhum sinal de distinção.

A filha mais velha, Maria da Conceição morreu aos 17 anos. Foi também amortalhada em hábito de picote, o mais barato, e teve por sua alma 15 missas.

João de Ávila Martins casou aos 22 anos com Teresa Francisca, de 17 anos, natural de S. Mateus. Tiveram 13 filhos. Ao seu óbito, aos 73 anos, foi amortalhado em hábito de saial, teve ofício de corpo presente, 100 missas por sua alma e mais 100 de tenção, além de uma missa ao Anjo da Guarda, outra ao Santo do Nome, uma no altar privilegiado e mais duas por alma de sua mulher. A mulher, falecida aos 51 anos, fora amortalhada em hábito de picote, e tivera por alma 70 missas, 15 de tenção e uma ao Anjo da Guarda. Teve apenas meio anal de responsos.

José que faleceu aos 5 anos e mais tarde Teresa, que faleceu aos 3 anos, não tiveram sufrágios conhecidos. Não parece ter sido hábito a *missa*

*dos Anjos* dita pelos menores de 7 anos, como acontecia nas paróquias de dioceses do continente.

Manuel de Ávila Martins, casado aos 27 anos com Rita Maria, de 24 anos, vira nascer o seu primeiro filho vinte dias antes do casamento. Mais tarde nos referiremos a este casal como trisavós de F. C.

Josefa da Conceição casou aos 26 anos com Mateus Garcia, natural de S. Mateus. Tiveram 11 filhos. À sua morte, aos 67 anos, deixou apenas meio ofício, 14 missas rezadas e 20 por sua intenção. Foi amortalhada em hábito de picote. Seu marido que lhe sobreviveu mais quatro anos teve tratamento similar à sua morte.

José de Ávila Martins, casou aos 26 anos com Maria de Brum, de 19 anos, filha de António Goulart de Sousa e Maria de Brum, proprietários. Tiveram 12 filhos. José de Ávila Martins, aos 66 anos, teve morte súbita. Foi amortalhado em hábito de saial, teve ofício incensado, 100 missas por alma, 50 de intenção e mais uma ao Anjo da Guarda e outra ao Santo do Nome. Maria de Brum falecera dez anos antes e tivera por sua alma acompanhamento de três padres e mais de um frade agostinho. Foi amortalhada em hábito de saial e o mesmo volume de sufrágios que mais tarde viria a ter o seu viúvo.

A segunda filha de José de Ávila Martins e Beatriz da Conceição de nome Maria morreu aos 23 anos e teve por sua alma ofício, 35 missas e 5 de tenção.

Dispondo, segundo pensamos, de poucos recursos económicos e bom relacionamento na freguesia, a fortuna dos filhos parece ter dependido bastante das estratégias matrimoniais seguidas.

## 5.2. CASAL 2

QUADRO XXXII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data Óbito Observação	Estado Óbito
<b>4ª Geração Ascendente CASAL 2 (S. João)</b>				
<b>Manuel Gaspar</b>	1702 (?)		31-01-1772	Viúvo
<b>Maria de S. Matias</b>	1699 (?)		03-03-1759	Casada
<b>FILHOS</b>				
João	27-12-1722		13-10-1724	Criança
Maria <i>Francisca</i>	21-04-1724	25-12-1752		
Teresa	14-02-1726		06-11-1726	Criança
Mateus <i>Rodrigues</i>	19-09-1727	19-11-1759	11-04-1701	Viúvo
Manuel <i>Pereira Gaspar</i>	10-04-1730	24-11-1764	19-07-1806	Viúvo
João	31-12-1732			
Tomé	19-12-1735			
<b>Rita <i>Maria</i> (Bisavó de F.C.)</b>	26-10-1739	13-02-1764	16-08-1792	Casada

Pensamos que este como outros casais vindos das Lajes que acorrem a S. João após a crise vulcânica de 1718/20, fossem solicitados pelos trabalhos necessários à construção de habitações em zonas novas ou substituição de mão de obra especializada que abandonara a paróquia.

A aceitar a idade atribuída pelo pároco a Maria de S. Matias no momento da morte, a mesma teria 23 anos ao nascimento do primeiro filho conhecido e 40 ao nascimento do último. Reparemos que, falecendo Teresa aos oito meses, o intervalo entre a morte desta e o nascimento de Mateus é de nove meses apenas, o que poderia reflectir a importância da amamentação na limitação dos nascimentos. No entanto, nesta família, os primeiros intervalos entre os nascimentos são mais curtos do que o habitual, mesmo quando os filhos sobrevivem. O primeiro intervalo conhecido é de 15 meses, o segundo de 21 meses. Só depois os intervalos alargam, atingindo 46 meses no último intervalo, o que nos faz supor que Maria de S. Matias teria mais de 40 anos ao nascimento do último filho.

Mais uma vez os apelidos e sobrenomes usados pelos filhos desta família não obedecem a uma lógica imediatamente compreensível. O único que usa os apelidos do pai é o filho Manuel. Mateus usa o apelido Rodrigues. Maria usa o sobrenome de Francisca e Rita o de Maria.

Não deve ter sido fácil a inserção desta família no seu novo meio social. Dos seus primeiros cinco filhos todos os padrinhos são naturais das Lajes, ou são filhos de naturais das Lajes. Maria de S. Tomé, mulher de Manuel Rodrigues Debra (os descendentes de segunda geração usarão o apelido Évora), ambos naturais das Lajes e que acorrem no mesmo período a S. João, chega a ser madrinha de três filhos de Manuel Gaspar e Maria de S. Matias. Só ao baptizado do seu último filho, já em 1739 escolhem para padrinho Francisco Leal, filho de outro Francisco Leal que sabemos ser sapateiro e proprietário. Madrinha será Catarina Vieira, filha de Baltazar Fernandes Frade, tetravô de F. C..

Esta família afigura-se claramente como uma família de poucos recursos. Maria de S. Matias teve por sua alma meio ofício, 15 missas e 5 de tenção. O seu viúvo, Manuel Pereira Gaspar, falecendo aos 70 anos, segundo o pároco, foi amortilhado em hábito de picote e teve o mesmo volume de sufrágios de sua mulher.

Dos seus filhos, sabemos que João e Teresa faleceram na infância, mas não podemos afirmar o mesmo de João, segundo de nome, ou de Tomé.

Maria Francisca, a filha mais velha conhecida, casou aos 28 anos com António Rodrigues, de 20, filho de Manuel Rodrigues e Isabel das Candeias, esta também natural das Lajes. Não sabemos o destino do casal. Seria interessante se pudéssemos verificar se faziam parte do contingente de recrutados para o Brasil em meados do século.

Mateus Rodrigues Gaspar casou aos 32 anos com Isabel Goulart, de 27 anos, filha de Manuel Silveira Goulart e Teresa de S. José. Eram parentes em 4º grau de consanguinidade. Conhecemo-lhes 6 filhos. Ao seu óbito, aos 73 anos, Mateus Rodrigues Gaspar não mostra sinais de distin-



ção social. No seu testamento deixa apenas um ofício e 40 missas rezadas por sua alma, 5 de tenção e uma ao Anjo da Guarda. A sua viúva, que falecera 16 anos antes, fora amortalhada em hábito de saial e tivera por sua alma 60 missas, mais 10 de tenção e uma ao Anjo da Guarda.

Manuel Pereira Gaspar casou aos 34 anos com Maria da Conceição, de 29 anos, filha de Manuel de Ávila Rodrigues e Engrácia Vieira. Tiveram quatro filhos. Enviuvando aos 50 anos, Manuel Pereira Gaspar não voltou a casar. Falecendo aos 76 anos, foi amortalhado em hábito de picote, acompanhado pelas cruces do Santíssimo Sacramento, Senhora do Rosário e S. João, pela esmola costumada de 100 réis cada uma. Teve meio ofício de corpo presente. A sua mulher havia também sido amortalhada em hábito de picote, e tivera por alma 30 missas e mais dez de tenção, além da missa do Anjo.

De Rita Maria, como ascendente de F. C., falaremos mais tarde.

Não encontramos a assinatura de Manuel Pereira Gaspar ou dos seus filhos nos livros paroquiais de S. João.

### 5.3. CASAL 3

QUADRO XXXIII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>4ª Geração Ascendente</b>				
<b>CASAL 3</b>				
<b>(S. João)</b>				
<b>António Silveira de Ávila</b>	02-09-1709		14-08-1787	Viúvo
<b>Anastácia Jacinta</b>	1728 (?)		02-05-1783	Casada
<b>FILHOS</b>				
António	15-09-1755		Falecido	Criança
Maria	17-09-1756		Falecido	Criança
Antónia <i>Jacinta da Silveira</i>	17-09-1757	04-10-1763	09-03-1810	Viúva
Maria <i>Jacinta da Silveira</i>	02-05-1760	23-09-1780	03-02-1784	Casada
<b>António Silveira de Ávila- tenente (Bisavô de F.C.)</b>	05-07-1762	12-05-1768	15-11-1845	Casado
José	17-05-1764			
Francisco <i>Peixoto da Silveira</i>	24-09-1766	27-07-1789	02-10-1807	Casado
Josefa	24-10-1769		13-10-1770	Criança

A rede alargada de conhecimentos de João Homem da Silveira poderá ter permitido o casamento de seu filho António Silveira de Ávila com uma mulher dos Flamengos, da ilha do Faial. A idade de 55 anos atribuída pelo pároco a Anastácia Jacinta no momento da sua morte deve estar adequadamente aproximada, considerando que poderia ser mãe pela última vez aos 41 anos. Sabemos que os dois primeiros filhos faleceram na infância através de uma nota marginal dos respectivos assentos de baptizado. A filha mais nova morre também a abeirar um ano de idade. Admitimos que José tenha sobrevivido. Conhecemos o casamento dos restantes quatro filhos.

Reparamos que o casal escolhe preferentemente padrinhos para os filhos do Faial e das Lajes. Do filho mais velho é padrinho o padre cura da freguesia de Castelo Branco, da ilha do Faial, António de Ávila Peixoto, possivelmente filho de Manuel de Ávila Peixoto, da mesma freguesia, que havia sido já compadre de João Homem da Silveira. Todos os outros padri-

nhos e madrinhas ou são do Faial ou das Lajes, exceptuando Manuel Silveira de Ávila e Úrsula Garcia, filhos de outro Manuel Silveira de Ávila, este também natural das Lajes.

Os dois filhos do sexo masculino que casaram usam apelidos familiares, mas diferentes. O filho António usa os apelidos do pai, Silveira de Ávila, mas Francisco é Peixoto da Silveira. Recordemos que o apelido Peixoto foi usado pelos meios irmãos de António Silveira de Ávila, filhos do alferes João Homem da Silveira e de Maria Josefa da Conceição.

O sobrenome de Jacinta é transmitido às filhas, mas também o apelido Silveira.

António Silveira de Ávila faleceu aos 77 anos. Foi amortalhado em hábito de saial e acompanhado por 4 religiosos. No seu testamento deixou 500 missas rezadas, 100 de tenção e 10 missas ao Anjo da Guarda. Sua mulher teve honras fúnebres e um volume de sufrágios equivalente ao do marido.

Dos seus filhos, Antónia Jacinta da Silveira casou aos 16 anos com Francisco José Duarte, de 29, filho de António Rodrigues Frade e Josefa dos Ramos. Tiveram sete filhos, todos sobreviventes à infância. Havia-se dado a ruptura da união, por morte súbita do marido, quando Antónia Jacinta contava 34 anos. Ela própria viria a falecer aos 42 anos. Foi amortalhada em hábito de saial e teve por sua alma 300 missas rezadas, 300 por intenção, uma ao Anjo, outra ao Santo, uma no altar privilegiado e outras mais.

Maria Jacinta da Silveira casou aos 20 anos com Manuel Silveira de Sousa, de 28 anos, filho de outro homónimo e de Francisca Catarina. Faleceu aos 23 anos, possivelmente de parto, deixando uma filha nascida 28 meses antes. Foi amortalhada em hábito de saial e teve acompanhamento de dois religiosos. Por sua alma teve ofício, 20.000 réis de missas e mais 6000 para missas de intenção. Pediu também uma missa ao Anjo e outra ao Espírito Santo.

O tenente António Silveira de Ávila casou aos 22 anos (ainda alferes) com Maria Francisca, de 27 anos, filha do sargento Leandro Francisco e de Teresa da Rosa. Acompanharemos mais tarde o seu trajecto de vida, como bisavô de F. C..

Francisco Peixoto da Silveira casou aos 22 anos com Catarina Josefa de Jesus, de 28, filha de Francisco Martins e Maria Catarina. Tiveram sete filhos, seis deles com acesso ao casamento. Faleceu aos 41 anos. Foi amortalhado em hábito de saial e teve 595 missas rezadas e por sua intenção mais 100, além do ofício incensado e outras missas.

#### 5.4. CASAL 4

QUADRO XXXIV

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>4ª Geração Ascendente</b>				
<b>CASAL 4</b>				
<b>(S. João)</b>				
<b>Leandro Francisco – sargento</b>	05-01-1729		20-02-1811	Casado
<b>Teresa da Rosa</b>	11-05-1734	27-06-1757	17-01-1817	Viúva
<b>FILHOS</b>				
<b>Maria Francisca (Bisavô de F.C.)</b>	12-06-1757	12-05-1785	11-01-1852	Viúva
<b>Manuel</b>	31-10-1760			
<b>Venero</b>	07-03-1763			
<b>José Francisco da Rosa - sargento</b>	18-03-1766	13-02-1798	21-02-1857	Viúvo
<b>Francisco José de Sousa</b>	1769 (?)			
<b>Francisca Teresa</b>	08-02-1773	23-11-1801	08-11-1807	Casada

Pelo primeiro rol de confessados de que dispomos, sabemos que em 1799 o casal vivia no lugar da Companhia de Cima, na Rua da Estrada, entre a Canada de Lázaro Pereira e a Canada do Alferes José Pereira, com a filha Francisca, ainda solteira, e um criado maior, Leandro, que admiti-

mos ser o antigo escravo liberto de quem fora senhor João Homem da Silveira.

Maria, primeira filha do casal, nasceu duas semanas antes do casamento dos pais, o que poderá significar que o casamento foi tratado na sequência da gravidez. Nasceram o primeiro filho aos 23 anos de Teresa da Rosa e ultrapassando o casal cinquenta anos de casados, são registados menos filhos do que seria de esperar. Sem que a mãe tivesse atingido ainda os quarenta anos, encontramos um intervalo entre o penúltimo e o último filhos quase a atingir os sete anos, depois de intervalos regulares de cerca de três anos. Admitimos que Francisco José de Sousa que apenas conhecemos através do rol de confessados de 1813, com residência esporádica com a mãe, já viúva, possa ter nascido entre José e Francisca.

O casal escolheu como compadres predominantemente familiares. Inês da Rosa, depois Inês Francisca Teresa, irmã da mãe, foi madrinha de Maria. O sargento Estêvão Francisco, irmão do pai, foi padrinho de Manuel. Um primo de Leandro Francisco, Francisco José Duarte, filho do alferes António Rodrigues Frade e de Josefa dos Ramos foi padrinho de Venero, sendo a mãe madrinha. A mesma Josefa dos Ramos havia sido já madrinha de Manuel, José Rodrigues Pais e Maria Teresa, filhos de Mateus Rodrigues Pais foram padrinhos de Francisca. O padre Francisco Vieira de Bem foi padrinho de José.

Leandro Francisco faleceu aos 82 anos e foi amortilhado em hábito de saial e acompanhado por quatro religiosos de S. Francisco, além do usual. Testamenteiro foi seu filho José Francisco da Rosa, deixando por sua alma um ofício incensado e 300 missas rezadas, além de 300 missas de tenção, 300 pelas Almas do Purgatório, uma ao Anjo da Guarda, outra ao Santo do Nome, cinco à Senhora das Dores.

Teresa da Rosa faleceu aos 82 anos, deixou como testamenteiro o mesmo filho e teve por sua alma o mesmo volume de sufrágios do marido.

Dos filhos Manuel e Venero não temos conhecimento posterior, embora se suponha que sobreviveram à infância, dados os intervalos entre

os nascimentos e a não repetição posterior dos seus nomes, mesmo nascendo dois outros irmãos do mesmo sexo.

De Maria Francisca, casada aos 27 anos com António Silveira de Ávila, trataremos mais tarde.

O sargento José Francisco da Rosa casou aos 31 anos com Maria de Brum da Silveira, a abeirar os 17 anos, único filho do sargento António Rodrigues Sarmiento e de Luzia de Brum da Silveira, proprietários, que viviam em 1799 também na Companhia de Cima, na segunda casa da Canada de Perpétua de Sousa<sup>20</sup>. José Francisco da Rosa e a mulher foram viver com os sogros. Maria de Brum da Silveira faleceu aos 38 anos, depois de ter baptizado 13 filhos, onze deles sobreviventes. Foi amortilhada em hábito de saial, teve por sua alma um ofício incensado e 300 missas, deixando ainda mais 100 missas de tenção, uma à Senhora das Dores, uma a S. Marcos, outra a S. José, outra a Sta. Bárbara, uma ao Anjo da Guarda e outra ao Santo do Nome. José Francisco da Rosa viveria ainda até aos 90 anos, sem voltar a casar. Sabemos apenas que fez testamento, sendo testamenteiro o seu filho mais novo, o padre Manuel José de Brum.

Francisca Teresa casou aos 27 anos com José Inácio, de 31 anos, filho de Manuel de Ávila Martins e de Rita Maria<sup>21</sup>, continuando a viver com os pais. Teve apenas dois filhos, falecendo possivelmente de parto, aos 34 anos. Foi amortilhada em hábito de saial, teve por sua alma um ofício de corpo presente e 175 missas rezadas e mais 25 de tenção. Sete anos após a sua morte, o seu viúvo voltaria a casar.

<sup>20</sup> Viviam então com uma criada.

<sup>21</sup> Casal 1 de bisavós de F. C..

## 5.5. CASAL 5

QUADRO XXXV

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>4ª Geração Ascendente CASAL 5 (S. João)</b>				
<b>Francisco de Simas</b>	08-02-1693		26-01-1769	Viúvo
<b>Isabel Silveira</b>	1690 (?)	11-11-1721	13-11-1768	Casada
<b>FILHOS</b>				
<b>Manuel Leal de Simas (Bisavô de F.C.)</b>	26-03-1723	18-10-1756	29-03-1806	Viúvo
<i>João de Simas</i>	12-02-1727	11-02-1754	16-04-1810	Viúvo
<i>Maria Francisca</i>	31-03-1730	18-06-1760	05-01-1789	Casada

Francisco de Simas, natural de S. Roque, era viúvo de Maria Camacha, quando casou com Isabel Silveira, esta natural das Lajes. Havia baptizado em S. João um filho da sua primeira mulher, de nome Clemente, em 23 de Novembro de 1714. Não temos conhecimento da data de óbito de Maria Camacha, admitindo que tivesse falecido fora de S. João no período conturbado da crise vulcânica.

O pároco atribuiu a Francisco de Simas, no momento da sua morte, a idade de 70 anos. Abeirava, de facto, os 76 anos. A Isabel Silveira, são-lhe atribuídos também 70 anos no momento da morte. Dado que o seu último filho nasce em 1730, é de admitir o seu nascimento por volta de 1690.

Do assento de baptizado de Manuel, primeiro filho do casal, vemos que os padrinhos foram dois tios maternos solteiros, como parece ser comum no período. A tinta diluída impede-nos uma total leitura dos assentos de baptizados dos outros dois filhos.

Francisco de Simas foi amortilhado em hábito de picote e sabemos que fez testamento. Isabel Silveira, falecida dois meses antes, havia leva-

do o mesmo tipo de hábito e deixado por sua alma 25 missas. Seria uma família de reduzidos recursos económicos, a avaliar também pelos indicadores no momento da morte dos seus filhos.

Do primeiro filho conhecido de Francisco de Simas, Clemente, não temos informação posterior.

Manuel Leal de Simas casou aos 33 anos com Maria das Candeias, de 32, já viúva. Falaremos mais tarde deste casal, como bisavós de F. C..

João de Simas casou a abeirar os 27 anos com Águeda Silveira, da mesma idade, filha de Manuel Garcia e Águeda Silveira. Tiveram sete filhos, todos do sexo masculino, mas só conhecemos o destino de dois. Admitimos que os restantes cinco se tenham ausentado da freguesia. Em 1799 o casal vivia na Companhia de Baixo, na Canada de Miguel Vieira, na companhia do filho mais novo, com o mesmo nome do pai, já casado<sup>22</sup>. Águeda Silveira faleceu aos 78 anos e teve por sua alma 70 missas rezadas e mais 10 de tenção. Seu marido, falecido cinco anos mais tarde, aos 83 anos, foi amortilhado em hábito de picote, e teve apenas por sua alma 15 missas rezadas e 5 de tenção, além da missa do Anjo e do Santo e de duas missas no altar privilegiado.

Maria Francisca, também conhecida por Maria Silveira de Simas, casou aos 30 anos com António Vieira Goulart, de 29 anos, filho da sargento António Vieira Sarmiento e de Isabel Goulart. Morreu aos 58 anos, deixando três filhos, um deles mentecapto. Foi amortilhada em hábito de picote e teve por sua alma um ofício, 60 missas rezadas, 2 de tenção e uma ao Anjo da Guarda.

<sup>22</sup> Os dois casais são identificados em dois fogos contíguos, o que nos leva a aceitar que viveriam juntos. No último quartel do século quando há referência ao número de fogo e ao número da policia (número da casa) vemos claramente que o fogo se distingue da residência, significando aquele a existência de alguém (indivíduo ou chefe de família) obrigado aos direitos paroquiais, independentemente de viver em comunhão de casa e de mesa com outros familiares com essa mesma obrigação.

## 5.6. CASAL 6

QUADRO XXXVI

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>4ª Geração Ascendente</b> <b>CASAL 6</b> <b>(S. João)</b>				
<b>Manuel Rodrigues Dias</b>	1696 (?)		20-11-1766	Viúvo
<b>Isabel das Candeias</b>	1691 (?)		18-04-1747	Casada
<b>FILHOS</b>				
Manuel	17-08-1723			
<b>Maria das Candeias</b> <b>(Bisavó de F.C.)</b>	01-09-1724	08-11-1751	27-01-1787	Casada
Rita	25-12-1727			
António Rodrigues	03-03-1732	25-12-1752	05-01-1789	

É de admitir que a idade de 56 anos que o pároco atribui a Isabel das Candeias (natural das Lajes) no momento da sua morte, em 18 de Abril de 1747, fosse correcta, dado que o seu último filho nasceu em 1732, altura em que podia contar 41 anos.

Manuel Rodrigues Dias era natural de S. João, mas não temos elementos que nos permitam identificá-lo ao nascimento.

Os compadres escolhidos não nos autorizam a deduzir sobre a ascendência de Manuel Rodrigues Dias. Uma madrinha de um dos filhos é Teresa da Conceição, solteira, filha do alferes António Rodrigues Frade e Águeda Garcia, mas o filho Manuel deste casal, do qual não sabemos o destino seria manifestamente mais novo do que Manuel Rodrigues Dias. Também não poderia ser filho de Manuel de Ávila Bettencourt e Isabel Goulart, pais de um outro compadre do casal, dado que o filho dos mesmos de nome Manuel é claramente identificado.

Manuel Rodrigues Dias deixou como testamenteiro seu genro Manuel Leal de Simas, segundo marido de sua filha Maria das Candeias. Foi amortilhado em hábito de picote e deixou por sua alma meio ofício e

9.200 reis para missas. A sua mulher deixara 3000 réis para missas e mais 5 missas de tenção. Por estes indicadores, podemos deduzir que o casal não usufruía de posição de relevo no meio.

Com rigor, não sabemos o destino do filho Manuel. Admitimos que se trate de um Manuel Rodrigues, casado com Engrácia Alvernaz, uma mulher que supomos ser de fora da freguesia, que baptizou filhos entre 1752 e 1754 e faleceu em 25 de Dezembro de 1793, aos 70 anos, segundo o pároco.

A filha Maria das Candeias será objecto mais tarde da nossa atenção.

António Rodrigues casou aos 20 anos com Maria Francisca, filha de Manuel Pereira Gaspar e Maria de S. Matias, casal 2 de trisavós de F. C.. Como vimos antes, António Rodrigues e Maria Francisca saíram da paróquia posteriormente ao casamento.

## 5.7. CASAL 7

QUADRO XXXVI

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>4ª Geração Ascendente</b> <b>CASAL 7</b> <b>(S. João)</b>				
<b>Manuel da Silveira Goulart</b>	1690 (?)		31-07-1767	Viúvo
<b>Teresa de S. José</b>	19-03-1701	28-08-1724	03-07-1762	Casada
<b>FILHOS</b>				
António José da Silveira	04-01-1726	02-06-1757	17-09-1799	Viúvo
Maria Teresa/Silveira	07-03-1729		01-06-1808	Solteira
Isabel Goulart	03-02-1732	19-11-1759	09-02-1785	Casada
<b>Manuel Silveira Goulart</b> <b>(Bisavó de F.C.)</b>	12-10-1735	29-04-1765	07-01-1768	Casado
Francisco Vieira de Bem- padre	05-01-1739		22-11-1807	Padre
Ana	17-05-1742			
José	31-07-1745			



Reparemos que Teresa de S. José, com 23 anos ao casamento, esperou 16 meses para o nascimento do seu primeiro filho, contando 44 anos ao nascimento do sétimo e último filho.

Os apelidos Silveira e Goulart, do pai, são os usados pelos filhos desta família, à excepção do filho padre que irá chamar-se Francisco Vieira de Bem, tal como o seu tio materno, também padre.

Os padrinhos escolhidos são familiares próximos, mas também pessoas da vila das Lajes e proprietários de S. João. Assim, encontramos Manuel Silveira Goulart, avô paterno, como padrinho do filho mais velho, sendo madrinha a tia materna Isabel Goulart. A irmã desta, Catarina da Conceição, é madrinha de Manuel. Três primos dos baptizados, filhos do alferes António Silveira Goulart, são também compadres. O licenciado Francisco Vieira Goulart (não é apresentado no momento como padre), tio materno, é também escolhido para padrinho de um filho. Isabel de Brum, mulher de João Pereira Fagundes, proprietários, naturais das Lajes, é madrinha de dois filhos. Note-se que este casal será progenitor de Quitéria Isabel que viria a casar mais tarde com um irmão de Manuel da Silveira Goulart. Tomé da Silveira Machado, das Lajes é padrinho de outro filho do casal.

Manuel Silveira Goulart, à sua morte, aos 77 anos, como supomos, foi amortilhado em hábito de saial. Fez testamento, tendo deixado como testamenteiro seu filho padre. Teve por alma 56 missas, e 12 por sua intenção. Sua mulher que falecera cinco anos antes, aos 61 anos, teve por sua alma um ofício, 50 missas e 12 de tenção. O volume dos sufrágios indicia mais uma vez algumas dificuldades económicas nesta geração.

António José da Silveira, casou aos 31 anos com Teresa Josefa, de 23, filha de Manuel Leal Garcia e de Águeda de S. João, de quem teve sete filhos. Morrendo a mulher em 13 de Maio de 1772, voltaria a casar em 13 de Maio de 1779, com Maria do Rosário, de 30 anos, filha de Francisco Cardoso e Maria do Rosário. Antes, em 10 de Maio de Maio de 1777, haviam registado já uma filha natural. Registariam ainda mais três filhos. António José da Silveira vivia na altura do seu falecimento em 1799, na

Rua da Estrada, entre a Canada de Lázaro Pereira e a do alferes José Pereira, com os filhos Isabel e Mateus, solteiros. Foi amortilhado em hábito de picote e no seu testamento deixou por sua alma 10 missas e 4 de tenção, além da missa do Anjo e do Santo, o que denuncia grandes limitações.

Maria Teresa, também conhecida como Maria Silveira, foi mãe solteira a 37 anos<sup>23</sup>, viria a falecer aos 79 anos, depois da morte dos irmãos. Foi amortilhada em hábito de picote. O pároco informa que o seu parente, Venceslau Francisco Vieira de Bem seria obrigado a mandar-lhe celebrar 18 missas rezadas.

Como vimos atrás, Isabel Goulart casou aos 27 anos com seu primo em 4º grau de consanguinidade, Mateus Rodrigues Gaspar, de 22 anos, filho de Manuel Rodrigues Gaspar e Maria de S. Matias, casal 2 de trisavós de F. C.. Mostrou ser proprietária no momento da sua morte.

Manuel Silveira Goulart casou aos 29 anos com Helena Catarina da Silveira, natural das Lajes, sendo posteriormente objecto da nossa atenção.

O padre Francisco Vieira de Bem e Silveira, clérigo presbítero de hábito de S. Pedro, vivia na Rua da Estrada, entre a Canada do Almança e a Canada de Francisca. Com ele vivia em 1799 Josefa de Brum, assistente, e António, um criado, que não identificamos. À sua morte, aos 68 anos, fez testamento, deixando como testamenteiro o tenente Venceslau Francisco Vieira de Bem, seu primo. Foi acompanhado à sepultura por quatro religiosos e por 6 sacerdotes de fora da freguesia e pelo padre José Homem, da paróquia, além do habitual, *sendo levado à sepultura por quatro homens de pé descalço, contra todos os decretos*, segundo informa o pároco. Teve por alma ofício incensado, 280 missas rezadas e 200 por sua intenção.

<sup>23</sup> O filho, de nome João, nascido em 22 de Junho de 1766, viria a falecer em 23 de Maio do ano seguinte.

QUADRO XXXVII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>4ª Geração Ascendente</b>				
<b>CASAL 8</b>				
<b>(Lajes)</b>				
<b>Tomé Homem da Silveira</b>				
<b>Catarina de Jesus</b>	1705 (?)		07-04-1780	Viúva
<b>FILHOS</b>				
<i>Maria da Conceição</i>	1720 (?)		24-11-1780	Solteira
<b>Helena Catarina da Silveira</b> <b>(Trisavó de F.C.)</b>	12-11-1734	13-10-1760	22-07-1796	Viúva
João António da Silveira- alferes	26-01-1737	26-02-1767	12-04-1816	
Ana	28-09-1738			
Antónia	14-06-1741			
José	09-10-1743		04-04-1760	Solteiro
Ana	26-03-1746			

O trabalho de reconstituição da freguesia da Santíssima Trindade permite-nos saber que Catarina de Jesus faleceu viúva em 7 de Abril de 1780, aos 75 anos, segundo o pároco, dando indicação de ser proprietária. Não conhecemos o assento de óbito de Tomé Homem da Silveira

A filha Maria, possivelmente bem mais nova do que a idade indicada ao óbito, 60 anos, morreu solteira e mostra igualmente sinais de prestígio social no momento da morte.

José faleceu aos 17 anos.

Além de acompanharmos o destino da filha Helena, como trisavó de F.C., sabemos que o filho João António da Silveira, que ocupou o posto de alferes, casou aos 30 anos com uma mulher viúva que lhe deu três filhos. Residiria no Soldão, lugar imediatamente a seguir ao mistério da Silveira, onde faleceu aos 79 anos, já viúvo.

6. Terceira geração ascendente

6.1. CASAL 1

QUADRO XXXVII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>3ª Geração Ascendente</b>				
<b>CASAL 1</b>				
<b>(S. João)</b>				
<b>Manuel de Ávila Martins</b>	10-02-1737		04-06-1804	Viúvo
<b>Rita Maria</b>	26-10-1739	1302-1764	16-08-1792	Casada
<b>FILHOS</b>				
<i>Manuel de Ávila Martins</i>	23-01-1764		03-12-1826	Solteiro
<i>Maria</i>	23-07-1766			
<i>Pedro (crismado para Alexandre)</i>	29-06-1767			
<i>José Inácio</i>	19-04-1770	23-11-1801	15-01-1832	Viúvo
<i>Maria Rita</i>	14-02-1773	08-10-1798	16-05-1833	Viúva
<i>Josefa</i>	04-04-1775		05-01-1778	Criança
<i>João</i>	28-08-1778			
<b>António Silveira de Ávila Martins</b> <b>(Avô de F.C.)</b>	10-09-1781	26-10-1801	28-11-1844	Casado

Manuel de Ávila Martins e Rita Maria baptizaram o seu filho Manuel vinte dias antes do casamento, *estando comprometidos e apregoados para casar*. O seu segundo filho, Maria, nascido trinta meses mais tarde, deve ter falecido logo, dado o intervalo de apenas onze meses que separa o seu nascimento do de Pedro. Embora não saibamos o seu destino posterior, o intervalo intergenésico que se segue não faz suspeitar da morte precoce de Pedro, tanto mais que sabemos que recebeu o sacramento do crisma. De João, também sabemos que não morreu

na infância. Rita Maria abeirava os 42 anos ao nascimento do seu último filho.

Também este casal escolhe, como padrinhos dos seus filhos, familiares próximos ou proprietários da freguesia. Miguel Rodrigues Debra e sua mulher, naturais das Lajes, sem parentesco conhecido com a família, são padrinhos do primeiro filho; um filho dos mesmos é padrinho do segundo filho do casal. Um filho do alferes Joaquim Silveira Bettencourt é também compadre. O tio paterno, José de Ávila é padrinho de dois sobrinhos, sendo sua irmã Maria da Conceição, madrinha de outro. Dois primos de Manuel de Ávila Martins são também convidados para padrinhos dos filhos.

A primeira filha sobrevivente do casal chama-se Maria Rita, Maria como filha mais velha e Rita, primeiro nome da mãe. O filho mais velho é homónimo do pai. O filho José é José Inácio, simplesmente. António é António Silveira de Ávila Martins, parecendo ter adoptado o apelido Silveira do próprio sogro, António Silveira de Ávila.

Rita Maria faleceu em 16 de Agosto de 1792, com 52 anos. Foi amortalhada em hábito de picote e teve por sua alma 90 missas e mais 20 de tenção.

Em 1799 encontramos Manuel de Ávila Martins morando na Canada do Almanse com os filhos Manuel e António, este ainda solteiro. O filho José, também solteiro na mesma data, não o identificamos na freguesia. Encontramo-lo, logo após o seu casamento com Francisca Teresa, em 1801, a viver com o sogro, Leandro Francisco, (trisavô de F. C). João, ausente em 1799, estará presente em 1801, saindo logo em 1803. Teria emigrado para o Brasil e regressado de visita? A filha Maria Rita, casada com José Homem da Silveira integra o fogo contíguo. Admitimos mesmo que vivesse na mesma casa, uma vez que à morte de Manuel de Ávila Martins, o genro passa a encabeçar o fogo em que se conta o filho então solteiro, Manuel. O filho António Silveira de Ávila, casando em 1801, com Anastácia Jacinta, é identificado logo a seguir na mesma canada.

Manuel de Ávila Martins faleceu aos 67 anos e teve um ofício por sua alma, 200 missas rezadas e mais 20 de tenção.

O seu filho homónimo faleceu solteiro aos 62 anos, vivendo com a irmã, Maria Rita. Foi amortalhado em hábito de saial, fez testamento, deixando como testamenteiro o seu sobrinho, filho da referida irmã, também chamado Manuel de Ávila Martins.

Falecida a primeira filha com o nome de Maria, admitimos que o filho Pedro, que mudou no crisma para Alexandre, se tenha ausentado da freguesia.

José Inácio casou aos 31 anos com Francisca Teresa, de 28 anos, filha de Leandro Francisco e Teresa da Rosa e foi viver com o sogro, como vimos. A mulher faleceu em 8 de Novembro de 1807, depois de lhe dar dois filhos. Foi amortalhada em hábito de saial, teve ofício e 200 missas por sua alma. José Inácio voltou a casar em 29 de Maio de 1815, contando 45 anos, com Rita do Rosário, de 34 anos. Teriam ainda dois filhos. Rita do Rosário faleceu aos 50 anos, em 29 de Abril de 1831. Foi amortalhada em hábito de saial e não fez testamento por *estar perdida da cabeça*. O seu viúvo faleceu logo em 15 de Janeiro do ano seguinte. Sabemos que foi amortalhado em hábito de saial e que fez testamento, sendo testamenteiro o seu filho mais velho Manuel José Inácio.

A filha Maria Rita casou aos 25 anos com José Homem da Silveira, de 44 anos. Tiveram dois filhos. Ficou viúva aos 34 anos por morte súbita do marido. José Homem da Silveira foi amortalhado em hábito de saial e teve por sua alma 200 missas rezadas, além do ofício e 100 missas de tenção. Maria Rita faleceu aos 60 anos. Sabemos que foi amortalhada em hábito de saial e fez testamento, sendo testamenteiro o seu filho mais velho, Manuel de Ávila Martins.

Falecendo Josefa aos dois anos de idade e tendo emigrado João, o filho mais novo casou aos 20 anos com Anastácia Jacinta de 16 anos incompletos. Como avô de F. C., acompanharemos o seu percurso de vida.

## 6.2. CASAL 2

### QUADRO XXXVIII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>3ª Geração Ascendente CASAL 2 (S. João)</b>				
<b>António Silveira de Ávila – tenente</b>	05-07-1762		15-11-1845	Casado
<b>Maria Francisca</b>	12-06-1757	12-05-1785	11-01-1852	Viúva
<b>FILHOS</b>				
<b>Anastácia Jacinta (Avó de F.C.)</b>	28-10-1785	26-10-1801	16-02-1866	Viúva
António <i>Silveira de Ávila</i>	26-02-1788		Emigrou	
Francisco	14-02-1790		28-12-1791	Criança
Francisco <i>Peixoto</i>	02-10-1792		02-03-1764	Solteiro
Maria <i>Francisca</i>	17-05-1795	12-10-1818	18-01-1861	Casada
Teotónio	19-02-1798		Emigrou	

A avó de F.C., Anastácia Jacinta, nasceu cinco meses após o casamento dos pais, quando a mãe tinha 28 anos. Nascerão ainda mais cinco filhos a este casal, o último quando Maria Francisca tinha 40 anos.

Reparemos que a primeira filha deste casal se chamará Anastácia Jacinta, o mesmo nome da avó paterna, já então falecida; o segundo filho terá o mesmo nome do pai, António Silveira de Ávila; Francisco, será Francisco Peixoto, como um tio paterno; Maria, será como a mãe, Maria Francisca. O filho mais novo, Teotónio, recebe um nome próprio não conhecido anteriormente na freguesia.

Interessante verificar que os padrinhos dos filhos deste casal são quase sempre familiares próximos, pertencentes às casas que identificamos no fim do século como sendo dos maiores proprietários da freguesia. Assim, de Anastácia é padrinho o avó paterno António Silveira de Ávila (filho do capitão João Homem da Silveira) e madrinha é Teresa da Rosa, avó materna, mulher do sargento Leandro Francisco. De António foi padrinho o próprio Leandro Francisco e Antónia Jacinta, tia paterna do bap-

zado, mulher de Francisco José Duarte. De Francisco, primeiro de nome, foi padrinho o Pe. Francisco Vieira de Bem, primo de Leandro Francisco e Antónia Joaquina, filha solteira do alferes Joaquim Silveira de Bettencourt. De Francisco, segundo de nome foi padrinho Francisco Vieira de Bem e Bárbara Quitéria, irmã de Venceslau Francisco e também prima do sargento Leandro Francisco. De Maria foram padrinhos os tios maternos José Francisco, então estudante, e Francisca, solteira. De Teotónio foi padrinho Francisco Peixoto da Silveira, tio paterno, e sua mulher Catarina Josefa (pertenciam a uma das quatro casas mais ricas da freguesia no final do século).

Através dos róis de confessados podemos acompanhar a partir de 1799 as etapas de vida da família do tenente António Silveira de Ávila e de sua mulher Maria Francisca. Nesse fim de século sabemos que viviam na Rua da Estrada, entre a Canada do Almanse e a Canada de Francisca, no espaço de caminho velho que hoje medeia entre a Canada do Almanse e o Ramal da Igreja.

No último ano do século XVIII viviam nessa casa 9 pessoas. O casal, os filhos sobreviventes, Anastácia, António, Francisco, Maria e Teotónio, uma tia, Justina de Santo António, que supomos natural dos Flamengos da ilha do Faial, irmã da mãe de António Silveira de Ávila, Anastácia Jacinta. Residia também um criado adulto, de nome António, que saiu no ano seguinte.

António Silveira de Ávila ausentou-se em 1801, regressando três anos depois. Terá ido ao Brasil? Não terá sido esta a sua primeira ausência? Não temos possibilidade de o saber. Nesse mesmo ano casou Anastácia Jacinta, a avó de F.C., ficando a viver no seu primeiro ano de casada em casa dos pais. O novo casal iria depois fixar residência na travessa da Canada do Almanse para a de Francisca, no sítio do Lagido.

Em 1803 o filho António ausentou-se. Teria então 15 anos. Nesse mesmo ano, em 18 de Maio, morreria Justina de Santo António, então com 68 anos, segundo informação do pároco. Como último sacramento, apenas foi ungida, *por grave impedimento*. Foi acompanhada à sepultura por dois religiosos, *além do usual*. Havia feito *escritura* a seu cunhado.

António Silveira de Ávila regressou em 1804 e logo no ano seguinte o filho mais novo, Teotónio, então com 7 anos, emigrou, não sabemos

se para o Brasil. Visitaria episodicamente a casa dos pais em 1809 e ainda em 1814.

A filha Maria casou em 1818, aos 23 anos, com António Goulart de Sousa Peixoto, de 27 anos, e foi viver para a Companhia de Cima. Faleceria casada, sem filhos, aos 65 anos. Fez testamento.

Reduzida a família residente ao casal e ao filho Francisco, uma neta, filha de Anastácia Francisca, também de nome Anastácia, veio viver com os avós. Embora só seja arrolada em 1821, quando tinha sete anos, é de admitir que já lá vivesse anteriormente. Em 1823, a filha mais velha de Anastácia Francisca, Maria, de 19 anos, também veio viver com os avós. Foi nesse mesmo ano admitido um criado adulto, de nome João. Um enjeitado menor, de nome Januário, foi arrolado no ano seguinte, saindo o criado João.

O filho António, chamado então de António Silveira, visitou os pais em 1829.

Em 1831 a neta Anastácia foi viver com a tia Maria Francisca, casada com António Goulart de Sousa Peixoto, para a Companhia de Cima, casal sem filhos que vivia na Rua da Estrada entre a Canada de Perpétua e a de Lázaro Pereira. Viria a falecer solteira, aos 74 anos na mesma residência

O exposto Januário ausentar-se-ia no ano seguinte.

Faleceu António Silveira de Ávila aos 83 anos, deixando como testamenteiro seu filho homónimo. Estranhámos que o testamenteiro seja um filho ausente quando o filho Francisco nunca havia abandonado a casa dos pais. Maria Francisca, sua viúva, faleceu aos 94 anos, deixando como testamenteiro António Silveira de Ávila Martins, marido de sua filha Anastácia Jacinta. Em 1847 a neta Maria havia casado em casa com António de Brum Bettencourt que passara a chefe do agregado.

Em 1853 Francisco Peixoto deixava a casa da sobrinha e iria viver em casa do irmão da mesma, seu sobrinho António Silveira de Ávila Martins, casado com Inácia dos Anjos, pais de F. C.. Aí viria a falecer aos 71 anos de idade.

Esta família talvez represente uma situação comum entre os proprietários da freguesia na primeira metade do século XIX. Manter o estatuto

de nascimento implicaria emigrar, nesta altura predominantemente para o Brasil. Os homens casados não deixariam de o fazer, mas os filhos dos mesmos, mesmo muito jovens, encontravam esse destino. Reparemos que dois filhos de António Silveira de Ávila emigraram sem retorno definitivo e o terceiro filho sobrevivente ficou solteiro. As duas filhas casaram, mas apenas uma delas teve descendência. Assim, duas netas vieram viver com os avós, ficando uma delas casada em casa dos mesmos. Eventuais incompatibilidades do marido com o tio solteiro levariam ao afastamento deste para casa de outro sobrinho.

### 6.3. CASAL 3

#### QUADRO XXXIX

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>3ª Geração Ascendente</b>				
<b>CASAL 3</b>				
<b>(S. João)</b>				
<b>Manuel Leal de Simas</b>	26-03-1723		29-03-1806	Viúvo
<b>Maria das Candeias</b>	01-09-1724	18-10-1756	27-01-1787	Casada
<b>FILHOS</b>				
<i>Manuel Leal de Simas</i>	25-09-1757	13-12-1781	25-12-1817	Viúvo
<b>José Francisco de Simas (Avô de F.C.)</b>	14-01-1760	28-07-1791	06-03-1844	Viúvo
António	06-01-1763			
Francisco	05-03-1767			
Antónia	25-09-1769		22-08-1781	Criança

Maria das Candeias era viúva de Francisco Goulart ao seu casamento com Manuel Leal de Simas

QUADRO XL

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>CASAL 3-B-1</b> (Afim à 3ª Geração Ascendente)				
<b>Francisco Goulart</b>	26-01-1722	08-11-1751	27-01-1787	Casada
<b>Maria das Candeias</b>	01-09-1724			
<b>FILHOS</b>				
Maria <i>das Candeias</i>	02-06-1752	04-10-1779	03-10-1805	Casada
Isabel <i>das Candeias</i>	15-12-1754	03-05-1790	23-12-1804	Casada

Maria das Candeias casara aos 27 anos com Francisco Goulart, de 29. Seis meses depois tinha a sua primeira filha, passados dois anos e meio, nascia a segunda filha. Não conhecemos a data de óbito do marido, mas o espaço entre o nascimento dessa segunda filha e o segundo casamento é de menos de dois anos.

Neste caso, sendo sobreviventes as duas filhas, não encontramos casamento precoce de nenhuma, admitindo-se uma integração fácil na nova família. Reparemos, no entanto, que as duas filhas a ela se ligam claramente pelo sobrenome *das Candeias*.

Maria das Candeias, casada segunda vez aos 32 anos, viria a ter ainda mais cinco filhos, o último dos quais quando contava 45 anos.

Encontramos Manuel Leal de Simas em 1799 a residir na primeira casa da Rua da Estrada, entre a Canada de Santo António e o Fim da Freguesia, na direcção das Lajes, como dependente do seu filho José de Simas. Não sabemos se teria sido essa a sua residência enquanto chefe de família.

Manuel Leal de Simas e Maria das Candeias escolheram para padrinho do seu primeiro filho António Silveira de Évora, filho de Miguel Rodrigues Debra e de Maria de S. Tomé, casal de proprietários, naturais das Lajes, como sabemos. Como madrinha, a tia paterna, Maria Silveira, referida como Maria de Simas ao baptizado do segundo filho do casal. Um

tio materno, Filipe de Brum, é padrinho de Francisco, sendo madrinha a madrastra do mesmo, Engrácia Maria. Bárbara Quitéria, mulher de outro filho de Miguel Rodrigues Debra, é madrinha de António. O padre Tomás Alexandre da Silveira, das Lajes, é padrinho do mesmo António. Dois filhos de Jorge Leal, também natural das Lajes, mas residente em S. João, são padrinhos de Antónia. Além de familiares, as relações de compadrio parecem claramente estabelecidas com figuras de prestígio.

Maria das Candeias faleceu aos 62 anos, sem mostrar indícios de prosperidade económica. Fez testamento e deixou 40 missas por sua alma e mais dez de intenção, uma mais ao Anjo da Guarda e meio anal de resposos. Seu filho Manuel Leal de Simas foi o testamenteiro. O seu viúvo, Manuel Leal de Simas, faleceu aos 83 anos em casa de seu filho José, como vimos, e mostra também a sua debilidade económica, sendo amortalhado em hábito de picote e tendo por alma meio ofício em vez do ofício inteiro.

O filho Manuel Leal de Simas casou aos 24 anos com Maria Catarina, de 27 anos, sua prima, filha de Manuel Rodrigues, irmão da mãe, e de Engrácia Maria, conhecida já como madrinha do irmão Francisco. Tiveram seis filhos, dois deles falecidos na infância. Viviam na Rua da Estrada entre a Canada de Miguel e a Canada de Santo António, próximo de José Leal de Simas. Maria Catarina faleceu em 23 de Dezembro de 1816, aos 62 anos. Os sufrágios por sua alma constam apenas de 50 missas rezadas e 20 de tenção, outra missa a S. Nicolau e uma a St. António em altar privilegiado. Um ano mais tarde falecia Manuel Leal de Simas, com 60 anos. Foi amortalhado em hábito de picote, e teve ofício de corpo presente e o mesmo volume de sufrágios de sua mulher, com as mesmas intenções.

José Leal de Simas casou aos 31 anos com Francisca Catarina, sendo objecto mais tarde da nossa atenção.

Admitimos que António e Francisco tenham emigrado jovens. Não temos nenhuma informação a seu respeito posterior ao nascimento.

Antónia faleceu a abeirar os 12 anos, em vida dos pais. Teve por sua alma 12 missas e mais duas de tenção.



#### 6.4. CASAL 4

QUADRO XLI

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>3ª Geração Ascendente CASAL 4 (S. João)</b>				
<b>Manuel Silveira Goulart</b>	12-10-1735		07-01-1768	Casado
<b>Helena Catarina da Silveira</b>	12-11-1734	29-04-1765	22-07-1796	Viúva
<b>FILHOS</b>				
<b>Francisca Catarina (Avó de F.C.)</b>	18-04-1766	28-07-1791	28-07-1835	Casada
<i>Manuel Silveira Goulart</i>	20-01-1768	10-10-1793	25-08-1823	Casado

Helena Catarina da Silveira, natural da freguesia da Santíssima Trindade da vila das Lajes, era já viúva. Casara na sua freguesia em 13 de Outubro de 1760, aos 25 anos, com Manuel Francisco da Silveira, de S. Mateus.

QUADRO XLII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>CASAL 4-B-1 (Afim da 3ª Geração Ascendente) (S. Mateus)</b>				
<b>Manuel Francisco da Silveira</b>	1714 (?)		05-07-1764	Casado
<b>Helena Catarina da Silveira</b>	12-11-1734	13-10-1760	22-07-1796	Viúva
<b>FILHOS</b>				
Raimundo	20-08-1761		23-01-1762	Criança
Bárbara Francisca	21-11-1762	12-01-1784	19-09-1812	

Casando aos 25 anos, Helena Catarina da Silveira ficou viúva menos de quatro anos depois, com uma filha sobrevivente. Morrendo o marido em 5 de Julho de 1764, voltou a casar em 29 de Abril do ano seguinte na

freguesia de S. João, com Manuel Silveira Goulart de 29 anos. Estaria menos de três anos casada com o seu segundo marido. O seu segundo filho deste casamento nasceu treze dias após a morte do pai.

Manuel Silveira Goulart faleceu em 7 de Janeiro de 1768, aos 32 anos. Foi amortalhado em hábito de saial e teve um ofício por sua alma e 150 missas, além de 25 missas de tenção. Helena Catarina da Silveira voltaria a casar pela terceira vez, três meses mais tarde, com um homem natural de S. Mateus.

QUADRO XLIII

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>CASAL 4-B-3 (Afim da 3ª Geração Ascendente) (S. João)</b>				
<b>Manuel Pereira Rodrigues</b>	04-07-1729		01-04-1786	Casado
<b>Helena Catarina da Silveira</b>	12-11-1734	12-04-1768	22-07-1796	Viúva
<b>FILHOS</b>				
<i>Maria da Conceição</i>	04-08-1770	31-01-1796	19-07-1797	Casada
Raimundo	09-02-1773			
<i>Rosa Helena</i>	25-11-1776	24-09-1804		

Verificamos assim que Helena Catarina da Silveira, casando a primeira vez aos 25 anos acabaria por ter sete filhos de três casamentos, nascendo-lhe o último filho aos 42 anos.

Faleceu o terceiro marido em 1 de Abril de 1786 em S. João, onde residiam, tendo sido amortalhado em hábito de saial e deixando por sua alma 100 missas, mais 12 de intenção, uma ao Anjo da Guarda, outra ao santo do Nome e outra a N. Senhora do Livramento. Helena Catarina ainda lhe sobreviveu dez anos, falecendo em 22 de Julho de 1796, aos 62 anos. Deixou no seu testamento o mesmo volume de sufrágios de seu terceiro marido, mas foi amortalhada em hábito de picote e não se lhe fez o ofício de corpo presente como determinara *por se achar falida de bens*.

Admitimos que a filha do primeiro casamento residisse com a família do pai em S. Mateus na medida em que é nessa freguesia que se casa, aos 21 anos, sendo dada como residente.

Padrinho dos dois filhos do segundo casamento foi o tio paterno, o padre Francisco Vieira de Bem e Silveira. A tia materna Antónia Maria de Jesus foi madrinha de Francisca. De Manuel foi madrinha Catarina de Jesus, mulher de Francisco Vieira Goulart, que admitimos ser outra tia materna.

A filha Francisca Catarina casaria aos 25 anos com José Leal de Simas, que seriam avós de F. C..

O filho Manuel Silveira Goulart, homónimo do pai, casou também aos 25 anos com Antónia Maria da Silveira, de 17 anos. Tiveram seis filhos, todos com acesso ao casamento em S. João. Morreu casado aos 55 anos. Foi amortalhado em hábito de picote.

Maria, filha do terceiro marido, casaria aos 25 anos com António Ferreira Vicente, falecendo sem filhos ano e meio depois, aos 26 anos.

De Raimundo, não temos notícia posterior.

A filha mais nova, Rosa Helena, casaria aos 27 anos com Manuel de Melo, em S. Mateus, onde residia.

O empobrecimento da família parece ter-se processado na última década do século.

## 7. Segunda geração ascendente

### 7.1. CASAL 1

QUADRO XLIV

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>2ª Geração Ascendente CASAL 1 (S. João)</b>				
<b>António Silveira de Ávila Martins</b>	10-09-1781		28-11-1844	Casado
<b>Anastácia Jacinta</b>	28-10-1785	26-10-1801	16-02-1866	Viúvo
<b>FILHOS</b>				
<i>Maria Francisca</i>	07-11-1803	07-11-1847	04-10-1882	Casada
<b>António Siveira de Ávila Martins (Pai de F.C.)</b>	14-08-1807	16-09-1830	30-03-1890	Viúvo
<b>Inês</b>	18-06-1810		08-12-1837	Solteira
<i>Anastácia Jacinta</i>	25-09-1814		15-02-1891	Solteira
<i>Teotónio Flávio da Silveira</i>	06-05-1817		02-07-1890	Solteiro
<i>Manuel Silveira Ávila Martins</i>	14-01-1820	13-10-1853	09-07-1890	Casado
<b>Rita</b>	18-01-1823		16-09-1823	Criança
<b>José</b>	08-03-1825			Criança
<b>José</b>	30-06-1827		Emigrou	

Casando Anastácia Jacinta dois dias antes de perfazer 16 anos, esperou vinte e quatro meses para o nascimento do seu primeiro filho. Os intervalos entre os nascimentos, particularmente entre Maria e António e entre Inês e Anastácia são muito alargados. O intervalo mais curto, entre Rita, deve-se ao falecimento aos sete meses da primeira. José, primeiro de nome, faleceu em 1826, segundo informação marginal do seu assento de baptismo. O nono e último filho nasceu quando Anastácia Jacinta tinha 45 anos.

Novamente encontramos familiares próximos convidados para padrinhos dos filhos deste casal. Apenas no caso da filha Maria foi padrinho João Machado Alves, da ilha do Faial, sendo madrinha Maria Rita, tia paterna. De António foram padrinhos os avós maternos. De Inês, foi padrinho Manuel de Ávila Martins, tio paterno e madrinha Brízida de Brum, então solteira, filha de José de Ávila, irmão do avô paterno. De Anastácia foram padrinhos os tios maternos, Teotónio e Maria (repare-se que o nascimento se dera em 1814, altura em que Teotónio visitava a freguesia). De Teotónio serão padrinhos por procuração o avô materno, António Silveira de Ávila, e sua filha Maria Francisca. Ao baptizado de Manuel serão novamente compadres Manuel de Ávila Martins e Maria Rita, irmãos do pai. De Rita serão padrinhos António Goulart de Sousa Peixoto e sua mulher Maria Francisca, esta tia materna da baptizada. De José, primeiro e segundo de nome serão padrinhos os avós maternos.

Como vimos, no seu primeiro ano de casados, António Silveira de Ávila Martins e Anastácia Jacinta viveram em casa da mãe desta última, estando o pai ausente. Regressando o pai, o casal foi viver para a Travessa da Canada de Almanse para a de Francisca, no sítio chamado Lagido, numa casa que hoje ainda se mantém na posse de um seu descendente. Em alguns róis António Silveira de Ávila Martins é referido como António Silveira de Ávila Lagido, alcunha que a família toma. Seriam vizinhos de Manuel de Ávila Martins, pai de António Silveira.

Como também já referimos, a filha Anastácia viveu desde criança com os avós maternos, passando depois para a casa da tia Maria que não tivera filhos. A irmã Maria, quando tinha 19 anos, passou também a viver na casa dos avós, onde acabaria por ficar depois de casada.

A filha Inês faleceu em 1837, aos 26 anos. Não sabemos a causa da morte.

O filho António, homónimo do pai, casou aos 32 anos com Inácia dos Anjos e foi viver para casa dos sogros.

Teotónio emigrou em 1842, quando contava 25 anos, ainda em vida do pai. Para o Brasil, supomos. Viria de visita em 1847, regressando em 1854, chamando-se então Teotónio Flávio da Silveira.

António Silveira de Ávila falecera em 28 de Novembro de 1844, aos 63 anos. Fez testamento e escolheu para seu testamenteiro seu filho Manuel, então solteiro e na sua companhia.

Manuel, chamado então Manuel Silveira de Ávila Martins casou em 1853, aos 33 anos, com Tomázia Bernarda, de 27 anos. No primeiro ano de casado foi viver para casa do sogro, Manuel da Fonte, viúvo, na Canada de Francisca, mas logo em 1855 passa a encabeçar o fogo em que vivia sua mãe viúva, Anastácia Francisca.

Teotónio Flávio da Silveira, regressado, vive algum tempo também na dependência do irmão, mas logo em 1855, passamos a encontrá-lo isolado numa residência próxima da casa que fora de seus avós António Silveira de Ávila e Maria Francisca, na Rua da Estrada, entre a Canada do Almanse e a Canada de Francisca e onde vivia sua irmã Maria Francisca e seu cunhado António de Brum Bettencourt. Voltou a sair em 1857. Regressaria em 1862, passando a viver com Maria Filomena, identificada umas vezes como criada, outras como *assistente*. Morreria solteiro, aos 74 anos, sendo identificado como proprietário. A sua casa de boa pedra talhada encontra-se hoje em ruínas, casa que deixara a Maria Filomena.

Anastácia Francisca havia falecido em 1866, aos 80 anos, identificada como fiandeira, uma actividade feminina referida então quase sistematicamente.

Também neste caso encontramos a emigração presente. Emigração bem sucedida, com retorno, como foi o caso de Teotónio Flávio da Silveira. Emigração sem retorno, como foi o caso de seu irmão José. Vimos como os avós ou tios sem filhos recebem as netas, aliviando a pressão das famílias numerosas.

## 7.2. CASAL 2

QUADRO XLV

Nome/cargo/profissão	Data Baptismo	Data Casamento	Data/Óbito Observação	Estado Óbito
<b>2ª Geração Ascendente</b>				
<b>CASAL 2</b>				
<b>(S. João)</b>				
<b>José Francisco de Simas</b>	14-01-1760		06-03-1844	Viúvo
<b>Francisca Catarina</b>	18-04-1766	28-07-1791	18-04-1766	Casada
<b>FILHOS</b>				
<i>Maria Francisca</i>	26-11-1792	15-06-1835	24-03-1880	Viúva
<i>Manuel José de Simas</i>	27-11-1794	07-07-1856	15-02-1889	Casado
<i>Teodora de Simas</i>	08-02-1797	07-06-1818	10-10-1834 (S. Mateus)	Casada
<i>António José de Simas</i>	09-09-1799	28-09-1854	20-01-1834	Casado
Francisco	01-02-1802		27-02-1820	Solteiro
Francisca <i>Catarina</i>	24-10-1805		29-12-1885	Solteira
<b>Inácia dos Anjos</b> <b>(Avó de F.C.)</b>	29-09-1808	16-09-1834	04-03-1862	Casada

Francisca Catarina com 25 anos ao casamento, teria sete filhos, o último dos quais nascido quando tinha 42 anos. Todos os filhos sobreviveram à infância.

Reparemos que a filha mais velha é Maria, com o sobrenome de Francisca, nome próprio da mãe. Manuel e António juntam ao seu nome José de Simas, Teodora é Teodora de Simas, Francisca é Francisca Catarina como a mãe e Inácia é Inácia dos Anjos.

Os padrinhos que o casal escolhe para os filhos não são só familiares próximos, mas também vizinhos e pessoas de fora da freguesia, algumas que supomos aparentadas, outras de prestígio.

Da filha mais velha, Maria, é padrinho o avô paterno e uma tia materna, Maria da Conceição, meia irmã de Francisca Catarina. Para madrinha de Manuel é escolhida uma mulher do lugar da Silveira, freguesia da Santíssima Trindade das Lajes. Padrinho de Teodora é António José de Simas, solteiro, filho de Francisco José de Simas, natural e residente em

S. Roque (recorde-se que o avô de José de Simas era originário de S. Roque). Madrinha da mesma é Úrsula Antónia, solteira, filha de Miguel Rodrigues, vizinhos. Um homem natural do Faial é padrinho de António, sendo madrinha Rosa Helena, outra tia materna da baptizada. O sargento Manuel Pereira de Évora e sua irmã Josefa Quitéria, solteiros, filhos de Manuel Pereira de Évora, foram padrinhos de Francisco. De Francisca foram padrinhos o Pe. José Homem Cardoso e sua irmã Maria Josefa. De Inácia foi padrinho o Capitão-mor da vila das Lajes, Tomé Cardoso Machado e sua mulher D. Inácia Joaquina. Inácia será um nome repetido nas gerações seguintes.

Podemos acompanhar a residência de José Francisco de Simas e Francisca Catarina a partir de 1799 através dos róis de confessados.

Nesse ano, na primeira casa do troço de Estrada que ia da canada de St. António ao Fim da Freguesia viviam o casal referido, os filhos menores, embora ainda não arrolados e o pai de José Francisco de Simas, Manuel Leal de Simas, viúvo.

Em 1802 o filho Manuel, então com 7 anos, é dado como ausente, mas regressa no ano seguinte. É de admitir que estivesse em casa de algum parente, embora não tenhamos conseguido identificá-lo. Também no rol de 1805 e no de 1806 a família deixa de ser referida como residente no mesmo lugar, situação tanto mais estranha quanto é registado o óbito de Manuel Leal de Simas em 29 de Março de 1806. No rol de 1807 o seu fogo ocupa a posição onde o encontráramos antes.

Em 1818 a filha Teodora casou para S. Mateus com José Pereira Cardoso. Acabaria por falecer nessa freguesia aos 37 anos de idade.

Dois anos mais tarde faleceu Francisco, então com 18 anos de idade, afogado no mar. A família deveria estar a passar por dificuldades na medida em que, sendo o corpo recolhido, foi amortalhado em hábito de picote e teve meio ofício por sua alma, que *seu pai mandou fazer obrigado*.

Em 12 de Outubro de 1822 a filha mais velha, Maria Francisca, teve um filho natural, José, filho de José Francisco Maciel, solteiro, de 26 anos, que fora morador na Ponta Rasa. Quando o filho nasceu o pai já se encontrava emigrado. A criança foi criada com a mãe em casa dos avós maternos. Maria Francisca casou mais tarde, aos 42 anos, com Manuel Francisco Maciel, irmão do pai do filho. Teria ainda um filho do marido,

falecendo aos 87 anos, viúva. José não acompanhou a mãe, ficando com os avós, embora por pouco tempo. Admitimos que tenha emigrado aos 14 anos.

Francisca Catarina falecera em 28 de Julho de 1835, aos 69 anos, deixando seu marido por testamenteiro.

Inácia dos Anjos casou com António Silveira Ávila Martins, já depois do falecimento da mãe, em 1839. Ficariam a residir na fogo vizinho, onde os encontrámos em 1846, ao nascimento de sua filha e figura central deste trabalho, F.C..

Ainda antes de 1846, em 6 de Março de 1844, faleceu José de Simas, assumindo seu filho Manuel, com o nome de Manuel José de Simas a chefia do fogo onde viviam também seus irmãos António e Francisca, solteiros. Um criado António foi residente em 1842 e em 1844 entrou uma criada de nome Mafalda.

## 8 . PRIMEIRA GERAÇÃO ASCENDENTE

### 8.1. CASAL ÚNICO

QUADRO XLVI

Nome	Data Nascimento	Data Casamento	Data Óbito	Estado Óbito
<b>CASAL ÚNICO</b>				
<b>(S. João)</b>				
<b>António Silveira Ávila Martins</b>	14-08-1807	16-09-1839	30-03-1890	Viúvo
<b>Inácia dos Anjos</b>	29-09-1808		04-03-1862	Casada
<b>FILHOS</b>				
<i>Maria Inácia</i>	27-09-1840		06-01-1862	Solteira
António	27-03-1843		15-01-1845	Criança
Inácia	13-01-1845		04-10-1861	Solteira
<b>Francisca Catarina (F.C.)</b>	26-11-1846	14-07-1884	21-03-1940	Viúva
<i>Manuel Silveira Ávila Martins</i>	16-10-1849		17-10-1876	Solteiro

Os pais de F. C. tinham idades próximas na altura do seu casamento. Inácia dos Anjos iria perfazer dentro de dias os seus 31 anos, enquanto António Silveira de Ávila Martins contava já os 32 anos. Tiveram ainda cinco filhos, o último dos quais nascido aos 41 anos de idade da mãe, idade corrente na época para o nascimento de um último filho.

O casal convidou para padrinhos dos seus filhos os familiares mais próximos, um tipo de comportamento que se vincara no século em que viviam. Padrinhos da filha mais velha, Maria, foram António José de Simas e Francisca Catarina, solteiros, tios maternos. De António foram padrinhos Manuel Silveira e sua irmã Maria Francisca, tios pater-

nos. Outros tios paternos, José Silveira e Anastácia Jacinta, foram padrinhos de Inácia. Francisca foi baptizada em casa, não sendo referidos padrinhos. Foram padrinhos de Manuel o tio paterno Teotónio Flávio da Silveira e sua mãe Anastácia Jacinta, avó paterna.

Tendo em conta o comportamento das gerações precedentes, poder-se-ia admitir que as redes de sociabilidade nesta geração se restringiram. Poder-se-ia procurar uma justificação económica para a mudança, mas não parece ser o caso. Na lista do recenseamento eleitoral de 1884, António Silveira Ávila Martins ocupava o oitavo lugar na ordem do valor contributivo, no conjunto de 194 indivíduos, sendo identificado como pastor, posição relativa que supomos não muito diferente da ocupada pelo próprio pai.

Repare-se na lógica de atribuição de nomes aos filhos do casal. A filha mais velha é baptizada com o nome de Maria, o nome mais corrente para uma primogénita, ao qual se junta depois o sobrenome de Inácia, nome próprio da mãe. O segundo filho herda o nome próprio do pai, sem conhecer apelidos por ter falecido na infância. A terceira filha é Inácia, como a mãe. Francisca é registada em adulta por Francisca Catarina, nome da avó materna. Manuel, o filho mais novo, recebe o nome próprio mais comum na freguesia e usa os três apelidos do pai.

Recorde-se que dos cinco filhos de António Silveira e Inácia dos Anjos apenas Francisca Catarina teve acesso ao casamento. António faleceu com menos de dois anos de idade, Inácia faleceu aos 16 anos e Maria aos 21, três meses depois do falecimento da irmã. Inácia dos Anjos sobreviveu apenas mais dois meses à morte da sua filha mais velha, contando então 53 anos de idade. O filho mais novo, Manuel Silveira de Ávila Martins, viria a falecer aos 27 anos, solteiro, catorze anos depois da morte da mãe. Teria ido duas vezes num mesmo dia, pelo mato, à vila de S. Roque (percorreria no total cerca de 80 km a correr, 40 dos quais de penosas subidas), para colher elementos que obviassem ao domínio da Irmandade do Espírito Santo pela hierarquia religiosa, esforço demasiado violento que lhe provocaria a morte.

Repare-se ainda que nesses catorze anos Manuel Silveira havia assistido a três momentos críticos da sua própria vida e da vida da sua família. O primeiro fora o nascimento de Cândido, em 16 de Dezembro de 1863, filho natural de seu pai, António Silveira de Ávila Martins e de Maria Constância, mulher solteira, de 39 anos de idade (repare-se que António Silveira tinha então 56 anos). O segundo momento foi o nascimento de um seu filho natural com Maria Tomázia Brum de Melo, chamado Manuel, que identificamos no rol de 1884 com a idade de 15 anos<sup>24</sup>. O terceiro momento foi o nascimento de Maria, em 1 de Setembro de 1873, filha natural de sua única irmã sobrevivente, F.C..

O mais próximo ascendente directo de F.C., António Silveira de Ávila Martins, viria a falecer em 30 de Março de 1890, aos 82 anos de idade.

<sup>24</sup> Não encontramos o registo de baptismo desse filho. Por memória oral sabemos da sua existência e o nome da mãe. No rol de confessados de 1884 encontramos a residir no nº2 da Canada de Santo António, José de Brum de Melo, solteiro, de 36 anos (teria de facto 41 anos), acompanhado pela irmã Maria, de 39 anos e por um sobrinho, Manuel, de 15 anos. Maria seria certamente Maria Tomázia Brum de Melo, nascida em 29 de Junho de 1845, com passaporte para o Brasil datado de 1867, mas que encontramos como residente em S. João logo no ano seguinte. Teria tido o filho, aos 24 anos, de Manuel, seu viziinho, de 19 para 20 anos, filho de António Silveira de Ávila Martins.



## A Freguesia

*A ilha do Pico, a maior em extensão das quatro que compõe o distrito da Horta, torna-se sobretudo notável pelo seu pico, que se eleva acima do nível do mar 2412 metros.*

*Esta formidável pirâmide, vista da cidade da Horta, que lhe fica frente, na distância de 5 a 6 Km, apresenta variados e encantadores panoramas, que naturais e estrangeiros não deixam de admirar. O seu cume serve como um laboratório para indicar o bom e o mau tempo, sendo quase certo sinal de chuva quando se cobre de nuvens, formando um capelo.*

*O comprimento da ilha corre de leste para oeste. Do pico que fica na extremidade a este se estende uma elevada serra até terminar quase na ponta de leste, dividindo a ilha ao meio. Sobre esta serra e nas suas encostas deparam-se grandes campos incultos, em parte cobertos de arbustos de muitas qualidades. Uma grande parte destes terrenos havendo inteligência e capitais, podia transformar-se em excelentes pastagens ou magníficas matas.*

*(...) A principal riqueza da ilha consistia em vinhas, que o oidium quase que aniquilou completamente. Esta podia dizer-se quase a única cultura do concelho da Madalena, de Santa Luzia e Santo António, do concelho de S. Roque. Já nas outras paróquias restantes da ilha, ainda que boas produtoras de vinho, havia e há grande produção de cereais.*

*É visível quanto não deviam sofrer os seus habitantes com a perda das vinhas, cuja colheita regular nos últimos anos se podia calcular em 12.000 pipas. (...) A moléstia das batatas, que preenchia uma grande parte do déficit dos cereais, foi também uma fatal calamidade agrícola, que muito afligiu os seus habitantes. São estas, sem a menor dúvida, as duas causas que mais têm concorrido para que muitos dos seus habitantes, principalmente os do concelho da Madalena, procurassem os meios de subsistência já nas outras ilhas do arquipélago, já nos países estrangeiros.*

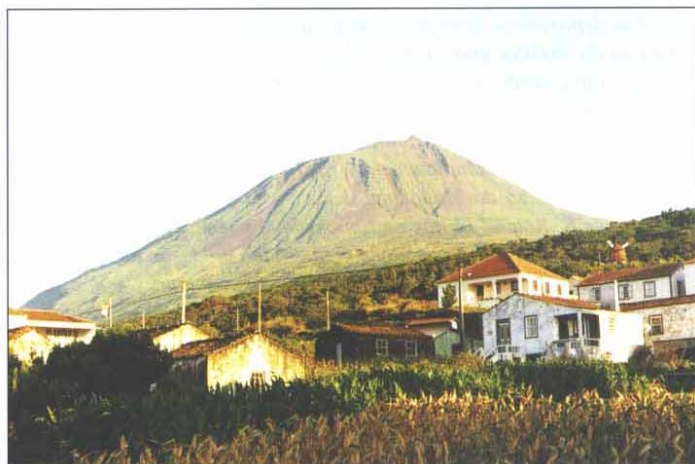
*A ilha não produz cereais suficientes para si. Carece importá-los das outras ilhas. Cria muito gado vacum e exporta frutas, lenha, queijo, gado e carne em grande quantidade, sendo a Horta o mercado onde a maior parte destes géneros se consomem.*

*(...) Divide-se administrativamente em três concelhos, que se chamam Madalena, S. Roque e Lajes, cujas sedes são as vilas dos seus nomes.*

O Governador Civil da Horta, António José Vieira Santa Rita, no seu esclarecido *Relatório de 1867*, introduz assim a sua análise sobre o Pico, depois desenvolvida sobre cada uma das freguesias da ilha.

O Vigário da freguesia de S. João, António Silveira Bulcão, havia-nos dado em 1836 uma visão da sua freguesia:

*É a Freguesia de S. João Baptista da Ilha do Pico a primeira da Jurisdição da Vila das Lajes, começando do poente para o nascente.*



S. João. Vista colhida do Ramal da Igreja. O Pico ao fundo

*Fica na parte meridional da Ilha, entre dois grande mistérios ou campos ardidos, situada ao longo da costa do mar, cuja costa é bastante alcantilada, ou quase inacessível (...). Fica esta freguesia distante da vila das Lajes duas léguas, da vila da Madalena sete, e quatro da vila de S. Roque; mas para esta é preciso atravessar uma grande serra. Confinada pelo Norte com a grande e empinada montanha do Pico, pelo Sul com o mar, e pelo Leste e Oeste com os dois mencionados mistérios. (...) O clima da Freguesia é um pouco húmido e o terrenos assaz fragoso (...)*<sup>1</sup>

O Pico aparece hoje como o ex-libris dos Açores e para quem nasceu em S. João o *Pico mais bonito* é aquele que se recorta no seu horizonte. Depois de quase *esmagar* S. Mateus e S. Caetano, a grande montanha vai-se retraindo sobre S. João e permite que o olhar acaricie os seus contornos, subindo maciamente pelas suas *quebradas* até atingir o *mamilo* bem recortado que a encima.

A beleza da paisagem verde e negra, entre a montanha e o mar, não esconde as agruras de quem aí procurou sobreviver. Nos primeiros tempos, conforme nos diz Gaspar Frutuoso, faziam-se *riscos nos troncos das árvores, cortando-as à roda, com anéis inclinados de uma banda, onde lhe punham por bica uma folha de árvore e, pondo nela umas jarras, cabaças ou tinas*, se iam enchendo enquanto chovia de dia e de noite, e principalmente faziam isso nos louros, porque achavam *ser melhor e mais sadia água que outra nenhuma*; e havia homens que edificavam suas moradias, em que viviam, em parte onde havia louros, *antre os matos, por razão de ali se poderem aperceber de água para beberem*<sup>2</sup>.

A falta de água para beber e as dificuldades do necessário arroteamento de zonas sucessivamente mais bravias, a que a expansão da população obrigava, pautariam a vida da freguesia de S. João nos primeiros tempos da sua história.

<sup>1</sup> Do *Relatório* do Vigário António Silveira Bulcão, inserido no *Estado da População da Freguesia de S. João Baptista em 1836*, manuscrito do Arquivo da Horta.

<sup>2</sup> *Saudades da Terra*, Livro Sexto, p. 3000

Crises vulcânicas, anos de seca, doença das vinhas, dificuldades de escoamento dos produtos e carência natural de cereais, afectariam a freguesia, com reflexos muito marcados na evolução da sua população.

Embora uma análise mais circunstanciada a que procederemos não se estenda para além de 1940, data de óbito da figura central do nosso trabalho, perspectivaremos os ritmos evolutivos da população entre 1680 e 1979, através do movimento dos baptizados, contrastado, após 1799, com o número de residentes, utilizando a informação dos róis de confessados e os censos gerais.

Analisando o GRÁFICO I, encontramos, ao longo dos três séculos em observação, duas fases fundamentais na evolução da paróquia, uma expansiva e uma regressiva.

A expansiva é uma fase longa que se prolonga até aos anos quarenta do século XIX, marcada por cinco oscilações importantes. A primeira quebra de crescimento coincide com a crise vulcânica de 1718/20, as outras poderemos localizá-las em meados do século XVIII, nos anos setenta e noventa do mesmo século e na segunda década do século XIX. Os últimos trinta anos da fase expansiva são de acelerado crescimento.

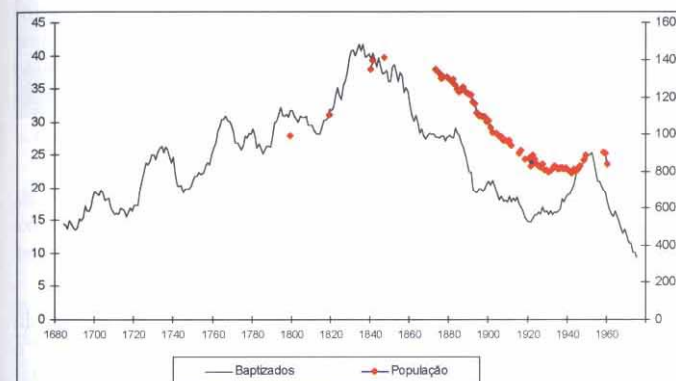
A fase regressiva, que a paróquia ainda não abandonou, é quebrada por uma subida pronunciada nos anos quarenta e parte dos anos cinquenta do século XX, retomando-se logo a tendência de descida.

Interessante verificar no gráfico, na fase regressiva, o comportamento evolutivo das duas curvas, baptizados e população. A curva da população corre desfasada da curva dos baptizados, normalizando a tendência de descida daquela. Subindo o volume de baptizados, as duas curvas correm para uma aproximação, demarcando-se novamente quando se retoma a descida. Os movimentos migratórios e as profundas alterações que provocaram na estrutura da população serão chamados a dar uma explicação para esse efeito.

Cruzando informações históricas com os ritmos de evolução da população, iremos dividir a nossa observação em quatro períodos de

dimensão distinta. Um primeiro período mais curto, anterior às crises vulcânicas de 1718/20, um segundo período secular, de 1720 a 1819, a anteceder outro período curto que corresponde ao crescimento mais acelerado, que situamos entre 1820 e meados do século XIX, e um último período de longa regressão que levaremos até aos finais da década de trinta do século XX.

**GRÁFICO I**  
**Movimento de Baptizados (médias móveis de 9 anos)**  
**e População**



Usando a periodização encontrada, perspectivaremos a evolução da população e da sociedade, a que juntaremos alguns dados sobre produções e consumos.

Finalmente incidiremos a nossa atenção sobre alguns aspectos da religiosidade e interesses culturais da freguesia ao longo do período trissecular.



## 1. População e Sociedade

### 1.1. Antes de 1720

Admitimos que 1637, data dos primeiros registos de baptizados conhecidos, se trate de uma data muito próxima da elevação a freguesia de uma extensão da freguesia de S. Mateus na direcção das Lajes, num espaço centrado no lugar chamado da Arruda, entre o lugar da Terra do Pão, a ocidente, e o lugar do Soldão, a oriente. Segundo se supõe, cerca de vinte anos antes, em 1616, nesse mesmo lugar da Arruda, que seria então composto por quarenta fogos<sup>3</sup>, arredados mais de uma légua da igreja paroquial, os beneméritos Domingos Marques e sua mulher Maria Martins haviam mandado edificar uma ermida dedicada a S. João Baptista, à qual lhe doaram um *serrado* de terra lavradia, a circundar a construção, medindo vinte alqueires das *antigas medidas*. Por seu lado, um João Homem doara também um *quarteiro* de trigo de renda para o património da mesma<sup>4</sup>.

#### 1.1.1. Organização do espaço

Subindo, do Sul para Norte, das *barrocas do mar* aos baldios da serra, a freguesia de S. João confrontava a ocidente com S. Mateus e a oriente com as Lajes, sede do concelho mais antigo da ilha, ao qual administrativamente sempre pertenceria. De facto, elevando-se a freguesia da Madalena à categoria de cabeça de concelho em 1723, data posterior à crise vulcânica, estando, pelo *mistério*<sup>5</sup>, já isolada a freguesia

<sup>3</sup> Entre 150 e 200 pessoas, segundo pensamos.

<sup>4</sup> Transcrição em livro novo do livro antigo do Tombo da Freguesia de S. João, feita em 1890 pelo Vigário Manuel Garcia da Rosa, pelo papel e escrita do velho se achar muito deteriorado.

<sup>5</sup> As duas faixas de terra queimada que isolaram a freguesia de S. João das paróquias contíguas são conhecidas pela designação de mistérios: Mistério de S. João, entre esta freguesia e S. Mateus, mistério da Silveira, entre S. João e o lugar da Silveira, pertencente à freguesia da Santíssima Trindade das Lajes.



S. João. Vista colhida da Ponta Rasa vendo-se a costa muito recortada.

de S. João do núcleo original de povoamento, no novo ordenamento continuou a pertencer às Lajes, enquanto S. Mateus acabou por integrar o concelho da Madalena.

Não sabemos localizar com segurança os limites da freguesia de S. João anteriores aos vulcões que em 1718 e depois em 1720 a isolariam das freguesias contíguas, primeiro de S. Mateus e depois da freguesia da Santíssima Trindade das Lajes. Pela tradição admite-se que o extremo leste fosse a Grota do Juncal, no lugar da Terra do Pão, da actual freguesia de S. Caetano. De facto, em 1715, num registo de óbito, o pároco de S. João identifica um defunto como residente na Terra do Pão<sup>6</sup>, *lugar desta freguesia*, enquanto em S. Mateus, identificamos nove famílias do mesmo lugar da Terra do Pão que baptizaram filhos antes de 1718. Admitimos que a *Canada* de José Correia e a Rua do Juncal, desse lugar da Terra do Pão, pertenceriam a S. Mateus e os restantes

<sup>6</sup> São raras as referências a lugares de residência nos registos paroquiais de S. João.



Aspecto das Barrocas do mar.

arruamentos poderiam integrar antes do *grande incêndio* de 1718 a freguesia de S. João. Por outro lado, sabemos da existência na mesma altura da ermida de Santo António, distante, para leste, cerca de três quilómetros do local onde se ergueria a primitiva Igreja, ermida essa que se indica como servindo de sede paroquial, após a extinção do vulcão e antes da construção da Igreja nova<sup>7</sup>. Assim, a freguesia de S. João poderia estender-se ao longo de quatro ou mais quilómetros ao longo da linha de costa, entre a Grota do Juncal do lugar da Terra do Pão e o Soldão, este o lugar mais ocidental da freguesia da Santíssima Trindade das Lajes, que envolveria parte do actual mistério da Silveira.

Podemos vislumbrar para o século XVI e inícios do seguinte a consolidação do povoamento nesta zona do Pico, que ofereceria, nos terrenos baixos, condições relativamente favoráveis para a cultura dos cereais, como o atesta a própria designação de *Terra do Pão* e a apregoada

<sup>7</sup> Livro de Tombo, já citado.

fertilidade do lugar da Arruda, lugar central da freguesia de S. João. Compelidos pelo crescimento demográfico se iria processando, na direcção das Lajes, o arroteamento em terrenos áspersos, em espaços junto ao mar, destinados à cultura de vinhas, ou na encosta onde se fixariam jovens casais, arroteando pequenas hortas e cultivando inhames nas chamadas *terras do alto*<sup>8</sup>. Mais alto ainda, no planalto base da grande montanha roçava-se *o mato* para a criação de gado. Designações de espaços habitados como os *Biscoitos*, referidos nos registos paroquiais desse primeiro período, temos hoje dificuldade em identificar, assim como a *Queimada*, zona possivelmente de vinhas, não necessariamente habitada. A *Bragada* foi zona queimada pelo vulcão<sup>9</sup>. O *Caminho do Arrasto*, outra designação encontrada, é ainda hoje a canada mais ocidental da freguesia, a subir do mar à serra. A zona do actual porto de mar seria conhecida como *Pesqueiro da Cruz*. Num assento de óbito de 1720 fala-se do *Palmo do Gato*, para além da canada onde residia o defunto em causa. Considerando que em 1720 a sede paroquial se deslocara para leste, admitimos que se trate da Canada do Alferes José Pereira, personagem que não identificamos através dos registos paroquiais, o que nos leva a aceitar que fosse uma zona rasgada na primeira metade do século XVII.

A divisão da freguesia em dois lugares, que se prolonga até aos nossos dias, a *Companhia de Baixo* e a *Companhia de Cima*, separados pelo *Palmo do Gato*, parece decorrer da organização militar da freguesia em duas companhias de ordenanças, organização que tinha em vista essencialmente vigiar a costa e defender a população dos ataques dos corsários. Cada uma dessas companhias estaria sob o comando de um capitão, dependente do capitão-mor da vila das Lajes, coadjuvado por alferes e sargentos, claramente identificados em período anterior a 1718.

A Companhia de Baixo referia-se à 18ª Companhia e dispunha de uma pequena fortificação, “o Castelo”, que se situava no Pesqueiro da

<sup>8</sup> Num assento de óbito datado de 14 de Agosto de 1714, um homem declarado pelo pároco como pobre pediu que lhe fizessem de legados por alma o valor do que rendesse um alqueire de vinha que possuía na Queimada e 5 tostões mais de inhames.

<sup>9</sup> António Macedo, História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta, vol. III, pp. 184.

Cruz, perto do local onde viria a ser construída a nova Igreja paroquial, fortificação que o mar destruiu completamente.

A Companhia de Cima referia-se à 19ª Companhia cuja sede se situaria nas proximidades do lugar da Arruda<sup>10</sup>.

O capitão mais antigo identificado em S. João é Gregório Pereira da Silveira, que conhecemos a baptizar filhos entre 1651 e 1665, posto ocupado na geração seguinte por seu filho homónimo. O genro, Francisco Peixoto, alferes à data do casamento com sua filha Margarida Silveira, viria a atingir também o posto de capitão, coexistindo com o cunhado. É de admitir que existissem então as duas Companhias.

António Rodrigues Pereira, 5º avô de F. C., detinha o posto de alferes. Dois dos seus filhos, António da Silveira e João Homem da Silveira, seriam também alferes já na primeira década do século XVIII, atingindo depois João Homem da Silveira o posto de capitão.

Encontrámos ainda neste período outro alferes, António Rodrigues Frade, 5º avô de F. C., que não parece transmitir aos filhos o seu posto nas milícias. Temos muita dificuldade em identificar o seu filho José Pereira da Rosa como o Alferes José Pereira que deu o nome à canada que precedia o Palmo do Gato, para quem se dirigia das Lajes para S. Mateus, dado que em nenhum momento os registos o referem como alferes, embora o encontremos a assinar como José Pereira.

### 1.1.2. Indicadores demográficos

Para tentar ajuizar sobre a evolução da população no período anterior ao deflagrar da crise vulcânica, escolhemos um indicador comparativo grosseiro, mas de fácil utilização, como seja o número de famílias que registam filhos num espaço relativamente curto, que situámos em seis anos, admitindo que, mesmo com sub-registo de um ou outro filho, a maior parte das famílias seriam identificadas<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Ver de Manuel Alexandre Madruga, "A freguesia de S. João Baptista da Ilha do Pico na tradição oral dos seus habitantes, sep. do vol. I, nº 2, do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, 1957.

<sup>11</sup> Numa tentativa de obviar, de certa forma, às dificuldades trazidas pela variável mortalidade

Aproveitando o maior rigor dos assentos, seleccionámos quatro períodos intervalados por vinte anos: 1649-1654; 1669-1674; 1689-1694 e 1709-1714. Pese embora alguma distorção introduzida por maior sub-registo nos primeiros períodos, as contagens apontam para um crescimento acentuado do volume de nascimentos. Encontramos 37 famílias legítimas em procriação no primeiro período considerado, 44 no segundo, 51 no terceiro e 68 no último<sup>12</sup>. Admitindo uma estrutura de idades e comportamentos de nupcialidade pouco oscilantes, essa situação poderia apontar para um incremento médio da população nunca inferior aos 5 por mil em cada ano, com alguma aceleração de crescimento na transição dos séculos. Tratar-se-ia de um incremento confortável se pensarmos que antes do século XVIII na Europa, o valor de crescimento médio anual se colocaria nos 1,3 por mil, raramente se situando nos 3 por mil<sup>13</sup>.

Aproveitando o facto de dispormos de registos de casamentos e de óbitos (com referência aos menores), posteriores a 1691 e 1698, respectivamente, ensaiámos, por aproximação, a contagem dos residentes para o dia 1 de Janeiro de 1715. Trata-se de uma contagem por defeito, dado que admitimos à partida que todos os indivíduos nascidos antes de 1698 e sem residência comprovada em 1715 teriam morrido anteriormente. Calculamos, no entanto, que no momento de desorganização por que passou a paróquia, um número ainda apreciável de indivíduos poderá ter falecido fora da área coberta pela investigação, que só se alarga, de forma sistemática, à freguesia de S. Mateus<sup>14</sup>.

Assim, em 135 agregados contamos 564 pessoas, sendo 232 indivíduos menores de quinze anos, contagem que, considerada por defeito, leva a admitir, em números redondos, que a freguesia de S. João se aproximaria dos 600 residentes em 1715.

<sup>12</sup> Em períodos de registo sistemático, o mesmo indicador será usado para avaliar de oscilações conjunturais no ritmo de nascimentos, contabilizando os filhos legítimos, os das mulheres isoladas e, eventualmente, as crianças enjeitadas

<sup>13</sup> Massimo Livi-Bacci, *Ensayo sobre la historia demográfica europea*, Barcelona, Ariel, 1987, p.15

<sup>14</sup> A outra freguesia contígua, a da Santíssima Trindade das Lajes, só tem registos mais tardios.



Dispondo de registos de casamento só a partir de 1691, calculámos a idade média ao primeiro casamento para as gerações masculinas e femininas que conhecemos pelo baptizado e que casaram entre esse início da observação e o início do ano de 1718.

Verificámos que nesse período os homens casavam em média aos 27,8 anos, com apenas 28% a casar antes dos 25 anos. No caso das mulheres o casamento acontecia, em média aos 25 anos, com 59% a casar antes dessa idade. A maior precocidade do casamento feminino era factor importante de crescimento da população, tanto mais que o celibato definitivo não parece ter sido muito frequente, pese embora as dificuldades de observação.

No plano da fecundidade, dado esse registo tardio de óbitos e também de casamentos e a desorganização provocada pelas crises vulcânicas, são apenas em número de 38 as famílias cujo casamento se realizou antes de 1718, das quais podemos observar com rigor os comportamentos de fecundidade. Dessas conhecemos a data de casamento, a data de nascimento da mulher, não temos suspeita de sub-registo de nascimento de filhos e conhecemos a data de óbito do primeiro cônjuge falecido, o que nos permite acompanhar toda a sua história reprodutiva.

Verificamos primeiro que, apesar do casamento relativamente tardio, particularmente no sexo masculino, a maioria dos casais teria oportunidade de ultrapassar em convivência conjugal um quarto de século de casamento. De facto, essas 38 famílias tiveram um período de união médio de 26 anos e meio.

Contando o número de filhos dessas 38 famílias, achamos uma média de 4,6 filhos por família, um número elevado, se compararmos com resultados encontrados para outras zonas do país<sup>15</sup>. Pese embora a escassez da observação, a explicação poderá ser encontrada não tanto na precocidade relativa do casamento, mas antes na maior ausência de rupturas de união por morte precoce de um dos cônjuges. Depois, como

<sup>15</sup> Para S. Pedro de Poiares, no Nordeste Transmontano, encontramos apenas 3,9 filhos por família (Veja-se de Maria Norberta Amorim, "S. Pedro de Poiares de 1561 a 1830"; *Brigantia*, Bragança, 1984, p. 183) e na zona rural de Guimarães, zona de fecundidade mais elevada encontramos 4,5 filhos (idem, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo demográfico*, Lisboa, INIC, 1987, p.161).

depreendemos pelos casos descritos sobre os ascendentes de F. C., grande parte desses filhos seriam *viáveis*, o que asseguraria o crescimento da população na ausência de crise grave. Notemos ainda que a idade média da mãe ao nascimento do último filho se colocava nos 41 anos.

Em 20% dos casos essas mulheres iam já grávidas para o casamento, percentagem que achamos bastante elevada<sup>16</sup>.

No total da observação do período, encontramos 8% de filhos naturais, predominantemente de mulheres solteiras, livres e escravas, mas também de viúvas, algumas com um comportamento recorrente. De facto, identificamos cerca de um terço das mães de filhos naturais a baptizar mais do que um filho. Uma escrava de Gaspar Garcia Sarmiento, de nome Cristina, baptiza cinco filhos entre 1651 e 1666; outra mulher solteira, Águeda Pereira, baptiza seis filhos entre 1690 e 1708, sugerindo uma e outra, frequência regular de práticas sexuais. Encontramos depois duas mulheres a baptizar quatro filhos. Com três filhos identificamos sete mulheres, sendo uma delas uma escrava do capitão Gregório Pereira da Silveira, Bárbara, com registos entre 1707 e 1715. Com dois filhos identificamos cinco mulheres, encontrando apenas um filho para as restantes 29 mulheres que encontramos a procriar fora do casamento no período em causa. A deficiente identificação e os constrangimentos provocados pela reprovação social desse comportamento, não nos permitem, no entanto, avaliar do rigor desta observação. É muito possível que o comportamento fosse mais recorrente do que imaginamos. Ficamos mesmo com a ideia de que, pelo menos para final do período, a pressão social pudesse impelir ao baptismo de filhos fora dos olhares dos conhecidos, à semelhança do que se passou, em 1713 com uma viúva, natural da freguesia da Piedade, da Ponta da Ilha, que veio baptizar uma filha em S. João.

Não temos naturalmente recursos para um estudo adequado do fenómeno da mortalidade para o período anterior a 1718. Para tentar uma

<sup>16</sup> Para períodos anteriores a 1750, encontramos em S. Pedro de Poiares apenas 8% de concepções pré-nupciais (ob. cit., p. 568) e na zona rural de Guimarães 16% (ob. cit., p. 227).

aproximação à mortalidade infanto-juvenil estimámos o número de crianças baptizadas entre 1698 e o início de 1718 em famílias que não abandonaram a freguesia após a crise.

Encontrámos em 240 crianças nessas condições, a sobrevivência até à idade núbil de 138, numa permissão de 580 em mil. Comprovadamente falecidos foram 43, o que daria um quociente de mortalidade infanto-juvenil abaixo dos 180 por mil, um número demasiado baixo para a época. Aceitamos que uma parte não desprezível dos 59 indivíduos restantes, cujo destino desconhecemos, poderiam contribuir para o aumento desse quociente. De qualquer forma, sendo 580 em mil de sobreviventes uma permissão marcadamente por defeito, facilmente concluímos pela suavidade da morte na zona. Repare-se que o número de sobreviventes aos 15 anos, em França, para o período anterior a 1750, foi calculado em 502 em mil<sup>17</sup>.

Recordemos ainda os casos descritos de ascendentes de F. C. em que, de forma comprovada, todos os filhos nascidos acederam ao casamento.

### 1.1.3. Indícios de uma sociedade diferenciada

Os assentos de óbitos dão-nos, a partir de 1701, importantes informações sobre pobreza ou posse de bens por parte dos defuntos maiores. A posse de escravos ou a hierarquia nas milícias são outros dados que nos ajudam a perspectivar uma sociedade não igualitária, mas em que não encontramos títulos de nobreza.

De facto, nos 135 agregados que identificámos no ano de 1715, contamos, a partir das indicações do registo de óbito de um ou mais dos

<sup>17</sup> Michael W. Flinn, *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989, p.33.

seus membros, 34 famílias declaradamente pobres, atingindo a importante percentagem de 25%. Nem todas estas famílias seriam miseráveis, dado que a classificação de *muito pobre* ou *pobríssimo/a* também tem lugar. Em qualquer caso tratar-se-ia de pessoas que não dispunham do suficiente para satisfazer os usos e costumes da freguesia no que respeita à cerimónia do enterro e sufrágios.

O mais comum nas duas primeiras décadas do século XVIII seria cada defunto adulto ter por sua alma um ofício, entre 40 e 50 missas e um anal de responsos. Mas há quem apenas tenha por alma meio ofício e 15 a 20 missas. Há quem, por pobreza, não tenha ofício ou missas, mas leve hábito de S. Francisco e acompanhamento de uma ou mais das quatro cruzeiras da freguesia (a do Senhor, da Senhora do Rosário, de S. João e das Almas). Aos muito pobres faltava mesmo o hábito de *picote* e o acompanhamento, aspectos mais visíveis de carência económica.

Para o mesmo ano de 1715 contamos as famílias que mostram prestígio social, pelos postos nas milícias, pela frequência de apadrinhamentos ou testemunhos de actos ou que evidenciam posse de bens superiores à média pela cerimónia do enterro ou volume dos sufrágios. Identificámos apenas 17 famílias mais favorecidas nas 135 famílias consideradas, 12,5% do total, o que corresponde a metade das famílias pobres. Por morte de indivíduos adultos dessas famílias mais beneficiadas poderíamos esperar encontrar, como sufrágios, um ou dois ofícios, dois anais de responsos, mais de 100 missas e acompanhamento de religiosos de S. Francisco (vindos do seu convento nas Lajes) e, naturalmente, mortalha de hábito de *saial* dos mesmos religiosos. São famílias que se relacionam entre si por parentesco consanguíneo, ou parentesco espiritual através do compadrio, ou por afinidades através de alianças matrimoniais. De entre elas saem predominantemente aqueles que apõem a sua assinatura como testemunhas nos actos de baptizado ou casamento.

Dessas 17 famílias nucleares que mostram posição social mais favorecida, nove têm ligação consanguínea comprovada aos ascendentes identificados de F. C., o que chama a atenção para o pequeno mundo em que esse grupo se movimentava.

#### 1.1.4. A crise vulcânica

António Macedo no seu vol. III da *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta* (pp:183-186), transcreve, de um *anonymo lagense*, uma lastimável lembrança da mais infausta era que virão os moradores da ilha do Pico a respeito dos fogos que n'ella rebentaram no 1º de fevereiro de 1718, documento interessante que apresentamos quase na íntegra:

*Sendo em o 1º dia do mez de fevereiro d'este anno (1718), ao romper da manhã (...) e para que os homens não tivessem a desculpa por não entenderem o avizo do castigo, que Deus lhe ameaçava, lhes prégou com línguas de fogo de madrugada, aludindo ao texto sagrado, e na sobredita madrugada fallando-lhes Deus ainda ao longe porque lhes falou com o fogo, que rebentou entre as freguezias da Senhora Santa Luzia e da Virgem Senhora Nossa da Boa Nova do logar das Bandeiras, deitando este fogo tantas cinzas em a freguezia de S. Matheus, que foi preciso aos seus moradores desampararem o logar, porque o presumiam mais perto de si, obrigou o temor a que o reverendo vigário, que no dito tempo era Thomé da Silveira Machado tirasse o Divinissimo Sacramento e levassem as Santas imagens da sua igreja trasladadas em procissão para a capela de S. João, cujo transito lhes custou muito a respeito das grandes gretas, com que estava aberta a terra, por onde passavão em cujo templo se recolheram os moradores assim da mesma como de S. Matheus, e os parochianos desta freguezia (Lajes) se recolheram a esta Matriz e ao Templo do Glorioso Patriarca S. Francisco que estiveram abertos por trez dias continuos com incessantes exercicios espirituaes e gravissimas penitencias, gastando-se o dia restante dos officios divinos em procissões com as Santas Imagens de todas as igrejas d'esta Villa, com sermões e em especial com o Bom Jesus, cuja piedade é muito antiga, e as noutes em canticos do santo Rozario, disciplinas e meditações espirituaes.*

*Em a noute do 1º de fevereiro do dito anno para o 2º dia se virã algumas pequenas línguas de fogo, que rebentaram desde a falda do*

*Pico, por esta parte do sul até á rocha do mar pelo lugar da Bragada abaixo da freguezia de S. João, que hoje é mysterio; em que Deus se mostrou tão misericordioso, e o Divino Espirito tão milagroso, que rebentando uma d'estas línguas em uma beira d'uma casa de palha de um pobre homem seu devoto, fez que perdesse o seu natural furor, ficando a casa intacta.*

*N'este dia 2 de fevereiro se viram seis ribeiras de fogo em materias fluidas, que saham pelos meatos da terra, duas línguas ao mar que correram muitos dias e fizeram as aguas tão quentes e fetidas que saham muitos peixes meio assados e alguns desconhecidos e tão fetidos que por medo de causarem peste os mandaram enterrar em as praias.*

*Em 11 do dito mez foi Deus servido que rebentasse fogo em o mar 50 braças fora da terra, em altura de fundo 40 braças diante da igreja do Glorioso S. João Baptista, e despedia de si tantas pedras para a parte da terra, que obrigou o reverendo parcho d'esta freguezia a trasladar o Santissimo Sacramento e mais Imagens para a ermida de Santo António, cujo padroeiro foi o sargento mór António Pereira Bettencourt, cujo fogo fez no mar um promontório de (duas palavras ilegíveis) por que houve um homem temerario, que indo d'esta freguezia a vello, descendo ao pé d'elle para colher uns peixes, ficou la sepultado, pelo não poderem tirar, e uma escrava que foi buscar agua a uma fonte do mar tambem morreu a respeito dos horriveis cheiros que a suffocaram, e foram as únicas pessoas que o fogo matou.*

*Em 23 (?) do dito mez rebentou fogo no caminho do concelho, que ia para S. Matheus, e se continuou este com outro que sahio do mar.*

*Em 27 rebentou terceira vez o fogo no meio da serra, e principiou a deitar ribeiras para cima da terra para o mar, e porque ainda não parava o fogo, continuaram os exercicios espirituais, com quotidianos sermões, austeras penitencias, grandes restituções de bens e creditos, e porque parece se não fizeram todas, continuou Deus com o mesmo castigo, novos terramotos tão estrondosos, que excedendo os d'artilharia, passaram a ser semelhantes a prognosticos do dia de juizo; continuou até meados d'agosto, e parou por espaço de oito dias; tornou a rebentar segunda vez no mesmo lugar, e nos principios de septembro continuou com os mesmos estrondos e tremores de terra, que chegaram*

*os moradores d'esta villa a desampararem as cazas e n'uma noute fugiram para os Templos; e ja n'esse tempo se tinha trasladado da dita ermida de Santo Antonio o Santissimo Sacramento e Imagens da ermida de S. João para a ermida de S. Bartholomeu (do lugar da Silveira, freguesia das Lajes) e só o Glorioso Santo Antonio ficou em sua ermida, porque assim o pedira a mais catholica devoção; e continuou o dito fogo até 15 de janeiro de 1719, dia em que se poz o primeiro pau d'armação na Misericórdia d'esta villa, que estava destruída havia alguns annos, e deixou o fogo as terras infructíferas, por cuja razão se padeceram muitas fomes n'esta ilha, attribuindo-se a não ficar toda esta ilha destruída a muito grande milagre, por ver o Senhor a sua casa da Misericórdia novamente restaurada, e durante este successo por alguns tempos se tornou a trasladar o Santissimo Sacramento em 9 de Novembro de 1719, com todas as Imagens da parochia de S. João para a ermida de Santo Antonio com a pompa mais solemne que vio nunca esta ilha, a que assistio a maior parte d'esta jurisdicção com todos os clérigos d'ella, religiosos de S. Francisco e todas as confrarias das parochias em que faziam admiravel harmonia os chorosos musicos, com as continuas lagrimas de todos; fazendo uma admirável consonancia.(...)*

Os assentos paroquiais da freguesia de S. João permitem-nos acompanhar esse dealbar dos fregueses da destruída Igreja para a Capela de St. António, depois para S. Bartolomeu, no lugar da Silveira, pertencente à freguesia da Santíssima Trindade das Lajes, regressando ainda a St. António, antes da edificação da nova Igreja, concluída em 1729<sup>18</sup>.

O então pároco de S. João, Manuel Pereira Fialho, no assento de uma criança nascida em 4 de Fevereiro de 1718, refere que foi baptizada em 7 do mesmo mês em a Ermida do Glorioso St. António sufragânea à dita parochial por nella nos recolhermos em o tal tempo do incêndio de fogo que rebentou na tal freguesia em o 1º de Fevereiro do dito anno. No dia 12 de Fevereiro ainda Manuel Pereira Fialho

<sup>18</sup> Livro do Tombo da Freguesia de S. João, já citado.

baptizou uma criança na Ermida de St. António. Em 8 de Março seguinte encontramos o primeiro assento de baptizado na Igreja de S. Bartolomeu, assento elaborado já por outro pároco cura, Jorge Goulart Pereira, que prolonga os registos de baptizado até 13 de Agosto do ano seguinte. Posteriormente a cobertura dos actos de baptizado sofre um hiato, mas o mesmo pároco, Jorge Goulart Pereira, regista um defunto em 24 de Outubro de 1719. Logo em 24 de Dezembro seguinte é o cura pároco Matias Cardoso Machado Bettencourt que regista uma criança de S. João sepultada em S. Bartolomeu, continuando a elaborar assentos de óbitos até 15 de Abril de 1720. Entretanto, em 7 de Janeiro desse mesmo ano de 1720, assistia esse mesmo cura a um casamento na Ermida de St. António.

O rebentamento do fogo no Cabeço do Soldão do mesmo lugar da Silveira seria responsável pelo isolamento também a leste dos paroquianos de S. João.

António Macedo transcreve uma memória extraída do arquivo da Matriz das Lajes sobre essa nova erupção vulcânica <sup>19</sup>:

*Em os 10 dias do mez de julho de 1720, tendo no dia antecedente havido grandes tremores de terra, e observando-se nas nuvens um signal poucas vezes visto, e o encontrarem ellas impetuosamente umas contra as outras em mudança de vento, pelas nove horas da noite rebentou fogo por cinco boccas no lugar do soldão, suburbio desta villa das Lajes do Pico, e por estarem aquella hora todos recolhidos teria havido muita victima a não ser uma mulher que sahindo de casa e subindo a um alto e avistou o fogo e gritou àquelles povos para se salvarem, o que elles logo fizeram retirando-se todos para esta villa, onde foram protegidos e consolados, continuando o fogo a devastar immensas campinas, formando-se um extenso mysterio, cobrindo em toda a ilha as cearas d'ardentes cinzas que as fizeram seccar, resultando uma grande esterelidade, morrendo muitos animaes suffocados, e andando todos atordoados pelos vapores sulphures*

<sup>19</sup> Ob. cit., vol. I, pág. 478.



*terminando finalmente a acção do fogo a 18 de Dezembro do dito anno.*

Apesar desta informação, dispomos de um assento de baptizado datado de 13 de Junho de 1720 em que foi oficiante Frei Tomás de Santo António, *pregador e filho desta província* de S. João, que passava pela freguesia *no tempo em que rebentou o fogo no Cabeço do Soldão*. É o único assento desse mês.

Um outro frade pregador, também natural de S. João, Frei Mateus de Santa Rosa de Viterbo, faz o assento seguinte já em 14 de Julho, exercendo as obrigações de Pároco *na ocasião em que rebentou o fogo no lugar do Soldão*, segundo ele próprio nos informa. Pelo Livro de Tombo da freguesia, os baptizados posteriores, que se desenvolviam em ritmo normal, realizar-se-iam na Ermida de St. António, até à Festa da Dedicção da Igreja de S. João realizada na Segunda oitava do Espírito Santo de 1729.



Aspecto das lavas no sítio do mistério.

De facto, entre 15 de Abril de 1720, data do último enterramento de paroquianos de S. João na Igreja de S. Bartolomeu e 5 de Novembro do mesmo ano, não dispomos de registos de óbitos. Nesta última data sabemos por Frei Mateus de Santa Rosa de Viterbo que o corpo de António Vieira Madruga *está sepultado à mão direita entrando dentro do sítio abaixo da cruz campo de outra sepultura* (sic). No assento que se segue, relativo a um defunto *filho famílias* que falecera em 8 do Outubro anterior, diz-se que foi o corpo sepultado no *sítio* desta freguesia de S. João Baptista à mão direita entrando pela porta. Em 27 de Dezembro de 1721 o pároco fala claramente de *o sítio que está para a Igreja*.

Separados pelo *mistério* da Silveira da Igreja de S. Bartolomeu que lhes servira de abrigo, os paroquianos de S. João passaram a enterrar os seus defuntos no terreno escolhido para a futura Igreja da freguesia, terreno não muito distante da Ermida de St. António. Sabendo que se havia delimitado já no início de Outubro de 1721 um terreno sagrado, para sepultura dos fiéis, é de admitir também um tecto, talvez provisório, onde se realizariam os restantes actos paroquiais. Na verdade, dos registos de baptizados e casamentos não se depreende que os mesmos se realizassem na ermida de Santo António.

Sendo o núcleo da primitiva freguesia de S. João muito mais perto de lugares do *distrito* de S. Mateus do que do lugar do Soldão, pertencente à freguesia da Santíssima Trindade das Lajes, o maior volume de refugiados da primeira fase deverá ter ocorrido a S. Mateus. O *fogo que ardeu por vários meses* separou depois S. João de S. Mateus e por determinação do ouvidor eclesiástico da Vila das Lajes, licenciado António de Ávila de Bettencourt, a sede da freguesia passou para a Igreja de S. Bartolomeu, sufragânea da Matriz da vila das Lajes, *durante o impedimento e enquanto se não fizesse uma nova Igreja* em S. João, conforme esclarece o cura Jorge Goulart Pereira, referido a um óbito datado de 17 de Junho de 1718.

Novo isolamento dos paroquianos de S. João se processa no seguimento do fogo que rebentou na parte mais oriental do lugar da Silveira. Houve então que reunir recursos para construir rapidamente uma nova Igreja, junto à costa, próxima de um local de maior acessibilidade

pelo mar, local onde ainda hoje encontra, embora sujeita a uma reedificação que se iniciou em 1830. O Bispo de Angra D. Frei Nicolau terá concorrido para a sua construção *com a importante quantia de cem mil réis*<sup>20</sup>.

Admitindo que a maioria dos habitantes dos lugares arrasados pelo fogo de 1718 se tenham refugiado em S. Mateus, restam muitas dúvidas sobre o acolhimento em outras freguesias, particularmente nas Lajes. Não sabemos mesmo se o vulcão de 1720 terá perturbado gravemente os paroquianos de S. João, para além do abandono da Igreja de S. Bartolomeu, como local de enterramento de seus mortos. De facto desconhecemos até que ponto os 2 km de largo do actual *mistério* da Silveira teriam povoamento referido a S. João na altura do vulcão.

Pelas fontes disponíveis, resta-nos a possibilidade de avaliar o peso das famílias que desapareceram da freguesia na sequência das duas crises vulcânicas, comparando-o com as informações de residência dadas pelo pároco de S. Mateus em relação aos antigos moradores de S. João.

Considerando as 135 famílias residentes nas vésperas do deflagrar da crise vulcânica, contámos as que se deixaram ficar na paróquia, as que se refugiaram em S. Mateus e as de destino desconhecido. Dessas 135 famílias, 64 saíram da freguesia, fixando-se 45 delas em S. Mateus. De destino desconhecido apenas encontramos 19 famílias. É de admitir que a freguesia de S. João visse, na sequência das crises, baixar para um número inferior a 350 habitantes os seus efectivos populacionais. Cerca de 70% dos desalojados refugiaram-se em S. Mateus, admitindo-se que uma boa parte dos restantes tenha seguido na direcção das Lajes, embora não tenhamos possibilidade de o comprovar.

Antes da grande crise de 1718-20, a jovem freguesia de S. João estaria em claro crescimento, permitido pela suavidade da morte e pela possibilidade de arroteamento de espaços novos, embora bravios. O

<sup>20</sup> Livro de Tombo da Freguesia de S. João, já citado.

domínio desses espaços em que, além da cultura dos cereais, a cultura da vinha teria um dos principais papéis, estaria mais ao alcance de quem tivesse capacidade para pagar a mão de obra necessária para levantar paredes a delimitar *currais* onde a vinha se protegia das ventanias e do rocío do mar, esperando depois os anos de produção ou então de quem tivesse capacidade para fazer grandes roças no mato, destinadas à criação de gado *vacum* e *ovelhum*. Seriam poucas as famílias nessas condições. Para a maioria dos casais talvez restasse a possibilidade de, com o seu próprio esforço, rasgar pequenas hortas, carreando às costas, em cestos de vimes, as pedras soltas e acumulando-as depois em *maroiços*, ou subir mais pela encosta a fazer roças para plantio de inhames.

A devastação dos terrenos férteis da freguesia em 1718 e o êxodo de cerca de 40% da sua população viria trazer profundas mudanças, exigindo a reorganização dos recursos económicos e provocando alterações no tecido social.



Imponente maroiço junto à Canada do Alferes, acima da actual estrada.



## 1.2. De 1720 a 1819

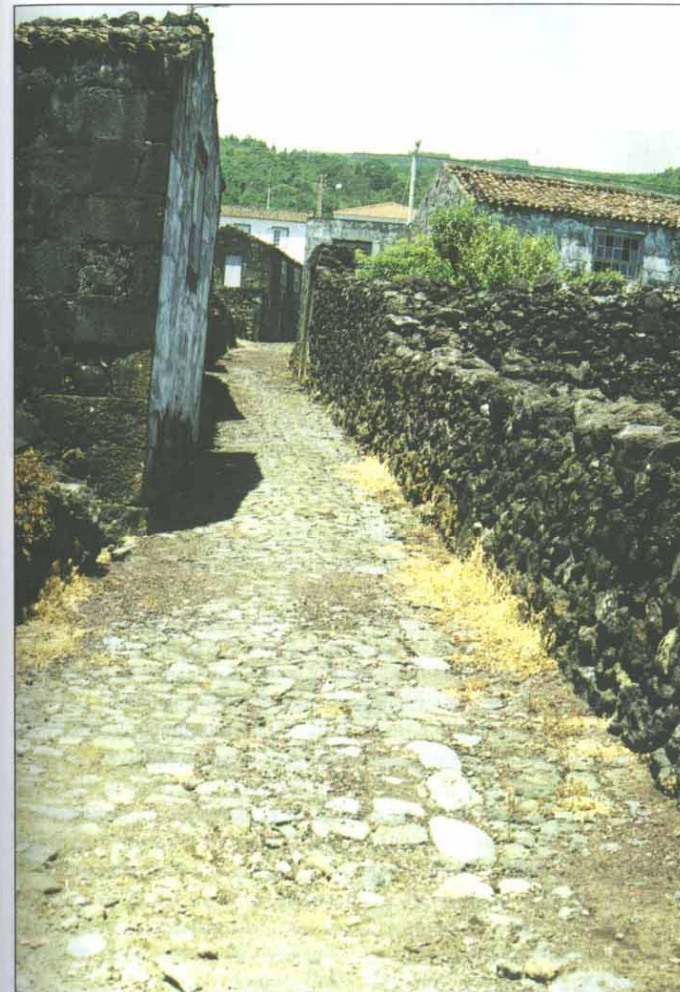
Sendo as *boas terras* de lavoura de S. João derretidas pelas lavas vulcânicas em 1718 e confinada a freguesia também a leste pelo vulcão de 1720, foi certamente necessário proceder à organização do novo espaço, contando com os que ficaram e com aqueles que foram atraídos pelas oportunidades geradas pela própria crise.

Admitimos que muitos dos que se foram acabaram por vender ou abandonar terrenos de zonas que os vulcões preservaram, enquanto os que ficaram teriam necessidade de mão de obra para reedificar as suas casas e arrotear terras novas. Logo nos primeiros anos que se seguiram à crise, documentamos uma importante afluência de famílias e indivíduos isolados, alguns proprietários, outros muitos pobres, principalmente das Lajes, que se instalaram em S. João, contribuindo para a sua reorganização não só económica e social, mas também demográfica.

### 1.2.1. A reorganização do espaço

Um povoamento disperso acompanhava a estrada litoral de ligação entre a Madalena e as Lajes, rasgada em S. João quase sempre à beira costa, e subiria nos primeiros troços das canadas mais largas que acediam aos terrenos em exploração. No final do século XVIII, em 1799, o rol de confessados identifica 246 fogos<sup>21</sup>, 111 na estrada e 135 em oito canadas, três na Companhia de Cima, a do Arrasto, de Perpétua de Sousa e de Lázaro Pereira, e cinco na Companhia de Baixo, a do Alferes José Pereira, do Almanse, de Francisca, de Miguel Vieira e de Santo António. Sabemos que algumas dessas canadas já existiam antes de 1718, mas é de admitir que nos anos que se seguiram à crise, com a afluência de gente de fora, fossem rasgadas novas canadas e veredas que permitissem o acesso a espaços a

<sup>21</sup> A esse número de fogos corresponderiam certamente um número inferior de habitações, dado que o conceito de fogo relaciona-se, como vimos, com os *direitos paroquiais* a que são obrigados todos os cabeças de casal, mas também os solteiros com rendimentos próprios.



Canada do Almanse à boca do Caminho Velho



Caminho Velho do fim da freguesia para a Ponta Rasa.

transformar nas pequenas *terras de trigo-milho*, nas roças de inhames ou nas pastagens. Terá sido um esforço hercúleo, pouco compreensível para o homem de hoje. Nas *terras de baixo*, as pequenas nesgas de terreno arável ladeadas de *marouços* e de veredas altas de pedra, os espaços cuidadosamente murados na meia encosta, entre lenhas, que se sabe terem sido pequenas roças de trigo, poços profundos de maré empedrados no mais duro basalto são património a documentar o enorme esforço de aproveitamento de todos os recursos naturais numa difícil luta de sobrevivência.

O *mistério* de S. João, com cerca de 1,5 km de terra ardida, onde apenas pequenos musgos e líquenes tentavam fixar-se, marcava claramente a separação com a freguesia de S. Mateus. Entrando-se em S. João, encontrar-se-ia em 1799 um pequeno lanço de estrada com cinco fogos apenas, antes de encontrar o acesso à Canada do Arrasto. Esta canada, que continuaria a subir até às pastagens, contava num primeiro troço 24 fogos. Seria uma zona já desbravada antes de 1718.



Maroiço junto a um dos caminhos do mato.

Doze fogos ladeavam depois a estrada entre a Canada do Arrasto e a Canada de Perpétua de Sousa, esta com 10 fogos. Admitimos que a abertura desta última canada fosse posterior à crise de 1718/20. Perpétua de Sousa é uma figura claramente identificada nesse período. Pela sua longevidade e possivelmente pela sua acção nos momentos difíceis por que passou a freguesia poderá ter sido uma figura marcante. Casada já em 1675 com João Garcia Sarmiento, proprietário, de quem teve onze filhos conhecidos, ficou viúva em 1711, vindo a falecer aos 93 anos, em 31 de Janeiro de 1748. Curiosamente, no seu testamento, entre outras disposições, pede a suas netas, Úrsula e Josefa, que lhe mandem dizer duas missas por tempo de dois anos no dia do Divino Espírito Santo. Lembrança dos momentos difíceis de 1718?.

Outros doze fogos se contavam na estrada, entre a Canada de Perpétua de Sousa e a Canada de Lázaro Pereira, esta também com dez fogos. Pelos registos paroquiais identificamos um indivíduo de nome Lázaro Pereira, natural da freguesia da Piedade, da Ponta da Ilha, casado com Teresa da Silveira, que regista filhos em S. João a partir de 1708.



Viria a falecer aos 90 anos em 14 de Abril de 1767, sendo amortalhado em hábito de picote, sem mostrar indícios de riqueza. Terá sido pioneiro do desbravamento da zona?

Um troço de estrada mais longo, ladeado por 30 fogos, se percorria entre a Canada de Lázaro Pereira e o espaço sem casas, o Palmo do Gato, a anteceder a Canada do Alferes José Pereira, esta já na Companhia de Baixo.

Com 22 fogos, a Canada do Alferes José Pereira prolongar-se-ia por veredas que conduziam a algumas das melhores *terras de trigo-milho* da Companhia de Baixo. Pensamos que fosse zona já explorada antes da crise de 1718/20.

Um troço de estrada sem casas conduzia depois à entrada da Canada do Almanse, a maior da freguesia em 1799, com 39 fogos, e que dava acesso preferencial às *terras do alto* e às pastagens. Na origem deste nome pode estar um indivíduo chamado Amaro Pereira de Almanse, casado com Joana Pereira, ambos naturais das Lajes, que acorreram a S. João na sequência da crise vulcânica. Morrendo a mulher em Julho de 1743, Amaro Pereira de Almanse voltou a casar em Dezembro do mesmo ano com Cecília de Santa Teresa, já viúva, natural da Madalena. Não encontramos o registo de óbito de Amaro Pereira de Almanse, mas tanto em 1743 como em 1777, ano da morte da segunda mulher, a situação da família é de relativa pobreza. Admitimos que esta canada fosse rasgada posteriormente a 1718 e a sua ligação a um novo recurso económico da freguesia, a exploração das pastagens do planalto, contribuísse para a fixação dos residentes. Um residente, vindo de fora, com apelido pouco comum, poderia ser identificador.

Na estrada, da Canada do Almanse à Canada de Francisca, encontramos em 1799 doze fogos. Foi nesse troço que se construiu a nova Igreja, de uma só nave, da qual hoje sobrevivem as duas sacristias.

A Canada de Francisca, uma canada estreita, então com 10 fogos, abria para a zona da costa mais propícia à acostagem de pequenas embarcações, onde, nos anos sessenta do século XIX, o pequeno porto viria a sofrer melhorias. É difícil identificar a mulher que deu o nome à canada. No entanto, sendo um nome próprio pouco comum na transição do século XVII para o XVIII e dada a ausência de sobrenome ou apelido, leva-nos a pensar que poderá tratar-se de uma Francisca Álvares, mãe solteira, com três filhos conhecidos, nascidos entre 1675 e 1687. A proximidade do porto

poderá ser outro indício a favor da nossa suposição. De Francisca Álvares sabemos ainda que morreu aos 70 anos, no ano do vulcão, em 17 de Julho de 1718, tendo sido sepultada em S. Bartolomeu, na Silveira.

Apenas seis fogos se contavam no final do século XVIII no troço de estrada entre a Canada de Francisca e a de Miguel Vieira. Esta última, mais larga do que a anterior, contava 16 fogos. Admitimos que Miguel Vieira que deu o nome à canada possa ter sido um indivíduo das Lajes, casado com Maria de Brum, que veio para S. João logo após a crise de 1718/20, já com filhos. Enviuvando em 1726, voltou a casar em 1731 com outra mulher das Lajes, Grácia Maria da Silveira. Morreria casado aos 80 anos, em 14 de Janeiro de 1752, sem evidenciar fortuna.

No espaço de estrada entre a canada de Miguel Vieira e a de Santo António, encontramos em 1799 apenas 5 fogos. A Canada de Santo António, cujo nome resultará da ermida aí sediada de evocação do mesmo santo, teria apenas quatro fogos. Da Canada de Santo António ao Fim da Freguesia, no lugar da Ponta Rasa, antecedendo o *mistério* da Silveira, encontramos o troço de estrada mais povoado da freguesia, com 29 fogos. No início desse troço, como vimos, erguia-se a casa da figura central do nosso trabalho.

Todos os indícios levam a admitir que o desbravamento de novos espaços tenha sido em grande parte da responsabilidade dessa gente de fora, particularmente das Lajes, que ocorreu a S. João na sequência do abandono da freguesia por muitos dos seus antigos residentes. O principal eixo articulador no aproveitamento dos novos recursos constituídos pelas pastagens de planalto, a Canada do Almanse, terá sido rasgada ou pelo menos ter-se-á expandido significativamente depois da crise de 1718/20.

### 1.2.2. Hesitações de crescimento

Identificamos 27 famílias oriundas de fora, 25 delas das Lajes, com filhos registados em S. João imediatamente a seguir à crise de 1718/20. Recordemos que havíamos estimado em 45 as famílias que abandonaram a freguesia, fugindo à desorganização provocada pelas lavas. Poderia pensar-se que nas décadas seguintes o volume das nascimentos se retrairia. Não foi

o caso. No período entre 1709 e 1714 havíamos contado 68 famílias em procriação e mais quatro mulheres a registar filhos fora do casamento, somando menos de 100 nascimentos<sup>22</sup>. Vinte anos mais tarde, entre 1729 e 1734, estranhamente, encontramos um volume significativamente maior de casais a ter filhos, 90, contando-se 146 nascimentos nesses seis anos. Note-se que não há nesse período nascimentos fora do casamento. Também contra o que seria de esperar, no segundo arrolamento de candidatas à emigração para o Brasil, feito em 1723, na sequência de solicitações ao soberano, encontramos nomes de residentes nas Lajes e em S. Mateus, mas não encontramos nenhum nome de residente em S. João<sup>23</sup>. A explicação do avolumar de nascimentos em tão curto espaço de tempo após a crise vulcânica reside no facto da estrutura de idades da freguesia se ter visto francamente rejuvenescida. Saíram famílias inteiras, com indivíduos de todas as idades e entraram predominantemente casais jovens em idade de procriar ou indivíduos em idade núbil. Muitos dos que possuíam bens poderiam ter encontrado oportunidades de sobrevivência numa outra freguesia com uma estrutura social semelhante à existente em S. João antes da crise, como seria o caso de S. Mateus. Para os jovens sem bens de fortuna da grande freguesia da Santíssima Trindade das Lajes, a reorganização do espaço de S. João abriria novas oportunidades de trabalho e de eventual sucesso. Chamamos a atenção para a ausência de nascimentos fora do casamento nesses seis anos. Admitimos que a desorganização social e a maior valorização do trabalho possam ter contribuído para que a fecundidade ilegítima deixasse de ter a expressão encontrada antes de 1718.

Em 1745, trinta anos passados sobre 1715, numa contabilidade por defeito que apenas teve em conta os residentes nesse ano que vieram a falecer na freguesia, encontramos 633 pessoas. Recorde-se que em 1715, em procedimento paralelo, o número de residentes estimados fora de 564. No espaço de uma geração, apesar da crise, a freguesia crescera com algum significado.

<sup>22</sup> Contamos 86 nascimentos, mas há a considerar a danificação do fim do livro de baptizados para o período 1709-1711.

<sup>23</sup> Aliás, o cruzamento a que procedemos entre o rol dos candidatos à emigração e os dados decorrentes da reconstituição da freguesia de S. Mateus permite-nos concluir que foram muito poucos os arrolados que efectivamente emigraram nesse período.

Os *maus anos* detectados em meados do século viriam a criar particulares dificuldades de sobrevivência (recordemos os casos conhecidos dos ascendentes de Francisca Catarina) e dariam impulso a movimentos migratórios que se intensificaram na fase que antecede a independência do Brasil.

De facto, entre 1749 e 1754, contamos menos casais a procriar, apenas 75, e dez mulheres a registar filhos ilegítimos, contando 130 crianças registadas no total, nas quais se inclui uma criança abandonada. A crise geral destas ilhas e a saída de casais para o Brasil, particularmente para Santa Catarina, e de indivíduos isolados predominantemente do sexo masculino podem ter sido responsáveis pelo abaixamento do nível de nascimentos. As relações de masculinidade alteradas pela emigração diferencial poderão dar uma certa explicação para o avolumar de crianças nascidas fora do casamento- 13% de filiação ilegítima é um valor bastante superior ao encontrado antes de 1718.

Não dispondo então de registo sistemático de mortalidade infantil não poderemos estimar o volume de jovens isolados que emigraram. No entanto, contamos oito casais com filhos e um outro casal ainda sem filhos que abandonaram a paróquia nos anos quarenta e início dos anos cinquenta desse século XVIII. Admitimos que alguns deles integrassem o grupo de colonos que foram colocados em Santa Catarina, no Sul do Brasil.

Entre 1769 e 1774, encontramos 96 famílias em procriação e cinco mulheres solteiras a registar filhos, sendo expostas duas crianças, num total de 167 crianças registadas. A percentagem de ilegítimos e expostos em relação ao total de nascidos coloca-se então nos 6%. O crescimento parecia agora mais seguro.

Vinte anos mais tarde, entre 1789 e 1794, sendo a população afectada por crises frumentárias (o ano de 1776 e o de 1785 foram conhecidos como anos de fome), o ritmo de crescimento não é tão intenso, embora se encontrem 99 famílias em procriação e dez mulheres a ter filhos fora do casamento, sendo abandonadas quatro crianças, num total de 183 baptizados. A percentagem de ilegítimos e expostos sobe para 9%.

Ainda dentro do período em análise, entre 1809 e 1814, a anteceder a independência do Brasil, o número de casais em procriação regride para 91, encontrando-se 14 mulheres com filhos naturais, sendo abandonadas sete crianças, num total de 188 baptizados. A percentagem de ilegítimos e expostos coloca-se então nos 13%.

**QUADRO I**  
**Hesitações de crescimento entre 1720 e 1819**  
**Nascimentos dentro e fora do casamento**

Períodos	Casais em procriação	Mulheres isoladas em procriação	Total de baptizados	Filhos naturais de mãe conhecida	Expostos	% filhos naturais + expostos
1729-1734	90	0	146	0	0	0
1749-1754	75	10	130	16	1	13
1769-1779	96	5	167	7	2	6
1789-1794	99	10	183	13	4	9
1809-1814	91	14	188	17	7	13
1720-1819			2655	170	43	8

Se analisarmos depois os comportamentos de nupcialidade verificamos que na década de 1720 a afluência de jovens de fora, predominantemente do sexo masculino, facilitara o acesso ao casamento para as mulheres que não abandonaram a freguesia, encontrando-se uma idade média ao casamento feminino abaixo do limiar dos 25 anos e meio, enquanto no sexo masculino ultrapassava os 31 anos.

Posteriormente a idade média ao primeiro casamento, tanto no caso dos homens como no caso das mulheres irá situar-se em níveis bastante elevados, mais elevados do que no período anterior à crise vulcânica. No caso do sexo feminino a idade média ao casar ultrapassou os 27 anos, se exceptuarmos a década de 1750 em que mais mulheres acederam ao casamento, baixando a idade média cerca de dois anos.

Num período economicamente difícil como foi o de meados do século XVIII é difícil interpretar a redução da idade média ao casamento feminino, tanto mais que a evolução da idade média ao casamento masculino não parece obedecer ao mesmo ritmo. Na segunda década do século XIX as mulheres acedem também mais precocemente ao casamento, o que prepara a subida dos volumes de população que se irá verificar nas décadas seguintes.

Poderá ver-se no QUADRO II a evolução do comportamento no período em causa.

**QUADRO II**  
**Idade média ao primeiro casamento**  
**1720-1819**

Décadas	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Idade média	Nº	Idade Média	Nº
1720	31,2	29	25,4	39
1730	28,2	29	27,1	33
1740	29,2	26	27,7	30
1750	29,5	49	25,3	49
1760	30,7	42	27,9	50
1770	31,5	30	28,2	34
1780	29,1	40	27,4	58
1790	30,9	57	27,3	72
1800	30,7	43	29,1	46
1810	29,1	57	26,2	66
1720-1819	30,1	395	26,6	480

Apesar do casamento tardio feminino o número de filhos por família constituída antes de 1800 situava-se nos 4,8, subindo para 5,2 nas famílias que realizaram o seu casamento nas duas primeiras décadas do século XIX, subida que se deve a aumento de fecundabilidade mas também reflectirá o efeito da redução da idade média ao casamento

verificada na década de 1810. A duração média das uniões colocava-se então acima dos 27 anos<sup>24</sup>.

A influência da mortalidade nas idades médias condicionava a descendência, mas seria certamente pela mortalidade infantil que as população veriam ou não o seu crescimento cerceado.

Embora se detecte algum sub-registo esporádico de mortalidade de menores, a única epidemia que encontramos a afectar as crianças neste período ocorreu entre Novembro de 1791 e Abril do ano seguinte, altura em que faleceram 16 crianças menores de 8 anos<sup>25</sup>. Admitimos que essa crise possa ter tido alguma influencia na redução da idade média ao casamento feminino na altura em que os sobreviventes dessas gerações atingiram a idade núbil.

A ligação com o mar seria um importante factor de risco para a população. Neste período encontramos 51 mortes no mar, sendo 14 indivíduos do sexo feminino e 37 indivíduos do sexo masculino.

A situação mais comum para adolescentes ou adultos de um outro sexo, seria *cair ao mar*, sendo uns recolhidos e outros não aparecendo mais. Admitimos que poucos saberiam nadar e sendo o mar especialmente atractivo para os adolescentes os acidentes poderiam suceder-se. A incidência das mortes de mulheres na primeira metade do século XVIII por terem caído ao mar, leva-nos a pensar na procura de água em altura em que os poços de maré poderiam localizar-se mais próximo do litoral. A apanha das lapas, a pesca de pedra ou em pequeno barco por parte dos homens poderiam ser responsáveis por outros acidentes, sem eliminar num e noutro sexo, a possibilidade de suicídio<sup>26</sup>.

Há também notícia de mortes em trânsito, sendo em alguns casos especificado que se tratou de naufrágio. Uma viúva de 50 anos, morreu

<sup>24</sup> São valores muito próximos aos encontrados para o mesmo período em paróquias da zona de Guimarães, como é o caso de Ronfe e bastante diferentes dos valores de S. Pedro de Poiães, no Nordeste transmontano (Veja-se Amorim, 1997: 143). Nesta última paróquia, apesar da idade média ao primeiro casamento para as mulheres na segunda metade do século XVIII se situar nos 24,6 anos, o número médio de filhos era de 4,1, considerando que o período médio de convivência conjugal era de apenas 17,7 anos.

<sup>25</sup> Note-se que a média de nascimentos nesses dois anos foi de 37.

<sup>26</sup> A expressão *vou-me deitar ao mar*, como sinal de desespero, é ainda hoje comum.

vindo do Faial em 27 de Novembro de 1746, sem que tenhamos a certeza de se tratar de um naufrágio. Em 6 de Setembro de 1759 encontramos dois homens adultos ambos afogados no mar e sepultados na mesma cova, admitindo-se que se trataria de pescadores naufragados. Num naufrágio, em 11 de Maio de 1759, faleceu um homem solteiro, de 25 anos, que regressava da Terceira. Um homem casado de 50 anos e a filha de 16 anos também morreram juntos no mar em 16 de Julho de 1773, não sabemos em que local. Outro homem solteiro de 23 anos morreu no mar na viagem para Lisboa em 8 de Dezembro de 1785. Um homem de 60 anos, casado, faleceu em 5 de Março de 1797 num naufrágio que houve no Porto de S. Mateus, *servindo lhe o mar de sepultura*. Outro homem viúvo, também de 60 anos, morreu afogado no mar e foi sair a Santa Luzia (já no lado Norte da Ilha), onde foi sepultado.

O maior desastre deu-se num naufrágio no canal da Madalena, entre o Pico e o Faial em 12 de Dezembro de 1808. Morreram 11 pessoas de S. João, quatro mulheres que viajavam sozinhas, um homem também isolado, dois casais e um homem casado com uma filha solteira. Admitimos que tivessem morrido num naufrágio de um *barco de boca aberta* que transportaria o milho que haviam comprado no Faial.

Temos, ainda dentro do período, notícia de um homem casado de 45 anos que morreu afogado no mar num navio que deu à costa na baía da ilha do Faial em 22 de Fevereiro de 1810.

Outro tipo de acidente ocorreu em 1817, quando um rapaz de 12 anos morreu entevado nos matos. A carência de agasalhos, o frio de altitude e eventualmente o nevoeiro que pode lhe ter feito perder a orientação, poderão ser responsáveis pelo acidente.

Neste espaço secular, com excepção da crise referida de mortalidade infantil, não encontramos outras epidemias a afectar a população de S. João. Admitindo que os comportamentos de *mortalidade normal* em S. João não seriam, para o período anterior a 1800, muito distintos dos comportamentos da paróquia contígua de S. Mateus, também poupada à mortalidade de crise, paróquia para a qual dispomos de registo sistemático de todos os falecidos, teríamos uma mortalidade infantil para os nascidos entre 1740 e 1799 da ordem dos 150 em mil e uma esperança de vida à nascença de 49 anos. São



valores muito altos para a época, mas não muito afastados dos encontrados por Inês Faria para Barcelinhos, concelho de Barcelos, em gerações nascidas entre o século XVII e meados do seguinte<sup>27</sup>. No Sul do Pico como no Minho, a suavidade da morte *empurraria* a população para destinos além-mar.

### 1.2.3. Estado da população em 1799 e em 1819

O róis de confessado, em cruzamento com os dados da paróquia reconstituída, dão-nos possibilidade de avaliar com rigor os quantitativos populacionais, permitindo-nos ainda conhecer com grande aproximação a respectiva estrutura de idades. Como vimos anteriormente, os róis em si dão-nos indicação, do princípio ao fim da freguesia, por local de residência e por fogo, dos indivíduos maiores de 12/14 anos, aqueles que tinham acesso ao sacramento da Eucaristia, e dos menores, entre os 7 e os 12/14, que se confessavam mas ainda não estavam capacitados para a comunhão. São registados os nomes completos dos indivíduos casados ou viúvos e dos solteiros isolados ou cabeças de fogo. Os dependentes solteiros são identificados apenas pelo seu nome próprio. Em nenhum caso contamos com indicação de idade. Poderíamos saber, pela observação do rol, que no início de Abril de 1799 a freguesia contava com 246 *fogos* e 833 *almas*, sendo 737 *maiores* e 96 *menores* (segundo informação do reitor da igreja, António Álvares Pereira Pimentel, que afirmava sobre os Santos Evangelhos que todos os fregueses, na medida das suas capacidades, haviam cumprido os preceitos da Quaresma), não sendo, nessas 833 almas, incluídos os menores de sete anos, ainda não obrigados a preceitos quaresmais.

Procurámos a identificação de cada residente, calculando a idade que teria no dia 1 de Abril de 1799, considerando que a datação feita pelo

<sup>27</sup> Ver da autora *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*, Guimarães, NEPS, 1998.

pároco é de 6 do mesmo mês<sup>28</sup>. Aos dados do rol original foram acrescentadas as crianças sobreviventes não referidas no mesmo. Assim, encontrámos na freguesia de S. João, 990 residentes nesse dia 1 de Abril de final de século, sendo 154 menores de sete anos.

Uma percentagem de 15,5% de menores de sete anos sugere à partida uma estrutura envelhecida, apontando para o efeito da emigração da gente jovem, com capacidade procriativa. Se reparamos na pirâmide, verificamos que as relações de masculinidade indicam claramente uma emigração diferencial. Contavam-se 459 indivíduos do sexo masculino para 532 do sexo feminino, numa relação de masculinidade de 86 homens em 100 mulheres. No entanto, se calcularmos a relação de masculinidade para os grupos de idades dos 20 aos 29 anos, a relação passa a ser de 53 em 100. Uma distorção muito acentuada, com efeitos sociais necessariamente profundos, a que o recrutamento ou alistamento militar para o Brasil não devem ser alheios. Reparemos que a distorção encontrada no grupo dos 10 aos 14 anos, 64 indivíduos do sexo masculino para 100 do feminino, pesem embora os pequenos números, pode significar uma importante emigração de adolescentes, dado que a crise de mortalidade detectada nos finais de 1791 e início do ano seguinte não penalizou especialmente o sexo masculino.

Em 1819, último ano do período, a população crescera para 1102 habitantes. A percentagem de menores de sete anos colocava-se, no

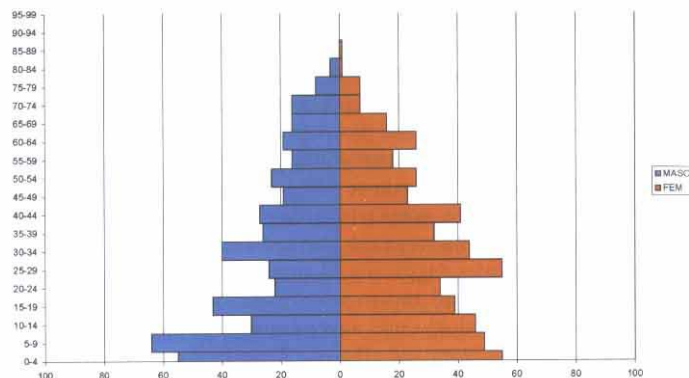
<sup>28</sup> Num moroso e difícil trabalho de identificação procurámos na nossa base de dados a data de nascimento de todos os residentes naturais de S. João ou naturais da freguesia de S. Mateus, também reconstituída, servindo-nos do nome completo do chefe de cada família e das relações familiares apresentadas no rol. A dimensão de cada família com filhos sobreviventes nascidos nos sete anos anteriores foi corrigida com a inserção das referências próprias desses filhos.

No caso de indivíduos isolados com nomes comuns tivemos de percorrer os róis posteriores, procurando a indicação de óbito que nos facilitaria a identificação. Para os residentes que vieram de fora e não eram naturais de S. Mateus utilizámos a indicação de idade dada pelos párocos no momento do óbito ou jogámos com a idade do cônjuge, nos poucos casos em que o registo de óbito não era conhecido.

As maiores dificuldades de identificação surgem com os 18 criados não identificados, 8 do sexo masculino e 10 do feminino. Sendo quatro criadas menores foram integradas no grupo dos 10 anos. As restantes 6 foram distribuídas pelos seis grupos de idades dos 15 aos 40 anos. No caso dos criados, todos maiores, foram distribuídos pelos seis grupos de idades, dos 15 aos 40 anos, sendo os restantes dois inseridos no grupo de idades mais jovens.

**GRÁFICO II**

**Estrutura da população em 1799**



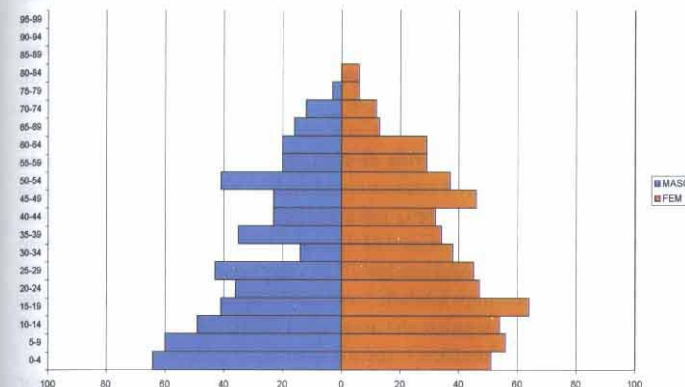
entanto, nos 15%, valor ligeiramente inferior ao de vinte anos antes. A relação de masculinidade era também inferior, 83 indivíduos do sexo masculino para 100 indivíduos do feminino, mas diferentemente distribuída. A distorção mais nítida vinculava-se no grupo de idades dos 30 aos 34 anos, em que se contam apenas 37 homens para 100 mulheres, a acentuar a distorção encontrada nos indivíduos de 10 a 14 anos da pirâmide de 1799.

Vejamos em quadro comparativo a distribuição percentual dos grupos funcionais de menores de 15 anos, entre 15 e 64 anos e de 65 e mais anos.

Observando o quadro, não encontramos diferenças salientes nas duas observações. Só em 1799 aparece muito elevada a percentagem de indivíduos do sexo masculino com mais de 65 anos de idade, reduzindo em 1819 para o mesmo valor do sexo feminino. Num e noutro caso é

**GRÁFICO III**

**Estrutura da população em 1819**



maior a percentagem de menores de 15 anos no sexo masculino do que no feminino, reflectindo as distorcidas relações de masculinidade nas idades médias. É de admitir, pela observação, que a mobilidade de rapazes menores de 15 anos se restringisse nas primeiras décadas do século XIX.

**QUADRO III**  
**Distribuição dos grupos funcionais**  
**Comparação entre 1799 e 1819**

Grupos de idades (anos)	Sexo masculino		Sexo feminino		Sexos reunidos		Relação de masculinidade	
	1799	1819	1799	1819	1799	1819	1799	1819
<15	33	35	28	27	30	30	99	107
15-64	57	59	65	67	62	64	78	74
65 e mais	19	6	6	6	8	6	132	84
Total	99	100	99	100	100	100	86	83

As gerações mais antigas aparecem afectadas pela maior incidência de saída de homens. Considerando os indivíduos com 50 ou mais anos encontramos em 1799 o celibato definitivo masculino nos 9,3%, enquanto o feminino se colocava nos 18,3%. As dificuldades de acesso ao casamento nas primeiras duas décadas do século XIX seriam ainda mais manifestas. Em 1819 encontramos 15,2% de homens e 25,4% de mulheres definitivamente celibatários.

Se calcularmos a taxa bruta de natalidade considerando a média do ano de 1799 e dos quatro anos enquadrantes, achamos 36,9 crianças nascidas em mil habitantes, uma relação forte a condicionar o crescimento da população. Em 1819 a taxa correspondente mantém-se ainda num nível alto, de 32,3 em mil.

A taxa bruta de nupcialidade, colocando-se também num nível alto, não sofre alterações significativas entre 1799 e 1819, com 8,7 e 8,9 casamentos em mil habitantes, respectivamente.

A taxa bruta de mortalidade situava-se em 1799 nos 15,4 óbitos por mil, a grande distância da taxa bruta de natalidade, subindo ligeiramente em 1819 para 16,9 por mil. São valores muito baixos, considerando que a estrutura de idades se apresentava relativamente envelhecida<sup>29</sup>.

**QUADRO IV**  
**Taxas brutas e celibato definitivo**  
**Comparação entre 1799 e 1819**

Anos	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de mortalidade	Celibato definitivo	
				%	
				Sexo masculino	Sexo feminino
1799	36,9 em mil	8,7 em mil	15,4 em mil	9,3	18,3
1819	32,3 em mil	8,9 em mil	16,9 em mil	15,2	25,4

<sup>29</sup> No período contamos com registo sistemático de mortalidade infantil.

Considerada a importância da mobilidade na transição dos séculos e dadas as possibilidades de observação oferecidas pelas informações dos róis de confessados em cruzamento com a paróquia reconstituída, fomos saber quem saía e quando saía, acompanhando o percurso residencial de todos os indivíduos identificados ao nascimento que tinham menos de 20 anos em 1 de Abril de 1799. Verificáramos que entre 30 e 40% dos indivíduos do sexo masculino dessas gerações acabaram por falecer fora da sua terra. Mais de 20% do total dos nascidos saiu antes da idade núbil. Admite-se facilmente que o seu destino mais frequente tenha sido o Brasil, à falta de pólos de atracção de significado na própria ilha ou na ilha vizinha, o Faial. Todas as outras ilhas e o continente eram destinos bem mais longínquos e a incidência da emigração para os Estados Unidos seria ainda incipiente no período.

#### 1.2.4. Um quadro social na transição dos séculos

Para 1715 havíamos concluído que 12,5% das famílias então residentes em S. João se distinguiam pelo seu prestígio social e posse de bens. No outro extremo encontrámos 25% de famílias declaradamente pobres.

Para o final do século, para 1799, podemos ensaiar uma classificação de malha mais fina. Aproveitando as informações do rol de confessados, construímos uma *base de dados* com fichas relativas a cada residente, identificado pelo local de residência, número de fogo, nome e apelidos, sexo, datas de nascimento e óbito, profissão, naturalidade e posição familiar dentro do fogo (cabeça do fogo, mulher, filho/a, neto/neta, pai/mãe, sobrinho/sobrinha, criado/criada, ou *assistente*<sup>30</sup>). Nessa ficha inserimos as informações relativas a sufrágios, mortalha e

<sup>30</sup> Assistente é um termo genérico usado quando não é identificada a relação familiar. A reconstituição da paróquia permite estabelecer o laço familiar, quando existente.

acompanhamento à sepultura do familiar cujo óbito se localizava mais próximo da data do rol e a partir dessas informações desenvolvemos uma classificação familiar relativa à posse de bens. A classificação usada integrou famílias *pobres*; *pobres>remediadas*; *remediadas*; *remediadas>ricas* e *ricas*. Para além da explicitação feita pelo pároco, incluímos na categoria de pobres os fogos cujo membro falecido em data mais próxima de 1799 tivera por sua alma menos de 30 missas e fora amortalhado sem hábito ou com hábito de menor esmola. A classificação de pobre>remediado foi atribuída quando o volume de missas se inseria entre 30 e 99, levando ou não hábito de saial. Um ofício inteiro, entre 100 e 300 missas seria indicativo de família remediada. Entre 300 e 800 missas, hábito de saial como mortalha, conduziu à classificação da família remediada>rica. Foram classificadas de ricas as famílias em que o volume de missas era superior a 800 para o membro falecido na data mais próxima de 1799, existindo ou não outros indicadores de prestígio, como os postos nas milícias ou existência de criados. Foi ainda integrado nesta última categoria o fogo do reitor da Igreja.

Assim, nos 246 fogos, encontramos 46 famílias que classificámos de pobres, uma percentagem de 19%. A classificação de pobres>remediados foi atribuída a 108 fogos, uma percentagem de 44%. Das restantes famílias, 27% seriam remediadas (67 famílias), 8% seriam remediadas>ricas (20 famílias) e 2% seriam casas de grandes proprietários (4 famílias + a casa do pároco).

Pesem embora as vulnerabilidades do critério usado, é de admitir que bem mais de metade das famílias residentes em S. João nesse ano de 1799 enfrentassem grandes dificuldades de sobrevivência, sendo declaradamente pobres ou vivendo no limiar da pobreza. Famílias de proprietários mais favorecidos seriam apenas 10% do total. Admitimos que alguma alteração entre o quadro social de 1715 e o de 1799 tenha resultado da desorganização provocada pela crise vulcânica, pela repartição da propriedade pelos herdeiros e, eventualmente, pela influência do retorno dos emigrantes bem sucedidos.

No entanto, os postos das milícias em 1799 continuam a ser ocupados por descendentes ou herdeiros de titulares que identificámos em 1715. Os maiores proprietários no final do século, coincidentes ou não

com aqueles, são quase todos descendentes de outros proprietários que viveram no princípio do mesmo.

Assim, o alferes Joaquim Silveira de Bettencourt, de 76 anos, que vivia em 1799 no troço de estrada entre a Canada de Perpétua de Sousa e a de Lázaro Pereira, era casado com Antónia Maria da Silveira, de 73, esta o oitavo filho do alferes António Silveira Goulart e de Inês de Sousa, casal a que já nos referimos e que constituiu família antes de 1715. Os filhos do sexo masculino do alferes Joaquim Silveira e de Antónia Maria foram o alferes António Joaquim da Silveira, então com 48 anos, casado e vivendo na primeira casa da freguesia depois do mistério de S. João; o Padre Joaquim Silveira, de 36 anos, que veio a ser Reitor da Igreja e o capitão João de Sousa Bettencourt, de 33 anos, os dois últimos vivendo com os pais. Residia ainda com os pais uma filha solteira, Antónia Joaquina, de 42 anos, além de uma criada. A filha Josefa Joaquina, de 38 anos, havia casado no início de 1799 com o tenente Matias Silveira Bettencourt, de 35, vivendo no mesmo troço de estrada.

O sargento Leandro Francisco, então de 70 anos, casado com Teresa da Rosa, de 64 anos, que identificámos como ascendentes de F.C., era, como sabemos, neto paterno do alferes António Rodrigues Frade e de Águeda Garcia. O volume de sufrágios por morte de Leandro Francisco (900 missas, um ofício incensado, hábito de saial e acompanhamento de 4 religiosos de S. Francisco) levaram-nos a integrá-lo nos quatro maiores proprietários da freguesia em 1799. Recordemos que a filha mais velha, Maria Francisca, de 41 anos, era casada com o tenente António Silveira de Ávila, então de 36 anos. O filho José Francisco da Rosa, então de 33 anos, já casado, era sargento, como o pai. Uma filha mais nova, Francisca Teresa, de 26 anos, era ainda solteira. Na casa de Leandro Francisco, situada entre a Canada de Lázaro Pereira e a do Alferes José Pereira, vivia ainda um criado adulto.

O tenente Venceslau Francisco, de 40 anos, que viria a tornar-se o maior proprietário da freguesia (conhecemos várias escrituras notariais referindo a compra de pastagens a Leandro Francisco), era neto paterno de Baltazar Fernandes Frade e de Bárbara Vieira que identificámos como ascendentes de F.C. e proprietários. Recordemos que Baltazar Fernandes Frade era irmão do alferes António Rodrigues Frade, este avô do sargento Leandro Francisco. A mulher de Venceslau Francisco, Isabel Quitéria de Brum e Silveira, filha de António Silveira de Évora e de Maria de Borba, é a única mulher da freguesia da sua geração referida como *dona* no registo de óbito. Viviam no troço da estrada

entre a Canada de Almança e a Canada de Francisca e tinham ao seu serviço em 1799 um criado e uma criada.

O sargento António Rodrigues Sarmento, de 51 anos, que vivia na Canada de Perpétua de Sousa, era filho do alferes António Rodrigues Frade e de Josefa dos Ramos, e neto, como Leandro Francisco, do alferes António Rodrigues Frade e de Águeda Garcia. Casara com Luísa de Brum, então já falecido, de 46 anos, filha também de proprietários, de quem teria uma filha única. Tinham uma criada.

O sargento António Goulart de Sousa, residente na Canada do Alferes José Pereira, com 44 anos em 1799, era genro de outro ascendente de F.C., o sargento Mateus Rodrigues Pais, então já falecido, este, por sua vez, genro do sargento António Vieira Sarmento.

O sargento Manuel Pereira de Évora, de 34 anos, era filho de Manuel Pereira Debra e de Bárbara Quitéria e vivia em 1799 na dependência da mãe viúva no troço de estrada que vai da Canada de Santo António ao fim da freguesia. Esta família contava-se entre as quatro famílias economicamente mais favorecidas. Tinham dois criados.

O rol de 1799, além dos titulares de cargos nas milícias (o capitão, os três tenentes, os dois alferes e os cinco sargentos), regista a residência de três padres residentes, além do reitor da Igreja, de dois alfaiates, de um ourives, de um ferreiro, de um sapateiro e de dois *mariantes*.

Um dos padres, como vimos, era Joaquim Silveira, de 36 anos, filho do alferes Joaquim Silveira Bettencourt. Outro padre era José Homem Cardoso, de 25 anos, filho de António Homem Machado e de Luzia Silveira, ambos naturais das Lajes. Viria a ser cura da Igreja. O terceiro padre era Francisco Vieira de Bem e Silveira, de 60 anos, filho de Manuel da Silveira Goulart e Teresa de S. José e neto materno de Baltazar Fernandes e Bárbara Vieira, estes também avós, como vimos, do tenente Venceslau Francisco.

É interessante a existência de um ourives e de alfaiates na freguesia, um luxo que o século XX não conheceu.

O ourives, Manuel Leal Ferreira, de 45 anos, mais tarde com o posto de sargento, era filho de um dos alfaiates, também chamado Manuel Leal Ferreira, de 73 anos, vivendo entre a Canada de Perpétua de Sousa e a de Lázaro Pereira, na dependência do filho e possivelmente sem exercer a sua actividade. O outro

alfaiate era Manuel Cardoso, de 57 anos, casado em segundas núpcias e residente na Canada de Lázaro Pereira. Era filho de Maria Teresa, solteira.

O sapateiro, José Garcia Pereira, de 41 anos, era casado e residente na Canada de Santo António. A mulher era natural das Lajes e viviam no limiar da pobreza.

O ferreiro, Manuel Homem Goulart, de 24 anos, era natural das Lajes e casara no ano anterior com Maria da Conceição, de 22 anos. Residiam no último troço de estrada da freguesia, a chegar ao mistério da Silveira.

Apenas dois marítimos são identificados.

Um marítimo é declaradamente pobre, António Silveira, de 28 anos, já casado, residente na zona do porto, entre a Canada de Francisca e a Canada de Miguel Vieira. O outro, Manuel Leal, de 41 anos, também casado, residente na Canada de Santo António, abeirava a pobreza, segundo pensamos (teve 33 missas por sua alma).

Três das quatro maiores casas de proprietários da freguesia em 1799 foram já identificadas pelos postos nas milícias de algum dos seus membros: a casa do sargento Leandro Francisco, a do tenente Venceslau Francisco, estes com ascendentes comuns conhecidos<sup>31</sup> e a da mãe do sargento Manuel Pereira de Évora, Bárbara Quitéria. Falta-nos referir a de Francisco Martins, na Canada do Almanse.

Francisco Martins, de 78 anos em 1799, era filho de outro Francisco Martins e de Maria Homem, casal de proprietários que identificamos no início do século. Era já viúvo em 1799, com uma filha casada com Francisco Peixoto, e outros três filhos que morreriam solteiros. Teve por sua alma mais de 900 missas. Não tinha criados residentes.

Pelas escrituras feitas pelos notários da vila das Lajes que chegaram até nós referentes a Leandro Francisco e Venceslau Francisco depreendemos que os maiores proprietários seriam já neste período os donos das maiores

<sup>31</sup> Ambos entroncam no casal António Rodrigues Frade e Beatriz Luís ( Casal 25 de sextos avós de F.C.).

extensões de pastagens de planalto, como era certamente o caso de Francisco Martins, a avaliar pelas propriedades detidas pelos seus descendentes. Identificamos pelas escrituras zonas do *mato* mais altas já exploradas, como o *Escalvado*. É de pensar que o principal recurso da freguesia para exportação nos finais do século XVIII fosse já o queijo típico que deu fama à freguesia, ao qual se juntaria o vinho, das vinhas *beira-costa* e dos *maroiços*. Admitimos que as *vinhas do mistério* e as *vinhas novas* fossem desbravadas bem mais tarde com os recursos dos *brasileiros* que também encontravam no Brasil mercado para o seu então mais escasso produto.

Os cereais seriam a principal importação da freguesia. Só um número muito escasso de famílias poderia extrair das pequenas terras de trigo-milho abastecimento durante o ano inteiro. Era preciso ir buscar ao Faial o milho na *apanhada* que garantiria a subsistência da família. Reservar ao longo do ano o dinheiro suficiente para a compra do milho não seria fácil para a maioria das casas. Um recurso explorado pelos mais pobres era a venda de lenha para combustível, rachada no *mistério aberto*, que se vendia na vila das Lajes e no Faial, ilha particularmente carente e chegava a mandar-se para a ilha Terceira.

Identificando os mais pobres verificamos que entre eles se contam os dois mareantes conhecidos, evidenciando o fraco valor comercial do peixe. Os rapazes de cada família, iriam *pescar de pedra* um complemento de alimentação ao qual não se dava grande importância. A dureza do *trabalho de alvião* e as *molhas* forçadas dos pastores que subiam a encosta pelas invernias durante três horas, ordenhavam as vacas e regressavam de corpo molhado com o peso das canecas de leite às costas, fariam achar recreativo o pegar no caniço, saltar para o pesqueiro, sentar-se na rocha, engodar o peixe, senti-lo picar o anzol e, num golpe rápido, trazê-lo para terra.

### 1.3. De 1820 a 1849

O quarto de século que se segue a 1820 corresponde, como vimos, a uma expansão muito rápida da população, a que não devem ser alheias as maiores dificuldades de saída decorrentes da independência do Brasil. É difícil imaginar a possibilidade de um terreno tão pobre ter podido alimentar 1400 pessoas. A um olhar atento não escapam as marcas deixadas pelo aproveitamento exaustivo de todo o espaço cultivável que podia ser liberto de pedras que se amontoavam nos enormes *maroiços*, ou a subida pela encosta para arrotear terra bravia que *comia as sementes* (expressão que a tradição conservou), ou o *rasgar* das pastagens mesmo junto à serra.

#### 1.3.1. Caminho, canadas e travessas- a expansão desigual do povoamento

No rol de confessados de 1799 foram identificados 246 fogos nos dois lugares da freguesia, a Companhia de Baixo e a Companhia de Cima, fogos distribuídos ao longo do *caminho corrente*, hoje *caminho velho*, que corre paralelo à costa, e pelas *canadas* que lhe são perpendiculares. Cerca de meio século depois, no rol de 1847, o pároco contava 332 fogos, mais 35%, com crescimento desigual. A Companhia de Cima passara de 103 para 119 fogos, aumentando 16%, enquanto a Companhia de Baixo passara de 143 para 213, aumentando 49%.

Na Companhia de Cima, em 1847, depois de se contarem os primeiros 8 fogos no Caminho Corrente, o Caminho do Arrasto, com 21 fogos, prolongava-se pela Travessa, com 10 fogos, que ia *entestar* mais à frente no mesmo caminho. No conjunto somavam 31 fogos, mais 7 do que os contados em 1799 para o Caminho do Arrasto. Admitimos que a Travessa já existisse no final do século, embora só tenha sido identificada no rol de 1829 e seguintes. Depois dos 16 fogos entre o Arrasto e a Canada de Perpetua de Sousa, esta reduzida a 6 fogos, o troço de caminho entre a Canada de Perpetua e a de Lázaro aumentara para 18 fogos. Na Canada de



Lázaro contavam-se 12 fogos e entre esta e o fim da Companhia apenas 28 fogos. A zona de maior crescimento terá sido o troço de caminho entre a Canada de Perpétua e a de Lázaro, zona que por ser mais plana talvez se tenha tornado mais propícia à construção de novas habitações.

Na Companhia de Baixo, a Canada do Alferes José Pereira atinge os 28 fogos em 1847, mas não sabemos se 6 fogos representa o seu real crescimento em relação a 1799. De facto, a travessa que une a Canada do Alferes ao cimo da Canada do Almanse só é identificada a partir de 1829, contando 7 fogos em 1847. Se os mesmos fossem contados em 1799 como sendo da Canada do Alferes, o crescimento terá sido maior. Incliamo-nos, no entanto, para que a contagem dos fogos da Canada do Almanse antes de 1829 incluísse essa travessa. A Canada do Almanse em si, em 1847, contava 30 fogos, 13 fogos num primeiro troço, de cima para baixo, até à entrada de uma outra travessa (esta com 20 fogos, que ligava ao Lagido e à Canada de Francisca) e mais 17 num segundo troço até ao caminho corrente. Admito que todo este espaço fosse identificado antes



Igreja Paroquial dedicada a S. João Baptista.



Aspecto da freguesia vendo-se a igreja e o mar ao fundo

de 1829 como Canada do Almanse, o que levaria a somar, em 1847, nesta zona, 57 fogos, bem mais do que os 39 do final do século anterior.

No caminho corrente entre a Canada do Almança e a de Francisca também se intensificara o povoamento, contando-se 20 fogos naquela última data. A Canada de Francisca aumentou para 16 fogos, o caminho entre esta e a Canada de Miguel passou para 9 fogos, a Canada de Miguel atingiu os 22 fogos, mas o espaço seguinte de caminho até à Canada de St. António e esta última canada não conheceram expansão, reduzindo para 8 fogos em cada um dos casos. A expansão mais saliente dar-se-ia no troço de caminho para o fim da freguesia, para a Ponta Rasa, onde se contaram 45 fogos, mais 16 do que em 1799. É de admitir que o *rasganço* das zonas mais próximas do mistério da Silveira possa em parte ser responsável por essa expansão, também evidente na Canada do Almanse pela intensificação da exploração das pastagens do alto. No troço de caminho entre a Canada do Almanse e a de Francisca, próximo da igreja e do porto de mar, construíam-se as habitações mais confortáveis.

### 1.3.2. Crescimento da população

Vários factores de conjugariam para o crescimento da população no quarto de século que se segue à independência do Brasil: as dificuldades de saída, a idade média mais baixa ao casamento feminino, o número elevado de filhos por família e a mortalidade suave.

**QUADRO V**  
**Crescimento entre 1820 e 1849**  
**Nascimentos dentro e fora do casamento**

Períodos	Casais em procriação	Mulheres isoladas em procriação	Total de baptizados	Filhos naturais de mãe conhecida	Expostos	% filhos naturais + expostos
1820-1825	108	13	206	18	7	12
1830-1835	129	13	263	15	11	10
1840-1845	132	19	263	24	17	23
1820-1849			1215	100	59	13

Como se verifica pelo quadro, há um crescimento muito acentuado do volume de baptizados entre 1830 e 1835, volume que não é excedido dez anos mais tarde, apesar do maior número de casais em procriação e, principalmente, do aumento de crianças nascidas fora do casamento ou expostas.

As dificuldades de sobrevivência da população em ruptura com o seus recursos (o ano de 1847 foi aquele em que a freguesia atingiu o maior volume de habitantes de toda a sua história) parecem reflectir-se nos desvios aos padrões de comportamento familiar, aumentando, para níveis nunca encontrados anteriormente, o número de filhos naturais e de crianças abandonadas.

De facto, o fenómeno do abandono, embora sem a acuidade verificada no Continente<sup>32</sup>, não deixa de ter expressão na freguesia. Repare-se que, entre 1820 e 1849, dos 13% de crianças baptizadas fora do casamento, só 8% o eram de mãe conhecida, correspondendo os restantes 5% a crianças enjeitadas, não se podendo afirmar que todas elas fossem filhos de mulheres isoladas.

Como também acontecia no período anterior, as crianças eram expostas à porta das casas, à excepção de dois casos<sup>33</sup>.

Em 9 de Abril de 1822, Escolástica foi abandonada na Canada do Almanse, no sítio da Apertadinha, local já sem casas, no caminho dos pastores. Em 26 de Junho de 1831 Marcelino foi deixado nas próprias pastagens, no lugar do Moiro, trazendo uma cédula com o nome.

Vejam agora a idade média ao primeiro casamento nas três décadas em estudo.

**QUADRO VI**  
**Idade média ao primeiro casamento**  
**1820-1849**

Períodos	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Idade média	Nº	Idade Média	Nº
1820-1829	28,1	57	25,7	65
1830-1839	27,1	64	26,6	74
1840-1849	31,6	56	27,0	61
1820-1849	28,8	177	26,4	200

<sup>32</sup> Cf. Vicente Pérez Moreda (coord), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao Presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996.

<sup>33</sup> Em 19 de Maio de 1819 uma criança tinha sido abandonada no mato, numa criação do Cabeço do Couro, sendo todas as outras abandonadas à porta de casas de família.

A idade média ao primeiro casamento na década de 1820 coloca-se nos 28,1 anos para o sexo masculino e nos 25,7 para o feminino, sendo este o valor mais baixo encontrado desde a década de 1750. A tendência para elevação da idade média feminina marca-se já na década seguinte, altura em que se atinge os 26,6 anos, enquanto a idade média ao casamento no sexo masculino continua a baixar, posicionando-se nos 27,1 anos, o valor mais baixo após a crise de 1718/20. Na última década em observação a tendência é para contenção no acesso ao casamento nos dois sexos, mais acentuada no sexo masculino.

O número de filhos por família legítima que fora de 4,8 entre 1720 e 1799, atingindo os 5,2 nas duas primeiras décadas do século XIX, posicionava-se nos 5,0 filhos nas famílias cujo casamento se realizou entre 1820 e 1849, um nível ainda muito alto<sup>34</sup>.

As gerações nascidas na área (S. Mateus e S. João), entre 1800 e 1849, beneficiavam de uma esperança de vida de 53 anos, com quociente de mortalidade infantil de 140 por mil (recordemos que as gerações nascidas entre 1740 e 1799 haviam tido uma esperança de vida de 49 anos, com quociente de mortalidade infantil de 150 por mil), embora se detectem no período duas pequenas crises de mortalidade a afectar crianças de menos de cinco anos.

De facto, nos meses de Junho e Julho de 1836 morreram 8 crianças e entre Maio e Agosto de 1845 morreram 13<sup>35</sup>. Admitimos que alguma dessas epidemias possa ter sido de varíola, mas os registos são omissos a respeito.

Também neste período o mar trouxe luto a algumas famílias. Nas três décadas consideradas morreram no mar 5 pessoas referidas à freguesia, 3 do sexo masculino e 2 do feminino.

<sup>34</sup> Para um maior aprofundamento da evolução da fecundidade na área consultar *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, ob. cit., pp. 117 a 170.

<sup>35</sup> A média de nascimentos do período aproximava-se dos 50 em cada ano.

Além de um rapaz e dois homens que morreram afogados no mar de S. João em alturas diferentes, faleceram duas mulheres da freguesia num desastre no porto da Madalena em 17 de Dezembro de 1831, uma viúva e outra casada, sendo ambas sepultadas na Igreja Matriz daquela vila.

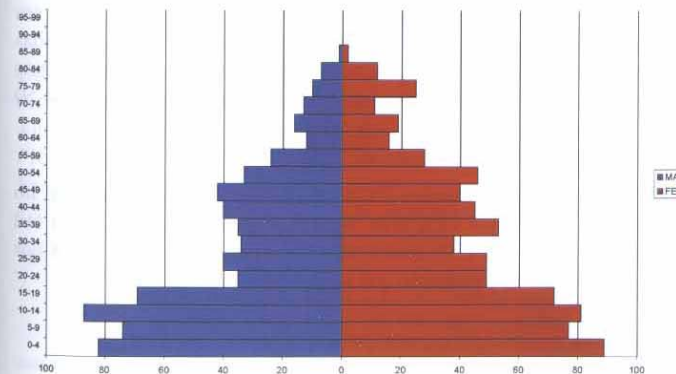
Um homem de 45 anos morreu afogado na Ribeira de Joana em 22 de Setembro de 1847. Cairiam certamente chuvas violentíssimas capazes de tal efeito numa ribeira tão pequena.

Num sinal de violência pouco habitual, uma mulher solteira, de 54 anos, com filhos ilegítimos, foi encontrada *morta de pancada* à porta da sua casa em 22 de Janeiro de 1842.

O rol de 1847 transformado em recenseamento permite-nos saber que a população de S. João havia atingido nesse ano os 1409 habitantes, o valor mais elevado de toda a sua história. Sabemos também que os menores de sete anos eram 238, o que representa 16,9% da população.

GRÁFICO IV

Estrutura da população em 1847



**QUADRO VII**  
**Distribuição da população por grupos funcionais em 1847**  
 %

Grupos de idades (anos)	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexos reunidos	Relação de masculinidade
<15	38	33	36	102
15-64	55	58	56	83
65 e mais	7	9	8	67
Total	100	100	100	88

Pelo quadro de distribuição da população por grupos funcionais, notamos que o grupo de jovens atinge os 36% da população, quando, quer em 1799 ou em 1819, essa percentagem se colocava apenas nos 30%, reflectindo a retracção da emigração. Também o grupo dos *velhos* ganha em relação a 1819, situando-se nos 8%, com vantagem para o sexo feminino, denotando uma maior esperança de vida também nas idades mais elevadas.

A pirâmide de idades em relação ao final do século anterior rejuvenescera pela base. A relação de masculinidade nas idades médias, entre os 15 e os 64 anos, mostrava-se mais equilibrada: 84 homens em 100 mulheres. No entanto, as afecções da emigração ainda eram nítidas nas gerações mais antigas como se poderá verificar nos níveis de celibato definitivo, com 12,0% de homens e 26,3% de mulheres com mais de 50 anos sem terem casado.

Reparemos nas enormes dificuldades de acesso ao casamento no período, reflectidas por uma taxa bruta de nupcialidade de 4,7 em mil habitantes<sup>36</sup> (tanto em 1799 como em 1819 colocava-se acima dos 8 por mil), fazendo prever a retracção que se seguiria.

<sup>36</sup> Foi calculada a média de casamentos do ano de 1847 e dos quatro anos enquadrantes.

**QUADRO VIII**  
**Taxas brutas e celibato definitivo em 1847**

Anos	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de mortalidade	Celibato definitivo %	
				Sexo masculino	Sexo feminino
1847	28,5 em mil	4,7 em mil	16,5 em mil	12,0	26,3

A taxa bruta de natalidade em 1847 com 28,5 nascimentos em mil habitantes<sup>37</sup>, também já se retraía (recordemos que em 1819 a taxa bruta de natalidade se colocava nos 32,3 em mil).

A taxa bruta de mortalidade quedava-se nos 16,5 óbitos por mil<sup>38</sup>, valores muito próximos dos encontrados quer em 1799 quer em 1819.

Apesar do abrandamento dos nascimentos, essa diferença entre natalidade e mortalidade ainda seria de molde a condicionar um crescimento de risco, não fora a válvula de escape que se procuraria na emigração.

### 1.3.3. Uma perspectiva da sociedade no 2º quartel do séc. XIX

Para o período que estamos a analisar, além da possibilidade de cruzamento dos róis de confessados com a *base de dados* com a paróquia reconstituída, possuímos, como vimos, o interessante mapa decorrente da administração liberal, datado de 1836, sobre o *Estado da População da Freguezia de S. João Baptista, do Concelho da Vila das Lagens do Pico*. Nesse documento são identificados os habitantes pelo nome, sexo, estado civil, distribuição por grupos etários<sup>39</sup>, divisão dos chefes de família em

<sup>37</sup> Foi calculada a média de nascimentos do ano de 1847 e dos quatro anos enquadrantes.

<sup>38</sup> Foi calculada a média de óbitos do ano de 1847 e dos quatro anos enquadrantes.

<sup>39</sup> Até um ano, de 1 a 5, 5 a 10, 10 a 15, 15 a 20, 20 a 30, 30 a 40, 40 a 50, 50 a 60, 60 a 70 e mais de 70.



proprietários e não proprietários, distinguindo os que vivem unicamente das rendas das suas propriedades, os salarizados de qualquer maneira pelo Estado, excepto militar, os que vivem unicamente do seu trabalho Mecanico ou Industria, os que reúnem ao seu trabalho alguma outra renda ou ordenado, e a indicação da profissão para os maiores de 15 anos<sup>40</sup>.

O Vigário António Silveira Bulcão mandou preencher o mapa por um escrivão de letra elegante e anotar em *observações* o que ele próprio conhecera ao longo de sete anos de permanência na paróquia, assinando o documento, com mão insegura, em 20 de Maio desse ano de 1836.

Informa-nos sobre a freguesia que *a costa he bastante alcantilada, e quaze inacessível, apenas tem dous pequenos portos aonde dificultozamente varão piquenas embarcações, que servem de pescar, mais por coriozidade do que por officio*. Depois de referir o número de fogos e a distribuição dos residentes por sexos, estado civil e grupos etários, diz-nos que *estes povos são propensos ao Estado Matrimonial o qual abração desde a Idade de dezoito annos athe aos trinta, cuja fecundidade media anda de quatro a seis filhos, estes comessão a ser uteis a seus pais desde a idade de sette annos, os homens gozão de todas as suas forças para se entregarem ao trabalho de disoito athe sincoenta annos; ficão aptos para a geração os dous sexos dos quinze annos por diante; ordinariamente deixão de ser aptos para o trablho aos settenta annos. O Clima da Freguezia é um pouco umido e o terreno assaz fragozo, mas não obstante produz todos os frutos em quantidade moderada, sendo as suas producções a batata, o inhame, o milho, algum trigo, e vinho, este ultimo genero não he do da melhor qualidade da Ilha; raros annos tem sustento sufficiente para si.*

Diz que *há nesta freguezia grande abundancia de pastos, onde se criam muitos gados vacum e ovelhum e por isso há grande numero de pastores. Na criação dos gados he que consiste o maior estabelecimento dos habitantes, não só pelo muito gado que vendem, mas pelos bons e muitos queijos que fabricão, e exportão, com que suprem huma parte do sutento, que a Freguezia não produz. Exportão igualmente muita Lenha*

<sup>40</sup> Em alguns casos há indicação de profissão para crianças entre os 10 e os 15 anos.

*para as Ilhas do Fayal e Terceira, e quaze todo o producto he consumido em linho, anil e tabaco de fumo, de que fazem um grande uso. Uzão muito do anil para tingir pannos de lãa da terra, de que tanto os homens como as mulheres, se vestem diariamente. Ordinariamente falando são este povos amantes do luxo, pouco industriosos, e pouco inclinados a Officios mecanicos, apesar de serem dotados de talento, se com effeito existem alguns a trabalhar em diferentes officios são excitados por huma mera coriozidade, e por isso não há officiais de tendas abertas, e que tenham aprendizes.*

*São muito aferrados ao seu lugar natalicio, sendo raro o que sahe para Paízes estranhos. He pois de notar que he raro o que não possui propriedade sua, nem tão bem se encontrão mendigos proprios da Freguezia. As mulheres todas sabem fiar, e algumas tecer, e dellas são robustas e fortes, de maneira que ajudão os homens a trabalhar no Campo, cortando a terra com alviaens, que pela sua aspereza e fragosidade não admitte arados*



Terra de pastagem na montanha (Cavacas).





Pastor a caminho das pastagens transportando as canecas do leite (reconstituição de postura).

A afirmação feita pelo Vigário António Silveira Bulcão de que seriam poucos aqueles que não possuíam propriedade sua, reflecte os dados que podemos encontrar no mapa então elaborado. Dos 254 chefes de família do sexo masculino identificados, se excluirmos os dois clérigos, apenas oito deles não têm propriedade alguma, vivendo *unicamente do seu trabalho mecânico ou indústria*, o que representa 3% do total. São 35 os chefes de família que *vivem unicamente das rendas das suas propriedades*, representando 14% do total. A maioria dos chefes de família (83%) *reúnem ao seu trabalho alguma outra renda ou ordenado*.

Recordemos que para o final do século XVIII havíamos estimado que 10% do total das famílias seriam encabeçadas pelos proprietários mais favorecidos. Admite-se que o aumento de população e o sistema de herança tenha acelerado a partilha da propriedade, tornando a sociedade mais igualitária, opinião que parece ser a do Vigário António Silveira Bulcão.

Se procurarmos no rol de confessados de 1836 os titulares dos postos mais elevados das milícias não detectamos claramente nos mesmos uma posição socialmente privilegiada.

Assim, o capitão João de Sousa Bettencourt, de 70 anos em 1836, já identificado em 1799, filho do Alferes Joaquim Silveira Bettencourt e de Antónia Maria, casado com Ana Francisca, de 56 anos, vivia com seus filhos solteiros, Joaquim, de 18 anos, trabalhador e Luzia de 15, fiadeira. No *Estado da População* aparece como enfermo e proprietário a viver das suas rendas, mas não há indicação de criados ao seu serviço.

Mais favorecido seria a posição do outro capitão, António Silveira de Évora, solteiro, de 58 anos, lavrador e proprietário a viver de rendas, filho de António Silveira de Évora e Maria de Borba, proprietários abastados que identificamos no final do século XVIII. Residia com uma sobrinha, Luisa de Brum Quitéria, de 32 anos, no troço entre a Canada de Francisca e a Canada de Miguel. A sobrinha era filha de Manuel de Brum da Silveira, já falecido, e de



Canecas de cedro para transporte de leite.

sua irmã Maria de Borba, viúva, que ficara com sete filhos sobreviventes. Tinha um criado de nome António.

O tenente Matias Silveira de Bettencourt, também identificado em 1799, tinha então 72 anos. Era casado com Josefa Joaquina, de 75 anos, enferma, filha do alferes Joaquim Silveira de Bettencourt. Vivia no caminho entre a Canada de Perpétua e a de Lázaro e foi identificado no *Estado da População* como lavrador e proprietário, a viver da renda das suas propriedades. Tinha apenas uma filha, Maria Jacinta dos Santos, casada com Francisco Bernardo Peixoto, residentes no fogo contíguo e possivelmente na mesma casa. Francisco Bernardo Peixoto era pastor, a mulher tecedeira, o filho mais velho, Manuel, de 15 anos, era trabalhador. A solução para o equilíbrio doméstico fora encontrada no convívio das gerações e não no recurso a criados.

Outro tenente era António Silveira de Ávila, já foi por nós identificado como bisavô de F.C.. Recordemos que sua mulher, Maria Francisca, era filha do sargento Leandro Francisco. António Silveira de Ávila, então com 73 anos, é apresentado no *Estado da População* como lavrador, vivendo das rendas das suas propriedades. O filho Francisco, solteiro, era pastor. Também não tem criados ao seu serviço.

O Alferes António Joaquim da Silveira, era, como vimos, filho do alferes Joaquim Silveira de Bettencourt. Em 1836, aos 85 anos, é identificado no *Estado da População* como proprietário, lavrador e vivendo unicamente das rendas das suas propriedades. Residia com a sua segunda mulher, Maria da Conceição, de 45 anos, e com Catarina, identificada no rol como criada e no *Estado da População* como tecedeira. Supomos que Catarina será Catarina da Conceição casada em 1839 com Manuel Pereira da Silveira que passa então a chefiar um fogo contíguo. É de admitir que a jovem fosse protegida de um casal sem filhos, retribuindo-lhes com o apoio à velhice. O termo criada não pareceu o mais adequado no *Estado da População*, quando não havia necessidade de especificar relações de parentesco, como acontecia no rol.

O sargento José Francisco da Rosa, cunhado do anterior, era, como vimos anteriormente, filho do sargento Leandro Francisco. Com 70 anos em 1836, lavrador e proprietário, tinha na sua companhia sete filhos solteiros, com idades compreendidas entre os 17 e os 34 anos. A filha Luísa era tecedeira, os filhos António e Leandro eram pastores, Perpétua, Bárbara e Luzia eram fiandeiras e Manuel era trabalhador. Repare-se que Manuel será mais tarde o Padre Manuel

José de Brum. A circunstância de dois filhos serem pastores aponta para a existência na família de uma maior extensão de *pastos* do que o habitual.

O sargento António Goulart de Sousa era casado com Maria da Conceição, filha do sargento Mateus Rodrigues. Com 80 anos em 1836 é dado como impossibilitado e proprietário sem renda suficiente. Sua mulher, de 66 anos, e sua filha Teresa, que fora dois anos antes mãe solteira, trabalhavam como tecedeiras.

O outro sargento era Francisco de Brum Bettencourt, de 46 anos, casado com Maria Antónia, de 44. O *Estado da População* identifica-o como *partidor*. Admitimos que se tratasse de um agrimensor, especialista na divisão de propriedades pelos herdeiros na altura das partilhas. Não tinha renda suficiente. Com filhos menores, a mulher era tecedeira.

Um outro indicador que pareceria à primeira vista ajustado para distinguir as famílias melhor posicionadas socialmente seria a existência de criados. O rol de confessados de 1836, no conjunto dos 305 fogos da freguesia, identifica-nos 17 fogos com criados, menos de 6% do total dos fogos. No entanto, é interessante verificar que no *Estado da População* nem todos os criados identificados no rol são referidos como tal. Talvez possamos considerar, entre outras razões (a idade menor de 15 ou maior de 70 anos seria uma delas), que se tenha processado a evolução de criado para *familiar* protegido, dadas eventuais dificuldades de pagamento de salários ou razões de protecção familiar.

Parece ser esse o caso já referido de Catarina, criada do Alferes António Joaquim da Silveira.

Outros casos em que não há identificação de criados no *Estado da População*, mas sim no rol, é o de dois fogos contíguos da canada de Perpétua de Sousa, encabeçados por duas mulheres. No primeiro, Isabel Rita, viúva, fiadeira, mas também proprietária a viver das suas rendas, tem na sua companhia João Ferreira Goulart, pastor, que no rol aparece simplesmente como João, criado, maior. Isabel Rita era viúva sem filhos, tinha 71 anos, e necessitaria de alguém que *tratasse do mato*. João Ferreira Goulart casaria nesse mesmo ano, aos 28 anos, assumindo a chefia de um fogo contíguo.

No outro caso, Úrsula Antónia, solteira, de 69 anos, proprietária a viver das suas rendas, aparece no rol a encabeçar um fogo com um criado, João, uma criada, Joaquina, e Manuel Vieira, *assistente*. No *Estado da População*, não

aparece referida Joaquina como dependente e João é João Vieira Maciel, de 30 para 40 anos, pastor. Manuel Vieira, de 20 para 30 anos, é dado como *impossibilitado* para o trabalho.

É de admitir que o valor do trabalho que tornava rentáveis as frágias terras da freguesia ou permitia a exploração das pastagens provocasse uma aproximação entre possuidores e trabalhadores em que a relação clássica entre patrão e criado perderia significado.

Identificada como *serva* no *Estado da População* é Ana, criada de Maria Inês, proprietária, vivendo de rendas, viúva de Manuel Leal Ferreira, ourives (identificado em 1799). Residia em 1836 no caminho, entre a Canada de Perpétua de Sousa e a de Lázaro, com um filho solteiro, José, de 30 anos, pastor.

Luzia Perpétua, solteira, proprietária a viver de rendas, com 72 anos, enferma, vivia em 1836, também no caminho entre a Canada de Perpétua e a de Lázaro, com uma criada, Francisca, de 15 para 20 anos. Luzia Perpétua havia sido *assistente* em casa do falecido padre cura Joaquim Silveira de Brum, que identificámos em 1799. Era o décimo e último filho de João Ferreira de Sousa e Antónia Maria do Carmo, casal sem grandes recursos. De notar que tanto no rol como no *Estado da População*, Francisca é identificada como criada.

Outra situação de criado não referido no *Estado da População* como tal acontece no fogo entre a Canada de Lázaro e o fim da Companhia de Cima encabeçado por Francisco Martins, lavrador, casado, de 60 anos, que reunia *ao seu trabalho alguma outra renda ou ordenado*. O criado Manuel, referido no rol, é, no *Estado da População*, pastor, de 20 para 30 anos. A actividade de pastor não era facilmente conciliável com a agricultura. A necessidade de levantar alta madrugada condicionava a hora do sono no período do dia destinado ao *amanho das terras de baixo*. Daí uma distinção clara da actividade do pastor e da do *lavrador* ou do *trabalhador*, entendendo-se geralmente por *trabalhador*, quando se tratava de um chefe de família, aquele que, além do trabalho nas suas terras, trabalhava à jorna nas terras de outrem. Os filhos dos lavradores podem aparecer também como pastores e trabalhadores. Assim, o facto de Francisco Martins ter um criado podia significar simplesmente que não tendo filhos necessitava do serviço de pastor no seu equilíbrio doméstico.

Um caso em que é referida no *Estado da População* uma criada é um fogo do fundo da Canada do Almanse encabeçado por Bruno José, de 30 para 40 anos, pastor e proprietário, a viver unicamente das suas propriedades. Era natural das Lajes e

casado com Gertrudes Josefa, vinte anos mais velha. Não tinha filhos. Gertrudes Josefa nascera em S. João, filha de pais residentes, mas naturais das Lajes, António Homem Machado e Luzia Silveira. Os pais haviam registado 10 filhos, dois deles falecidos em criança, um emigrado, e três com acesso ao casamento. A primeira irmã a casar, Ana Francisca, casou aos 26 anos com o referido capitão João de Sousa Bettencourt. Além de Gertrudes Josefa, casada nas vésperas de perfazer os 44 anos, o outro irmão que casou foi Paulo Homem Machado, casado aos 42 anos. Os restantes quatro irmãos morreriam sem acesso ao casamento, sendo um deles o já referido Pe. José Homem Cardoso, cura da Igreja de S. João.

A criada, neste caso, Rosa, de 15 para 20 anos, seria um sinal de diferenciação social.

O Padre José Homem Cardoso encabeçava o fogo contíguo onde residia com as irmãs Maria Josefa e Francisca Josefa, identificadas no *Estado da População*, uma e outra como chefes de fogo e proprietárias, vivendo de rendas, sem profissão referida. O padre é referido como não proprietário, *salariado pelo Estado*. Além dos três irmãos, residiam no mesmo fogo um sobrinho, Manuel, de 30 anos, filho da irmã Ana Francisca, identificado como pastor. Repare-se que Manuel é quem trata do mato e apesar da sua idade não lhe são indicados apelidos. Tinha sido pai solteiro dois anos antes, acabando por falecer em 1837 sem chegar ao casamento.

Ao serviço da casa havia duas criadas, Maria, de 30 para 40 anos e Ana, de 10 para 15 anos.

Um interessante caso é o do fogo encabeçado por Joaquim José Bettencourt, no caminho entre a Canada de Almanse e a de Francisca. É identificado como proprietário e trabalhador que reúne ao seu trabalho alguma outra renda ou ordenado. Tinha 34 anos em 1836 e vivia com a mulher Maria Catarina, de 30, e um criado de nome Camilo, segundo o rol de 1836. Pelo *Estado da População*, Camilo teria então de 10 a 15 anos, sem profissão definida. Sendo mais tarde nos róis identificado como filho do casal, e dado que não se encontra o seu registo de baptizado em S. João, admitimos que Camilo tivesse sido enjeitado e mais tarde reconhecido pelos pais.

No mesmo troço de caminho vivia o Vigário António Silveira Bulcão com duas irmãs freiras, D. Rosa Margarida e D. Ana Margarida, que admitimos terem saído do convento de S. João da ilha do Faial<sup>41</sup>, todos na

<sup>41</sup> São referidas no Livro de Tombo duas irmãs do referido Vigário como beneméritas da Igreja de S. João que pertenceriam ao dito convento.

casa dos 50 anos. Tinham duas criadas, Maria Cândida, de 40 para 50 anos e Maria, de 30 para 40.

Ainda no mesmo troço de caminho, uma casa com maior número de criados referidos no rol de 1836, era a de D. Isabel Quitéria (irmã do capitão António Silveira de Évora, atrás referido), de 65 anos, viúva do tenente Venceslau Francisco que identificamos em 1799. Vivía com dois filhos solteiros, Venceslau Francisco, de 37 anos, solteiro, juiz ( *o alferes*, como será depois conhecido na tradição oral) e João Venceslau, de 32 anos, referido como proprietário e lavrador que aliava ao seu trabalho alguma renda. Dois criados de nome Francisco, um outro de nome Manuel e uma criada Maria integrariam o fogo. No entanto, no *Estado da População* segue-se na lista, ao nome de João Venceslau, um Francisco, de mais de 70 anos, *impossibilitado*, um Manuel, de 20 a 30 anos, pastor, e um outro Francisco, de 10 a 15 anos, sem profissão definida. Não há indicação de nenhuma criada. A lógica poderá encontrar-se no facto de um indivíduo com mais de 70 anos não lhe ser referida profissão, o mesmo acontecendo com o menor de 15. Ao terceiro criado competia o *tratar do mato* (sabemos do grande número de pastagens da família) e seria referido como pastor. Por motivo que desconhecemos não é apontado o nome da criada.

Falecida D. Isabel Quitéria em 1843, no rol que explorámos de 1847, a casa da freguesia com maior número de criados continuou a ser a do seu filho, o Alferes Venceslau Francisco Vieira de Bem, que permanecera solteiro. Tinha então ao seu serviço três criados e duas criadas. As suas terras de pastagem herdadas, compradas ou *rasgadas*, além das terras de sementeira e de lenhas, exigiam o trabalho de três criados e o serviço doméstico de duas criadas.

Venceslau Francisco faleceria aos 82 anos sem descendência, deixando herdeiros os seus servidores mais constantes. Conta-se que em sua casa aboletara o chamado *Batalhão Académico* que acompanhou D. Pedro no seu desembarque no Pico em 21 de Abril de 1831<sup>42</sup>. Havia sido amador de arte. No seu espólio encontrou-se, entre outras imagens, um belo Cristo Crucificado do século XVIII e ainda uma caneta de aparo de ouro, a primeira caneta metálica que terá existido em S. João.

No primeiro fogo do caminho entre a Canada de Miguel Vieira e a de Santo António vivia nesse ano de 1847 o irmão João Venceslau Vieira de Bem, solteiro, com uma criada e dois criados. Casaria mais tarde fora da freguesia com

<sup>42</sup> Ver Ermelindo S. Machado Ávila, "A Ilha do Pico. Crises económicas", in *Ox Açores e as dinâmicas do Atlântico do Descobrimento à Segunda Guerra Mundial*, Angra, 1989.

D. Luísa Júlia de Bettencourt, de quem não teve filhos, acabando por falecer aos 56 anos em S. João. Reparemos que sendo dois irmãos solteiros cada um passaria a ter a sua própria casa, onde viviam sem pessoas de família, apenas com criados.

Maria Silveira, viúva, de 63 anos, residia na Canada de Miguel, identificando o rol de 1836 na sua companhia três filhas solteiras, na casa dos vinte e trinta anos, e um criado Joaquim. No *Estado da População* Maria Silveira aparece como fiandeira e proprietária que reúne ao seu trabalho alguma renda, sendo as três filhas igualmente fiandeiras. Joaquim, cujo nome aparece a seguir, teria de 10 a 15 anos, e como tal não lhe é indicada profissão. Tratar-se-ia de uma família sem homens residentes que recorreria ao trabalho menos remunerado de um adolescente.

Logo no fogo seguinte aparece Jacinto António, de 62 anos, proprietário e trabalhador, casado com Isabel Goulart, com a mesma idade, fiandeira. Viviam com um criado, José, de 15 para 20 anos. Este casal que tivera seis filhos, só tinha um deles sobrevivente e casado fora. A ausência de braços familiares para o trabalho condicionaria a necessidade de um criado.

António Inácio da Silveira, proprietário, a viver de rendas, sem profissão referida, residia no último troço de caminho da freguesia. Em 1836, com 56 anos, vivia com a mulher, Josefa Quitéria, de 66 anos, e dois criados, António, de 20 para 30 anos e Maria, de 50 para 60 anos. António Inácio da Silveira tivera aos 28 anos uma filha natural de Maria Rosa, de 25 anos, mas acabara por casar em 1813 com Isabel Quitéria, mais velha dez anos, filha dos proprietários Manuel Pereira Évora e Bárbara Quitéria Falecida a mulher em Março de 1841, sem lhe deixar filhos, acabaria por casar com a mãe da filha em Setembro do mesmo ano.

A sua casa seria das mais abastadas da freguesia em 1836.

Outra casa abastada era a do cunhado de António Inácio da Silveira, Manuel Pereira Évora, solteiro, de 71 anos, lavrador e proprietário, que vivia de rendas, encabeçando um fogo com sete dependentes: duas irmãs solteiras, Isabel Quitéria de Brum e Bárbara Quitéria de Brum, com 69 e 64 anos, respectivamente, ambas sem referência a profissão, dois sobrinhos, (filhos da irmã Maria Quitéria, casada nas Lajes com Manuel de Ávila Bettencourt), Maria, de 30 para 40 anos, sem profissão referida, e Manuel, do mesmo grupo etário, referido como pastor, além de duas criadas, Maria, de 15 para 20 anos e



Catarina, de 20 para 30 anos. Bárbara referida a seguir no *Estado da População* com idade de 5 para 10 anos é identificada no rol também como criada.



Pequeno velgas de cultivo vário.

Pelos casos analisados facilmente se verifica que a diferenciação social podia não decorrer da existência de criados, embora as casas de maior prestígio os tivessem.

Lavradores, pastores e trabalhadores constituíam em 1836 as ocupações dominantes para os homens, embora o termo lavrador possa significar mais uma categoria sócio-económica do que uma profissão. No conjunto dos 402 homens com ocupação referida ou *impossibilitados* para o trabalho pela doença ou idade, encontramos 24 lavradores, 69 pastores e 198 trabalhadores, o que corresponde a 6%, 17% e 49%, respectivamente. Impossibilitados ou enfermos eram 21, o que



Campo com milho, notando-se a grande distância entre os pés.

corresponde a uma percentagem de 5%. Dedicados a outras actividades encontraríamos 23% dos homens da freguesia.

Esses lavradores, referidos como vivendo de rendas das suas propriedades, não têm geralmente criados e os filhos aparecem como pastores ou trabalhadores e as filhas como tecedeiras ou fiandeiras. Se não tinham filhos, podiam chamar para a sua companhia sobrinhos ou outros parentes que ajudassem no trabalho.

Este último caso é o de António Goulart da Silveira, lavrador, da Travessa do Caminho do Arrasto, de 55 anos, casado e sem filhos que tinha na sua companhia seu sobrinho Manuel, de 15 para 20 anos, pastor.

João Leal Ferreira, lavrador, que vivia na Travessa do Caminho do Arrasto, de 35 anos, casado com Antónia da Conceição, de 34, fiandeira, tinha duas filhas menores de 15 anos e nenhum filho ou criado. Viviam com António



Pereira Sarmiento, de 70 anos, também lavrador a viver de rendas, viúvo, pai de Antónia da Conceição. É de admitir que *metessem homens de fora* nos momentos mais agudos do trabalho nos campos.

Francisco José Duarte, lavrador, de 61 anos, casado, não tinha filhos varões mas a mulher, Josefa dos Ramos e três filhas solteiras eram todas tecedeiras que ajudariam a equilibrar o orçamento doméstico, sem exigir ao chefe de família outro trabalho que não fosse na sua própria propriedade.

Manuel Francisco Goulart, lavrador, de 54 anos, casado com Maria Inês, de 43, tecedeira, tinha um filho Manuel, de 16 anos, trabalhador, além de outros três filhos menores.

Outro lavrador, Manuel Goulart Alvernaz, da Canada de Perpétua, de 46 anos, que casara com Teresa de Jesus, fiandeira, já viúva, tinha um enteado, Francisco, de 19 anos, pastor. Os próprios filhos eram então menores de 15 anos.

Manuel Francisco Goulart, lavrador, de 54 anos, casado com Maria Inês, tecedeira, tinha um filho de 16 anos, trabalhador. Os outros três filhos eram menores de 15 anos, o que não significa que não fossem úteis aos pais como refere o relatório do Estado da População.

Na Canada de Lázaro, Manuel Pereira Cardoso, lavrador, de 35 anos, natural de S. Mateus, casado com Ana da Conceição, de 40, fiandeira, tinha um filho de 12 anos, identificado como pastor, apesar da raridade de informação sobre as ocupações dos menores de 15 anos.

Miguel Rodrigues, lavrador, que vivia na Canada do Almanse, de 47 anos, casado com Anastácia Jacinta, tecedeira, de 45 anos, tinha um filho, Miguel, de 17 anos, pastor, e um filho Manuel, de 16 anos, trabalhador. Os outros seis filhos eram menores de 15 anos.

No segundo troço da Canada do Almanse vivia António Silveira Peixoto, solteiro, de 45 anos, lavrador. Era neto materno de Francisco Martins, que identificamos como um dos quatro maiores proprietários da freguesia em 1799. Com ele vivia a irmã Maria, de 40 anos, também solteira e uma tia materna, Teresa Josefa, de 83 anos. De notar que em 1837 passa a haver na casa um criado residente.

Manuel de Brum Garcia, lavrador, residente também no segundo troço da Canada do Almanse, de 68 anos, casado com Ana Maria, fiandeira, de 57 anos, tinha em casa cinco filhos solteiros com idades compreendidas entre os 28 e os 15 anos. A filha mais velha, Maria, era fiandeira, Ana era tecedeira, Manuel era pastor, Francisco era trabalhador e a João, o mais novo, não é atribuída profissão.

A situação de chefe de família pastor, que vive das suas rendas, parece significar uma necessária dedicação às terras do mato, por isolamento familiar, como se depreende dos cinco casos conhecidos.

O primeiro caso, nas primeiras casas da Companhia de Cima, é o de Francisco José da Silva, pastor, de 39 anos, casado com Maria Laureana, de 22 anos, sem indicação de profissão. Tinham um filho recém-nascido.

No caminho entre a Canada de Perpétua e a de Lázaro vivia António Silveira Duarte, outro pastor, de 54 anos, com sua mulher, Genoveva Rosa, de 60 anos, enferma, um cunhado, Manuel Silveira da Costa, solteiro, de 69 anos, identificado no *Estado da População* como chefe de família, proprietário a viver de rendas e trabalhador (?) e um filho de 19 anos, mentecapto.

Um terceiro caso de pastor é o de Manuel de Ávila Valadão, de 62 anos, casado com Ana Francisca, fiandeira, de 47 anos, sem filhos. Viviam na Travessa entre a Canada do Alferes e a do Almança.

Bruno José, atrás referido, era também pastor.

O quinto caso de pastor é o de um homem solteiro, António de Brum Bettencourt, entre 50 e 60 anos, que vivia isolado numa casa da Canada de Miguel.

Viver unicamente das rendas das propriedades em S. João na primeira metade do século XIX (como aconteceria na primeira metade do século seguinte), talvez significasse apenas, para o maior número desses chefes de famílias, que a sobrevivência estaria assegurada sem necessidade de exercer um ofício mecânico, *dar dias para fora* ou rachar lenha para vender. A ausência de necessidade de incorporar um duro trabalho quotidiano para garantir a subsistência só estaria reservada a muito poucos.

Certamente mais difícil seria a sobrevivência dos chefes de família que tinham propriedade escassa ou ausência de propriedade.

Analisando esta última situação encontramos no princípio da Companhia de Cima, Manuel Joaquim, marítimo, a viver unicamente da sua profissão. Manuel Joaquim teria mais ou menos 46 anos em 1836. Tinha sido enfeitado e vivia em casa de uma viúva idosa.

José Dutra do Amaral vivia na Canada do Arrasto. Era trabalhador sem propriedade, natural da Madalena e já viúvo quando casou em S. João com Catarina Antónia. Tiveram um filho que faleceu criança. Faleceria ele próprio ainda em 1836 e a sua viúva teria depois três filhos naturais.

Francisco Garcia Maciel era outro marítimo sem propriedade. Com 37 anos em 1836, vivia entre a Canada do Almanse e a de Francisca com sua mulher, Angélica do Carmo, três filhos menores, uma tia da mulher, Maria do Carmo, de 55 anos, e a sogra, Joaquina Josefa, de 47 anos, identificada no rol como tia, ambas solteiras. De facto, Angélica do Carmo havia sido enfeitada em S. Mateus, sendo depois integrada no seu ambiente familiar.

Manuel Silveira Tristão era trabalhador sem propriedade, com 36 anos em 1836. Era casado com Maria de Brum, que tinha então 18 anos e era filha natural de Antónia de Brum. Não tinham ainda filhos.

Jorge Francisco era marítimo, também sem propriedade, natural da Madalena e filho de uma mulher solteira. Casara em S. João em 1831 com Antónia Maria, fiandeira, também filha de uma mulher solteira, que tivera ela própria quatro filhos ilegítimos. A filha mais velha falecera na infância, o segundo filho, Manuel Vieira de Bem (filho de um homem com os mesmos apelidos?), era também marítimo, Maria, a terceira filha, era fiandeira e Francisca, a mais nova, não vivia com a mãe. Tinham em casa uma enfeitada, Mafalda, de 5 para 10 anos. De notar que Antónia Maria, à sua morte, aos 92 anos, era mendiga, sendo as suas duas filhas, Maria Perpétua e Francisca Perpétua, mães solteiras.

António Francisco Gregório era trabalhador sem propriedade. Era natural de St. António do Norte da Ilha e teria em 1836 cerca de 28 anos. A mulher, Rita Margarida, teria 25 anos e tinham dois filhos de menos de quatro anos. Viviam na Canada de Miguel.

João José de Melo era outro trabalhador sem propriedade, de 26 anos, casado com Maria da Conceição, de 24 anos. Tinham dois filhos pequenos. Viviam em 1836 entre a Canada de Miguel e a de Santo António. O facto de se tratar de um casal jovem, não herdado, poderia justificar a ausência de propriedade.

Manuel José dos Santos, era carpinteiro, sem propriedade. Admitimos que fosse filho natural de outro Manuel José dos Santos, natural da Praia, Ilha Terceira, que casara em S. João em 1786. Não temos conhecimento do seu registo de nascimento. Casara em 1832 com Maria Silveira, então com 13 anos. Ausentar-se-iam depois sem registar filhos em S. João.

Bento José era sapateiro, sem propriedade. Tinha 36 anos e era casado com Madalena do Rosário, nascida no Ilha do Faial de uma mulher solteira. Haviam baptizado um filho um mês antes do casamento. Baptizariam em S. João mais onze, nenhum deles com história na freguesia. Ainda residente em 1847, no ano seguinte toda a família se ausentaria.

Como se verifica, os casos de ausência de propriedade estão relacionados com homens de fora que se ligam com mulheres da freguesia com comportamentos desviantes ou então estão relacionados com casais jovens, não herdados. O mais comum, mesmo para os profissionais de ofícios mecânicos, seria a existência de uma pequena propriedade, de onde se extraía um importante suplemento alimentar ao milho que necessariamente se comprava.

Uma profissão que contava em 1836 um importante número de profissionais era a de sapateiro. Encontramos sete sapateiros identificados no *Estado da População*, todos eles pequenos proprietários que reuniam *ao seu trabalho alguma renda*, à excepção de um deles (Bento José, já referido como não tendo propriedade). Onze anos mais tarde, em 1847, só encontramos referência a quatro sapateiros, embora seis dos referidos em 1836 ainda sobrevivessem. Admitimos que os velhos sapateiros continuassem esporadicamente a sua actividade, *mais por curiosidade do que por ofício*, como salientou o Vigário António Silveira Bulcão no seu relatório de 1836.

A maior mobilidade dos artífices, que se documenta em outras situações, também acontece com os sapateiros. A transmissão do ofício de pais para filhos tem igualmente lugar.

João Ferreira Fagundes, sapateiro, era natural da Terra do Pão, então ainda pertencente à freguesia de S. Mateus. Casara em S. João aos 32 anos com Maria Francisca, de 23. Encontramo-lo ainda activo em 1847, com 61 anos, vivendo ao cimo do Caminho do Arrasto, com a mulher, a filha mais velha, Maria, de 26 anos, o filho Manuel, de 15 e António de 11. Três filhos nascidos entre Maria e Manuel haviam falecido na infância.

Faleceu João Ferreira Fagundes aos 83 anos, já viúvo, tendo assistido à saída aos 20 anos do filho Manuel e ao casamento aos 26 anos do filho António. A filha Maria morreria solteira aos 63 anos e mendigava pelas portas.

António da Rosa, sapateiro, também identificado no *Estado da População* de 1836, vivia em 1847 na Canada de Lázaro. Casara aos 35 anos com Eugénia Francisca de 22 anos. Em 1847 tinha 56 anos. Havia registado 10 filhos, dois dos quais gémeos. Ausentar-se-iam nesse mesmo ano da freguesia e não sabemos o seu destino.

Francisco Pereira da Silveira, o Satão, de alcunha, vivia na Travessa entre a Canada do Almanse e a de Francisca. Em 1836 tinha 52 anos e era casado com Mariana da Trindade, então com 42 anos, filha natural de Ana de Jesus. Morreria-lhe na infância a filha mais velha, Maria. Outra Maria, segunda de nome, casara aos 17 anos e todos os sete filhos que nasceram depois desta saíram da freguesia. A própria Mariana da Trindade ou de S. José, como também era conhecida, não faleceu em S. João. No rol de 1847 Francisco Pereira da Silveira já não é identificado como sapateiro. Com a mulher ausente, vivia com um neto de 14 anos, que emigrou depois. Morreu aos 83 anos.

Manuel Francisco, outro sapateiro identificado no *Estado da População*, vivia no lugar do Porto, a seguir à entrada da Canada de Francisca. Encontramo-lo em 1847 com 39 anos. Era natural de S. Mateus e casara em S. João aos 24 anos com Miquelina de Brum, filha de pais incógnitos, baptizada em S. Roque, mas residente em S. João. Tiveram apenas dois filhos, um filho Manuel falecido antes dos dois anos e uma filha Maria que casaria e morreria na freguesia.

Manuel Francisco faleceu aos 60 anos e Miquelina de Brum aos 91 anos, segundo indicação do pároco, no ano de 1889, o que indica que teria mais dez anos do que o marido.

José Francisco de Bem, outro sapateiro que vivia em 1836 na Canada de Miguel, tinha 77 anos e era filho de uma mulher solteira. Casara aos 38 anos com Antónia Inácia, das Lajes, e não tivera filhos. Já era falecido em 1847.

Manuel, sapateiro, em 1836 tinha 30 anos, era solteiro e filho de outro sapateiro, José Garcia Pereira, já falecido. Vivia na Canada de Santo António com a mãe viúva, Maria Francisca, fiadeira, e duas irmãs solteiras, também fiadeiras, Catarina e Ana. Casaria aos 38 anos e usava então o nome de Manuel Garcia Pereira.

Um irmão do anterior, José Garcia Pereira, homónimo do pai, com 47 anos em 1836, casado com Maria Luísa, então com 42 anos, vivia no último troço da estrada da freguesia. Foi identificado como sapateiro no *Estado da População*, não aparecendo como tal no rol de 1847.

Em 1847 é identificado como sapateiro Manuel Goulart de Sousa ou da Costa, de 25 anos. Não temos indicação de que o pai fosse sapateiro. Vivia com a mulher, de 22, e uma filha de meses, no caminho abaixo da Igreja, antes de chegar à Canada de Francisca. Havia registado uma filha antes do casamento que falecera com 13 meses. Viriam a ter ainda mais seis filhos, mas só uma filha viria a casar em S. João. A filha mais velha morreu solteira adulta, um filho morreu aos 14 anos e os outros quatro emigraram.

Manuel Goulart faleceu aos 62 anos e a sua viúva sobreviveu até aos 97 anos.

Carpinteiros identificamos sete no *Estado da População* de 1836. Também neste caso encontramos indivíduos originários de outras freguesias e a transmissão familiar do ofício. Todos são pequenos proprietários, à excepção de um deles (trata-se de Manuel José dos Santos, já referido antes).

Manuel Pereira Alexandre, carpinteiro, era natural das Lajes, e casara em S. João aos 31 anos, com Maria Josefa, de 27, tecedeira. Viviam na Canada do Almanse e em 1836 tinham respectivamente, 61 e 56 anos. Manuel Pereira Alexandre ainda se encontrava profissionalmente activo em 1847. Dos seus seis filhos quatro haviam sobrevivido. Uma filha e um filho haviam casado, ambos muito jovens, aos 16 anos, um outro filho estava solteiro em casa e o quarto filho havia emigrado clandestinamente aos 9 anos, sem regresso.

Manuel Pereira Alexandre faleceu aos 78 anos e Maria Josefa aos 94 anos.

Francisco de Brum da Silveira, carpinteiro, da Canada do Almanse, era natural de S. Mateus. Casara em S. João com Brígida de Brum, sete anos mais velha. Em 1836 tinha 40 anos e seis filhos. Só quatro deles ficariam em S. João, emigrando sem regresso os outros quatro. Francisco de Brum da Silveira era sobrevivente em 1847 mas não é referido como profissionalmente activo. Morreria aos 89 anos, já viúvo.

Manuel Vieira de Bem, casado com Metildes Luísa, era outro carpinteiro. Em 1836 tinha 37 anos e sua mulher 35. Registrariam oito filhos em S. João antes da sua saída definitiva. Já não eram residentes em 1847. Admitimos que tenham ido residir para a freguesia das Angústias, no Faial, onde casou a filha mais velha, que viria depois residir para S. João.

João Vieira de Bem, irmão do anterior, era também carpinteiro e tinha 43 anos em 1836. Vivia na Canada de Miguel Vieira onde o vamos encontrar em 1847. Casara aos 34 anos com Isabel Quitéria, de 19. Falecendo a mulher quatro anos depois do casamento e deixando-lhe dois filhos, voltou a casar com Bárbara de Brum, de 38 anos, registando em S. João mais um filho. Uma filha Maurícia identificada no rol de 1847 terá nascido fora, por ocasião de uma ausência, ou será uma filha nascida fora do casamento. Não a identificamos ao nascimento.

João Vieira de Bem faleceu aos 75 anos e Bárbara de Brum aos 89 anos. Seu filho homónimo seguiria a mesma profissão. O neto homónimo seria um conceituado marceneiro.

Um terceiro irmão, José Vieira de Bem, era também carpinteiro. Com 36 anos em 1836, era casado com Josefa de Brum, cinco anos mais velha. Tiveram seis filhos, dois falecidos na infância, dois casados em S. João e os outros dois emigrados sem retorno. Falecida a mulher em 1844, José Vieira de Bem voltaria a casar com Aurélia de Brum da Silveira que havia sido enjeitada. Embora residente em 1847 não é identificado como profissionalmente activo. Morreria aos 64 anos.

Joaquim Goulart de Sousa, identificado como carpinteiro em 1836, mantinha-se ainda activo profissionalmente em 1847. Vivia então na Canada do Alferes. Filho do sargento António Goulart de Sousa, casara em 1834, aos 21 anos, com Hedvigés dos Anjos, de 17 anos, que fora enjeitada. Admitimos que o exercício da profissão levasse este casal a ausências fora da freguesia, conhecendo-se mais três filhos além dos cinco registados em S. João. Dos oito filhos apenas dois casaram e morreram na freguesia. Todos os outros emigraram.

Falecida a mulher em Outubro de 1863, quando Joaquim Goulart contava 49 anos, este voltou a casar quatro meses depois com D. Maria Quitéria, viúva do Capitão António Silveira de Évora, de 70 anos, que já tivemos oportunidade de identificar como grande proprietária.

Joaquim Goulart de Sousa acabaria por falecer fora da freguesia.

Encontramos em 1836 quatro tanoeiros na freguesia, profissão que desapareceria na sequência da crise das vinhas de meados do século.

Joaquim José, tanoeiro, residente na Companhia de Cima, no Caminho do Arrasto, tinha 40 anos em 1836 e era solteiro. Vivia com duas irmãs fiandeiras, ambas solteiras, cada uma com uma filha natural. Joaquim José saiu da freguesia em 1844, antes da crise, sem regresso.

Outro homem solteiro, Manuel, de 24 anos, filho de Manuel Pereira Gaspar, trabalhador, e de Rita da Conceição, fiandeira, vivendo na dependência dos pais em 1836, na Canada do Alferes, é identificado como tanoeiro. Sairia também da freguesia antes da crise das vinhas, sem regresso.

João da Rosa Vieira, outro tanoeiro, era natural de S. Mateus. Casara em S. João com Catarina de Jesus, oito anos mais velha. Em 1836 João da Rosa Vieira contava 55 anos e vivia na Canada do Alferes. Havia tido cinco filhos, uma filha falecida na infância, dois filhos casados antes dos 20 anos, uma filha que ficara solteira e que lhe dera uma neta e outro filho, trabalhador, que emigraria logo em 1837.

João da Rosa Vieira faleceu aos 63 anos, já viúvo.

António Garcia da Silveira era o outro tanoeiro identificado em 1836. Teria então 79 anos e vivia na Canada de Miguel com sua segunda mulher, Maria Laureana, natural da freguesia de Santo António, do Norte da Ilha. Casara em 1783 com Maria Jacinta. Falecida esta em Agosto de 1804 e deixando-lhe dois filhos menores, casara logo em Outubro seguinte. A segunda mulher dar-lhe-ia mais quatro filhos, dois falecidos na infância. Falecido António Garcia da Silveira em 1839 a mulher e todos os filhos sobreviventes abandonaram a freguesia.

Identificamos cinco serradores em 1836. Foi notado no *Relatório* que uma das exportações mais importantes da freguesia era a lenha, mas não encontramos nenhuma referência a lenhadores. Poderia ser uma

actividade complementar ou exercida pelos serradores. Admitimos também que as exigências de um maior conforto nas habitações e a própria expansão da população levassem ao aumento do número de carpinteiros e, na sequência, de serradores.

Identificados como serradores são homens jovens dado o esforço exigido pela profissão. Profissão que todos complementam com o amanho das suas terras.

António Silveira Goulart, serrador, vivia no princípio da Companhia de Cima. Tinha 29 anos em 1836. Havia casado três anos antes com Emerenciana Josefa, mais velha 14 anos, fiandeira, e que trazia consigo uma filha natural que atingira 12 anos em 1836. O rol de confessados de 1847 não indica António Silveira Goulart como serrador. Morreria aos 87 anos.

Ainda na Companhia de Cima, depois da Canada de Lázaro, vivia outro serrador, Manuel Francisco da Silveira, com 34 anos em 1836. Era casado com Francisca Mariana, com 33 anos. Tinham então três filhos menores de sete anos. Nasceriam depois mais quatro filhos. Todos os filhos saíram de S. João e, após a morte de Manuel Francisco Martins, aos 64 anos, a sua viúva também se afastou.

João Francisco da Silveira, outro serrador morador na Companhia de Cima, no Caminho do Arrasto, tinha 42 anos em 1836. Casara com Ana Maria, fiandeira, mais velha 11 anos, natural de S. Roque, do Norte da Ilha. Teriam três filhos nascidos entre 1831 e 1835, um casado e falecido em S. João, outro emigrado para o Brasil, sem retorno, e outra filha falecida solteira em S. João. Ele próprio faleceria aos 65 anos, casado.

Ainda na Companhia de Cima, entre o Caminho do Arrasto e a Canada de Perpétua, vivia António Alves de Melo, serrador, com 43 anos em 1836. Era casado com Maria Antónia, fiandeira, mais nova seis anos. Havia casado muito cedo, antes de Maria Antónia ter completado 14 anos. Havia tido sete filhos, nascidos entre 1813 e 1839, tendo dois deles falecido na infância. Dos outros cinco, dois estavam ausentes em 1836.

O último serrador identificado em 1836, João da Rosa Vieira, residente na Canada do Alferes, o único da Companhia de Baixo, tinha 22 anos em 1836. Casara aos 16 anos com Maria do Espírito Santo, mais velha 17 anos. Nasceriam seis filhos deste casamento, dos quais só dois faleceriam em S. João. Falecida a mulher em 1864, João da Rosa Vieira casou três anos depois com

Maria da Conceição, mais nova do que ele 25 anos. Teria ainda mais dois filhos.

Com mais idade, João da Rosa Vieira não seria identificado como serrador, mas sim como carpinteiro. Morreu aos 81 anos.

Em 1847 identificamos apenas um serrador, Manuel Pereira Alexandre, o filho casado do carpinteiro Manuel Pereira Alexandre. Vivia então no segundo troço da Canada do Almanse. Casara aos 16 anos com Maria Josefa, de 18, mas não viria a ter filhos. Em 1847, com 25 anos, teve em casa episodicamente um sobrinho maior e Francisco Dutra, de 25 anos, que fora enjeitado.

Encontramos quatro pedreiros em 1836, todos residentes na Companhia de Baixo, dois deles não naturais da freguesia. Será de admitir que o acréscimo de obras motivasse a sua permanência.

José Vieira da Costa, pedreiro, vivia na Canada do Almanse e tinha 52 anos em 1836. Não seria identificado como pedreiro no rol de 1847. Era casado com Josefa Luísa, fiandeira, mais nova cinco anos. Registariam sete filhos, quatro emigrados sem retorno, dois casados em S. João e uma filha falecida solteira.

José Vieira da Costa faleceu aos 71 anos, tendo a sua viúva falecido aos 76.

Outro pedreiro, José Vieira Maciel, que vivia na Travessa entre a Canada de Almanse e a de Francisca, era natural da freguesia de St. António do Norte da ilha. Casara em 1830 com Francisca Josefa, de 18 anos, do qual teria 7 filhos. Uma filha faleceu aos dois anos, dois filhos faleceram solteiros, o mais velho, Manuel Vieira Maciel, que era *maníaco*, e a mais nova, de nome Francisca Josefa. Todos os outros filhos casaram e faleceram em S. João, tendo os filhos do sexo masculino seguido a profissão do pai.

José Vieira Maciel é identificado como pedreiro ainda em 1847. Faleceu em 1889 e a sua viúva sobreviveu até 1894, contando então 82 anos de idade.

Outro pedreiro identificado em 1836 e ainda em 1847 era João Francisco que vivia na Canada de Francisca. Era natural do Faial, da freguesia urbana das Angústias, e já viúvo quando em 1829 casou em S. João com Antónia do Nascimento, de 32 anos. Tiveram 3 filhas, falecendo a primeira filha à nascença e vindo as outras duas a casar e falecer na freguesia.

João Francisco morreu em 1879 depois de ter casado pela terceira vez em 1865 com Maria Felícia, natural de S. Roque, de 50 anos. Antónia do Nascimento havia falecido em 1862 com 65 anos de idade.



António Vieira, referido como pedreiro em 1836, era viúvo e vivia isolado. Tinha então 58 anos. Sua mulher, que era natural da freguesia de St. António, do Norte da Ilha, havia falecido dois anos antes. Três filhos haviam casado, um emigrara e um outro morreu na infância. António Vieira faleceria em S. Mateus aos 62 anos.

Em 1847 identificamos um outro pedreiro, Francisco José Gonçalves, que vivia no fim da Companhia de Cima, entre a Canada de Lázaro e a do Alferes José Pereira. Tinha então 31 anos. Havia casado aos 21 anos e sua mulher, Maria Francisca, aos 19. Tinham já quatro filhos, vindo a registar depois mais seis. Dois filhos faleceriam antes dos dois anos, uma filha faleceu aos 21 anos e todos os outros casaram e morreram em S. João, à excepção de uma filha que casou para S. Mateus.

Francisco José Gonçalves faleceu aos 88 anos, tendo sua mulher falecido aos 77.

Nenhum dos ferreiros conhecidos no período era natural da freguesia.

António Francisco da Rocha, ferreiro, era natural de S. Mateus. Em 1836 tinha 46 anos. Casara em S. João com Maria do Nascimento, mais nova dez anos e tivera apenas três filhas, sendo duas sobreviventes. Morreria em 1843. Depois da sua morte, as filhas foram mães solteiras, tendo uma delas acedido ao casamento.

Francisco Homem de Macedo, ferreiro, e sua mulher, Maria Francisca, eram naturais das Lajes, vindo estabelecer-se em S. João, na Ponta Rasa. Registaram filhos a partir de 1831. Estranhamente o *Estado da População* não o identifica como ferreiro. Dos seis filhos conhecidos, cinco sobreviveram à infância, vindo a falecer todos fora. Duas das filhas tinham sido mães solteiras, uma aos 27 anos e outra aos 29.

Maria Francisca faleceu em 1881 e seu marido no ano seguinte.

Identificamos um único curtidor em 1836.

Manuel Gaspar, curtidor, era natural de S. Mateus. Havia casado em S. João com Joaquina Rosa. Em 1836 tinham respectivamente, 26 e 33 anos e viviam na Canada de Francisca. Depois de registarem seis filhos em S. João ausentaram-se da freguesia.

De notar que na Prainha, então um lugar da freguesia de S. Mateus, se haviam concentrado os curtidores ou surradores que vendiam depois as peles pelas freguesias da ilha, aos domingos, nas portas das igrejas.

Uma profissão apenas referida no *Estado da População* é a de cesteiro. O transporte das uvas, das batatas, das frutas, dos queijos, dos ovos, e até o transporte da comida àqueles que trabalhavam em terras afastadas das casas, implicavam uma grande diversidade de cestos de vime, de dimensões variadas, a exigir uma especialização. Em 1836 encontramos três cesteiros, todos residentes na Companhia de Cima.

Manuel Francisco Lourenço, cesteiro, tinha 70 anos em 1836. Era casado com Ana Francisca, então com 68 anos. Viviam no princípio da Companhia de Cima. Havia registado sete filhos, um deles falecido na infância, uma filha que morreria solteira e dois outros que emigrariam. Os outros três filhos tiveram acesso ao casamento. Manuel Francisco Lourenço viria a falecer aos 80 anos, tendo sua mulher falecido aos 69 anos.

Um dos filhos de Manuel Francisco Lourenço, José Francisco Lourenço, nascido em 1803, teria aprendido com o pai a profissão. Vivia entre a Canada de Lázaro e a de Perpétua. Era casado com Rita Inácia, alguns meses mais nova. Teriam dez filhos, mas só quatro deles sobreviveram à infância. Dois filhos casaram em S. João e dois outros emigraram solteiros, sem regresso. José Francisco Lourenço faleceu aos 57 anos e a sua viúva aos 66.

Venero Francisco da Rosa era o outro cesteiro identificado. Tinha 53 anos em 1836 e era casado com Maria da Conceição, então com 47 anos. Viviam no caminho entre a Canada de Perpétua e a de Lázaro. Havia registado cinco filhos, um deles emigrado e os outros quatro falecidos solteiros.

Venero Francisco faleceu aos 85 anos e sua mulher aos 78.

Um alfaiate identificado em 1836 vivia também na Companhia de Cima.

José Pereira Cardoso, alfaiate, vivia em 1836 na Canada de Lázaro, casado com Maria Josefa, tecedeira. Tinham então um e outro 46 anos. A sua primeira filha, nascida antes do casamento, havia sido exposta na Candelária e posteriormente reconhecida. Registariam mais seis filhos dentro do casamento,

três deles falecidos na infância. Um filho emigrou jovem, sem retorno, e três filhas casaram em S. João.

José Pereira Cardoso, já viúvo, morreu em 1845, *afogado no mar*.

Também na Companhia de Cima, entre a Canada de Lázaro e a de Perpétua de Sousa, vivia o ourives identificado em 1836.

Era Francisco Leal Ferreira, então com 38 anos, casado com Maria da Conceição, de 41 anos. Maria da Conceição era já viúva e trouxera para o seu novo casamento dois filhos do primeiro marido que com eles viviam. Viria a ter mais seis filhos, dois deles falecidos na infância. Dos oito filhos de Maria da Conceição apenas um filho do primeiro marido teve acesso ao casamento em S. João. Uma filha morreu solteira e os outros ausentaram-se da freguesia.

Francisco Leal Ferreira ausentou-se em 1840, sem regresso. Maria da Conceição seria já viúva à sua morte aos 76 anos.

Além do padre vigário, do padre cura e do juiz já identificados, havia na freguesia em 1836 três escrivães e nenhum professor.

De facto, encontramos em 1847 um *mestre de escola*, António de Ávila, solteiro, a viver isolado no penúltimo fogo da freguesia, imediatamente a seguir ao fogo de Francisco de Ávila e sua mulher Francisca Catarina. Admitimos que fosse o filho mais velho dos mesmos, baptizado com o nome de António, que nascera em 1824 e saíra da paróquia aos 15 anos, regressando, supostamente, nesse ano de 1847 com independência económica. No entanto, já não é referido o seu nome no rol seguinte.

Escrivão era António Goulart de Sousa Peixoto que vivia entre a Canada de Lázaro e a de Perpétua e tinha 45 anos em 1836. Era proprietário a viver de rendas, casado com Maria Francisca, então com 41 anos. Sem filhos, tinham na sua companhia uma sobrinha, Anastácia, de 23 anos.

António Goulart faleceu nas vésperas de fazer 93 anos e a sua mulher, tendo sua mulher falecido aos 65 anos.

António Pereira Nabo era outro escrivão. Residia na Canada do Almanse em 1836 e tinha então 48 anos. Estava viúvo de Maria Antónia, mais velha oito anos. Dos três filhos que tivera, um morrera na infância. Em 1837 voltaria a casar com Rita da Conceição de 23 anos que lhe daria mais seis filhos. De todos os seus oito filhos sobreviventes, apenas dois ficariam em S. João, e apenas um deles com acesso ao casamento.

António Pereira Nabo faleceu nas vésperas dos seus 77 anos e a sua viúva faleceu poucos dias antes de perfazer os 94 anos.

Manuel de Brum da Silveira era o outro escrivão da freguesia em 1836. Era filho natural de Isabel de Ávila e residente entre a Canada de St. António e o fim da freguesia. Tinha 56 anos em 1836 e era já viúvo. Vivia com quatro filhas. Um filho que tivera havia morrido aos seis anos. A filha mais velha morreu solteira, uma emigrou e as outras duas filhas casaram na freguesia.

Manuel de Brum da Silveira faleceu aos 80 anos.

Um *industrioso* é identificado em 1836.

Tratava-se de Narciso Pereira, filho de Antónia Maria, solteira, vendedeira, moradores na Canada de Francisca. Tinha então 34 anos e faleceria solteiro aos 86.

Não sabemos o significado do termo *industrioso*, mas admitimos que se tratasse de alguém com habilidade para resolver os problemas mecânicos que se colocavam no momento.

Um coveiro é também identificado.

Tratava-se de Francisco, o filho mais novo dos 11 filhos de João de Ávila Pereira e de Maria Catarina. João de Ávila Pereira havia falecido em 1811 e em 1836 Maria Catarina, então com 86 anos, estava *decrépita*. Vivia com a filha Maria, de 67 anos e Francisco, de 42. Falecida a mãe em Dezembro de 1840, o filho casaria quatro meses depois, com o nome de Francisco de Ávila Pereira. Ele próprio faleceria aos 87 anos, deixando uma filha casada.

Analisaremos por último a situação dos que se relacionavam com o mar - os pescadores e os marítimos. Pobres ou pequenos proprietários, com comportamentos demográficos algo distintos dos homens que trabalhavam a terra, denotam também, como os artífices, uma maior mobilidade.

Recordemos que apenas dois marítimos haviam sido identificados no rol de 1799. Em 1847 contavam-se oito. No *Estado da População* são identificados 13 marítimos e 3 pescadores, num total de 16 homens do mar. Admitimos que neste último documento se indicasse toda a actividade não relacionada com a terra, mesmo que se tratasse de uma

actividade muito secundária. Recordemos que no *Relatório* se lê que a *costa é bastante alcantilada e quase inacessível, apenas tem dois pequenos portos onde dificilmente varam pequenas embarcações, que servem de pescar, mais por curiosidade do que por ofício.*



Porto de S. João após recentes melhoramentos.

Além de Manuel Joaquim, Francisco Garcia Maciel e Jorge Francisco que atrás referimos como não proprietários, tendo o último um filho solteiro, Manuel, também marítimo, todos os outros eram pequenos proprietários.

Manuel Goulart Martins, identificado como pescador em 1836 e como marítimo em 1847, vivia na Companhia de Cima, entre a Canada de Perpétua de Sousa e a de Lázaro Pereira. Tinha 45 anos em 1836 e era casado com Maria Tomázia, natural do Capelo, da ilha do Faial, mas oriunda das Ribeiras. Tinha um filho que supomos ter nascido nas Ribeiras, onde também, eventualmente, Manuel Goulart Martins se terá iniciado na *arte do mar*.

Pescadores eram também em 1836 António de Brum Ávila, de 57 anos e seu filho António, de 21 anos, residentes na Canada de Miguel. Era casado com Isabel Inácia, natural das Lajes, filha de uma mulher solteira, Antónia Inácia, que com eles vivia. Dos sete filhos que tivera, um morrera aos 18 anos, outro emigrara aos 9 anos, duas filhas estavam casadas, residindo os outros três com os pais.

António de Brum Ávila faleceu aos 57 anos, sendo nos róis identificado como marítimo.

O seu filho António, que usou também os mesmos apelidos, casaria aos 23 anos com uma mulher da Silveira, residindo depois em S. João, sem ser depois identificado como marítimo. Dos nove filhos que lhe conhecemos, cinco emigraram.

Faleceu aos 83 anos e a sua viúva aos 93.

Francisco Goulart da Silveira, outro marítimo, tinha 35 anos em 1836. Casara com Eugénia Francisca, viúva, das Lajes, mais velha do que ele 18 anos e não tinha filhos. Viviam entre a Canada do Arrasto e a de Perpétua de Sousa. Falecida a mulher em 1851, três anos mais tarde casou com outra viúva, mais nova do que ele 11 anos, que também não lhe deu filhos.

Não foi registado o óbito de Francisco Goulart da Silveira em S. João.

No último troço de caminho da Companhia de Cima encontramos outro marítimo, Tomás Francisco da Silveira, natural de S. Mateus. Havia casado em S. João aos 23 anos com Maria Bernarda, de 32 anos. Encontramo-los em 1847, com 38 e 47 anos, respectivamente, com a filha Bernarda de 13 anos, o filho Manuel de 9 e ainda a mãe viúva, Tomázia do Espírito Santo, também natural de S. Mateus.

Reparemos que as baías das Ribeiras e de S. Caetano e também a das Lajes ofereciam melhores condições para as práticas do mar e não estranhemos que com o aumento generalizado de população na ilha acoressem marítimos dessas zonas às freguesias em que a actividade não tinha ainda grande significado.

O marítimo Francisco José Jorge, residente na Canada de Francisca, próximo do porto, casara com Catarina Francisca, natural das Lajes. Em 1836 contavam 42 e 46 anos, respectivamente. Havia tido seis filhos. O filho mais velho, que se chamaria Manuel Jorge da Costa, era marítimo como o pai e morreria solteiro aos 72 anos. Duas outras filhas morreriam também solteiras, um filho e uma filha emigrariam e apenas uma filha casou em S. João.

Francisco José da Costa faleceu aos 81 anos e a sua mulher aos 77.

Também era de S. Mateus outro marítimo, Manuel Cardoso, que vivia na Companhia de Baixo, na Canada do Alferes, em 1847. Tinha 54 anos e era casado pela terceira vez com Bernarda Josefa, natural das Ribeiras. Casara primeiro com uma mulher da sua paróquia da qual tinha três filhos que com ele viviam, Maria, de 23 anos, Ana, de 17 e Jacinta, de 16. Em 1840 casara com uma mulher de S. João que tinha ao casamento 38 anos e com a qual esteve casado três anos e meio. Tiveram uma filha, Maria, na altura com 4 anos. O terceiro casamento realizou-se nas Ribeiras, paróquia da mulher, possivelmente nos finais de 1846.

Na altura do seu óbito aos 91 anos Manuel Cardoso era mendigo.

José Ferreira Romano, marítimo, de 43 anos em 1836, natural das Lajes, vivia no caminho entre a Canada do Alferes e a de Francisca, também perto de mar. Era casado com Rosa Francisca, então com 44 anos. Haviam casado cedo, aos 20 e 21 anos, respectivamente, mas apenas lhe conhecemos uma filha, que nascera quase três anos depois do casamento. Já em 1847 viviam sozinhos. José Ferreira Romano faleceu fora da freguesia.

José Francisco Jorge, outro marítimo, vivia na Canada de Francisca. Tinha 44 anos em 1836 e era casado com Ana Josefa, então com 46 anos. Haviam tido seis filhos, mas só uma filha casou em S. João. Três filhos morreram na infância, um filho faleceu aos 18 anos e um outro emigrou.

José Francisco Jorge faleceu aos 53 anos.

Francisco, com 10 anos em 1836, filho de um trabalhador, Manuel José de Brum, morador na Canada de Francisca, é estranhamente identificado como marítimo. Usando o nome de Francisco José de Brum casaria nas vésperas de fazer 26 anos com uma mulher de 18 anos. Não é posteriormente identificado como marítimo. Teria doze filhos, um falecido na infância, três casados na freguesia, ausentando-se os oito restantes.

Francisco José de Brum faleceu aos 77 anos e a sua viúva aos 89.

Manuel Machado, outro marítimo, de 39 anos e solteiro em 1836, vivia na Canada de Miguel com sua irmã Mariana de S. José, de 34 anos. Eram filhos de Maria de S. José, solteira.

Manuel Machado faleceu em 1837.

Em 1836 José Alexandre, marítimo, natural de S. Mateus, era proprietário a viver das suas rendas. É o único que encontramos nessa posição. Admitimos que tivesse um barco. Casara em S. João com Luisa do Nascimento da qual teria 10 filhos. Morreu aos 49 anos e a família ausentou-se depois da freguesia.

António Francisco Frade, marítimo, vivia na Canada de Francisca em 1847. Com 33 anos era casado com Luisa Inácia, de 35 e tinham dois filhos, Maria de 9 anos e Manuel de 4 anos. As frequentes ausências do pai justificariam o intervalo dilatado entre o nascimento dos filhos. Antes do casamento haviam registado uma primeira filha, Maria, que faleceu com 13 meses.

António Francisco Frade faleceu fora da freguesia.

Manuel Vieira de Bem, marítimo, era filho de uma mulher solteira, Antónia Maria, e casado com Maria Francisca, natural de S. Mateus. Em 1847 tinha 33 anos (casara aos 22 anos) e vivia com a mulher e duas filhas menores. Os seus quatro primeiros filhos, dois dos quais gémeos, haviam falecido.

Manuel Vieira faleceu casado aos 67 anos. As duas filhas haviam emigrado antes dos 20 anos e uma terceira filha, nascida mais tarde, era então mãe solteira.

Outro marítimo, José Francisco de Sousa, identificado em 1836 como trabalhador, vivia em 1847 na Ponta Rasa, no caminho depois da Canada de St. António. Tinha então 45 anos e era casado com Maria Rita, de 51. Casados respectivamente aos 26 e 31 anos, haviam tido 4 filhos todos sobreviventes. Repare-se que, embora José Francisco de Sousa fosse natural de S. João, o seu pai, Pascoal Francisco, pedreiro, já falecido, era natural da freguesia da Piedade.

José Francisco de Sousa faleceu aos 73 anos, viúvo, tendo assistido ao casamento de uma filha e visto emigrar um filho.

O último marítimo identificado em 1847 era Francisco Vieira da Silveira, de 22 anos, casado nesse mesmo ano com Maria Catarina de 19 anos. Repare-se na juventude deste casal. A ligação ao mar e a eventual ausência de propriedade não obrigariam a retardar a data do casamento. Viriam a registar 9 filhos, um deles falecido na infância. O filho mais velho emigrou para o Brasil aos 12 anos, três filhas ficaram solteiras, duas delas registando filhos fora do casamento. Dois filhos e duas filhas casaram em S. João, mas os filhos emigraram para a América do Norte após o casamento, um deles com retorno.

Francisco Vieira da Silveira faleceu aos 78 anos e a sua viúva aos 94, identificada então como fiandeira.

Admitimos, assim, que no segundo quartel do século XIX as actividades do mar passassem a ter maior significado em S. João mercê

de profissionais vindos de outras freguesias e de jovens que não encontravam ocupação numa terra escassa e avaramente ocupada.

As ocupações femininas referidas no *Estado da População* são bem menos especializadas. Não sendo referido o serviço doméstico como actividade profissional, a ocupação mais comum é a de fiandeira. Encontramos em 447 indivíduos do sexo feminino maiores de 15 anos, 335 fiandeiras, numa percentagem de 75%. A maioria das raparigas aprenderia a tratar a lã, preparando o fio não só para o tear, mas também para fazer meias e coletes que protegiam os pastores e pescadores, de verão e de inverno, da humidade do *mato* ou do mar. A lã era *crameada*, desfiando-se com os dedos, geralmente pelas crianças, tornando-a solta e limpa de objectos estranhos, para depois ir para as cardas. Depois de cardada ia para o fuso. Haveria fiandeiras mais ou menos destros na sua actividade.

As tecedeiras eram 53, o que supõe a existência de perto de meia centena de teares na freguesia. Recordemos que no *Relatório* de 1836 se refere a importação de anil *para tingir panos de lã da terra de que tanto os homens como as mulheres se vestem diariamente*.

Encontramos referência em 1836 a uma *mieira*. Supomos que se trataria de uma mulher especializada em fazer meias de luxo, eventualmente de cinco agulhas<sup>43</sup>. Há também referência a uma cardadeira. Uma mulher que não aprendera a fiar? São referidas ainda seis costureiras, uma vendedeira e uma parteira, além das criadas. Mulheres não incapacitadas, para as quais não é referida profissão são 41, uma percentagem de 9% do total das maiores de 15 anos, a representar o grupo mais favorecido.

#### 1.4.1. De 1850 a 1939

Neste período a população regride ou hesita em crescer em função de uma emigração massiva, primeiro para o Brasil e depois para os

<sup>43</sup> Só bem mais tarde as mulheres aprenderiam a confeccionar as meias de lã com cinco agulhas.

Estados Unidos da América. Cortadas as saídas para este último destino na década de 20, quando antes se abandonara a ida para o Brasil, e sentidos já os efeitos do controlo da natalidade, a população envelhecida hesita ainda em crescer. Só na década de 1940 o crescimento é sedimentado, mas logo na década seguinte um novo surto migratório irá conduzir a uma redução imediata da população de S. João.

#### 1.4.2. Caminho novo e casas fechadas

A regressão da população e as novas exigências trazidas pelos emigrantes retornados a par da abertura do *caminho novo* têm o seu reflexo numa certa alteração da distribuição do povoamento.

A estrada actual de ligação às outras freguesias, o *caminho novo*, foi aberto nas últimas décadas do século XIX. Exceptuando alguns troços coincidentes na Companhia de Cima, a nova estrada seguiu paralelamente ao *caminho velho*, a maior distância da costa, ligando-se a este pelas canadas que, divididas, tomaram nomes distintos. Foram posteriormente construídos *ramais*, destacando-se o Ramal da Igreja, logo a seguir à Canada do Almanse.

Em 1879 já encontramos designações diferentes para uma mesma canada ou travessa, o que supõe a existência do caminho novo. Identificando essas designações diferentes, na Companhia de Cima, encontramos a Canada do Zambra, que aparece como um segundo troço da Travessa do Caminho do Arrasto.

Supomos que Zambra tenha sido a alcunha de António José de Ávila, nascido em 19 de Dezembro de 1804 e casado em 30 de Agosto de 1840 com Rosa da Conceição, alcunha que terá transmitido a seu filho Francisco José de Ávila, o filho mais novo, nascido em 20 de Outubro de 1856 e único filho varão que ficaria em S. João (dois outros filhos emigraram).

Nesse ano de 1879 o troço com a designação de Canada do Zambra tinha 11 fogos que correspondiam a 10 residências. Passada a Canada de



Lázaro Pereira, encontramos a Canada de Francisco Martins, com quatro casas, e ainda a de Domingos José, apenas com uma residência, intercaladas no último troço de estrada da Companhia de Cima.

Conhecemos um indivíduo de nome Francisco Martins, nascido em 1676 e falecido em 1765, proprietário, que foi casado com Maria Homem, da qual teve 11 filhos. Um neto homónimo, filho de um filho de nome João Homem Martins, nasceu em anos mais tarde, em 1776, e faleceu aos 80 anos sem filhos, casado em segundas núpcias com Brígida Rosa, natural de S. Mateus. Não sabemos se o nome da Canada veio do avô ou do neto, mas sabemos que o último Francisco Martins vivia entre a Canada de Lázaro e o Fim da Companhia de Cima, zona onde se insere a canada com o mesmo nome.

Quanto à Canada de Domingos José, apenas um indivíduo com esse nome é identificado na freguesia entre o século XVIII e o XIX.

Era filho de José Silveira Goulart e Maria Bárbara, nascera em 1765 e faleceu em 1839, já viúvo de Felícia Rita. Havia registado 9 filhos, mas apenas uma filha, Maria Rita, casou em S. João. Em 1879 era já falecida, deixando apenas um filho, homónimo do pai, chamado Manuel José Furtado, que residia no caminho corrente entre a Canada de Perpétua de Sousa e a de Lázaro Pereira, algo distante do sítio onde se inseriria a canada de Domingos José. Nesta vivia apenas o casal Manuel Vieira Goulart e Escolástica Francisca, que passaram em 1888 a ser referidos como residentes no Caminho Novo.

Em 1879 é identificada na Companhia de Baixo, antes da Ponta Rasa, a Canada do Pimentel, com duas casas.

Não sabemos se o nome Pimentel tem origem em Manuel Silveira Pimentel, natural das Ribeiras, casado em S. João em 1804 com Isabel de Brum e falecido em 1857, ou no seu filho Pedro Silveira Pimentel que vivia nessa canada naquele ano.

Estranhamente, em 1882, essa mesma canada é identificada como Canada do Tomás, sem que nenhum indivíduo com esse nome aí residisse.

A Canada do Lancha é uma canada identificada em 1879, com 3 casas, depois da Canada do Pimentel.

Em 1884 vivia nessa mesma canada João Garcia Maciel, de alcunha o Lancha, de 78 anos, solteiro. Não sabemos se já herdara do pai a alcunha.

Finalmente, as últimas duas casas da Companhia de Baixo, antes do mistério da Silveira, foram construídas no Caminho do Arrasto, caminho identificado em 1879, com o mesmo nome da primeira canada da Companhia de Cima.

Nesse mesmo ano de 1879, o vigário Manuel Garcia da Rosa começava a numerar sequencialmente cada fogo e a indicar o *número de polícia* de cada casa habitada nos diferentes arruamentos da freguesia. Além de podermos distinguir com clareza *fogos* e *casas*, podemos, para as últimas duas décadas do século XIX, contar as casas habitadas e as desabitadas, ajuizando sobre oscilações de residência.

Assim, em 1879, na Companhia de Cima, num total de 119 casas numeradas contamos 114 habitadas, o que supõe uma percentagem de



Antigo núcleo de povoamento



Antigo núcleo de povoamento entre a Canada do Almanse e o Ramal da Igreja.

4% de casas desabitadas. Na Companhia de Baixo, paralelamente, em 219 casas numeradas, só 189 são habitadas, com uma percentagem de casas desabitadas de 14%. Admitimos que a saída de emigrantes afectasse então mais a Companhia de Baixo do que a Companhia de Cima ou que a atracção pela estrada nova não se exercesse da mesma forma.

Na Companhia de Baixo, precisamente nas zonas onde na primeira metade do século encontráramos uma maior concentração de proprietários se localizava o maior número de casas fechadas. A Canada do Almanse nos seus dois troços, a Rua da Igreja (entre a Canada do Almanse e a de Francisca) e a Canada de Miguel Vieira foram as zonas mais afectadas.

Vinte anos depois, em 1899, tanto na Companhia de Baixo como na Companhia de Cima as casas aparecem mais frequentemente fechadas ou abandonadas. Nas 114 casas numeradas da Companhia de Cima, para 25 não são indicados habitantes, numa percentagem de 22%. Na Companhia

de Baixo, em 213 casas numeradas, 47 estariam sem residentes, numa percentagem equivalente.

Na Companhia de Cima foi principalmente no Caminho Velho que no final do século as casas foram sendo abandonadas. No troço depois da Canada do Zambra, em 11 casas, 7 estavam já abandonadas; entre a Canada de Perpétua de Sousa e a de Lázaro Pereira, em 28 casas, 7 estavam fechadas; no Caminho Velho, no fim da Companhia, em 11 casas, 4 não tinham habitantes.

Na Companhia de Baixo, na Canada do Alferes encontramos em 24 casas, 7 fechadas; na Canada de Miguel em 22 casas, 7 não tinham residentes e no Caminho Velho da Ponta Rasa em 10 casas, 4 estavam também fechadas ou abandonadas.

A atracção pelo caminho novo, por um lado, e a emigração, por outro, num duplo efeito de saída de população e de maior exigência de conforto por parte dos retornados de sucesso, terão sido responsáveis pela alteração da distribuição geográfica do povoamento.

### 1.4.3. A emigração e seus efeitos nos comportamentos demográficos do período

Embora a crise das vinhas se localize em 1852, o ano em que o volume de habitantes da freguesia de S. João atingiu o seu ponto mais alto foi, como vimos, o de 1847, o que mostra que a freguesia já antes da crise perdia gente. As dificuldades de acesso ao casamento e as facilidades de saída para o Brasil, depois de passado um período mais difícil que se seguiu à independência fariam com que a população entrasse numa fase regressiva de difícil saída.

Numa primeira abordagem, o cruzamento da *base de dados* da paróquia reconstituída com a informação ano a ano de residência dada pelos róis de confessados permite-nos uma interessante aproximação aos movimentos de saída.

Numa perspectiva alargada foram acompanhados, ano a ano, 3639 indivíduos nascidos em S. João entre 1790 e 1899<sup>44</sup>. Calculada a população média em cada década<sup>45</sup>, foi depois possível estimar a percentagem de emigrados sem retorno<sup>46</sup>.

**QUADRO IX**  
**Emigração sem retorno**  
**Gerações nascidas entre 1790 e 1899**

Décadas	Emigrantes			I.E.M.	Pop. média	%
	M	F	MF			
1790	13	8	21	163	992	2
1800	43	28	71	154	1086	7
1810	59	30	89	197	1127	8
1820	61	40	101	153	1196	8
1830	70	47	117	149	1304	9
1840	116	63	179	184	1388	13
1850	128	87	215	147	1408	15
1860	93	73	166	127	1383	12
1870	79	57	136	139	1334	10
1880	64	62	126	103	1248	8
1890	73	79	152	92	1130	8

<sup>44</sup> Foi deixada a margem de 80 anos entre os últimos indivíduos nascidos e o ano de 1979, em que finalizamos a observação.

<sup>45</sup> A população média de cada década, para os períodos em que os róis de confessados não referem toda a população, foi calculada pela contagem de todos os indivíduos nascidos e falecidos na paróquia e que seriam vivos no início de cada década; todos os indivíduos nascidos na paróquia e falecidos no exterior e ainda residentes no início de cada década; todos os indivíduos nascidos fora e residentes em S. João no início de cada década. Nestas contagens foi, portanto, integrada toda a população estável e a população itinerante que veio falecer a S. João. A partir dos resultados enquadrantes foi depois calculada a média por década. Esta contagem não coincide com a população real na medida em que contabiliza como fazendo parte desse conjunto os ausentes com retorno posterior à data em causa. Dadas as dificuldades em contabilizar para algumas décadas essa população itinerante, achámos preferível esse procedimento. Apenas foi contabilizada a emigração sem retorno, o que apontará para níveis de emigração necessariamente inferiores aos reais.

<sup>46</sup> Admitimos que a emigração isolada de indivíduos de menos de sete anos, idade a que, antes de 1874, começam a figurar no rol, é negligenciável, considerámos como falecidos na infância os indivíduos integrados em famílias estáveis dos quais conhecemos o nascimento e não chegaram a ser arrolados. O destino de todos os outros, para os quais não dispomos de registo de óbito foi acompanhado dentro do seu agregado de origem e, eventualmente, dentro do agregado a que o casamento possa ter dado lugar, até a um primeiro afastamento.

Pelo quadro verificamos facilmente a importância do fenómeno da emigração sem retorno ao longo de todo o século XIX, com particular acuidade a partir da década de 1840, com 13% de saídas dos nascidos nessa década em relação à população média. Na década seguinte atinge-se mesmo os 15%. A percentagem reduz depois nas décadas seguintes, colocando-se em 8% para os nascidos na última década do século. Pelo índice de emigração masculino (I.E.M.) verificamos que até meados do século XIX há um peso significativamente maior de homens a emigrar. A situação vai mudando depois, invertendo-se a situação para os nascidos na última década, em que são mais as mulheres a emigrar do que os homens. Reparemos, no entanto, que estamos a considerar apenas a emigração sem retorno. Os movimentos reais, em cada ano, são mais intensos e poderiam afectar mais o sexo masculino.

A partir de 1860, já dispondo dos dados dos passaportes é possível estudar os comportamentos migratórios na altura em que os mesmos se deram (trata-se agora de uma observação transversal e não longitudinal como foi a observação anterior) e em maior aproximação, visto podermos

**QUADRO X**  
**Emigração**  
**com ou sem retorno**  
**1860-1939**  
**(A partir dos dados dos passaportes)**

DÉCADAS	POPULAÇÃO MÉDIA	EMIGRADOS			EMIGRADOS/POP %	IDADE MÉDIA	
		M	F	T		M	F
1860	1383	107	84	191	14	19,2	19,2
1870	1334	107	70	177	13	21,5	23,9
1880	1248	83	72	155	12	22,2	24,7
1890	1130	82	89	171	15	20,3	24,8
1900	997	111	92	203	20	19,9	22,5
1910	914	36	61	97	11	22,7	26,8
1920	838	37	28	65	8	27,5	25,3
1930	812	4	6	10	1	34,0	37,7



mais facilmente incluir os emigrantes retornados, não contabilizados na observação anterior. Podemos ainda prolongar a observação para as quatro décadas que se seguem a 1890<sup>47</sup>.

Fazendo incidir a nossa atenção sobre o decréscimo da população em menos de um século, encontramos uma explicação clara dessa redução nos níveis elevadíssimos da emigração de gente jovem. Verificamos que nas décadas observadas do século XIX a relação entre o número de emigrantes e o número médio de residentes oscila entre os 12 e os 15%, para atingir na primeira década do século XX os 20%. Logo a seguir o movimento desacelera, deixando de ter significado na década de 1930<sup>48</sup>.

Verificamos depois que na década de 1860 a idade média dos emigrantes não atingia os 20 anos, num e noutro sexo, aumentando nas

**QUADRO XI**  
**Distribuição dos emigrantes legais por sexos e grupos etários**  
**1860-1939**  
%

Décadas	Menos de 15 anos		Dos 15 aos 24 anos		Mais de 24 anos	
	M	F	M	F	M	F
1860	43	27	36	46	21	26
1870	35	24	39	40	26	36
1880	11	15	70	40	19	44
1890	26	13	59	51	16	36
1900	44	23	37	49	19	28
1910	25	10	33	51	42	39
1920	3	11	57	61	41	29
1930	0	0	25	17	75	83

<sup>47</sup> Na observação anterior acompanhámos só os indivíduos cuja sobrevivência eventual se colocava dentro da observação, o que nos obrigou a recuar sensivelmente cem anos em relação ao tempo presente.

<sup>48</sup> Estamos apenas a considerar a primeira saída dos emigrantes e não o volume de passaportes.

três décadas seguintes, particularmente no sexo feminino, em que atinge valores próximos dos 25 anos. Na década de mais intensa emigração, a primeira do século XX, a idade média dos emigrantes baixa novamente. Quando a percentagem de emigrantes reduz, a idade média à emigração sobe notoriamente em ambos os sexos, a apontar para um significativo movimento de reencontro familiar.

Para avaliarmos melhor a situação iremos considerar a distribuição dos emigrantes legais por grupos etários.

Como se verifica, nas décadas de 1860 e de 1900 mais de 40% dos indivíduos do sexo masculino que saíam de S. João com passaporte eram menores de 15 anos, sendo a percentagem de raparigas adolescentes emigradas ainda considerável- 27% e 23%, respectivamente. Nas décadas intermédias em que o fluxo emigratório é menos intenso, a percentagem de adolescentes diminui, como é visível na de 1880. Achamos hoje estranho que crianças de menos de dez anos tenham partido há mais de um século sozinhas para o Brasil ou para os Estados Unidos. Um estudo mais aprofundado do problema talvez nos levasse a descobrir as redes de acolhimento e as solidariedades entre os emigrantes, parentes, compadres, vizinhos ou simplesmente pessoas da mesma terra.

**QUADRO XII**  
**Evolução do movimento de retorno**  
**(Emigração legal)**  
**1860-1929**  
%

DÉCADAS	Sexo Masculino	Sexo feminino	Sexos reunidos
1860	9	12	10
1870	26	17	23
1880	20	14	17
1890	11	9	10
1900	14	11	13
1910	17	7	10
1920	16	18	17

É de admitir que grande parte dos emigrantes tivesse expectativa de regresso. No entanto, a maior parte não regressaria.

Para o caso dos emigrantes legais, poderemos avaliar os movimentos de retorno para o período de 1860 a 1929, considerando a distribuição por sexos.

Considerando apenas a emigração legal, verificamos que o retorno afectou desigualmente os sexos. Se excluirmos a década de 1860, ao longo da restante observação os homens regressaram à terra de origem mais frequentemente do que as mulheres. Se considerarmos que muitos homens emigrados na juventude alimentariam o desejo de constituir família no retorno, mesmo em idade tardia, compreenderemos facilmente que um mesmo procedimento não fosse tão acessível para as mulheres. Por outro lado, tinha algum peso a emigração de homens casados que tendiam ao regresso.

Os níveis de retorno observados para os emigrantes legais, não são constantes e mostram alguma distorção em relação ao movimento calculado com inclusão dos emigrantes clandestinos.

A emigração legal não representa, como vimos, todo o fenómeno. Sabemos que as ilhas se propiciavam às saídas *de salto* nos inúmeros pesqueiros, sem documentação. O Governador Santa Rita em 1867 lamentava a situação da seguinte forma: (...) *a auctoridade administrativa não possui os meios sufficientes de fiscalização para prevenir os embarques clandestinos. Estes factos dão-se sempre todos os annos, já para bordo dos navios que se destinam directamente para qualquer porto estrangeiro, já para as baleeiras dos Estados Unidos da América do Norte, que durante o tempo de verão andam cruzando n' estes mares do archipelago. Além da insufficiência da fiscalização ha a pouca efficacia da lei penal, que mui raramente é applicada aos delinquentes (...). Comtudo é preciso não disfarçar que a fiscalização, por mais severa que seja, não poderá prevenir todos os embarques clandestinos, que a extensão das costas e o povo largamente favorecem.*

Mais uma vez os róis de confessados em cruzamento com as outras fontes nos podem permitir uma certa aproximação a este problema, da emigração clandestina.

De facto, a emigração clandestina poderia ser avaliada a partir do confronto entre as primeiras saídas detectadas nos róis e não confirmadas por passaporte, se fosse possível isolar os casos de afastamento sem retorno por motivos de casamento, trabalho ou serviço militar. Não sendo possível esse isolamento apenas considerámos o número de ausentes antes da idade núbil, entre os 9 e os 20 anos, estabelecendo depois a relação, por sexos, entre a população emigrada desse grupo etário e o total de emigrados.

**QUADRO XIII**  
**Emigração clandestina**  
**Entre os 9 e os 19 anos**  
**1860-1929**  
%

Décadas	Relação com o grupo etário			Relação com o total de emigrados		
	M	F	MF	M	F	MF
1860	48	46	47	22	13	18
1870	42	42	42	12	11	12
1880	64	44	55	17	10	14
1890	76	39	58	32	13	22
1900	27	12	21	16	5	11
1910	36	30	32	11	10	10
1920	0	0	0	0	0	0

A percentagem de indivíduos com menos de 20 anos que emigraram clandestinamente aparece como muito elevada até final do século, baixando rapidamente na primeira década do século XX. Reparemos que antes de 1900 bastante mais de metade dos rapazes que deixaram a paróquia fizeram-no clandestinamente. Pelos valores encontrados, mesmo considerando que a emigração clandestina seria um fenómeno que afectaria predominantemente as idades jovens, podemos admitir facilmente que na segunda metade do século XIX mais de um quarto dos emigrantes do sexo masculino seriam clandestinos. Esta



percentagem é superior à estimada por Maria Baganha para os emigrantes açorianos, para o período 1880-1900, tendo em conta fontes portuguesas e norte-americanas<sup>49</sup>.

O destino dos emigrantes legais pode ser acompanhado através dos registos de passaportes, o que nos leva a assistir ao longo da nossa observação a uma mudança de rota, do Brasil para os Estados Unidos da América.

**QUADRO XIV**  
**Destino dos emigrantes**  
%

DÉCADAS	Brasil			Estados Unidos da América		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexos Reunidos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexos Reunidos
1860	92	85	89	8	15	11
1870	60	71	64	40	29	36
1880	49	42	46	51	58	54
1890	34	26	29	66	74	71
1900	9	1	5	91	99	95
1910	0	0	0	100	100	100
1920	21	21	21	79	79	79

Como se verifica no quadro, enquanto na década de 1860 encontramos 89% dos emigrantes com destino ao Brasil, na década seguinte a percentagem baixa para 64%, sobrepondo-se já na década de 1880 a preferência para os Estados Unidos da América, preferência que

<sup>49</sup> Em “Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre a emigração”, in *Emigration española e portuguesa a America*, Alicante, 1991, pp. 170-171, a autora aponta para um nível de clandestinidade, no período de 1880 a 1900, entre os 13 e os 15% do fluxo legal.

se vai vincar nas décadas seguintes. Na década de 1910 não encontramos nenhum registo de passaporte para o Brasil. No entanto, as dificuldades postas à emigração para os Estados Unidos na década seguinte serão responsáveis por um relativo aumento da emigração para aquele país da América do Sul nessa década.

O facto de encontrarmos mais mulheres a emigrar primeiro que os homens para os Estados Unidos da América talvez possa reflectir apenas um menor nível de emigração clandestina.

Para ver mais de perto alguns aspectos da emigração que as estatísticas silenciam, identificaremos os emigrantes legais do ano de 1860, primeiro ano completo em que dispomos de registos de passaportes referidos à freguesia de S. João e depois do ano de 1890, trinta anos depois.

No ano de 1860 encontramos o registo de 14 emigrantes legais, sendo seis do sexo masculino e oito do feminino, todos com destino ao Brasil, à excepção de uma mulher que se dirigia para os Estados Unidos.

Observando primeiro o sexo masculino, encontramos a sair isolados três adolescentes com menos de 14 anos, um indivíduo solteiro com 23 anos e dois homens casados, um deles viajando com familiares.

O mais jovem era Manuel Vieira Madruga, de 11 anos, o filho mais velho dos quatro filhos então nascidos de Francisco Vieira da Silveira, marítimo, e de Maria Catarina, fiandeira, casal pobre que viria a ter ainda mais cinco filhos. Como negociante, mostrando sucesso, Manuel Vieira Madruga voltou a tirar novo passaporte para o Brasil em 1887. Não regressaria depois desta data.

Manuel Homem tinha 12 anos e era o segundo filho, primeiro filho homem, dos seis filhos de Manuel Homem Machado, trabalhador, e de Maria Josefa, fiandeira, esta natural de S. Mateus. Não regressaria.

José Francisco Goulart Martins tinha 13 anos e era o quinto filho dos sete filhos sobreviventes de Francisco Goulart Martins e de Anastácia Jacinta. Regressaria mais tarde, para voltar a sair definitivamente em 1885. No seu novo registo de passaporte é referido como proprietário.

Francisco Cardoso Ávila, de 23 anos, era o segundo dos nove filhos de Manuel Cardoso Ávila e de Joaquina da Conceição. Em Novembro de 1868 veio casar a S. João com Maria Cândida Vieira de Bem, de 20 anos, sendo viúvo de

Genoveva Luísa. No mesmo barco que o levara ao Brasil em 1860 viajava também uma Genoveva Luísa, solteira, de 24 anos, a segunda das duas filhas de Manuel Ferreira Goulart e de Maria Luísa, e admitimos que tivessem casado no Brasil, onde faleceria a mulher. Nascendo em 1869 em S. João um filho do seu segundo casamento, Francisco Cardoso de Ávila voltou ao Brasil em 1870. Regressaria depois para falecer na freguesia aos 74 anos.

Manuel Vieira de Bem, de 41 anos em 1860, era casado com Filipa de Brum, esta natural do lugar da Silveira, freguesia das Lajes. À sua partida deixava cinco filhos menores, a filha mais velha com 12 anos e a mais nova com dois anos apenas. Não regressaria.

O outro homem casado com registo de passaporte nesse ano era João Garcia Pereira Lobo, de 29 anos, negociante no Brasil, que viera a S. João de visita, acompanhado pela irmã Inácia Luísa, de 24 anos, e uma criada, Francisca, de 23 anos, esta de naturalidade desconhecida. Os dois irmãos eram filhos de João Garcia Pereira e de Maria Luísa.

João Garcia Pereira Lobo que saíra da freguesia aos 17 anos, nessa sua visita tivera em S. João uma filha natural, Maria, filha de Antónia da Conceição, solteira, uma das mulheres que viajou para o Brasil nesse mesmo ano. Antónia da Conceição era o nono filho dos dez filhos de Manuel Goulart Martins e Luzia da Conceição e tinha 24 anos quando emigrou, sem regresso.

Conhecemos de João Garcia Pereira Lobo um novo passaporte datado de 1874, o último. Não veio falecer à freguesia. Sua irmã, Inácia Luísa faleceu em S. João, solteira, aos 66 anos.

Apenas quatro das oito mulheres que tiraram passaporte em 1860 não foram referidas anteriormente.

A mais nova delas, Francisca de Jesus Maciel, tinha 18 anos. Era a sexta filha de Manuel Francisco Ferreira e Maria da Conceição. Regressaria em 1873 para casar em S. João com António Vieira Maciel, saindo depois definitivamente.

Mariana Tomázia, de 21 anos, solteira, era o terceiro filho de Domingos Rodrigues da Rosa e de Maria de Espírito Santo, casal que tinha mais cinco filhos. Não regressaria.

Maria Francisca, de 23 anos, solteira, era a segunda filha de Manuel Garcia da Rosa e de Maria Francisca. A mãe falecera quando ela tinha dois anos

e o pai casara novamente com Maria das Candeias, da qual viria a ter mais oito filhos. Maria Francisca não regressaria.

Genoveva Luísa, de 24 anos, solteira, era o segundo filho de Manuel Ferreira Goulart e de Maria Luísa. O pai saíra sem regresso em 1850 e ela própria também não regressaria.

Maria José, a única emigrante para os Estados Unidos, tinha 26 anos, e era filha natural de Maria Josefa, solteira e pobre. Não regressaria.

Trinta anos mais tarde, no ano de 1890, dos 24 passaportes referidos a S. João, para os Estados Unidos da América encontramos 13 indivíduos do sexo masculino e 4 do feminino. Os restantes passageiros dirigiam-se para o Brasil. Num período em que o fluxo migratório afrouxara, grande parte dos passaportes emitidos contemplava indivíduos de visita à sua terra, alguns dos quais, no regresso, se faziam acompanhar por familiares.

Consideremos primeiro os indivíduos do sexo masculino a viajar para os Estados Unidos.

Manuel de Brum Alvernaz, de 12 anos, era o segundo dos quatro filhos conhecidos de José de Brum Alvernaz e de Maria dos Anjos. Viajava com passaporte individual. Regressaria solteiro a S. João, onde faleceu aos 80 anos.

José de Brum tinha 20 anos, fora o décimo primeiro filho a nascer do casal António de Brum Xavier e Maria Úrsula. Não regressaria.

José Peixoto Goulart tinha 21 anos e era o décimo filho dos onze filhos de Manuel Peixoto Goulart e de Maria de Simas. Não regressaria.

Luís de Simas Belém, de 22 anos, era natural das Lajes, mas havia crescido em S. João em casa do padrinho, o Alferes Venceslau Francisco Vieira de Bem, já falecido. Sete anos mais tarde encontramo-lo a casar em S. João com Virgínia Brum do Rosário, do qual teria cinco filhos, três dos quais foram emigrantes no Brasil. Faleceu na freguesia em 1954.

João Silveira Pimentel, de 26 anos, solteiro, acompanhava seu irmão José Silveira Pimentel, de 41 anos, também solteiro, que emigrara 15 anos antes. Os

dois regressariam para casar em S. João. João Silveira Pimentel casou em 1901, com 37 anos, falecendo aos 77. Seu irmão casaria aos 51 anos com uma mulher de 40, que lhe daria ainda uma filha. Faleceu aos 75 anos.

Outros dois irmãos, Manuel Silveira de Sousa, de 46 anos, e António Silveira de Sousa, de 43, regressavam aos Estados Unidos depois de uma visita à sua terra. Manuel havia emigrado em 1874 e António em 1875. Ambos morreriam em S. João. Manuel Silveira de Sousa veio casar à freguesia aos 55 anos e faleceu aos 77 anos. Seu irmão regressaria já viúvo, falecendo aos 76 anos.

Manuel Rodrigues Évora, de 27 anos, solteiro, filho de Miguel Rodrigues Évora e Rita dos Santos, também tirou passaporte nesse ano para os Estados Unidos. Supomos que não chegou a sair, na medida em que o vemos a casar em S. João em Fevereiro de 1891 com Luzia da Conceição, mãe dos seus três filhos naturais, o último dos quais havia nascido em Abril de 1890. Dentro do casamento nasceriam mais três filhos. Em 1901, então com 38 anos, embarcou com o filho António, de 12 anos, para os Estados Unidos. Regressou sozinho, vindo a falecer em S. João aos 87 anos.

Encontramos três homens casados a tirar passaporte para os Estados Unidos.

António da Silveira Machado, também conhecido por António de Brum da Silveira Machado, havia casado em Janeiro desse mesmo ano com Luzia da Conceição, de 25 anos. Deve ter saído e regressado quatro ou cinco anos depois, na medida em que o seu primeiro filho nasceu em Fevereiro de 1896. Nasceram-lhe ainda mais quatro filhos, o último dos quais em 1894. Em 1904 voltou aos Estados Unidos. Viria a falecer a S. João em 1914, aos 58 anos. A sua viúva, com três dos seus quatro filhos sobreviventes a residir nos Estados Unidos, iria reunir-se a eles, sem regresso, em 1922, quando contava 57 anos.

António José Gonçalves, de 27 anos, havia casado em Janeiro de 1888 e deixara um filho. Deve ter estado fora menos de cinco anos, na medida em que vemos nascer-lhe um segundo filho em Junho de 1905. Faleceria em S. João aos 80 anos.

Francisco Vieira de Bem, de 58 anos, calafate, viajava acompanhado por sua mulher, Ana Emília Vieira, de 61 anos, seu filho, o Pe. Francisco Vieira de

Bem, de 23 anos e uma criada, Luzia Augusta, de 18 anos. Havia saído da freguesia aos 15 anos e viera de visita com a família a S. João. A profissão de calafate sugere-nos que fora embarcado.

Apenas mais duas mulheres são referidas como tirando passaporte para os Estados Unidos. Não identificamos um delas, de 45 anos, solteira, de nome Rosalina Tomázia. A outra, Maria José de Sousa, de 15 anos, era orfã de pai e mãe e não tinha irmãos. O pai, José Silveira Gonçalves havia falecido quando ela tinha 8 anos e a mãe falecera em Setembro de 1889.

Para o Brasil tirou passaporte Manuel Goulart Jacinto, negociante, de 37 anos, solteiro, filho de Francisco Goulart de Sousa e de Maria Luísa. Havia emigrado isolado, com passaporte, aos 9 anos, para o mesmo destino. Faleceria no Brasil.

Francisco Vieira Tomás Bettencourt, também emigrara adolescente para o Brasil quando tinha 12 anos. Conhecemo-lhe depois um segundo passaporte datado de 1885. Casaria em Outubro de 1889 com uma mulher de S. Mateus. Numa última viagem, em 1890 é identificado como caixeiro, profissão que devia exercer no Brasil. Não conhecemos o seu destino posterior.

Não identificamos uma família constituída por mãe, três filhos e uma criada, família referida a S. João, que viaja para o Brasil nesse ano de 1890. Admitimos que Isabel Simas Goulart Teixeira, de 27 anos, fosse a mulher de algum emigrante da freguesia, com os filhos, Lafaete, de 5 anos, Américo, de 4, e Grácia de 2, todos nascidos fora. A criada, Josefa da Conceição, de 17 anos, não é também identificada.

Como se verifica, contrariamente ao que se passava ainda na década de 1860, o movimento para o Brasil neste final de século era alimentado principalmente pelas viagens de saudade ou de negócios de indivíduos já lá anteriormente estabelecidos. Seria para os Estados Unidos, embora as visitas à terra não fossem depreciáveis, que se dirigiam agora os movimentos de saída, intensificados no início do século XX.

Os efeitos da emigração massiva irão ter reflexos muito nítidos nos indicadores demográficos do período.

Vejamos em quadro a evolução do número de casais com filhos e de mulheres isoladas em procriação, de crianças nascidas fora do casamento e abandonadas, em relação com a totalidade das crianças baptizadas.

**QUADRO XV**  
**Nascimentos dentro e fora do casamento**  
**(1850-1939)**

Períodos	Casais em procriação	Mulheres isoladas em procriação	Total de baptizados	Filhos naturais de mãe conhecida	Expostos	% filhos naturais + expostos
1850-1855	116	20	237	30	16	19,4
1860-1865	99	21	214	25	10	16,4
1870-1875	83	21	181	28	9	20,4
1880-1885	83	14	177	23	6	16,4
1890-1895	66	8	123	15	0	12,2
1900-1905	71	6	134	6	1	5,2
1910-1915	54	7	111	8	0	7,2
1920-1925	45	3	86	3	0	3,5
1930-1935	56	3	93	3	0	3,2
1850-1935			2172	204	55	12,0

Como se verifica pelo quadro, há um decréscimo muito acentuado no número de casais em procriação a partir de 1850 (recordemos que o número de casais a procriar entre 1840 e 1845 era de 132), sustendo-se o decréscimo no início dos anos oitenta do século XIX, com tímido crescimento entre 1900 e 1905 e com crescimento mais notório entre 1930 e 1935. Poderemos facilmente relacionar essas oscilações com os ritmos de mobilidade apresentados.

Neste período perturbado pela mobilidade, as percentagens de crianças baptizadas sem pai ou sem pais conhecidos, atingem valores nunca atingidos anteriormente. A percentagem de filhos naturais de mãe

conhecida oscila entre 12 e 15% para todas as observações da segunda metade do século XIX, atingindo o seu valor mais alto entre 1870 e 1875, com regressão muito nítida para o século XX, sem que isso signifique, como veremos mais tarde, uma redução do celibato definitivo.

Melhores condições de vida para as mulheres, facilidades de emigração, ou maior acesso à educação, poderão, entre outras, constituir razões para a contenção verificada, sem que se descarte um maior controlo da natalidade.

Verifiquemos ainda que o fenómeno do abandono de crianças só perde significado na última década do século XIX.

Vejamos a evolução da idade média ao casamento ao longo das nove décadas em observação.

**QUADRO XVI**  
**Idade média ao primeiro casamento**  
**1850-1939**

Períodos	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Idade média	Nº	Idade Média	Nº
1850-1859	28,6	47	27,2	59
1860-1879	28,2	71	27,9	46
1880-1899	30,3	83	27,4	98
1900-1919	28,6	61	28,5	85
1920-1839	27,9	83	25,5	86
1850-1939	28,8	345	27,3	421

A idade média ao primeiro casamento masculino nos cinco períodos observados, coloca-se entre os 30,3 anos das duas décadas finais do século XIX e os 27,9 anos das terceira e quarta décadas do século XX, com a média de 28,8 anos entre 1850 e 1939. No sexo feminino os valores oscilam entre os 28,5 do penúltimo período observado e os 25,5 do último. Na globalidade da observação a idade média ao primeiro casamento feminino colocou-se nos 27,3 anos, ano e meio menos do que no sexo masculino.

Idades tão altas ao casamento feminino penalizariam só por si a renovação das gerações, mas as limitações no plano da fecundidade iriam desempenhar também o seu papel.

Observando os comportamentos de fecundidade dentro do casamento, usando os indicadores clássicos, verificamos facilmente efeitos de práticas de limitação voluntária de nascimentos nas primeiras décadas do século XX, situação não muito comum em outras zonas do país<sup>50</sup>. Influência dos emigrantes nos Estados Unidos da América? Reparemos que foram as mulheres francesas e as mulheres brancas dos Estados Unidos da América as primeiras a evidenciar controlo de natalidade<sup>51</sup>.

Para melhor observação do comportamento, considerámos dois períodos, o primeiro entre 1850 e 1899 e o segundo de 1900 a 1939, sendo observado no primeiro período o comportamento de 197 casais e no segundo de 135, num e noutro caso tratando-se de famílias estáveis das quais se conhece a data do casamento, a data de nascimento da mulher e o óbito de um dos cônjuges ou, no caso das gerações mais recentes, se conhece o fim do período fecundo em unidade conjugal.

**QUADRO XVII**  
**Taxas de fecundidade legítima e descendência teórica (D.T.)**  
**Todas as idades da mulher**  
**Mil mulheres**

Períodos	Obs.	Grupos de idades							D.T.
		Menos de 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1850-99	197	340	430	351	349	296	187	23	9,9
1900-39	135	389	368	298	217	211	98	8	7,9

<sup>50</sup> Cf. Maria Norberta Amorim, "Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade do comportamento no Baixo Minho (1680-1980)", *Boletim da ADEH*, XVI-1, 1998, pp. 55-78.

<sup>51</sup> Cf. Patrick Festy, *La fécondité des pays occidentaux de 1870 a 1970*, Paris, P.U.F., 1979.

Numa primeira observação calculámos as taxas de fecundidade desses casais e a descendência que teriam se, seguindo o comportamento médio permanecessem em convivência conjugal entre os 15 e os 49 anos da idade da mulher, indicador que designámos por descendência teórica (D.T.).

Como se verifica, há interessantes alterações no níveis de fecundidade legítima entre a segunda metade do século XIX e as primeiras quatro décadas do século seguinte. No primeiro período, mil mulheres casadas antes dos vinte anos teriam, entre os 15 e os 19 anos, uma média anual de 340 filhos. Na primeira metade do século XX vemos esse número aumentar para 389, o que pode significar uma antecipação da menarca. Nos grupos de idades seguintes a redução do número de filhos do primeiro para o segundo período é uma constante a indiciar um controlo dos nascimentos que parece nítido no caso das mulheres com 30 e mais anos.

A descendência teórica evidencia esse controlo. Encontraríamos menos 2 filhos a nascer em média por casal nas primeiras quatro décadas do século XX, comparativamente com o período anterior.

Se procurarmos a descendência efectiva, o número de filhos que essas mulheres tiveram de facto dentro do seu casamento, sem excluir os casos de concepção pré-nupcial<sup>52</sup>, outras variáveis como a idade ao casamento da mulher e a duração da união mostram os seus efeitos no resultado.

**QUADRO XVIII**  
**Número de filhos por casal**

Períodos	Observações	Descendência	Duração Convivência conjugal
1850-1859	197	4,2	28,4
1900-1939	135	3,6	33,3

<sup>52</sup> No cálculo das taxas não foi considerado o primeiro grupo de idades ao casamento quando o primeiro filho foi concebido antes da realização do casamento.



O controlo da natalidade não surte um efeito muito significativo na medida em que a idade ao casamento das mulheres e dos homens reduz, como vimos, de forma significativa de 1920 em diante, o que constituiria um factor na dilatação do período de convivência conjugal.

De facto, considerando a observação feita para o conjunto das três paróquias de S. João, S. Mateus e S. Caetano, encontramos alguma

**QUADRO XIX**  
**Esperança de vida**  
Comparação entre as gerações nascidas de 1800 a 1849 e de 1850 a 1889  
Agregação dos dados de S. João, S. Mateus e S. Caetano

Idade	1800-1849			1850-1889		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexos Reunidos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexos Reunidos
0	51	56	53	56	59	58
1	60	62	61	62	63	63
5	62	63	63	62	63	63
10	59	60	59	58	59	59
15	55	55	55	54	55	55
20	50	51	51	50	51	50
25	46	47	47	45	48	47
30	43	43	43	41	44	43
35	38	39	39	37	40	39
40	34	35	35	33	36	35
45	30	31	31	29	32	31
50	26	27	26	24	28	26
55	22	23	22	20	24	22
60	18	19	18	17	20	18
65	14	15	15	13	16	15
70	11	12	11	10	12	11
75	8	9	9	7	9	8
80	6	6	6	5	7	6
85	4	4	4	4	5	5
90	3	3	3	2	3	3

melhoria das condições de sobrevivência entre os indivíduos que nasceram na primeira metade do século XIX e os que nasceram na segunda metade do mesmo século, mas essa melhoria só é significativa nos primeiros anos de vida, sem afectar significativamente as idades médias.

Os ganhos em termos de sobrevivência entre os nascidos da primeira para a segunda metade do século XIX alcançaram-se na redução da mortalidade infantil que passou de cerca de 140 óbitos de crianças menores de um ano por cada mil nascidos para 101 por mil, o que condicionou que a esperança de vida à nascença passasse de 53 anos para 58 anos. Repare-se na maior esperança de vida à nascença dos indivíduos do sexo feminino num e noutro período, com maior relevo para os nascidos na primeira metade do século XIX.

No entanto, no ano de 1873 encontramos a crise de mortalidade infantil mais grave observada. Entre 2 de Maio e 20 de Setembro de 1873 faleceram em S. João 34 crianças e adolescentes, desde menos de um ano de idade a 13 anos. Repare-se que a média de óbitos de crianças e adolescentes, nos quatro enquadramentos ao de 1873, se colocava entre os seis e os sete.

Nas idades médias não encontramos ganhos significativos em termos de sobrevivência no espaço de tempo considerado. Os homens nascidos na segunda metade do século mostram mesmo, a partir dos 25 anos, uma redução de um ano da sua esperança de vida, relativamente aos que nasceram no período anterior.

Uma esperança de vida tão alta para a época, não deixa de suscitar alguma estranheza, embora os resultados obtidos através dos censos mostrem para períodos posteriores a particular sobrevivência do Pico ou, em observação mais agregada, do distrito da Horta<sup>53</sup>. Penso que a esse

<sup>53</sup> Gilberta Rocha em *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidade*, trabalho publicado pela Universidade dos Açores em 1991, p. 151, detectou no Pico uma das mortalidades mais fracas do arquipélago, enquanto Manuel Nazaré em *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Ed. Presença, 1979, p. 135 incluíra, para o período de 1930 a 1970, o distrito da Horta nos valores mais elevados de esperança de vida, conjuntamente com o Sul do país.

resultado não serão alheios o clima do Pico, o mais seco dos Açores, a frugalidade alimentar, hábitos culturais de protecção à mulher e à criança, a par de eventuais heranças genéticas.

Neste período, além de alguns acidentes no mar, agudizaram-se as mortes por acidentes em terra.

Um homem casado, de 50 anos, António Silveira Cardoso, *o Castanho* de alcunha, foi achado morto no mato juntamente com seu filho Manuel, *enregelados de muitas águas e gelo* em 14 de Maio de 1859. Conta-se que o pai despiu o seu casaco para vestir no filho que ainda não arrefecera completamente quando outros pastores os encontraram.

Francisco de Brum Ramos, de 76 anos, foi encontrado morto num lugar chamado Curral dos Alhos.

Outro homem idoso, Francisco Homem de Macedo, de 78 anos, foi encontrado morto no mato, detrás do Cabeço de Mariano em 18 de Setembro de 1882.

O caso mais estranho terá sido o de José Paulino Laureano, de 19 anos, natural das Lajes, filho de José Paulino Laureano e de D. Maria Amélia Soares de Lacerda, neto de D. Isabel Quitéria, irmã do falecido alferes Venceslau Francisco Vieira de Bem. Foi encontrado morto com uma espingarda ao lado, na extremidade do quintal da avó, em 2 de Novembro de 1883, depois de alguns dias desaparecido. Suspeitando-se de homicídio mas não se descartando a hipótese de suicídio, o pároco Manuel Garcia da Rosa não permitiu que o seu corpo tivesse enterro cristão. O corpo não entrou no cemitério pela porta principal, tendo, durante anoite, sido jogado por cima do muro do cemitério e aí enterrado.

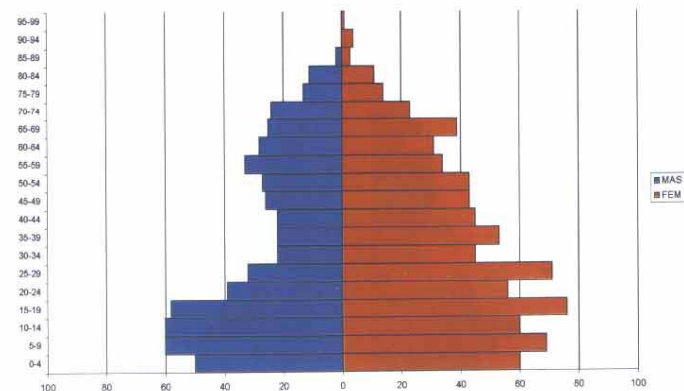
Um desastre que sensibilizou a freguesia foi o de um barco de pesca, propriedade de Manuel Ferreira da Silva, que andava às toninhas e revirou no mar no ano de 1925. Com a preocupação de salvar os apetrechos, o mestre terá obrigado os homens que melhor sabiam nadar a um esforço suplementar, que lhe tiraria as forças, acabando por afogar-se dois deles. Foi o caso do próprio filho do mestre, António, de 23 anos, e de João de Brum Bettencourt, de 45 anos, casado alguns meses antes, que não chegaria a ver nascer o seu único filho.

<sup>54</sup> Tendo sido os róis do século XX destruídos nos últimos anos, só dispomos de informação até 1899.

O róis de confessados a partir de 1874<sup>54</sup> dão-nos informação sobre a idade de todos os residentes, permitindo analisar com comodidade a evolução da estrutura da população. Começamos por observar para 1874, 1884 e 1899, que a percentagem de crianças de menos de 7 anos se colocava então em níveis muito baixos, 12,7%, 13,2% e 9,9%, respectivamente, apontando para um envelhecimento muito acentuado da população, embora a crise de mortalidade de 1873 possa ter contribuído para a redução desse nível em 1874 e ainda em 1884.

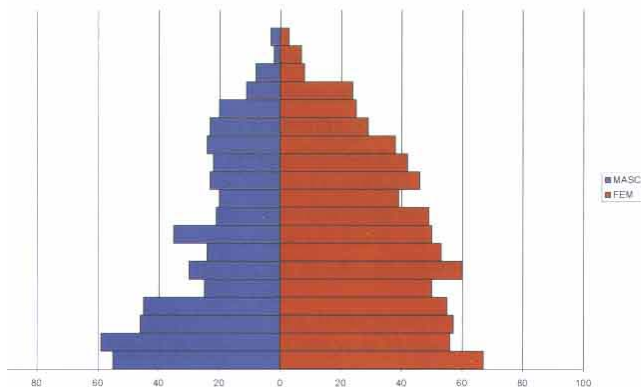
GRÁFICO V

Estrutura da população em 1874



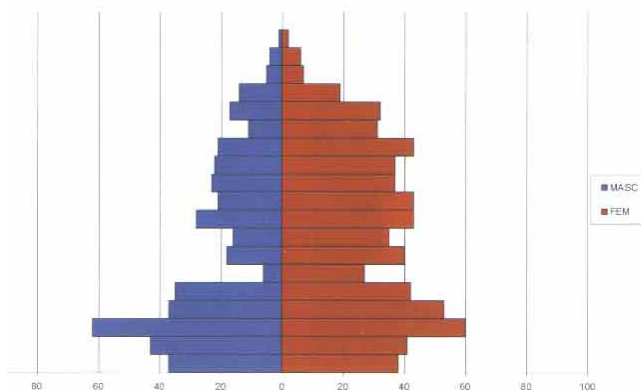
**GRÁFICO VI**

Estrutura da população em 1884



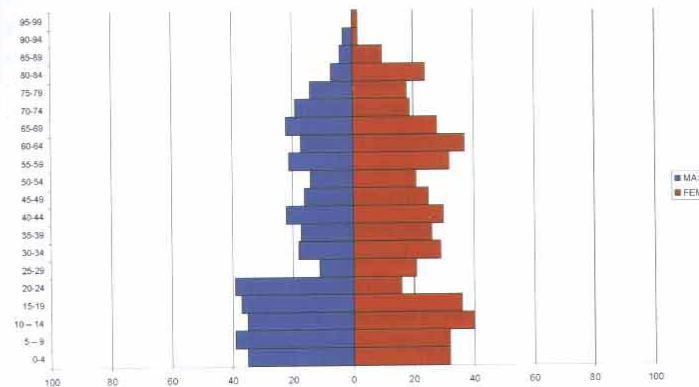
**GRÁFICO VII**

Estrutura da população em 1899



**GRÁFICO VIII**

Estrutura da população em 1920



Vejamos em quadro a distribuição da população por grupos funcionais para 1874, 1899 e ainda 1920<sup>55</sup>.

**QUADRO XX**  
Distribuição da população por grupos funcionais  
1874, 1899 e 1920  
%

Grupos de idades (anos)	Sexo masculino			Sexo feminino			Sexos reunidos			Relação de masculinidade		
	1874	1899	1920	1874	1899	1920	1874	1899	1920	1874	1899	1920
<15	31	34	28	24	22	22	27	27	24	90	105	105
15-64	56	53	54	64	63	57	60	59	56	62	56	78
65 e mais	13	13	17	12	15	21	13	14	20	79	56	67
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	71	67	81

<sup>55</sup> Havíamos colhido esta informação dos róis de confessados do século XX antes da sua destruição.

Pelo quadro notamos que a percentagem de jovens se apresenta muito mais baixa em 1920 do que nas observações anteriores, a apontar para o efeito conjugado do aumento de esperança de vida e da limitação da natalidade. A percentagem de indivíduos com 65 e mais anos, que era de 13% em 1874, em 1920 atinge já os 20%, com franca vantagem para o sexo feminino, se considerarmos isoladamente cada sexo.

Para o ano de 1874, a emigração diferencial de adolescentes do sexo masculino nota-se claramente na relação de 90 indivíduos do sexo masculino para 100 indivíduos do sexo feminino, restabelecendo-se a relação normal de 105 em 100 nas outras duas observações. Dos três anos observados aquele em que a relação de masculinidade atinge valores mais baixos nas idades médias e idades mais elevadas é o de 1899. A relação de masculinidade num e noutro caso não ultrapassa os 56 homens em 100 mulheres. Passados vinte anos com a incidência da emigração feminina a relação tende a equilibrar-se, aparecendo mais afectadas as gerações mais antigas.

As pirâmides de idades reflectem bem as afecções sofridas pela comunidade pela evolução dos fenómenos migratórios e também, de certa forma, pela crise de mortalidade infantil de 1873.

Os sacrifícios resultantes de uma estrutura de população tão desequilibrada, seriam assumidos pessoalmente. A comunidade abria-se com admiração a esses mundos novos em que a afirmação do indivíduo era mais fácil, quer para homens quer para mulheres. Transmitiam-se e recebiam-se influências culturais. O emigrante retornado bem sucedido era socialmente prestigiado, independentemente do seu ponto de partida. A sociedade insular aprendia a valorizar a iniciativa e o sucesso individual, independentemente do sexo.

As ligações entre a freguesia e os países de acolhimento dos seus emigrantes seriam continuamente reforçadas, mesmo em períodos de corte nas correntes migratórias, como aconteceu entre os anos vinte e cinquenta do nosso século. Certamente, nos últimos cem anos ou mesmo anteriormente, nenhum habitante de S. João deixou de ter alguma relação familiar com alguém a viver nos Estados Unidos. Ainda não vai muito tempo, essa relação, reforçada por cartas e pequenas prendas que

recebiam como resposta algum dólar solto numa carta ou uma saca de roupa usada, ajudava a equilibrar os débeis orçamentos de muitas famílias.

A situação de desequilíbrio entre os sexos influenciaria directamente o mercado matrimonial, com a elevação do número de mulheres que não chegariam a casar, embora a percentagem de celibato definitivo dos homens seja também significativa.

As alterações das taxas brutas de natalidade, nupcialidade e mortalidade reflectem claramente essa situação de desequilíbrio.

**QUADRO XXI**  
**Taxas brutas e celibato definitivo**  
**1874, 1884, 1899 e 1920\***

Anos	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de mortalidade	Celibato definitivo %	
				Sexo masculino	Sexo feminino
1874	21,7	4,0	20,2	10,4	28,1
1884	23,4	4,0	20,2	10,3	27,0
1899	20,8	6,0	16,3	15,8	38,1
1920	15,8	4,4	19,3	17,4	46,6
1950	28,3	6,3	15,4	14,3	22,3

\* Para melhor observação do efeito nas taxas brutas do desequilíbrio na estrutura da população incluímos também o ano de 1950.

No caso das mulheres os valores percentuais de celibato definitivo colocam-se sempre muito alto, subindo em todas as observações sempre acima dos 27%, com valores que se aproximam dos 47% em 1920.

Além das relações de masculinidade serem desfavoráveis, alguns casamentos biologicamente possíveis não se realizariam por constrangimentos sociais. Reparemos que nesse mesmo ano de 1920 se encontravam mais de 17% de homens solteiros.

Havíamos verificado que nos anos de 1799 e 1819, o número de nascimentos por cada mil habitantes colocava-se acima dos 30, situação que não acontece mais nas observações posteriores. Em 1847, embora fosse o ano em que a população atingia o seu maior volume, já a influência da emigração de indivíduos em idade de procriar se fazia sentir, baixando a taxa de natalidade para algo menos de 29 em 1000. Os anos de intensa emigração do terceiro quartel do século colocam a taxa de natalidade em 1874 nos 21,7 em mil. Dez anos depois, correspondendo à retração do movimento emigratório a taxa sobe para 23,4 em mil. A acuidade do movimento de saídas na primeira década do século XX, mas também nas duas décadas enquadrantes conduzirá a taxa do ano de 1920 para os valores mais baixos observados, 15,8 em mil.

Ao invés, encontramos na primeira observação a taxa bruta de mortalidade mais baixa, de menos de 14 óbitos por mil habitantes, o que evidencia as dificuldades de equilíbrio no movimento natural. Em 1874, em parte devido à sobremortalidade de menores do ano de 1873, a taxa de mortalidade sobe para 17,1. A retração da emigração dos anos 80 do século XIX, num período de morte suave em todas as idades, faz reduzir a taxa de mortalidade para 13,6. Posteriormente, o envelhecimento da população provocado pela emigração de jovens e por um certo controlo da natalidade irá fazer subir as taxas de mortalidade para os valores mais altos observados, apesar de, em nenhum caso, as taxas de mortalidade se sobrepossem às de natalidade.

As taxas brutas de nupcialidade são de valor muito modesto, expressando o envelhecimento da população e os problemas conjunturais do mercado matrimonial.

#### 1.4.4. A estrutura das famílias no último quartel do século XIX

Quando o vigário de S. João, Manuel Garcia da Rosa, nos passa a indicar nos róis de confessados o número de cada fogo e o número de pólcia correspondente, dá-nos a possibilidade de estudar com rigor a co-residência familiar.

Nos róis de confessados de períodos anteriores ao sermos confrontados com dois núcleos conjugais de familiares em dois fogos seguidos (constituídos, por exemplo, por um casal mais velho com um filho ou filha já casado/a), restar-nos-ia sempre a dúvida se uns e outros viveriam efectivamente na mesma casa ou em casas vizinhas.

Assim, seguindo uma tipologia clássica adaptada<sup>56</sup>, escolhemos dois momentos distanciados de vinte anos para os quais dispomos da informação sobre fogos e números das casas para avaliarmos de alguma mudança na estrutura das famílias no período.

**QUADRO XXII**  
**A estrutura das famílias**  
**Comparação entre 1879 e 1899**

Categorias	Classes	1879		1899	
		Fogos %	Casas %	Fogos %	Casas %
1. ISOLADOS	1.a) Viúvo/a	2,9	2,6	6,5	6,2
	1.b) Solteiro/a	6,8	5,9	9,2	8,5
	1.c) Casado/a (cônjuge ausente)	0,5	0,3	0	0
	<b>TOTAL</b>	<b>10,2</b>	<b>8,8</b>	<b>15,7</b>	<b>14,7</b>
2. AGREGADO NÃO CONJUGAL	2.a) Irmãos	3,8	3,3	6,5	6,2
	2.b) Outros parentes	3,8	3,6	3,1	2,3
	2.c) S/parentesco evidente	1,2	1,0	1,0	0,8
	<b>TOTAL</b>	<b>8,8</b>	<b>7,9</b>	<b>10,6</b>	<b>9,3</b>
3. AGREGADO FAMILIAR SIMPLES	3.a) Casal sem filhos	6,2	4,9	7,9	6,9
	3.b) Casal com filho/s	32,9	28,7	34,9	27,0
	3.c) Viúvo/a com filho/s	19,4	18,2	12,3	12,0
	3.d) Casado/a com filho/s	1,8	1,0	0,7	0,8
	3.e) Solteiro/a com filho/s	3,8	3,3	3,4	3,5
	<b>TOTAL</b>	<b>64,1</b>	<b>56,1</b>	<b>59,2</b>	<b>50,2</b>
4. AGREGADO FAMILIAR ALARGADO	4.a) Alarg. Ascendente	2,6	2,9	4,5	5,8
	4.b) Alarg. Descendente	2,6	3,9	0	0
	4.c) Alarg. Colateral	4,1	6,2	5,1	7,7
	<b>TOTAL</b>	<b>9,3</b>	<b>13,0</b>	<b>9,6</b>	<b>13,5</b>
5. AGREGADO FAMILIAR MÚLTIPLO	5.a) Núcleo secundário ascendente	0	2,3	0	1,9
	5.b) Núcleo secundário descendente	7,1	10,4	4,1	6,6
	5.c) Núcleo secundário colateral	0	1,0	0	1,2
	5.d) Outras combinações	0,3	0,7	0,7	2,7
	<b>TOTAL</b>	<b>7,4</b>	<b>14,4</b>	<b>4,8</b>	<b>12,4</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>99,8</b>	<b>100,2</b>	<b>99,9</b>	<b>100,1</b>	

<sup>56</sup> Veja-se de Maria Norberta Amorim, "Instabilidade da Família Urbana de Antigo Regime. Um ensaio sobre Guimarães", *Ler História*, 29, 1995, p. 39.



Verificamos primeiro que a distribuição da população por fogos não permite avaliar adequadamente a estrutura das famílias. Para 1879, agregados familiares simples encontraríamos cerca de 64% ao considerar a distribuição por fogos, quando a distribuição por residências nos dá apenas 56%. Vinte anos mais tarde a relação é de 59% para 50%.

Considerando apenas a distribuição por residências e comparando os dois anos em causa, verificamos, de facto, que há alterações com algum significado nas duas últimas décadas do século XIX. A percentagem de indivíduos que vivem isolados aumenta significativamente no final do século, ou porque os filhos estão emigrados ou porque o celibato definitivo se intensifica. Os agregados não conjugais que incluem irmãos ou outros parentes também aumentam em percentagem, enquanto diminui o número dos agregados familiares simples, principalmente dos casais com filhos e dos viúvos com filhos. Enquanto os agregados familiares alargados a ascendentes, descendentes ou colaterais não aumentam de forma significativa, reduz em 1899 a percentagem dos agregados familiares múltiplos, em que dois ou mais casais vivem na mesma casa. A diminuição do volume de habitantes, decorrente da emigração, com muitas casas fechadas poderia propiciar habitações próprias para as novas famílias.

#### 1.4.5. Dados sobre produções e consumos

Para o período em análise dispomos de dados quantitativos sobre as principais produções da freguesia, que podemos comparar em quatro momentos, 1865, 1871, 1884 e 1917, servindo-nos das informações constantes do *Relatório* do Governador Santa Rita de 1867, da *História das Quatro Ilhas* de António Macedo<sup>57</sup>, e, para as últimas datas, de documentos manuscritos do Governo Civil da Horta.

<sup>57</sup> *Ob. cit.*, vol. III, pp. 194-213.

Esquematizaremos essa informação em quadros.

**QUADRO XXIII**  
**Cereais, legumes e géneros tuberosos**

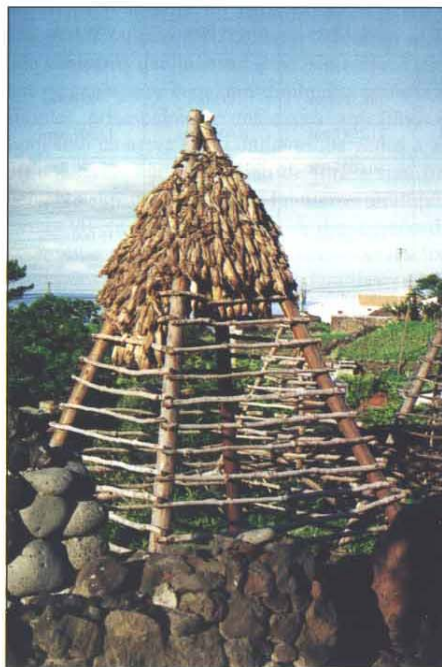
GÉNEROS	1865	1871	1884	1907
Trigo	6.818 litros	4.261,8 litros	1.000 litros	-
Milho	340.947 litros	76.712,4 litros	45.000 litros	70.000 litros
Centeio	-	426,18 litros	-	-
Feijão	852 litros	426,18 litros	300 litros	500 litros
Fava	1.794 litros	11.794 litros	600 litros	3.000 litros
Ervilha	-	109,52 litros	50 litros	400 litros
Tremoço	511.416 litros	21.259 litros	6.600 litros	12.000 litros
Batata inglesa	85.236 kilos	60.000 kilos	18.000 litros	30.000 litros
Batata doce	-	200.000 kilos	90.000 litros	60.000 litros
Inhame	15.342 kilos	163.200 kilos	10.800 litros	15.000 litros

Analisando o quadro reparamos primeiro que a produção de trigo se vai reduzindo da primeira para a última data, tendo sido já abandonada a sua cultura no início do século XX. No entanto, o consumo de trigo na freguesia em 1884 atingia os 56.000 litros, situando-se em 1907 nos 50.000 litros. O bolo de milho, base da alimentação, implicava geralmente uma mistura de farinha de trigo e por ocasião de festas, particularmente nas festas do Espírito Santo, o trigo imperava. O *pão d'água* era usado nas sopas e acompanhava a carne e a *massa de ovos* enriquecia as ementas. Repare-se que o valor médio por alqueire de trigo<sup>58</sup> era de \$900 réis em 1884.

<sup>58</sup> O alqueire equivale a 14,206 litros.

No que respeita ao milho, estranhámos os mais de 340.000 litros de produção apontado pelo Governador Santa Rita em 1865, quando nas restantes observações o valor mais alto não atinge os 80.000 litros.

As pessoas e os animais domésticos em 1884 consumiriam 230.000 litros de milho aos quais se tinha de acrescentar 5.000 para semente. Sendo a produção apontada para esse mesmo ano de 45.000 litros, claramente se deduz da grande carência da freguesia no que respeita ao produto alimentar básico. Um preocupação dos emigrantes retornados ou dos lavradores e pastores de maiores rendimentos seria a compra de



Burra para conservação e seca do milho.

*serrados* de milho em zonas mais favoráveis, fora da freguesia, como o lugar das Terras pertencente às Lajes ou então no Faial, o tradicional celeiro do Pico. Repare-se que o valor médio do alqueire de milho em 1884 era de \$500 réis.

A farinha de milho com alguma mistura de farinha de trigo e um pouco de sal, era escaldada em água a ferver e era amassada, tendendo-se depois os bolos espalmados, sensivelmente do tamanho de um prato, que podiam ser cozidos no forno ou num tijolo sobre

a grelha ao lume<sup>59</sup>. As necessidades de consumo de cada família e a possibilidade de ter lenha para aquecer regularmente o forno indicariam a oportunidade de cozer bolo no tijolo. Deitar-se sem ter podido cozer bolo seria uma grande angústia para a dona de casa. A existência de bolo era sinónimo de ausência de carência alimentar. Pequenas quantidades de leite, de soro, ou de queijo, algum ovo, um pouco de peixe ou de carne, seriam suficientes para satisfazer os apetites das crianças e adultos, se o bolo não faltasse. Mas a farinha de milho não era só usada para o bolo. Logo de manhã, ao almoço, as papas de farinha, com ou sem leite, com ou sem mel/açúcar, constituíam então o alimento mais comum. Uma mão cheia de farinha no balde da *gamelada* do porco ou um caneco de milho para as galinhas, acentuavam a dependência doméstica deste cereal.



Campo plantado de batata doce.

<sup>59</sup> O *bolo do tijolo* é virado para poder cozer dos dois lados.

Em 1907 os valores de consumo de pessoas e animais apresentados são 320.000 litros, mais 4.500 litros de semente. Intensificação do uso de cereal para o início do século XX na alimentação das pessoas e dos animais, ou falta de precisão nas observações? Reparemos que em 1884 o número de habitantes situava-se em 1256 e em 1907 em 963.

A referência à produção de centeio apenas aparece em 1871. Admitimos mesmo que se trate de um lapso no quadro apresentado por António Cordeiro. A produção de feijão que se lhe segue situa-se exactamente nos mesmos 426,18 litros, ou seja nos 30 alqueires.

O feijão constituía um importante reforço das qualidades nutritivas do *caldo* que se comia ao meio dia, o jantar<sup>60</sup>. As feijoadas feitas no forno com alguma gordura seriam um prato menos comum. Notemos que o alqueire de feijão em 1884 custava \$900 réis e que a freguesia não produzia então feijão suficiente para o seu consumo. Em 1907 a produção de feijão cobriria já as necessidades da freguesia.

Interessante verificar as grandes oscilações na produção de favas, mesmo admitindo que o valor apontado por António Macedo seja incorrecto. As favas, além de serem cozidas na sopa, *escoadas*<sup>61</sup>, ou guisadas, no início do século eram torradas e depois moídas para fazer uma espécie de café que substituíu o vinho nas *refeições de garfo* ou, na ausência de leite, acompanhava a refeição ligeira de bolo e queijo. O seu valor comercial em 1884 era de \$500 réis por alqueire.

Sem valor comercial, a ervilha tornava mais agradáveis a refeição do meio dia, o caldo, daqueles que reservavam um pouco de terreno para a sua cultura.

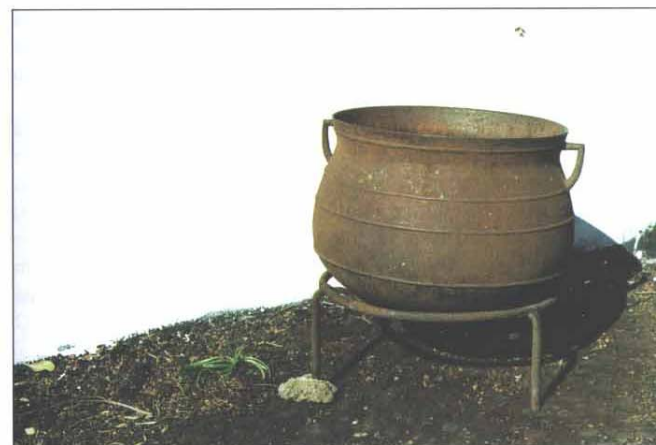
Também não sabemos interpretar a disparidade na produção de tremoço entre a observação de 1865 e as restantes observações. Sendo o tremoço de grande importância na reposição da produtividade da terra e embora se possa relacionar a sua produção com a produção do milho, achamos difícil de admitir que a freguesia tenha produzido mais de 500.000 litros de tremoços em 1856 para em 1884 se quedar abaixo dos 7.000 litros.

<sup>60</sup> Refeição do meio dia.

<sup>61</sup> Cozidas em água e sal e depois escorridas.



Campo plantado de inhames.



Caldeirão dos *cocos* (inhames).



A batata inglesa ou batata branca, introduzida nos finais do século XVIII, que seria chamada *batata de cá* por contraste com a batata doce introduzida posteriormente, terá sofrido também oscilações importantes de produção. No caldo de couves ou *escoadas* inteiras para acompanhar o peixe frito, as batatas não duravam o ano, mas no seu período tornavam muito agradável a ceia e evitavam o consumo de bolo. De facto, uma refeição com batatas brancas não exigia bolo sobre a mesa, o que também acontecia com a batata doce ou o inhame<sup>62</sup>. Em 1884 a freguesia não produzia batata branca suficiente para o seu consumo. Seriam necessários 88.000 litros para consumo e sementes e a produção era apenas de 18.000 litros. Repare-se ainda que o valor médio de 16 litros de batata branca, o equivalente a uma rasa, era de \$400 réis.

Em 1907, embora a produção de batata branca tivesse aumentado para 30.000 litros, necessitava-se para consumo e sementes de 50.000 litros.

No seu Relatório de 1867, referido às produções de 1865, o Governador Santa Rita não indica para S. João a cultura de batata doce, embora fale da sua introdução no distrito haveria *uns seis anos*, vinda da ilha de S. Miguel, de onde fora da ilha da Madeira, considerando que a mesma *tem espalhado a abundância e feito uma verdadeira revolução económica*. Assim, parece pouco aceitável logo em 1871 a produção de 300.000 kg. de batata doce, como refere António Cordeiro.

A batata doce viria a tornar-se um alimento de grande importância para pessoas e animais, engordando os porcos que se matariam no início do Inverno. Dá-se em terrenos arenosos e não exige, como a batata branca, grande reserva de semente, na medida em que se reproduz por planta, preparada em *canteiros*. Pelo seu alto valor energético e pelo seu sabor terá sido de facto uma revolução no difícil equilíbrio de subsistências. Em 1884 a rasa da batata doce valia \$240 réis, metade do valor da batata branca, mas a produção da freguesia não chegaria para o consumo. O equilíbrio entre produção e consumo encontrar-se-ia em 1907.

<sup>62</sup> Os acompanhamentos dos pratos não se diversificavam. Se havia batatas não se comia pão, o mesmo acontecendo com os inhames. O arroz não era utilizado como acompanhamento.

O cultivo dos inhames seria bem mais antigo. Na era de setecentos, conforme nos refere Avelino de Freitas de Meneses, o seu cultivo *alcança uma invulgar protecção nos Açores, por constituir muitas vezes a principal fonte de alimento dos estratos sociais menos favorecidos, designadamente nas ilhas de menores recursos económicos*<sup>63</sup>, como era o caso do Pico. A meia encosta foi desbravada de lenhas para a plantação de inhames que demoravam dois anos a desenvolver-se.

Os valores de produção de inhame apresentados por António Cordeiro mais uma vez não parecem coerentes com os dados conhecidos para as outras datas.

Em 1884 o valor comercial do inhame era de \$240 réis a rasa, mais 40 réis do que a batata doce, equilibrando a freguesia a produção com o consumo, equilíbrio que também se verificaria em 1907.

**QUADRO XXIV**  
**Produção de vinho, aguardente, vinagre e frutos**

GÉNEROS	1871	1884	1907
Vinho	1580 litros	2600 litros	2000 litros
Aguardente de vinho	18,55 litros	20 litros	-
Aguardente de frutos	-	20 litros	-
Vinagre de vinho	-	100 litros	-
Vinagre de frutos	-	80 litros	-
Figos	2.620,3 litros	10.000 litros	1.000 litros
Castanhas		620 litros	450 litros
Maçãs	4.850,54 litros	900 litros	2.000 litros
Peras	-	40 litros	500 litros
Pêssegos	645,22 litros	40.000 litros	3.000 litros
Nêspas		800 litros	

<sup>63</sup> Cf. do autor, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, Vol. II- Economia, Universidade dos Açores, 1995, p. 79.

Como se verifica pelo Quadro a produção de vinho em S. João após a crise das vinhas e pelo menos até à primeira década do século XX era muito limitada, o que nos leva a admitir que o aumento de produção, decorrente do plantio nos *mistérios* de novas castas de vinha, se deva localizar a partir da segunda década do século. Segundo a estatística de 1884 o pouco vinho produzido na freguesia, que tinha como preço corrente \$200 réis por litro, era integralmente consumido, mas não se trazia nenhum de fora. O mesmo aconteceria à aguardente de vinho, que valia \$200, à aguardente de frutas (dominantemente de figos, mas também de pêssegos), que valia \$320, ao vinagre de vinho, com o valor de \$200, e ao vinagre de frutas, que valia \$120. No mesmo período o valor comercial da castanha era de \$050 por litro, das maçãs de \$010, dos pêssegos de \$020, dos figos de \$010 e das nêspersas de \$015, não havendo indicação da existência de outro tipo de frutas.

Em 1907 os hábitos de consumo haviam-se alterado. A freguesia produzia 2.000 litros de vinho e consumia o dobro, 4.000 litros, custando então cada litro de vinho branco \$240 e cada litro de vinho tinto \$140. Não havendo referência a aguardente de vinho, o consumo de aguardente de frutas atingia a elevada soma de 3.000 litros, com o valor comercial de \$250 por litro, sem que a freguesia a produzisse. Também sem referência a vinagre de vinho, 1.000 litros de vinagre de frutas, ao valor de \$120 por litro, eram consumidos na freguesia, igualmente sem referência a produção própria. É de admitir que existisse então o hábito de se *matar o bicho* de manhã com aguardante, hábito posteriormente desaparecido. O vinagre servia para temperar carne de *vinho d'altos* e era muito usado em molhos de cebola ou de salsa, que serviam para molhar batatas, numa refeição em que muitas vezes não entrava qualquer tipo de carne, de peixe ou de ovos.

As frutas não eram comercializadas. Na estação própria eram comidas a qualquer hora, particularmente pelas crianças, integrando-se numa importante economia de trocas. Aliás, ainda em meados do século, muito poucos produtos da terra eram comercializados. Apenas os cereais, o vinho, o gado e os lacticínios eram vendidos no meio. Cada família, conforme as suas possibilidades, procurava produzir os legumes e as hortaliças necessárias ao seu consumo. Havendo escassez, os vizinhos e amigos acorriam com os seus excedentes, sendo posteriormente

compensados com algum produto que lhes fizesse falta. As frutas eram menos valorizadas pelos adultos e dar uma maçã ou uma laranja a uma criança fazia parte dos hábitos das famílias que as tinham, sem implicar qualquer retorno.

**QUADRO XXV**  
**Cabeças de gado e produtos de origem animal**

ESPÉCIES	1865	1871	1884	1907
Gado bovino	520	390	250	480
Gado ovino	620	506	380	780
Gado caprino	28	18	52	31
Gado suíno	200	143	200	260
Gado cavalari	-	-	1	-
Lã	412 kg.	570 kg.	480 kg.	
Banha/porco		250 kg.		
Queijos		10.000 kg.	3.000 kg.	

Interessante verificar que para o ano de 1865 o Governador Santa Rita indica como existentes em S. João 520 cabeças de gado bovino, para passados seis anos António de Macedo apenas encontrar 390. Em 1884 o número apontado é apenas de 250, subindo para 480 em 1907. Para aceitar tais números, só admitindo que no primeiro caso, e eventualmente no último caso, foram contabilizadas todas as cabeças, enquanto nas contagens intermédias apenas foram referidos os animais adultos. Em qualquer caso, não deixamos de considerar que a criação de gado bovino e ovino na freguesia assumia grande importância. A produção de queijo de vaca e a exportação de gado bovino era há muito tempo, como vimos, o maior recurso da freguesia. Reparemos que em 1907 são contadas 780 cabeças de gado ovino, muitas das quais seriam marcadas e criadas livremente nos terrenos baldios da *serra*. Mantinha-se então ainda a



importância da lã para a confecção do vestuário de uso quotidiano, e para mandar fazer em S. Mateus cobertores e colchas para o inverno e à ilha de S. Jorge pano para casacos de agasalho. As ovelhas eram tosquiadas duas vezes por ano. No dia 22 de Setembro era o *dia do ajunto* no curral da Caldeira Rasa. As ovelhas vinham da serra, eram tosquiadas e marcadas as crias, sob a direcção do *juiz do mato*. A 25 de Março, depois de novamente tosquiadas, regressavam aos terrenos baldios da serra.

Vários factores contribuíram para a redução drástica da criação de ovelhas desde a segunda década do século: a morte de muitas ovelhas por cães vadios, a comercialização de tecidos de fora, a *roupa da América* enviada pelos familiares emigrados, a que se juntaria nos anos cinquenta a apropriação pelo Estado dos baldios da serra.<sup>64</sup> Os teares iriam desaparecer e a lã seria fiada quase exclusivamente para a confecção de meias de lã de cinco agulhas e coletes feitos à farpa que eram usados sobre a pele para proteger das molhas diárias os pastores ou os marítimos.

A carne de bovino consumida na freguesia em 1884 foi apenas de 14 bois ou vacas e 8 vitelas, com um peso total de cerca de 1720 kg. Considerando que a população era então de 1238 pessoas, facilmente se depreende da contenção nos gastos. O maior consumo de carne de bovino situava-se em dois momentos do ano: o Natal, quando se cozinhava no forno a *caçoilha*, que cheirava de modo muito especial a temperos finos, e pelo Espírito Santo, quando se comia cozida com pão embebido do caldo que a cozera, perfumado com hortelã, as conhecidas *sopas do Espírito Santo*. Muitos seriam aqueles certamente que ao longo dos restantes dias do ano não chegariam a comer nenhum pedaço de carne de bovino, a não ser dos animais sacrificados à nascença, para que os pastores utilizassem completamente a produção de leite. Em 1907 com uma população de 963 pessoas consumiam-se 10 bovinos adultos por ano, limitando o consumo médio a menos de um kg. por pessoa. Cada kg. tinha então o valor comercial de \$200 réis. Repare-se que, nesse ano, não há indicação de consumo de vitelas. A carne de animal adulto era muito

<sup>64</sup> Note-se que o ano de 1862 ficou conhecido pelo *ano do barulho* na medida em que o povo de várias freguesias, entre as quais a de S. João, se revoltou contra a tentativa do Estado de tapume dos baldios.

mais apreciada na freguesia e era a única que tinha valor para exportação e, por isso, as vitelas só eram criadas quando se destinassem à produção de leite ou de carne em estado adulto. Os animais eram geralmente mortos à nascença, tirando-se a pele que iria cobrir outro animal não sacrificado, para *enganar* a vaca que cedia o leite ao cheiro do filho.

A carne de carneiro era consumida especialmente por alturas da Festa da Senhora de Rosário, mas os que tinham rebanhos matavam carneiros por outras festas. Os cordeiros de dois anos eram capados para a engorda, ficando alguns reprodutores. Para 1884 estimava-se o consumo em cerca 900 kg. por ano para toda a freguesia, abatendo-se então 90 carneiros. Em 1907 só seriam abatidos 44 carneiros, com o peso global de 704 kg, tendo então o preço comercial de \$160. O sebo de ovelha era usado também para alimentar as candeias em alturas em que escasseavam outros óleos, como foi o caso da Guerra de 1939 a 1945.

As cabras eram em número reduzido. Seriam geralmente criadas por famílias pobres, a comer erva na beira dos caminhos, para poderem dispor de algum leite para as crianças ou para os mais velhos. Um preconceito para com o consumo de carne de cabrito foi muito estendido na freguesia no século XX. Não há mesmo indicação de consumo no ano de 1907, enquanto no ano de 1884 se matariam 12 *chibatós*.

Ter um porco no curral era um sinal de casa remediada. Um porco gordo, de toucinho de quatro dedos de altura, encontrava-se nas casas mais abastadas. Por ocasião da matança, os porcos, depois de abertos, eram escorridos nas lojas, presos pela cabeça, com o lombo rachado e a abertura segura com canas e eram observados pelos convidados para a festa. O grande orgulho da dona de casa era poder ostentar um porco com o toucinho alto. Só os mais pobres não conseguiam alimentar o porco que lhes daria a banha, única gordura acessível para temperar o caldo ou fritar o peixe, e lhes traria outros mimos culinários dos mais apetecidos, além de lhes permitir acender a candeia na ausência de outros óleos. A matança, em Janeiro ou Fevereiro, era uma festa familiar muito especial que se preparava de longe com a limpeza da casa. Na véspera picava-se cebolinho e salsa para as morcelas que seriam embebidos com o sangue fresco e temperadas com sal, alho, malagueta, canela, *jamaica* e noz moscada. Sangrado o porco, geralmente por um perito, era chamuscado com *vassouras* secas do mato, raspado com raspadeiras próprias e

cuidadosamente lavado com água quente. Uma vez aberto e retirado o *fato*, as tripas grossas para encher as morcelas e as tripas finas para a linguiça eram geralmente lavadas por raparigas e rapazes na costa do mar e essa actividade constituía mais um divertimento desse dia muito especial. A família e os convidados apreciavam à mesa o fígado frito, acompanhado de inhames e os *bofes* guisados, muitas vezes com arroz. Na semana que se seguia a família deliciava-se com as morcelas bem fritas e acompanhadas de inhames, que, depois de enchidas e escaldadas no próprio dia, haviam sido depois ligeiramente fumadas.



Barça para conservar a carne de porco.

No dia seguinte, o *dia de derreter*, dia em que se comia a cabeça do porco cozida com couves e batatas, retalhava-se o porco em partes cuidadosamente seleccionadas para um fim determinado. Os lombos eram retirados para a linguiça, o toucinho para a banha, reservando-se alguns troços para fumar, as mãos as pernas e os ossos eram salgados para cozer mais tarde no caldo. Derretia-se a carne entremeada para banha e torresmos e picava-se a carne de lombo para as linguiças, posta

depois a marinar em sal, alho, laranja azeda, um pouco de vinho e bastante malagueta. Os torresmos e a linguiça, enchida nas tripas finas e depois fumada, eram conservados em banha, em potes de barro ou latas, e eram pitéus especiais que se procuravam conservar pelo ano adiante. Só um pequeno troço de linguiça era frito quando se derretia o toucinho fumado, acompanhados depois com inhames cozidos, constituindo uma refeição particularmente apreciada.

A avaliar pelo número de porcos referido nas estatísticas, nem todas as crianças poderiam sentir a alegria de acompanhar nas suas casas a matança do porco. O número de porcos, em nenhum caso, atinge o número de fogos. Algumas casas reuniam dois ou mais fogos, mas essa situação seria em parte contrabalançada por aquelas famílias que matavam mais do que um porco. Para criar um porco seria necessário ter milho, batatas, e/ou o soro dos queijos, mas também se apanhavam funchos, folhas de inhame, abóboras e mugangos para o alimentar. No caso mais favorável, o de 1907, contamos 285 fogos e 260 porcos, altura em que a cultura da batata doce trazia uma nova fartura a cada casa. Pela informação de António Cordeiro o número de porcos em 1871 seria menos de metade do número de fogos, 143 em 374. No entanto, por informação do Governador Santa Rita, seis anos antes, em 363 fogos haveria 200 porcos, o que nos leva a colocar reservas naquela informação. Duzentos também é o número de porcos apontado para 1884, quando o número de fogos se quedava nos 341. Note-se que em 1907 o valor comercial do porco era de \$260 por cada kg., mais elevado do que o valor da carne de bovino.

As informações de que dispomos sobre a produção de lã são mais coerentes entre si, aproximando-se dos 500 kg. por ano, o que parece sugerir para o século XIX uma confecção regular de peças de vestuário para cada habitante, não havendo indicação de comércio da lã ou de manufacturas.

É difícil considerar como válidas as 10 toneladas de queijo produzidas pela freguesia em 1871, quando em 1884 apenas se contariam 3 toneladas. Mesmo considerando apenas a última informação, trata-se de um valor importante, cujo escoamento se impunha. Além das exportações para o Faial e Terceira, em que muitas vezes mulheres com celhas à cabeça percorriam os 26 km que separam S. João do porto da Madalena para embarcar os queijos nos barcos abertos que atravessavam o canal

para o Faial, também as havia, mulheres e filhas dos pastores, ainda nas primeiras décadas do século XX, que colocavam essas selhas com queijos à cabeça e iam a pé vendê-los para fora da freguesia, atravessando para o norte da ilha pelo mato, e chegando mesmo à freguesia de Santa Luzia, freguesia de menor produção de leite.

Fazer os queijos competia às mulheres e nem todas tinham a mesma *mão para o queijo*, como nem todas tinham a mesma *mão para a massa*. Numas mãos o queijo levedava, enquanto o pão amassado tinha dificuldade em levedar. Aplicado ao leite o coalho, preparado a partir da

coalheira dos animais jovens, separava-se a coalhada do soro e faziam-se os queijos espremendo longamente a coalhada com as mãos em cinchos colocados numa *francela* que fazia escorrer o soro para uma selha de madeira. O cincho era virado várias vezes e revolvida a coalhada para se espremer melhor, antes de se colocar o sal. Os queijos depois de salgados iam para a caniçada e eram virados e lavados regularmente até estarem prontos para exportação ou para guardar para consumo de inver-



Moinho de vento na Ponta Rasa.

no, altura em que só as vacas que tinham ficado *alfeiras*<sup>65</sup> davam leite. Os queijos não consumidos eram curados e guardados depois entre o milho, sendo muito condutados<sup>66</sup>. Reservavam-se os melhores para ocasiões muito especiais, como o Natal, a matança do porco ou o Espírito Santo.

Não há nas estatística referência à apanha de peixe, embora o peixe constituísse um importante recurso alimentar não só para os pescadores, mas para toda a freguesia. Ainda em meados do século XX, o chicharro médio, apanhado no verão, era medido em latas de 20 litros para quase todas as casas. Era aí *governado*<sup>67</sup>, salgado e seco ao sol. Guardado depois, era assado na brasa e comido no Outono e princípio do Inverno com batatas doces, num agradável contraste de salgado e doce.

Outra importante produção da freguesia era a lenha para combustível, da ordem dos 380.000 metros cúbicos em 1884. Em 1871 António de Macedo apenas referira 140 kg de lenha produzidos em S. João, contra 2.557 kg. de carvão.

Em 1884 a madeira de faia foi a mais referida *para obras*, com 4.000 paus, contando-se também 30 paus de castanho e 1.000 pinheiros. Em 1871 António de Macedo não apontara madeiras de construção em S. João.

Este último autor refere ainda para 1871 a produção de obras de vime no valor de 5\$000 e 390 metros de panos de lã. Não há referência de produção de colchas, nem de pano de linho, como acontece nas freguesias enquadrantes de S. Mateus e Lajes. Em 1907 ainda se produziram em S. João 200 metros de pano de lã, mas já não se referem obras de vime com valor comercial.

#### 4.5. Um quadro social em 1884

Cruzámos sobre o rol de confessados de 1884, enriquecido pelas informações dos registos paroquiais, uma lista de recenseamento eleitoral do mesmo ano, com vista à apresentação de um quadro social da

<sup>65</sup> Vacas que não tinham bezerro nesse ano.

<sup>66</sup> Comia-se quantidades muito pequenas de queijo curado com bolo.

<sup>67</sup> Tiradas as tripas e as gueltras.



freguesia num período em que os movimentos migratórios já afectavam profundamente a vida da comunidade.

Transformado o rol de 1884 em recenseamento e incluída na respectiva base de dados a informação sobre profissões e sobre os montantes contributivos de cada chefe de família do sexo masculino (ou seu familiar do mesmo sexo economicamente independente ou alfabetizado) e a categoria, num e noutro caso, de eleitor e elegível, conseguimos uma interessante aproximação à ambiência social de S. João na penúltima década do século XIX.

Cruzando a lista de eleitores com as chefias dos fogos, constatamos primeiro que 9% dos chefes de família do sexo masculino não eram eleitores. Eleitores chefes de família que não pagavam contribuição encontramos 21%.

Do total de eleitores, apenas em três casos a contribuição paga era superior a 6\$000 réis. Mais quatro eleitores pagavam contribuição acima de 4\$000 réis, perfazendo no total 3% dos casos. Uma contribuição entre 2\$000 réis e 4\$000 réis atinge 16% dos eleitores. Pagando contribuição abaixo de 2\$000 réis encontramos 51%.

Nenhum dos proprietários identificados tem serviços residentes. As duas casas com criados, além da do Vigário, haviam-se formado da desagregação da casa do Alferes Venceslau Francisco Vieira de Bem, a casa com maior número de criados que havíamos encontrado em 1847.

Talvez possamos admitir que nas últimas décadas do século XIX três em cada quatro famílias viveriam em dificuldade, sendo uma delas claramente pobre, mas sem atingir o nível de miserável. Das famílias que viviam em maior desafogo, as que dispunham de um espaço produtivo mais alargado eram em número reduzido. A esperança numa vida melhor, mesmo para os filhos dos proprietários, encontrava-se na emigração para o Brasil e, cada vez mais, para a América do Norte.

O quadro que havia sido traçado sobre o distrito em 1867 pelo esclarecido Governador Civil da Horta, António José Vieira Santa Rita no seu *Relatório* parece adequar-se ainda a S. João em 1884. Vejamos o seu texto:

*Felizmente no districto da Horta não há uma extrema e avultada miséria. A immensa divisão da propriedade em quasi todas as ilhas deste districto e a emigração constante de centenaes de individuos que vão procurar a sua fortuna em paizes estrangeiros, são a meu parecer as cauzas de se não sentirem as suas funestas consequencias. Quasi todos os individuos têm a sua propriedade, e os que se acham pobres e robustos tratam de trabalhar para viver dentro e fora da patria.*

*A isto acresce que, à excepção da Horta, na ilha do Faial, não há os incentivos proprios de uma grande povoação que convidam a população dos campos a abandonar os seus lares e os seus trabalhos.*

*Os males originados d'esta emigração dos campos para as villas e para as cidades não se sentem.*

*(...) Alguns infantes desvalidos a quem a Providencia levou os paes, e alguns velhos enfermos, a quem a fortuna nunca foi propicia, são os entes que se encontram n'um verdadeiro estado de necessidade, e em que a caridade é justa e meritória.*

*Na minha visita às parochias ruraes das ilhas do Faial e Pico, encontrei bem poucas pessoas neste estado, e em muitas d'ellas nem um mendigo. Quando nos campos se acha algum individuo na precisão de mendigar, sendo do Faial ou Pico, de ordinário dirige-se à cidade da Horta, aonde encontra mais abundantes socorros do que na sua parochia.*

Iremos identificar as sete famílias de maiores proprietários, todos referidos no recenseamento eleitoral como pastores e apresentar as duas casas que tinham criados em 1884.

O eleitor que na freguesia pagava a maior contribuição em 1884 era Manuel Alexandre Pereira Madruga, mais conhecido por Manuel Alexandre Madruga. Tinha então 72 anos de idade e morava no Caminho Velho, entre a Canada de St. António e o Fim da Freguesia, com sua mulher Maria Rita de Oliveira, de 50 anos, suas filhas Maria das Dores, de 20 anos, e Maria Alexandrina, de 16, e seu filho Manuel, de 8 anos. Um filho Manuel, primeiro de nome, falecera antes de um ano de idade.

Manuel Alexandre Madruga era filho de outro homónimo e de Josefa Mariana de Brum e fora o terceiro filho por ordem de nascimento deste casal, que baptizara nove filhos, sete dos quais sobreviventes. Pelos róis de confessados sabemos que saíu da freguesia para os Estados Unidos aos 33 anos, vindo casar a

S. João um mês antes de completar 51 anos. Terá investido as suas economias essencialmente em *terras do mato*, sendo identificado como pastor. Este seria um comportamento corrente dos emigrantes de sucesso. Casamento com mulher mais nova, com possibilidade de gerar filhos e investimento no sector mais rentável.

Repare-se que as suas duas filhas ficariam solteiras, sendo Maria das Doreas Madruga professora das gerações femininas nascidas da transição do século à década de 30 do século XX. O filho que se chamou também Manuel Alexandre Madruga foi emigrante nos Estados Unidos, casando depois com Rita Mendonça do Amaral, natural da freguesia das Bandeiras da mesma ilha. Dos seis netos sobreviventes, o homónimo do pai e do avô, Manuel Alexandre Madruga, foi professor liceal, Genuino foi padre, Alexandre viveu na Madalena e no Faial, Maria foi para o Brasil, Josefa foi para o Continente, Maria da Boa Nova foi para as Bandeiras. Somente José morreu em S. João.

O segundo maior contribuinte era Manuel Vieira Cardoso, de 51 anos. Também vivia entre a Canada de St. António e o Fim da Freguesia, casado com Maria dos Anjos, de 49 anos, e com os filhos, Maria, de 15, Inácia, de 13, Manuel, de 10 e João de 7 anos. Manuel Vieira Cardoso era filho de José Vieira Cardoso e Antónia de Jesus, proprietários, do lugar da Silveira, da freguesia da Santíssima Trindade das Lajes. Inácia dos Anjos era natural de S. João, filha de Francisco da Silva Teixeira, natural da freguesia de St. António, do Norte da Ilha, e de Inácia dos Anjos, de S. João, filha natural de António Inácio e de Maria dos Anjos. Não acompanhamos facilmente a origem dos bens desta família. Identificado como pastor, teria mais terras de milho do que de mato. Não nos parece que Manuel Vieira Cardoso tenha sido emigrante, embora todos os seus filhos o viessem a ser.

De facto, Maria da Silva Cardoso e Inácia dos Anjos da Silva Cardoso emigraram, depois do casamento, sem regresso, a primeira com passaporte de 1896 para o Brasil e a segunda para os Estados Unidos, sem passaporte conhecido. Manuel emigrou para os Estados Unidos onde morreu solteiro, também sem passaporte. João Vieira da Silva Cardoso também foi aos Estados Unidos depois de casado, deixando a mulher e um filho para nascer. Acabaria por regressar e baptizar mais três filhos legítimos em S. João.

No início de 1884, António Pereira da Silveira, de 56 anos, era o terceiro contribuinte a pagar mais de 6\$000 réis de contribuição e era pastor. Era conhecido pela alcunha de Tostão. Vivia na Canada do Zambra, na Companhia de Cima, casado em segundas núpcias com Maria da Conceição Leal Ferreira, de 58 anos, o seu filho mais velho, que tivera do primeiro casamento com Inês da

Conceição, chamado Manuel Pereira da Silva, de 33 anos, e uma afilhada, Maria, de 30 anos.

António Pereira da Silveira era filho de outro António Pereira da Silveira, este natural da Calheta do Nesquim, da mesma ilha, e de Antónia Tomázia, residentes que haviam sido na Canada do Alferes, na Companhia de Baixo. Viveu com a mãe já viúva até à morte desta em 1840. Em 1842 deve ter emigrado, casando oito anos mais tarde em S. João.

Todos os seus quatro filhos do primeiro casamento emigraram (um filho que tivera da segunda mulher faleceu aos sete anos). O filho mais velho, Manuel, que encontramos em S. João em 1884, emigrara legalmente para o Brasil vinte anos antes, vindo casar em 1885, quando tinha 34 anos, ainda com uma viagem posterior ao Brasil, sendo então identificado como caixeiro. O segundo filho, António Pereira da Silva, emigrou legalmente para os Estados Unidos aos 21 anos, casando aos 30 anos em S. João. José, o terceiro filho, emigrou aos 12 anos para o Brasil, também com passaporte, e Francisco, o filho mais novo, emigrou aos 23 para os Estados Unidos, ambos sem regresso.

Francisco Toledo Machado era outro proprietário, de 66 anos, que vivia no Caminho Velho, entre a Canada de Almança e a de Francisca, com sua mulher, Luzia Francisca, de 63 anos, e duas filhas solteiras, Luzia Francisca, de 33 anos, e Francisca Amélia Machado, de 25. Tinham um filho, Manuel Machado Toledo, que emigrara para os Estados Unidos aos 20 anos, sem regresso.

Francisco Toledo Machado era natural das Lajes, filho natural do Capitão Francisco Toledo Machado e de Águeda Francisca, ambos solteiros. Sabemos que foi ao Brasil em 1861, casado, e já depois do nascimento dos filhos, mas o facto dos registos de passaportes de que dispomos se iniciarem em 1859 interdita-nos de saber se já emigrara de forma legal anteriormente. A sua mulher, Luzia Francisca, era natural de S. João, filha do Capitão João de Sousa Machado e de Ana Francisca.

As três filhas do casal morreram solteiras, não havendo na geração seguinte descendentes na freguesia.

João de Brum Garcia, pastor, posiciona-se logo a seguir como contribuinte. Tinha 63 anos em 1884 e era casado com Maria Bernarda, de 44 anos, natural de S. Mateus. Tinham casado três anos antes e não tinham filhos.

João de Brum Garcia era o mais novo dos cinco filhos de Manuel de Brum da Silveira Garcia e de Ana Maria, proprietários. Mantivera-se em casa dos pais até à morte dos mesmos, vivendo depois com uma irmã solteira e um sobrinho. Ao casamento passou a viver numa residência ao lado da residência da irmã na Canada do Almanse, da Travessa para baixo.



João Vieira Maciel era pastor e proprietário. Vivía na Canada de Perpétua de Sousa, na Companhia de Cima. Em 1884 tinha 79 anos e era casado com Maria da Conceição, fiandeira, de 51 anos. Com eles vivia o filho António, de 18 anos, Úrsula, de 15, e José de 11 anos.

João Vieira Maciel era o filho mais velho dos quatro filhos do primeiro casamento de outro João Vieira Maciel, natural de S. Mateus, que casara em S. João com Laureana Josefa da Silveira. Após o falecimento da mãe, o pai voltara a casar com Joaquina Josefa, registando em S. João mais duas crianças. Em 1820 a família ausentou-se para S. Mateus.

Não sabemos se o João Vieira Maciel que agora consideramos havia sido emigrante. Sabemos que casou em S. João aos 44 anos, quando Maria da Conceição de 16 anos, e baptizaram 9 filhos, dois deles falecidos na infância. O filho mais velho, Manuel Vieira Maciel, emigrou para os Estados Unidos aos 21 anos, regressando para casar aos 30 anos, vindo a falecer em S. João. A filha Maria da Conceição casou aos 29 anos com António Pereira da Silveira, filho de outro homónimo, proprietário, atrás identificado, e também faleceu na freguesia. O filho João Vieira Maciel emigrou para os Estados Unidos em 1871, fazendo nova viagem em 1878, sem regresso. O filho Francisco Vieira Maciel emigrou também para os Estados Unidos aos 22 anos, casando aos 35 anos em S. João, para voltar a sair sem regresso. O filho António ausentou-se em 1888 e o filho José em 1891, igualmente sem regresso. Úrsula, a outra filha sobrevivente, casou-se aos 18 anos e também saiu definitivamente da freguesia.

Pastor e proprietário era também Manuel Rodrigues Évora. Em 1884 tinha 64 anos e vivia na Canada do Alferes casado com Maria da Conceição de 49 anos, com os filhos João Rodrigues Évora, de 30 anos, Francisco Rodrigues Évora, de 17, José Rodrigues, de 13 e Joaquim, de sete.

Manuel Rodrigues Évora era o filho mais novo dos 10 filhos de dois casamentos de Miguel Rodrigues Évora, proprietário. Casara aos 27 anos quando Maria da Conceição contava apenas 12 anos de idade. Manuel Rodrigues Évora emigrou para o Brasil deixando em S. João a mulher e três filhos já nascidos. Regressaria mais tarde para baptizar mais quatro filhos. A filha Maria da Conceição casou na freguesia aos 16 anos e saiu para casa própria. O filho mais velho, Manuel Rodrigues Évora, falecera solteiro aos 28 anos. João, que vivia com os pais em 1884, emigrara clandestinamente aos 13 anos, acabando por falecer na sua terra, solteiro, aos 83 anos. António emigrou sem regresso, também com 13 anos e também clandestinamente. Francisco foi para os Estados Unidos aos 18 anos, sem passaporte. José faleceu aos 35 anos, solteiro, em S. João. Joaquim emigrou aos 13 anos, igualmente sem passaporte.

Falecido o Alferes Venceslau Francisco Vieira de Bem em 1881, sua irmã, D. Isabel Quitéria Brum da Silveira, que casara para as Lajes com o Capitão José Laureano Narcizo, veio para S. João, para casa do irmão falecido. Era já viúva e tinha 75 anos em 1884. Nesse mesmo ano, Tomé Cardoso Machado Soares, de 56 anos, casado, viera viver para a mesma casa. Tinham duas criadas e um criado.

Numa residência vizinha vivia Antónia de Brum, solteira, antiga criada do Alferes que fora beneficiada no seu testamento, de 56 anos (o rol indica-lhe 62 anos de idade) com um criado de 16 anos, de nome Luís, já referido anteriormente, que fora também criado de Venceslau Francisco Vieira de Bem. Foi uma companhia episódica dada a emigração de Luís, chamado depois Luís da Silva Belém. Antónia de Brum ficaria depois sózinha.

Sem dinheiro, no fim da vida, *O Alferes* havia distribuído grande parte dos seus bens pelos criados, recompensando-os dos salários, sem esquecer alguns pobres da freguesia.

Num outro extremo da escala social encontramos em 1884 duas mendigas.

Maria de Brum, mendiga, de 65 anos, solteira, vivia na Canada de Francisca com uma sobrinha, Maria Joaquina, de 19 anos, filha de seu irmão Manuel Francisco Rodrigues, que era pobre e que residia com a mulher e mais cinco filhos na Canada de Miguel.

Outra mendiga era Mariana de S. José, de 82 anos, solteira, que vivia isolada numa residência da Canada de Miguel. Fora mãe solteira aos 27 anos e ela própria tinha sido o segundo filho dos três filhos conhecidos de Maria de S. José, também solteira.

Os pescadores continuariam a ser na segunda metade do século XIX dos grupos sociais mais desfavorecidos, mas outros marítimos, com a introdução da caça à baleia e a pilotagem de pequenos barcos de transporte de mercadorias e passageiros teriam actividades mais rendáveis. Colhendo memórias orais, Dias de Melo<sup>68</sup>, admite que a primeira freguesia do Pico onde se introduziu a caça à baleia terá sido a de S. João. Um tal Manuel Francisco Matias, Manuel Gordo, de alcunha,

<sup>68</sup> Ver do autor *Vida vivida em terras de baleeiros*, Angra do Heroísmo, s/d..

que havia sido embarcado, mandara fazer um bote, construir fornalhas e montar caldeiras no porto de S. João, sem formalidades legais. O bote teria sido construído pelo mestre carpinteiro e calafate de renome, o mestre Manuel Joaquim, de nome completo Manuel Joaquim Goulart de Sousa. Um acidente no mar teria feito perder o bote.

Encontramos o filho mais velho de Francisco de Brum Matias e de Catarina do Espírito Santo, com o nome de Manuel, nascido em 3 de Maio de 1833, a sair da paróquia em 1848. Embora não tenhamos referência ao seu nome completo poderia ter-se chamado Manuel Francisco Matias. Regressou em 1852 e voltou a sair no ano seguinte, sem que o identifiquemos na freguesia posteriormente. Não podemos, por isso, afirmar com segurança que se tratasse do Manuel Gordo.

Por outro lado, conhecemos um Manuel Joaquim Goulart como filho natural de António Goulart de Sousa e de Maria da Conceição, nascido em 13 de Janeiro de 1790 e casado com Edviges dos Anjos, exposta em S. Mateus. Registou em S. João dois filhos, Joaquim em 1838 e João em 1850, sem outros registos familiares na paróquia, o que é compatível com uma actividade especializada, que o obrigaria a sair da freguesia.

Raimundo Rodrigues, natural da Praia da Ilha Terceira, conhecido como o Capitão Raimundo, depois de ter andado embarcado pelos Estados Unidos e ilhas do Hawai na caça às baleias, onde teria ganho o posto de capitão, ao casar-se nos Estados Unidos com Maria Josefa, natural de S. João, filha natural de Camilo José e de Maria Josefa, decidiu vir para a freguesia da mulher. Encontrando abandonadas as caldeiras de Manuel Gordo, mandaria vir dois botes dos Estados Unidos e fundaria a sua companhia. Encontramo-lo a baptizar três filhos em S. João: Raimundo em Janeiro de 1871, Afonso em Janeiro de 1873 e Maria em Abril de 1875. Falecendo a mulher em Julho de 1875, voltou a casar com Maria de Brum, de 46 anos, filha de João Manuel e Maria de Brum, que não lhe daria mais filhos. Em 1884 Raimundo Rodrigues era identificado como marítimo e proprietário, embora só pagasse \$839 réis de contribuição. Tinha então 58 anos e a sua segunda mulher 54, vivendo na Rua da Igreja com os filhos Afonso e Maria. O filho Raimundo já emigrara para a América e ao vir de visita em 1890, levaria consigo o irmão Afonso. A filha Maria viria a casar em S. Mateus em 1896 com José Inácio Garcia de Lemos que viria a ter nesta última paróquia a sua companhia baleeira. Dias de Melo fala da passagem para S. Mateus da armação de Raimundo Rodrigues, que chama de Raimundo Lemos. De facto Raimundo Rodrigues residiu sempre em S. João até à sua morte em Janeiro de 1900, facto que não seria incompatível com a actividade empresarial em S. Mateus, passando depois ao genro a mesma actividade.

Antes do ciclone de 1893 que arrasaria as estruturas existentes para a caça à baleia, já Raimundo Rodrigues não balearia em S. João, sendo sucedido nessa actividade pelos irmãos Maciéis.

Estes usariam as fornalhas e caldeiras do porto, tendo, por sua vez, mandado construir dois botes.

Na realidade em 1884 apenas um dos Maciéis, Manuel Francisco Maciel, solteiro, de 55 anos, é identificado como marítimo. Os seus irmãos, também solteiros em 1884, António Francisco Maciel, de 49 anos, é identificado como pastor, pagando de contribuição 2\$845 réis. José Maciel, de 42, não era eleitor. Francisco Maciel e João Maciel, de 39 e 33 anos, respectivamente, foram identificados como moleiros, pagando o primeiro 1\$872 réis de contribuição e o segundo 1\$304 réis.

Na realidade os irmãos Maciéis viviam em 1884 com a mãe viúva, de 77 anos, na Rua da Igreja ajudando-se mutuamente nessas diferentes actividades, embora as discussões entre eles fossem tão grandes que os alcunharam de *Guerras*. Manuel e Francisco assumiriam a posição de oficiais em cada um dos botes e João seria trancador<sup>69</sup>. Repare-se que este último, João Maciel, foi para a Horta como *oficial* de uma companhia baleeira, depois de ter casado segunda vez em 1896 com Carlota Cândida Pereira, filha de Francisco Cândido Pereira, negociante (casara pela primeira vez em 1889 com Maria Aurora Bettencourt, falecendo a mulher seis anos depois). João Maciel viria a falecer no Faial. Os irmãos Manuel e António morreriam solteiros. José casou aos 46 anos e Francisco aos 45.

A caça da baleia trazia recursos importantes à freguesia. O principal produto, o óleo, alumiava as candeias e era exportado por bom preço. A carne, distribuída gratuitamente, ajudava à engorda dos porcos e era engodo especial para os pescadores, nomeadamente de sargos e tainhas. A farinha dos ossos de baleia era utilizada na agricultura e o marfim dos cachalotes pelos artistas.

Com as três grandes vagas do ciclone de 28 de Agosto de 1893, que levou a casa dos botes, a caça à baleia em S. João seria abandonada transferindo-se a actividade para a Ribeira do Meio, nas Lajes, hoje designada como Vila Baleeira.

<sup>69</sup> Seguimos Dias de Melo, *ob. cit.*

Sabemos também que Manuel Goulart Martins, o Mamão, de alcunha, era pescador de baleia, e único filho de António Goulart Martins e de Maria Angélica do Carmo. Era solteiro e em 1884, com 24 anos, vivia na Canada do Lancha, na dependência do pai, agricultor, que pagava \$330 réis de contribuição predial. Viria a falecer solteiro aos 31 anos, ainda antes do ciclone. Poderia ter sido um dos homens do Capitão Raimundo ou então já dos Maciéis.

Na Travessa da Canada do Almança vivia José de Ávila, marítimo, natural da ilha da Graciosa. Tinha 72 anos em 1884, segundo a informação do rol, casado em terceiras núpcias com Josefa Luísa, de 60 anos. Do seu primeiro casamento com Maria da Trindade tivera três filhos, um falecido aos 16 anos, outro ausente na América e uma filha, que fora mãe solteira e se ausentara de casa. Falecida Maria da Trindade em Janeiro de 1870, casara em Setembro do mesmo ano com Antónia Francisca, que faleceu de parto seis meses depois do casamento, deixando-lhe uma filha, Mariana. Em Dezembro de 1872, José de Ávila voltava a casar com Josefa Luísa, trazendo sua mulher um filho natural que tinha 13 anos em 1884. A família residente contava, assim, nesse ano, quatro pessoas, o casal e um filho de cada um deles.

José de Ávila era eleitor e pagava de contribuição 1\$562 réis, o que supõe alguma propriedade. Admitimos que fosse proprietário de um pequeno barco, supondo que não estivesse relacionado com a actividade baleeira.

Outro marítimo contribuinte era Francisco Vieira da Silveira. Com 58 anos em 1884 vivia no Caminho do Arrasto, na Ponta Rasa, com sua mulher, Maria Catarina, fiandeira, de 56 anos, seis filhos, dos nove que tivera, e um neto. O filho mais velho, Manuel Vieira, havia emigrado para o Brasil aos 12 anos, a filha Maria Caetana também saíra aos 21 anos e o filho mais novo falecera com um mês de idade. Dos restantes, a filha Maria Catarina, a *Muda*, agora com 32 anos, fora mãe solteira aos 28 anos e vivia com o filho de 3 anos em casa dos pais, vindo a falecer solteira aos 52 anos. Maria Antónia de Jesus, de 29, também faleceria solteira aos 90 anos; Inácia de Jesus Vieira, de 25, casaria dois anos tarde, vindo a falecer também aos 90 anos; Maria Inácia de Jesus Vieira, que viria a ter a alcunha de Cornina, de 18 anos, casaria aos 38 e faleceria com 88 anos; Manuel Vieira da Silveira, de 16, casou aos 27 anos, foi emigrante nos Estados Unidos e faleceu em S. João aos 54 anos; António Vieira da Silveira, de 11, casaria aos 26, emigrando depois, também para os Estados Unidos, vindo falecer a S. João.

Francisco Vieira da Silveira, de alcunha o Buzicaco, pagava de contribuição 3\$089 réis. Foi o último mestre do barco Boa Viagem, um elegante

veleiro de 40 pés de comprimento, armado de dois mastros e velas latinas triangulares, que o ciclone de 1893 destruiu. Faleceu aos 78 anos e sua mulher aos 94 anos.

Como marítimo, que supomos pescador, no início da Companhia de Cima, encontramos, na Canada do Zambra, Francisco Vieira Maciel de 28 anos, casado com Maria da Conceição, de 31 anos, com uma filha de 2 anos. Era eleitor, mas não pagava contribuição alguma.

Entre a Canada de Francisco Martins e o Fim da Companhia de Cima vivia em 1884 outro marítimo, Manuel de Brum Bettencourt, de 54 anos, filho de Narcisa Florinda, solteira. Sua mulher, Ana de Jesus Goulart Maciel, tinha 50 anos. Haviam casado em Junho do ano anterior. Manuel de Brum Bettencourt era eleitor mas não contribuinte.

Na Canada do Alferes vivia Manuel Cardoso da Fonseca, antigo marítimo, natural de S. Mateus, com 91 anos de idade, agora mendigo. Não era eleitor. Casara já viúvo em S. João e, falecida a segunda mulher, casara novamente na freguesia de Sta. Bárbara das Ribeiras. Tinha uma filha do terceiro casamento, solteira, de 36 anos, chamada Isabel Cândida da Fonseca, mendiga na velhice. Dois outros filhos baptizados em S. João haviam emigrado.

Ainda na Canada do Alferes encontramos em 1884 José Rodrigues Homem, marítimo, de 48 anos, solteiro, filho de Domingos Rodrigues da Rosa, natural de S. Mateus e de Maria do Espírito Santo. Vivia com os pais e na sua dependência. O pai agricultor, de 80 anos, natural de S. Mateus, pagava de contribuição \$417 réis. Dos oito filhos que tivera estava ainda em sua companhia, além de José Rodrigues Homem, a filha Maria do Espírito Santo, que fora mãe solteira. Dois filhos haviam falecido na infância e três outros haviam emigrado. Uma filha casada morrera em S. João sem filhos.

José Rodrigues Homem morreu solteiro aos 75 anos.

Ainda na Travessa da Canada do Almanse vivia outro marítimo, Manuel de Ávila Pereira, de 50 anos. Era eleitor mas não contribuinte. Vivia com a mulher, Maria Francisca, de 51 anos, e os filhos, Maria Francisca, solteira, de 24 anos, Filomena Ávila, de 18, António, de 15, Isabel de Ávila Pereira, de 12, Francisco, de 10 e Maria do Rosário Ávila, de 7. O seu primeiro filho, Manuel de Ávila, mentecapto, morrera aos 22 anos. Maria Francisca morrera solteira aos 27 anos. Filomena foi mãe solteira aos 22 anos e não chegaria a casar. Teve a

alcunha de Sancorra. Isabel, que ganhou a alcunha de Macaca, casou aos 43 anos e não teve filhos. Francisco e António emigraram. Maria do Rosário casou aos 39 anos de idade com o professor Venceslau Fonseca Branco, de 60 anos, com quem vivera como criada.

Outro velho marítimo, não eleitor, cego em 1884, era Manuel Correia Bettencourt, de 63 anos, casado com Francisca Josefa Bettencourt, de 55 anos. O casal que vivia na Canada de Francisca, tivera 11 filhos, três deles falecidos em criança e um outro que fora para o Brasil com 8 anos de idade. Com os pais viviam então a filha mais velha sobrevivente, Maria Josefa de Bettencourt, de 30 anos, com um filho natural, Manuel, de um ano de idade; Francisca, de 22 anos; Manuel Correia de Bettencourt, de 20 anos, marítimo como o pai, que casaria dois anos mais tarde; João, de 17 anos, que emigraria aos 21 anos; Úrsula, de 15 anos, que emigraria para o Brasil no ano seguinte; José, de 9 anos, que se viria a ausentar aos 22 anos.

Manuel Correia de Bettencourt Sênior era eleitor, pagando a modesta contribuição de \$392 réis. Viria a falecer aos 77 anos e a sua viúva aos 72.

Filipe Cardoso, natural de S. Mateus, também era marítimo, embora trabalhasse também na agricultura. Era eleitor, mas não pagava contribuição. Com 30 anos em 1884, vivia na Canada de Francisca e era casado com Maria Francisca, então de 31 anos. Viriam a ter 11 filhos, cinco deles já nascidos. Apenas um dos filhos faleceu na infância. Todos os outros emigrariam. Falecida Maria Francisca aos 42 anos, Filipe Cardoso casou novamente com Luísa da Conceição, de 21 anos. Teria mais sete filhos, dois que emigraram e cinco que casaram em S. João.

Filipe Cardoso faleceu aos 58 anos, quando o filho mais novo tinha apenas oito meses. A sua viúva faleceu aos 90 anos.

Neste final de século os pedreiros e os carpinteiros de S. João eram considerados muito bons. Os emigrantes retornados edificavam casas novas ou remodelavam as antigas e os serviços de uns e de outros seriam solicitados.

Na Companhia de Cima, na Canada de Domingos José, encontramos o pedreiro Francisco José Gonçalves, então com 68 anos, já identificado como tal em 1847. Pagava de contribuição 782 réis. Vivia com a mulher, Maria Francisca, de 66, com uma filha solteira, Mariana Francisca, de 31 anos, com o filho António José Gonçalves, de 21 anos, com Maria, exposta, de 35 anos e com a filha desta, também chamada Maria, de 15 anos, *idiota*.

O primeiro filho do sexo masculino de Francisco José Gonçalves, Manuel José Gonçalves era também pedreiro. Em 1884 era eleitor, mas não contribuinte. Aprendeu a profissão com o pai, embora no recenseamento eleitoral fosse referido como agricultor. Admitimos que repartisse os *dias para fora* na agricultura com a actividade de pedreiro que posteriormente se intensificaria.

Com 34 anos em 1884, casado com Maria Josefa, de 31 anos, fiandeira, residia entre a Canada de Perpétua de Sousa e a de Lázaro Pereira. Tinham casado dez anos antes e tinham três filhos: Maria Josefa, de 8 anos; Manuel José Gonçalves, de 6 anos, um e outro que casariam na freguesia, e Isabel, de 2 anos, que emigraria aos 26 para os Estados Unidos, sem retorno. Uma primeira filha de nome Isabel falecera aos três meses. Viria a ter ainda mais cinco filhos, dois falecidos na infância e os outros três emigrantes sem retorno.

Falecida a mulher em 1894, Manuel José Gonçalves voltou a casar em 1918, quando contava 69 anos, com Maria Josefa da Silva de 44 anos. Não tiveram filhos. Faleceu aos 90 anos e sua mulher aos 92 anos.

O filho homónimo de Francisco José Gonçalves, de 28 anos em 1884, casado com Maria Josefa, com 26 anos, residentes na Canada de Lázaro Pereira, seria também mais tarde referido como pedreiro. Havia casado três anos antes e tinha dois filhos, Maria José Gonçalves, então com 2 anos, que seria emigrante, mas faleceria em S. João aos 61 anos de idade, solteira, e Manuel José Gonçalves, de meses, que casaria aos 22 anos na freguesia, onde também faleceu aos 68 anos. O casal teria ainda mais nove filhos, quatro emigrantes sem retorno, um que saiu com regresso e os restantes quatro residentes na freguesia.

Tal como o irmão, Francisco José Gonçalves é referido no recenseamento eleitoral de 1884 como agricultor, não pagando também contribuição alguma.

Outro pedreiro já identificado em 1847 era José Vieira Maciel, com três filhos pedreiros em 1884, José Vieira Maciel, António Vieira Maciel (este emigrado nesse ano) e João Vieira Maciel.

Como vimos anteriormente, José Vieira Maciel Sênior era natural da freguesia de St. António do Norte da Ilha. Teria 72 anos em 1884, era casado com Francisca Josefa, da mesma idade, residindo na Travessa entre a Canada do Almanse e a de Francisca. Casados em 1830, haviam registado 7 filhos todos sobreviventes à infância, à excepção de Francisca, quinto filho na ordem de nascimento, que falecera aos dois anos de idade. O filho mais velho, Manuel Vieira Maciel, emigrou aos 19 anos e regressou 13 anos depois. Havia falecido solteiro em 1880, aos 49 anos e, segundo a indicação do pároco era *maníaco*. O

segundo filho, Maria Francisca, havia casado aos 19 anos com Manuel Goulart Tomás, agricultor, não contribuinte. O terceiro filho, José Vieira Maciel, casou aos 19 anos. O quarto filho, António Vieira Maciel emigrou aos 18 anos e viria falecer a S. João. O filho que se seguia, João Vieira Maciel, casou aos 20 anos. A filha mais nova, Francisca Josefa, morreria solteira aos 76 anos.

Em 1884 José Vieira Maciel e Francisca Josefa viviam com a filha solteira. Pagavam 1\$050 réis de contribuição.

Na mesma casa, mas não fazendo parte do fogo, vivia Maria Francisca, uma cunhada de Francisca Josefa, viúva de um seu irmão, de 76 anos de idade. O marido fora ao Brasil, mas viera falecer a S. João. Dos seis filhos que tivera, três haviam já falecido e dois haviam emigrado. A única filha na freguesia era casada com Manuel de Ávila Pereira, que já identificámos como marítimo. É interessante notar o hábito da freguesia de todos os filhos herdarem uma parte da casa dos pais, quando não havia outras casas a repartir. Admitimos que Maria Francisca vivesse no *quinhão de casa* que o marido herdara conjuntamente com a família da irmã deste, Francisca Josefa.

O filho de José Vieira Maciel, também chamado José Vieira Maciel e também pedreiro, com 47 anos em 1884, era eleitor e pagava 2\$024 réis de contribuição. Era casado com Úrsula Antónia, então com 63 anos e viviam no caminho entre a Canada de Miguel Vieira e a de St. António. O casamento realizara-se em 1856 e a mulher ainda lhe dera três filhos. A filha mais velha, Maria Úrsula, casara aos 19 anos com António Garcia da Rosa, comerciante, e saíra de casa. A segunda filha, Úrsula Antónia Maciel, casara aos 23 anos com José Vieira da Silva e vivia com o marido e dois filhos na mesma casa dos pais, embora em fogo separado. O terceiro filho morreria na infância.

Falecida a mulher no mês de Fevereiro do ano de 1900 com 79 anos, José Vieira Maciel voltou a casar em Maio desse mesmo ano com Maria da Conceição, de 43 anos. Tinha então 63 anos de idade. Faleceu aos 72 anos e sua segunda mulher aos 78.

Um outro filho de José Vieira Maciel *Sénior*, António Vieira Maciel ou Madruga, também pedreiro, que emigrara para o Brasil aos 18 anos, veio casar a S. João quinze anos mais tarde, em 1873, aos 33 anos, com Francisca de Jesus Maciel, de 31, da qual tinha uma filha de 3 anos, de nome Rosa, nascida no Rio de Janeiro e falecida em S. João nesse mesmo ano. Devem ter regressado depois ao Brasil e lá falecido Francisca de Jesus Maciel. António Vieira Maciel voltou a casar, possivelmente no Brasil, com Maria da Conceição, natural de S. João. Em 1884 não se encontrava na freguesia. No ano anterior, aos 43 anos, havia tirado

um passaporte colectivo para o Brasil, viajando com a segunda mulher, de 48 anos, com a filha Cristina, de 15 anos, nascida no Rio de Janeiro, e com uma criada, Maria Francisca, de 33 anos.

António Vieira Maciel veio falecer a S. João em 1889 e é identificado como oficial de pedreiro. A sua viúva faleceu em 1898.

O outro filho de José Vieira Maciel, João Vieira Maciel, igualmente pedreiro, casou em 1866, aos 20 anos, com Maria de Brum, de 25 anos. Tiveram dois filhos, Manuel e João, que emigraram para os Estados Unidos. Falecida a mulher em 1870, João Vieira Maciel voltou a casar em 1873 com Ana da Conceição, de 27 anos, que lhe daria mais sete filhos. Uma filha faleceu na infância e os outros emigraram, à excepção de uma filha que casou em S. João.

Em 1884 João Vieira Maciel foi recenseado como eleitor, pagando de contribuição 1\$577 réis. Faleceu aos 78 anos e sua segunda mulher aos 88.

Na Canada de Francisca, vivia em 1884 outro pedreiro, António Brum de Melo, então de 48 anos, casado com Tomázia do Nascimento, da mesma idade. A mulher era filha do outro pedreiro identificado em 1847, João Francisco, e é de admitir que tivesse sido aprendiz do sogro.

António Brum de Melo e Tomázia do Nascimento haviam casado com a mesma idade, aos 27 anos, e registado quatro filhos, dois falecidos na infância. Os filhos sobreviventes, Maria e Manuel, casariam em S. João, com 30 e 26 anos, respectivamente.

António Brum de Melo era eleitor e pagava 1\$207 réis de contribuição. Faleceu aos 79 anos e a sua viúva aos 100 anos.

Manuel Goulart Bernardo, o último pedreiro identificado, vivia na Rua da Igreja e é o único para o qual não encontramos relações familiares com os três pedreiros identificados em 1847. Em 1884 tinha 59 anos e sua mulher, Maria do Nascimento, 57. Havia casado em 1855. A sua primeira filha nascera em 1853. Baptizaram dentro do casamento mais cinco filhos, dois deles falecidos na infância. A filha mais velha, Maria do Nascimento, casou aos 27 anos e faleceu em S. João. A filha seguinte sobrevivente, Francisca do Rosário, casou também aos 27 anos com um homem do Faial para onde foi viver. A filha Carolina emigrou aos 15 anos. Filomena do Nascimento, a filha mais nova, foi mãe solteira e não chegaria a casar.

Manuel Goulart Bernardo era eleitor e pagava de contribuição a modesta quantia de \$146 réis. Faleceu aos 86 anos. Sua mulher falecera aos 82.



Em 1847 apenas encontráramos em S. João três pedreiros. Menos de quarenta anos depois, em 1884, seriam oito pedreiros, embora dois deles, pela sua idade, pudessem não exercer a profissão.

Viver em casas mais confortáveis aparecia como uma nova exigência. As casas novas construíam-se com mais espaço, com janelas mais rasgadas e com vidros, enquanto algumas casas antigas eram melhoradas. A construção de cisternas para recolher a água das chuvas era um novo luxo a que ainda poucos tinham acesso.

As casas mais antigas que chegaram até nós compunham-se de dois corpos separados. Um corpo principal, com sobrado, em que o andar superior era destinado a dormitório amplo, sem divisões, e à sala para as ocasiões especiais. O andar inferior, a *loja*, era destinada à armazenagem dos recursos alimentares, com as talhas de barro com *conduto de porco* salgado ou de peixe seco, as barricas de milho, os canteiros de batatas e, se fosse o caso, as pipas ou barris de vinho. Se havia espaço para duas divisões também a loja podia servir de dormitório para os rapazes e de local de trabalho durante o dia para as mulheres. O outro corpo era a cozinha, separada da casa para evitar os incêndios, mais preocupantes enquanto a cobertura era de colmo. Na cozinha uma banqueta de pedra era o *lar* onde assentava a grelha de ferro para pousar os caldeirões ou a frigideira e para onde dava o forno largo que não servia só para cozer o bolo mas também para secar o milho, dada a humidade ambiente. No chão da cozinha, como no chão da loja, a terra batida era geralmente coberta com perfumante rama de pinheiro.

Na segunda metade do século XIX, enquanto algumas casa novas foram construídas já com novas exigências dos seus proprietários, muitas casas antigas foram remodeladas e cobertas de telha, ligando-se a cozinha à casa, dividindo-se o dormitório para dar maior privacidade aos vários elementos da família, embora a sala se mantivesse ampla para os momentos de festa ou funeral.

A água doce era recolhida dos beirais das casas por caleiros que a conduziam para talhões de barro que levavam entre 500 e 1000 litros. Os primeiros *tanques*, cisternas de água com eirado de cimento para aparar

directamente a água das chuvas, que a memória oral identifica teriam sido os tanques do Sargento e da Tia Brízida<sup>70</sup>.

Não sabemos se a Tia Brígida seria Brígida de Brum, casada com Francisco Brum da Silveira, natural de S. Mateus, de alcunha o Surrefaça, que viviam em 1884 na Canada do Almanse. Brígida Brum tinha então 94 anos e o marido de 87 anos viviam com a filha Maria Emília, de 63 anos, solteira, e um filho desta, Francisco da Silva, de 28 anos. No caso de Brígida de Brum ser a Tia Brígida da tradição, a construção do tanque poderia remontar a meados do século XIX.

Admitimos que o Sargento da memória oral tenha sido o sargento José Francisco da Rosa, morador na Canada de Perpétua, que identificámos em 1847 e que teria sido como responsável pelo corpo de milicianos da Companhia de Cima na década de 1830<sup>71</sup>. José Francisco da Rosa faleceu em 1857 aos 90 anos, o que poderia significar, se fosse o caso, que a construção do seu tanque se poderia ter verificado ainda na primeira metade do século.

Em 1884 ainda era vivo Joaquim Goulart de Sousa, carpinteiro, que identificámos em 1847. Então com 70 anos, pagava 1\$180 réis de contribuição. Estava pela segunda vez viúvo e vivia com uma mulher solteira, Maria Filomena, de 50 anos, e com uma filha dos dois, de 11 anos de idade. Admitimos que se tratasse de dois casos dos quatro referidos pelo pároco de *incapacidade moral* para o cumprimento dos preceitos quaresmais.

O filho mais velho de Joaquim Goulart de Sousa, Manuel Goulart de Sousa, então com 48 anos, vivia em 1884 na Canada de Francisca, casado com Maria Isabel Quitéria, costureira, de 45 anos. Haviam casado tarde, aos 40 e aos 38 anos, respectivamente. Tinham dois filhos, Manuel de 4 anos e António de 2 anos. Os dois filhos saíam jovens da freguesia, para não voltar.

Manuel Goulart de Sousa faleceu aos 85 anos e Maria Isabel Quitéria aos 84.

O outro carpinteiro identificado em 1847, João Vieira de Bem, havia falecido em 1868. Seu filho homónimo, com 53 anos em 1888, carpinteiro como o pai, era ainda solteiro e vivia com a madrasta, Bárbara de Brum, de 87 anos.

<sup>70</sup> Ver de Manuel Alexandre Madruga, "A freguesia de S. João Baptista da Ilha do Pico na tradição oral dos seus habitantes", ob. cit.

<sup>71</sup> Idem.

chefe do fogo, e com um filho natural, que se chamaria também João Vieira de Bem, de 12 anos, na mesma residência que fora do pai, na Canada de Miguel. Falecida Bárbara de Brum em 1885, João Vieira de Bem acabaria por casar aos 61 anos com a mãe do filho, Maria Rita de Ávila, então com 59 anos.

Em 1884 João Vieira de Bem não é contribuinte, mas é eleitor e elegível para deputado ou para cargos paroquiais, municipais ou distritais, o que implica saber ler e escrever. Faleceria aos 94 anos e sua mulher aos 73.

Seu filho viria a ser um excelente marceneiro. Algumas casas da freguesia conservam móveis de requintado acabamento que se lhe devem.

Casado aos 24 anos com Maria da Encarnação Xavier da mesma idade, tiveram oito filhos, cinco deles emigrantes sem regresso. Das três filhas que não emigraram apenas uma casaria.

Encontramos mais dois carpinteiros em 1884: João da Rosa Vieira e Manuel José Inácio.

João da Rosa Vieira vivia na Canada do Alferes e pagava 987 réis de contribuição. Tinha então 69 anos e vivia com sua segunda mulher, Maria da Conceição, de 43 anos, e duas filhas do segundo casamento, Maria da Glória de 14 anos e Maria da Ressurreição, de 9 anos. A sua primeira mulher era de S. Mateus, com quem casara aos 18 anos, tendo ela 32. Havia registado seis filhos, dois que haviam casado e duas filhas solteiras que viviam numa casa próxima, independentes do pai. Um filho e uma filha haviam emigrado, sem retorno.

João da Rosa Vieira faleceu aos 81 anos e sua mulher aos 87.

Manuel José Inácio era o outro carpinteiro, então com 81 anos, morador na Canada do Alferes José Pereira, casado com Maria Josefa, de 74 anos. Maria Josefa era filha de Manuel Pereira Alexandre, carpinteiro, que identificámos em 1847. Apesar de terem casado jovens, aos 23 e 16 anos, respectivamente, apenas registaram um filho, José Inácio Martins, sacristão, que casara aos 26 anos e não vivia com os pais.

Manuel José Inácio pagava de contribuição 1\$203 réis e devia saber ler e escrever, sendo elegível para todos os cargos. O filho, aos 56 anos, era eleitor e elegível, mas não era contribuinte.

Manuel José Inácio faleceria aos 92 anos. Sua mulher falecera aos 74.

António Pereira Alexandre, já identificado em 1847, cunhado de Manuel José Inácio, filho do carpinteiro Manuel Pereira Alexandre, era serrador. Casado, sem filhos, tinha 63 anos em 1884 e a mulher, Maria Josefa, tinha a mesma idade. Morreria no ano seguinte.

Uma actividade que também aumentara o número de profissionais era a de sapateiro. São identificados sete em 1884 (em 1847 seriam apenas quatro), o que pode constituir outro indício de melhoria de qualidade de vida. As *albarcas* de antes seriam agora mais frequentemente substituídas por botas feitas à medida.

Em 1884, no Caminho, entre a Canada de Lázaro Pereira e a de Francisco Martins, vivia João Francisco Goulart, sapateiro, de 38 anos, eleitor e elegível, que pagava de contribuição \$897 réis. Havia casado aos 21 anos com Anastácia Francisca, de 24 anos, filha de Francisco José Gonçalves, que identificámos como pedreiro. Tivera 10 filhos, três falecidos na infância. Conhecemos depois o casamento de três filhos, dois outros ausentaram-se, um foi padre, também chamado João Francisco Goulart, sendo acompanhado por uma irmã solteira, Maria Francisca Goulart.

João Francisco Goulart que agora consideramos faleceu aos 88 anos, tendo Anastácia Francisca falecido aos 83.

João Manuel Madruga, morador na Canada do Almanse, era outro sapateiro eleitor e elegível. Em 1884, aos 48 anos, pagava de contribuição apenas \$685 réis. Casara em 1873, aos 37 anos, com Maria dos Santos, de 27. Havia registado a sua filha mais velha em 1871. Nasceriam ainda mais seis filhos, dois deles falecidos na infância. Duas filhas faleceram solteiras, um filho e uma filha emigraram para o Brasil. Somente um filho permaneceria em S. João, deixando descendência.

João Manuel Madruga faleceu aos 88 anos e Maria dos Santos aos 85.

António Homem Bettencourt, sapateiro e também marítimo, morador no segundo troço da Canada do Almança, era também eleitor e elegível. Com 50 anos em 1884, pagava \$358 réis de contribuição. Filho natural de Francisca Antónia, solteira, havia casado aos 21 anos com Genoveva de Brum, de 23, falecida aos 35 anos, que lhe deixara sete filhos. Dois filhos varões haviam falecido na infância, dois filhos e uma filha haviam já emigrado e a filha e o filho que com ele viviam em 1884 acabariam por também emigrar, todos sem regresso. Ainda em vida da mulher, António Homem Bettencourt tivera uma filha de Francisca de Brum, então de 28 anos, com quem casaria depois. Registou dela ainda mais 8 filhos, um deles nascido um mês após o casamento. Dois desses filhos faleceram na infância, um outro faleceu aos 15 anos. Três filhos casaram em S. João e os outros ausentaram-se.

António Homem Bettencourt, faleceu aos 77 anos, tendo falecido Francisca de Brum aos 52 anos.

Manuel Goulart da Costa, outro sapateiro, também era eleitor e elegível, pagando somente \$407 réis de contribuição. Em 1884, aos 61 anos, vivia na Rua do Mar, junto do porto, casado com Maria Catarina, de 59 anos. Haviãam registado um filho em 1844, um ano antes do casamento. Depois nasceriam mais sete filhos. Dois filhos faleceram na infância e todos os outros emigraram, à excepção da filha mais nova que casou em S. João.

O filho homónimo de Manuel Goulart da Costa, também sapateiro, residia em 1884 entre a Canada de St. António e o fim da Freguesia. Tinha então 33 anos e era eleitor, mas não elegível. Era casado com Isabel da Conceição, de 29 anos. Ausentar-se-iam depois.

Manuel José Pereira, solteiro, com 35 anos em 1884, também sapateiro e também eleitor e elegível, era filho de Francisca Perpétua, solteira, de 63 anos, que vivia na sua dependência, juntamente com uma irmã, de 32 anos. Morreria solteiro aos 57 anos.

Encontramos um único ferreiro residente em 1884

De facto, Manuel Homem Machado era o único ferreiro identificado na freguesia. Tinha então 30 anos e, embora vivendo com os pais, pagava de contribuição 1\$286 réis e era eleitor e elegível. Seu pai, Manuel Homem Machado, também eleitor e elegível, pagava de contribuição 2\$330 réis. A família vivia na Rua da Igreja, entre a Canada do Almanse e a de Francisca. Seu irmão Francisco Leal de Melo, também solteiro, era também eleitor e elegível.

Manuel Homem Machado não chegaria a casar, falecendo aos 70 anos.

Também em 1884, diferentemente do que acontecia em 1847, havia novas possibilidades de adquirir na própria freguesia produtos de consumo a satisfazer as exigências de quem já tivera ocasião de adquirir hábitos diferentes.

Identificamos dois comerciantes e um taberneiro.

Francisco Cândido Pereira e António Garcia da Rosa eram comerciantes e Manuel Correia Bettencourt era taberneiro.

Francisco Cândido Pereira era natural de Angra. Casara em 1866 em S. João com Maria Josefa Pereira e logo emigraram para os Estados Unidos. Estranhamente no seu passaporte, datado de 1 de Junho de 1866, Maria Joana Pereira é dada como solteira, quando o casamento se realizara no Fevereiro

anterior. A primeira filha, Maria Amélia Pereira, nasceu nos Estados Unidos, falecendo solteira em S. João aos 93 anos de idade. Já em S. João nasceriam mais 12 filhos: Manuel, nascido em 1870, faleceu na infância; Carlota Cândida Pereira, nascida em 1872, casou em S. João aos 24 anos e teria apenas um filho, falecendo aos 91 anos; Francisco, nascido em 1874, emigrou aos 20 anos para os Estados Unidos; Leonor Addelaide Pereira, nascida em 1876, casou aos 27 anos, falecendo alguns meses depois; Maria, nascida 1878, emigrou aos 23 anos; José Maria Pereira, nascido em 1880, casou aos 40 anos e faleceu aos 67 anos, sem filhos; António, nascido em 1882, faleceu antes dos três meses; Maria, nascida em 1883, foi professora e saiu de S. João; João, nascido em 1884, emigrou para os Estados Unidos; Gabriel, nascido em 1886, morreu com um mês de idade; Maria Adelaide Pereira, nascida em 1888, foi professora e saiu da freguesia; Clotilde, nascida em 1889, também foi professora e também saiu da freguesia.

Um único neto de Francisco Cândido Pereira viveu em S. João, o Professor João Maciel, filho do casamento de Carlota Cândida Pereira e de outro João Maciel, atrás identificado como moleiro. Esse neto, que chegou a ser Administrador do Concelho das Lajes, viveu na mesma casa onde em 1884 viviam os seus avós, no Caminho Velho, na primeira casa da Companhia de Baixo depois do Palmo do Gato.

Francisco Cândido Pereira, com 44 anos em 1884, não é referido na lista dos eleitores, embora os róis de confessados o identifiquem umas vezes como negociantes, outras vezes como proprietário.

António Garcia da Rosa, o outro negociante, era natural de St. António, do Norte da Ilha. Casara em 1876 com Maria Úrsula, de 19 anos. Viriam a ter 12 filhos. A filha Maria, primeira de nome nasceu e morreu em 1877; Maria, segunda de nome, nasceu e morreu em 1879; António, nascido em 1880, emigrou para os Estados Unidos aos 10 anos; Maria Úrsula, nascida em 1882, casou aos 19 anos; Palmira, nascida em 1885, morreu solteira aos 27 anos; Luzia, nascida em 1886, casou aos 16 anos, emigrando depois; Manuel Garcia da Rosa, nascido em 1888, casou aos 45 anos e faleceu aos 73 anos; Maria das Candeias, nascida em 1892, faleceu casada aos 79 anos; Francisco Garcia da Rosa, nascido em 1893, foi padre e professor do Seminário de Angra; Celestina e Elisa, nascidas respectivamente, em 1897 e 1898, acompanharam o irmão padre e ficaram solteiras; Adelina, nascida em 1901, casaria aos 32 anos com um professor natural da ilha Terceira.

Manuel Correia Bettencourt, taberneiro, de 28 anos em 1884, era casado com Maria Emília, então com 42 anos, natural da Calheta do Nesquim. Não

tinha filhos. Eleitor e elegível, pagava de contribuição 2\$261 réis. Era filho de António Correia, natural da Terra do Pão e que fora também taberneiro em S. João. Com 73 anos de idade em 1884, deve ter passado o negócio ao filho, sendo identificado no recenseamento eleitoral como pastor. O seu estabelecimento teria sido o primeiro da freguesia.

Manuel Correia Bettencourt ficando viúvo em 1885, voltou a casar no ano seguinte com Josefa Francisca Vieira Madruga, então com 41 anos, que lhe deu um filho, Virgílio, que foi professor na freguesia da Candelária da mesma ilha.

Identificamos ainda em 1884 um escrivão da Câmara das Lajes e um professor em S. João.

O escrivão era Manuel Francisco de Simas, solteiro e com 28 anos em 1884. Era eleitor e elegível, mas não contribuinte. Teria aprendido a ler e escrever em adulto com um emigrante retornado. Vivía na Canada do Almanse com a mãe viúva, Maria Rita do Espírito Santo, de 50 anos, e com um irmão de 21 anos, António Ávila de Simas. O outro irmão, José Francisco de Simas, que teria 24 anos, estava então emigrado nos Estados Unidos.

Manuel Francisco de Simas casaria aos 36 anos com Maria Helena da Rosa, de 34. Tiveram três filhos, um falecido na infância. Faleceu aos 91 anos. Sua mulher falecera aos 77.

O professor era Venceslau da Fonseca Branco. Natural de S. Mateus e casado com Maria do Céu Pimentel, também de S. Mateus, registou em 1879 um filho em S. João. Falecida a mulher em 1910, voltaria a casar em 1916 com Maria do Rosário Ávila, de 39 anos, de quem viria a ter um filho, também chamado Venceslau.

Em 1884, contando então 28 anos e sua mulher 25, vivia junto do Porto com a filha Maria de 4 anos. Não pagava contribuição e era eleitor e elegível.

## 2. Religiosidade e interesses culturais

No dia 25 de Abril de 1999 assistimos em S. João a uma festa comemorativa dos 25 anos da *Revolução dos Cravos* e dos 15 anos da fundação da sua Casa do Povo, com um variado e rico programa montado sob a direcção do seu Presidente da Junta, em que intervieram pessoas da terra e organismos culturais. Depois de uma palestra sobre a história da freguesia proferida por uma filha da própria freguesia<sup>72</sup>, ouviu-se um concerto pela Filarmónica Recreio dos Pastores, o *grupo dos velhos* da Casa do Povo subiu ao palco para cantar, seguido de um *grupo de novos*, terminando o espectáculo com a representação de uma peça alusiva ao 25 de Abril escrita por outra filha da freguesia<sup>73</sup>. Os intervalos foram preenchidos com a distribuição de prémios aos vencedores das competições desportivas que se haviam realizado ao longo da semana.

Esta manifestação cultural pouco comum numa comunidade de meia centena de habitantes, tem naturalmente as suas raízes. Sem aprofundar essas raízes, daremos algumas notas sobre a religiosidade e os interesses culturais que sobressaem das fontes que utilizámos, considerando que outra autora se debruça sobre o tema<sup>74</sup>.

### 2.1. Alguns dados sobre a vida religiosa

O primitivo Livro de Tombo da paróquia de S. João Baptista não chegou até nós. O Vigário Manuel Garcia da Rosa em 1890 deu início a um novo Livro, informando que encontrara o antigo muito deteriorado, extraindo dele as informações, que já considerámos, da construção em

<sup>72</sup> Bisneta de Francisca Catarina.

<sup>73</sup> Igualmente bisneta de Francisca Catarina.

<sup>74</sup> Maria de Jesus Maciel, natural de S. João, prepara a sua dissertação de doutoramento sobre uma figura ilustre da freguesia, o Padre Bernardo Maciel, místico e poeta, contemplando a ambiência cultural que o envolvera em criança.

1616 no lugar da Arruda de uma ermida dedicada a S. João Baptista, mandada edificar pelos beneméritos Domingos Marques e sua mulher Maria Martins, ermida que duas décadas mais tarde serviria já de igreja paroquial. Esse primeiro templo foi consumido, como vimos, pelas lavas do vulcão de 1718. Apesar da crise e perturbação social que se seguiu, em apenas onze anos, com o esforço dos paroquianos e algum apoio do bispo da diocese, erguer-se-ia uma nova igreja.

### 2.1.1. Os melhoramentos dos espaços sagrados

O mesmo vigário informa que da construção de 1729 *só resta hoje a capela-mor e sacristias; porque, tornando-se necessário aumentá-la porque de uma só nave e não poder contar pelas festas os fiéis que concorriam das freguesias vizinhas, foi reedificada, metendo-se-lhe três naves, começando a reedificação em 1830, sendo pároco desta freguesia o Re.mo António Silveira Bulcão (...). Era porém tal a pobreza da fábrica da Igreja, que se deu princípio aos trabalhos com vinte e nove mil réis em cofre; e, a não ser as esmolas que se colheram, fazendo uma colecta em toda a ilha e na vizinha ilha do Faial, com a imagem do glorioso S. João, todo o trabalho e materiais saiu dos pobres moradores desta freguesia a não ser o grande auxílio que encontraram em duas religiosas do Convento de S. João, da Ilha do Faial, irmãs do referido vice-vigário Bulcão que conseguiram os retábulos da Igreja do seu convento para serem colocados na desta freguesia, e que são ainda os que aqui se encontram em muito bom estado de conservação (O Convento foi consumido pelo fogo, escapando só os retábulos referidos).*

*Com a saída do Reverendo Bulcão desta freguesia para a vila de Santa Maria Madalena desta Ilha, donde era natural, e que teve lugar em 1836, ficou a obra incompleta, dando-se-lhe seguimento em 1840, sob a direcção do reverendo cura Francisco Joaquim da Coluna, egresso da ordem de S. Francisco, natural da freguesia de Santa Bárbara das Ribeiras deste concelho.*

*Ao próprio Vigário Manuel Garcia da Rosa mereceu especial cuidado o estado em que se achava o tecto e sobrado da Igreja e a falta de ornamentos. Recorreu para este fim a muitos dos filhos desta freguesia estabelecidos nas duas Américas – do Sul e do Norte e deles obteve os meios pecuniários para melhorar o templo e prover de alfaiais decentes o guarda roupa da sua Igreja.*

*Começaram os reparos do templo em 1874, por deitar novo tecto à Igreja, do arco mor para baixo, aproveitando-se somente a armação da nave central e foi também forrada de novo a Capela Mor e reparado e pintado o camarim ou trono da Exposição. À maneira que foram chegando os socorros obtidos no estrangeiro, foram-se seguindo os melhoramentos, tais como estuques em todo o tecto do arco mor para baixo (1881), sobrado novo, coreto e órgão (1883 e 1884); Pontifical branco enramado de amarelo e pálido da mesma fazenda (1886) e a nova Imagem de S. João Baptista (1890).*

No início do século XX poderíamos ver essa imagem de S. João, como padroeiro, colocada no altar mor, ao centro, ladeada pelas imagens de S. José e Senhora do Rosário, enquanto num dos altares laterais encontraríamos ao centro a imagem do Sagrado Coração de Jesus, à qual se juntariam as imagens de St. Antão, S. Bento e Maria Auxiliadora; no outro altar lateral viriam a enquadrar o Coração Imaculado de Maria as imagens de S. Manuel, St. António e Sta. Teresinha do Menino Jesus.

*Obteve ainda (o Padre Manuel Garcia da Rosa), por serviços políticos, a construção da escadaria do adro e ladrilho do mesmo, serviço que foi administrado por empregado das obras públicas e em que se gastou a verba de 500\$000 réis. Em 1892 mandou fazer portas da frente e transversais e todas as vidraças à excepção das que ficam no camarim, e repregar os altares laterais, sendo a despesa de um deles feita pela Confraria da Senhora do Rosário.*

*Em 1892 ainda, vendo ameaçada de ruína a frente da Igreja, pela acção corrosiva do rocío do mar, recomendou aos beneméritos filhos desta freguesia, António Francisco Nunes na Califórnia e José Vieira Cardoso Peixoto, no Brasil, a promoção de subscrições com o fim de deitar azulejo em toda a frente e cobrir de cimento toda a cantaria no exterior e interior do templo, fazendo-se este grande melhoramento em Agosto e Setembro de 1895; e em 1896 mandou construir a ante sacristia do lado do nascente.*



O redactor que se seguiu no Livro do Tombo<sup>75</sup> escreve que em Novembro de 1898 faleceu em New Bedford o Reverendo Cândido Ávila Martins<sup>76</sup>, natural desta freguesia a quem o referido vigário Manuel Garcia da Rosa protegeu, recomendando-o a pessoas abastadas, que concorreram com todas as despesas da sua ordenação, desde a sua admissão e matrícula nas disciplinas do Seminário da Diocese. Em seu testamento legou ao dito Vigário 1.500 dollars, para empregar no melhoramento da sua Igreja, deixando a sua mãe o usufruto vitalício deste legado, por ela usufruído até ao mês de Novembro de 1902, em que faleceu nesta freguesia.

Recebida a importância legada no mês de Fevereiro de 1903, logo o M.to R.do Pároco tratou de fazer a sua aplicação a melhoramentos da Igreja, tais como o concerto dos altares e retábulos, pintura e melhoramento dos mesmos<sup>77</sup>, estuque do tecto da Capela Mor e sacristia dos clérigos, um púlpito novo, pintura do mesmo, e do coreto e órgão, bem como de toda a cantaria e portas interiores e exteriores da Igreja, e na compra do mosaico e colocação do mesmo na Sacristia e Baptistério e telha de Santa Maria para toda a Igreja.

No mesmo ano de 1903 e seguintes, se deu aplicação ao importante donativo que pelo Ex.mº Doutor Manuel Homem Bettencour<sup>78</sup> foi destinado para ampliação e muros do cemitério, concluindo-se este serviço em Outubro de 1906.

Repare-se que em Janeiro de 1836 encontramos pela primeira vez referência a uma sepultura no adro. Tratava-se de uma criança de 11 dias. Em Março seguinte é também sepultada no adro uma mulher pobre de 80 anos, não se encontrando posteriormente referência a sepulturas na Igreja.

<sup>75</sup> Supomos tratar-se do Padre Sequeira.

<sup>76</sup> Recorde-se que se trata do meio irmão de Francisca Catarina, filho natural de António Silveira Ávila Martins.

<sup>77</sup> Nesses melhoramentos colaboraram o pintor Anastácio Belo e o marceneiro já identificado João Vieira de Bem.

<sup>78</sup> Tratava-se de um filho de outro Manuel Homem Bettencourt, de alcunha o Palheta e de Francisca do Rosário, moradores na Canada do Almanse, nascido em 20 de Março de 1855 e que se ausentara da freguesia aos 13 anos de idade.

Em 25 de Maio do mesmo ano de 1836 encontramos a primeira referência a uma sepultura no cemitério.

Pela mão do Padre João de Jesus Lourenço lemos ainda no Livro de Tombo que o seu antecessor, o Padre Inácio Coelho, que parouquiu em S. João de 1921 a 1959, trabalhou incansavelmente em diversas obras da igreja paroquial. Conseguiu uma subscrição com que refundiu ambos os sinos em 1926 e 1927. Com o saldo da referida subscrição fez o Pontifical branco em 1928<sup>79</sup>.

Diz-nos ainda que em 1927 foi doada para passal uma casa e parte do prédio anexo pela Sra. D. Maria Jacinta Leal<sup>80</sup>.

### 2.1.2. Clero referido à freguesia

O vigário Manuel Garcia da Rosa que iniciou o Livro de Tombo que chegou até nós e se preocupou com os restauros da sua Igreja e com o brilho das festividades, diz-nos ainda que *continuou a tarefa do ensino da música, iniciada pelo R.do V.Vigário seu antecessor e estabeleceu o ensino da doutrina cristã, fazendo desde o ano de 1873 a solenidade da primeira Comunhão, que, nos anos subsequentes, se celebrou de dois em dois anos. Também estabeleceu a devoção do mês de Maria, desde o primeiro ano, formando associação meramente espiritual, e aplicando o produto das cotas dos associados às despesas de culto durante o mês, com os músicos e cera e à festa anual, e bem assim à compra de flores artificiais (...).*

Manuel Garcia da Rosa foi, de facto, um pároco marcante na vida da comunidade e foi conhecido em toda a ilha como pregador notável. Nasceu na freguesia de Santo António em 26 de Maio de 1839, filho de Manuel Garcia da Rosa e de Josefa Bernarda do Nascimento<sup>81</sup>. Sabemos através das *Notas*

<sup>79</sup> O sismo de 1998 torna hoje impraticável o culto na Igreja de S. João, já antes carecida dos restauros que, até à década de 60 do mesmo século, não lhe haviam faltado.

<sup>80</sup> Maria Jacinta Leal era filha de António Jacinto Furtado e Isabel Jacinta. Nascida nos Estados Unidos da América, em New Bedford, faleceu em S. João em 6 de Outubro de 1927, com 60 anos.

<sup>81</sup> Ver do P.e José Carlos, *Padres da Ilha do Pico, alunos do Seminário Episcopal de Angra*, 1970, p. 41.

*Estatísticas* da freguesia, redigidas por ele próprio, em conformidade com a circular diocesana de 5 de Novembro de 1873, que tinha o curso trienal do *Seminário da Diocese, e os preparatórios- Português, Latinidade, Francês, Filosofia, Retórica, Aritmética, Geometria, Álgebra, Geografia e História. Exerceu o ministério de cura de almas vinte e três meses e meio na freguesia de Nossa Senhora das Neves do lugar do Norte Grande da ilha de S. Jorge. Foi vigário colado da paróquia de S. Sebastião, na Calheta de Nesquim desta Ilha, desde 29 de Junho de 1869, precedendo concurso documental, e por Decreto de 30 de Junho de 1871, precedendo também concurso documental, foi transferido daquela para esta paróquia, da qual tomou posse em sete de Janeiro do ano de 1872. Vencia a cóngrua anual de réis- 398:400 francos, líquida das deduções estabelecidas. Faleceu em 30 de Maio de 1920 na sua terra de origem, tendo ficado manente em 1915<sup>82</sup>.*

A tradição apresenta-o como um homem duro, pouco generoso, que não cativava os seus paroquianos. No entanto, o Padre Sequeira, que lhe serviu de coadjutor e depois lhe sucedeu como pároco, dá-nos uma imagem algo diferente, não só realçando o seu zelo para com a sua Igreja, mas referindo também o seu empenho em apoiar o jovem Cândido, filho de mulher solteira a quem o pai não reconheceu.

Na mesma *Estatística* de 1873, Manuel Garcia da Rosa apresenta o cura Manuel José da Silveira Camacho, natural da freguesia da Piedade, sobrinho do anterior vigário José Cândido da Silveira Camacho. Diz-nos que Manuel José da Silveira Camacho fez exames de Português, Latinidade, Filosofia, Retórica e Teologia Dogmática e Moral. Exerceu o ministério de cura de almas na freguesia desde 18 de Janeiro de 1865, *vencendo a cóngrua anual de réis 239:700, francos, líquido das deduções estabelecidas*. Avalia o seu comportamento desde que lhe servia de coadjutor como *regular*. A falta de bom comportamento seria devida a desvios ao voto de castidade clerical.

O coadjutor que se seguiu, o Padre António José Sequeira, natural das Lajes da Ilha das Flores, filho de António José Sequeira e de Mariana Vitória, ficou conhecido pela sua generosidade, sabendo criar na freguesia amigos leais que sempre o acompanharam nos momentos difíceis da sua vida. Após a saída do Padre Manuel Garcia da Rosa, para sua substituição, a freguesia dividiu-se no

<sup>82</sup> Pe. José Carlos, *ob. cit.*

apoio ao Padre Sequeira e ao Padre João Francisco Goulart. Este último nascera na freguesia, na Companhia de Cima, em 2 de Setembro de 1887, filho de João Francisco Goulart, sapateiro, e de sua mulher Anastácia Francisca. O designado *barulho dos padres* desencadeou muitas paixões ainda hoje recordadas, opondo os dois lugares da freguesia, a Companhia de Baixo e a Companhia de Cima. O Padre João Francisco Goulart acabou por se fixar na freguesia contígua, a de S. Caetano, onde faleceu em 16 de Julho de 1955. Por seu lado, o Padre Sequeira saiu para os Estados Unidos, regressando depois ao Faial, onde foi sempre visitado pelos seus amigos de S. João. Aí faleceu já idoso, tendo sido castigado pelo Bispo da Diocese por denúncia de comportamento irregular com uma mulher casada que vivia com o marido na mesma casa.

O Padre Inácio Coelho chegou à freguesia depois de um período em que não houve nela pároco confirmado. Era natural da freguesia de Santo António da mesma Ilha. Por informação do seu sucessor Padre João de Jesus Lourenço que figura no Livro de Tombo, sabemos que *fez o curso do Liceu da Horta entre 1900 e 1905. Depois ingressou no Seminário Diocesano e veio a ordenar-se em 1912. Depois de estar 4 anos como prefeito no Seminário e 4 anos e meio como Vigário Cooperador na Prainha do Norte, foi nomeado Vigário Económico desta paróquia da qual tomou posse no último Domingo de Junho de 1921*. Depois de ter servido a paróquia 38 anos, levando uma vida austera, a cuidar do templo e do passal com dinheiro que pedia aos emigrantes bem sucedidos e não aos residentes que sabia que o não possuíam, servindo de enfermeiro aos seus paroquianos e ajudando a resolver com o seu esforço pessoal outros problemas da comunidade, acabou também por sair de S. João. Em 1959 emigrou para os Estados Unidos, onde tinha uma sobrinha, aí falecendo em idade muito avançada.

Muitos outros sacerdotes não referidos no Livro de Tombo são identificados na freguesia através dos registos paroquiais para o longo período que se segue a 1637 e que prolongamos até 1940. Através do quadro podemos acompanhar em sequência os sacerdotes que redigiram assentos de baptizado, casamento ou óbitos na nossa longa observação. Outros párocos ou coadjutores são conhecidos através dos róis de confessados. Outros ainda, filhos da freguesia, distinguiram-se fora dela dentro do período que estamos a considerar.

Dos 57 sacerdotes, titulares ou *encomendados*, que identificámos como responsáveis pela paróquia ou pela cura de almas entre 1623 e 1940,

apenas nove permaneceram em funções mais de uma década. Foram eles Sebastião do Couto da Costa, no século XVII, Mateus Cardoso da Silveira, na transição para o século XVIII, João Teixeira de Sousa e Tomé Cardoso Machado, respectivamente no início do segundo e terceiro quartéis deste último século. Depois, tanto Mateus Silveira Bettencourt, na segunda metade do século XVIII como José Francisco da Terra e Oliveira no início do XIX parouaram em S. João mais de vinte anos. De 1846 a 1959 apenas encontramos quatro párocos em S. João, apoiados por coadjutores. São eles o vigário José Cândido da Silva Camacho e os já referidos Manuel Garcia da Rosa, António José Sequeira, este como cura e só depois como único responsável, e Inácio Coelho que parouquiou sem coadjutor.

Manuel Garcia da Rosa em 1890 ainda nos informa que *só em 1815 é que foi confirmada pelo Monarca D. João 6º esta Igreja, passando o pároco que até então tinha o título de Reitor, a gozar o de Vigário que hoje se conserva. O primeiro vigário confirmado no dito ano de 1815, era um velho respeitável por sua seriedade, bons costumes e zelo religioso, que desde 1799 exercia nesta Igreja o cargo de Reitor, falecendo em Abril de 1823 (Chamava-se José Francisco da Terra e Oliveira). Desde então foi a paróquia servida por diferentes párocos encomendados e só em fins de Agosto de 1846 foi provida de vigário colado, o reverendo José Cândido da Silveira Camacho, natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, que a governou até à sua morte, que teve lugar em quatro de Outubro de 1870. Foi eclesiástico muito respeitado por suas virtudes, cujo nome é recordado ainda com saudade e veneração.* Pelo registo de óbito do padre José Cândido da Silveira Camacho sabemos, além disso, que faleceu aos 70 anos, fez testamento, e era filho do capitão João Pereira da Silveira, proprietário, e de Maria Jacinta, da mesma freguesia da Piedade.

*Na sua falta (do padre José Cândido da Silveira Camacho) tomou o governo desta paróquia, na qualidade de encomendado, o Reverendo João Pereira da Terra, depois cura e promotor eclesiástico da Matriz da Vila das Lajes, residindo no lugar da Silveira (em 1890). Era amante da música e no seu governo deu maior esplendor ao culto religioso, chamando músicos de nome para as suas festas e começou a ensinar alguns filhos da freguesia.*

QUADRO XXVI  
Párocos e coadjutores

Nome dos redactores paroquiais	Categoria	Primeiros registos
Gregório Gonçalves	-	Fev. de 1637
Matias Soares	-	Dez. de 1648
Francisco Pereira de Afonseca	-	Dez. de 1648
Matias Soares	-	Jan. de 1649
Pedro Silveira de Sousa	-	Jan. de 1650
Pedro de Lira de Mendonça (?)	-	Set. de 1650
Matias Soares	-	Nov. de 1656
Pedro Cardoso de Ávila	-	Dez. de 1657
Manuel Dutra	-	Jun. de 1658
António Colaço	-	Dez. de 1658
Francisco Jorge da Nóia	cura	Mar. de 1662
Amaro Gonçalves	-	Dez. de 1670
Francisco Jorge da Nóia	-	Jan. de 1671
Sebastião do Couto da Costa	pároco	Out. de 1675
Luis Morato da Silveira Bettencourt	cura	Dez. de 1690
Tomé da Silveira Machado	pároco	Mar. de 1693
Manuel de Lima	vice-vigário	Out. de 1696
Tomé da Silveira Machado	cura	Jan. de 1697
Baltazar Luis e Borba	vice-vigário	Mar. de 1697
Mateus Cardoso e Silveira	vice-vigário	Abr. de 1698
Manuel das Neves	vice-vigário	Jun. de 1708
Mateus Cardoso e Silveira	cura	Jul. de 1708
Manuel Pereira Fialho	-	Nov. de 1713
Jorge Goulart Pereira	cura	Mar. de 1718
Matias Cardoso Machado Bettencourt	cura	Dez. de 1719
Frei Tomás de Santo António	-	Dez. de 1720
Frei Mateus de Santa Rosa de Viterbo	-	Jul. de 1720
Frei Belchior de S. José de Viterbo	-	Abr. de 1724
João Teixeira de Sousa	vice-vigário	Ago. de 1724

Mateus Teixeira de Sousa	vice-vigário	Jan. de 1735
Manuel Gonçalves Pereira	vice-vigário	Abr. de 1741
Tomé Cardoso Machado	vice-vigário	Nov. de 1749
Mateus Silveira Bettencourt	reitor	Set. de 1758
Frei Belchior de S. José	reitor	Fev. de 1783
José Pereira Serpa	reitor	Mai. de 1783
António de Ávila Peixoto	reitor	Abr. de 1787
Boaventura José de Melo	reitor	Set. de 1788
André Fialho de Melo	reitor	Jan. de 1789
Bento José Furtado	reitor	Jul. de 1793
Antônio Álvares Pereira Pimentel	reitor	Fev. de 1795
José Francisco da Terra e Oliveira	reitor/vigário	Jul. de 1799
Joaquim Silveira Brum Bettencourt	cura	Abr. de 1823
Antônio José da Rosa Álvares	vice-vigário	Jul. de 1824
José Homem Cardoso	beneficiado/cura	Jul. de 1827
Antônio Silveira Bulcão	vigário	Ago. de 1828
Joaquim Baptista	vigário	Quaresma de 1838
Felisberto José da Silveira	cura	Mar. de 1840
Francisco de Sally Toledo	vigário	Quaresma de 1840
Francisco Joaquim da Coluna	cura	Abr. de 1840
Felizardo da Rosa Álvares	vigário	Jun. de 1840
José Cândido da Silveira Camacho	vigário	Ago. de 1846
Felizberto José da Silveira	cura	Quaresma de 1861
Manuel José da Silveira Camacho	cura	Quaresma de 1868
João Pereira da Terra	vice-vigário	Nov. de 1870
Manuel Garcia da Rosa	vigário	Jan. de 1872
Antônio José Sequeira	cura/vigário	Quaresma de 1904 (?)
Inácio Coelho	vigário	Jun. de 1921

A maior parte dos sacerdotes identificados não faleceu em S. João. Por isso, só para alguns deles possuímos indicações complementares derivadas do registo do seu óbito. Por esse registo ou por outras indicações

identificamos outros sacerdotes que não chegaram a ser membros da hierarquia paroquial e cuja afirmação como clérigos ainda se localiza nas primeiras décadas do século XX.

O primeiro sacerdote cujo registo de óbito encontramos em S. João é do Padre António de Vargas Machado, não identificado como pároco ou cura. Faleceu aos 76 anos em 2 de Fevereiro de 1771 e deixou como testamentários seus sobrinhos, o Pe. José Homem de Macedo e António Homem de Macedo, também conhecido por António Homem Machado. Sabendo que este último, embora residente em S. João, era natural das Lajes, admitimos que o Pe. António de Vargas Machado também daí fosse natural. Sabemos apenas que teve por sua alma um ofício.

Como vimos anteriormente, o Pe. Francisco Vieira de Bem, licenciado, era filho de Baltazar Fernandes e de Bárbara Vieira, ascendentes de Francisca Catarina. Recordemos que nasceu em 16 de Novembro de 1706, falecendo a 12 de Abril de 1776 e foi sepultado na Capela Mor da Igreja. Teve acompanhamento de 6 religiosos de S. Francisco, vindo do seu convento das Lajes, na cerimónia do seu enterro e deixou 700 missas por sua alma e mais 100 *de tenção*.

O sobrinho do anterior, também chamado Francisco Vieira de Bem, filho de sua irmã Teresa de S. José e de seu marido Manuel da Silveira Goulart, nascido em 5 de Janeiro de 1739, foi sacerdote não ligado à hierarquia. Recordemos que faleceu em 22 de Novembro de 1807 e teve um funeral que não parece ter seguido a norma. Foi levado à sepultura por quatro homens de pé descalço *contra todos os decretos*, segundo informação do pároco José Francisco da Terra e Oliveira, embora tivesse sido acompanhado por 4 religiosos de S. Francisco e 6 sacerdotes de fora da freguesia e pelo Pe. José Homem, da mesma freguesia, tudo isso além do acompanhamento habitual. O volume de missas que deixou em testamento é inferior ao do seu tio- 280 missas rezadas e 200 por sua intenção. Pagou 400 réis pelo jazigo, o valor mais elevado do período, mas não sabemos a localização da sua sepultura. Foi seu testamentário seu primo Venceslau Francisco Vieira de Bem, a quem teria vendido propriedades, com algumas obrigações. De facto, no assento de óbito de sua irmã solteira, Maria Teresa, que faleceu em 1 de Junho seguinte, e que foi sepultada em hábito de picote, informa-se que o seu parente Venceslau Francisco Vieira de Bem seria obrigado a mandar celebrar 18 missas rezadas por sua alma. Foi pago pelo seu jazigo apenas 60 réis. É de admitir que Maria Teresa vivesse com o irmão sacerdote (na altura do seu óbito os pais haviam falecido há mais de quarenta anos) e que este não lograsse deixá-la a coberto da pobreza.

Em 5 de Setembro de 1810 faleceu na freguesia, aos 36 anos, o Padre Francisco de Brum da Silveira Garcia, clérigo presbítero do hábito de S. Pedro. Nascera em 16 de Novembro de 1774 e era o terceiro filho de Francisco de Brum da Silveira e de Águeda da Conceição, casal de proprietários<sup>83</sup>. Deixou como seu testamenteiro seu irmão Manuel de Brum da Silveira Garcia e por sua alma 700 missas rezadas, 300 de intenção, três ao Anjo da Guarda, três ao Santo do seu nome, duas à Senhora das Dores, duas a S. João, duas à Senhora da Piedade, duas a S. Nicolau e ainda outras. Foi pago pelo seu jazigo 300 réis.

Em 28 de Dezembro de 1827, aos 64 anos, faleceu o cura Joaquim Silveira de Brum Bettencourt. Era filho, como vimos, do alferes Joaquim Silveira Bettencourt e de Antónia Maria da Silveira e nascera aos 2 de Fevereiro de 1763. No seu registo de óbito não há informação sobre sufrágios. Apenas sabemos que deixou como testamenteira Luzia Perpétua, solteira, então com 65 anos, ou o cunhado desta, António Goulart de Sousa Peixoto. Não encontramos parentesco próximo entre testador e testamenteiros. Recordemos que o padre Joaquim Silveira era irmão do alferes António Joaquim da Silveira e do capitão João de Sousa Bettencourt, um e outro ainda vivos em 1827.

O Vigário José Francisco da Terra e Oliveira faleceu aos 64 anos, em 16 de Janeiro de 1828. Sabemos apenas que não fez testamento e que seu irmão Manuel de Azevedo Leal, que não encontramos como natural ou residente na freguesia, lhe mandou fazer um ofício por alma.

O padre cura José Homem Cardoso faleceu aos 65 anos em 17 de Novembro de 1839. Era filho de António Homem de Macedo e de Luzia Silveira, naturais das Lajes e sobrinho neto do P.e António Vargas Machado, atrás referido. Nascera em 24 de Janeiro de 1774. Sabemos apenas que foi sua testamenteira sua irmã, Francisca de Jesus, solteira, então com 53 anos.

O vigário Joaquim Baptista faleceu com todos os sacramentos aos 56 anos, em 23 de Março de 1840. É a única informação de que dispomos do seu registo de óbito.

<sup>83</sup> A mãe, ao seu falecimento em 1818, deixou 250 missas por sua alma, 250 de tenção, 20 por alma de seu marido, 12 por alma do filho padre, uma ao Anjo da Guarda, outra ao Santo do seu nome, além de um ofício incensado.

O cura Felizberto José da Silveira faleceu em 16 de Março de 1865, aos 73 anos. Era natural das Lajes e filho de Amaro Dias, proprietário, e de Josefa Inácia, costureira.

Além do padre João Francisco Goulart, atrás referido, encontramos outros sacerdotes naturais da freguesia que não chegaram a falecer na mesma.

O padre Manuel José de Brum, nascido na Companhia de Cima em 4 de Fevereiro de 1819, era filho de José Francisco da Rosa, proprietário, e de Maria de Brum. Viveu em Angra, falecendo na mesma ilha Terceira.

O padre Felizberto Augusto Vieira de Bem, nascido em S. João em 26 de Abril de 1838, era filho de Manuel Vieira de Bem e de Matilde Luísa. Uma sua bisavó, Isabel Goulart, era filha de Baltazar Fernandes e Bárbara Vieira, irmã, portanto, do atrás referido, padre Francisco Vieira de Bem, primeiro de nome, que identificámos como nascido em S. João em 1706. Manuel Vieira de Bem e família saíram da paróquia. Do padre Felizberto encontramos um registo de passaporte para os Estados Unidos em Maio de 1893 e depois ainda no mesmo mês de 1897 e também no de 1901.

O padre Francisco Goulart Martins nasceu em S. João em 25 de Março de 1867. Era filho de Manuel Goulart Martins e de Maria da Conceição, casal que também se ausentaria de S. João com a família. Encontramos um registo de passaporte do padre Manuel Goulart Martins em Junho de 1921, com destino aos Estados Unidos.

O padre Cândido de Ávila Martins<sup>84</sup>, filho natural de António Silveira Ávila Martins e de Maria Constância, solteira, meio irmão de Francisca Catarina, nasceu, como vimos, em 16 de Dezembro de 1863. Apoiado pelo Vigário Manuel Garcia da Rosa, frequentou o seminário de Angra onde foi aluno brilhante, ordenando-se em 6 de Junho de 1886. Por falta de idade competente esperaria a ordenação durante um ano, tendo-lhe sido concedida licença *de pregação* na sua terra de origem. A tradição oral conserva a lembrança dos seus sermões e do seu extraordinário poder de comunicação.

Em 5 de Julho de 1886 foi colocado como cura no Porto Judeu, sendo transferido em 28 de Julho de 1887 para o mesmo cargo na Conceição de Angra.

<sup>84</sup> Ver do Padre José Carlos, ob. cit., o referente ao padre Cândido de Ávila Martins, pp. 135 a 143.



Em Agosto de 1888 emigrou para junto das comunidades portuguesas nos Estados Unidos, passando de S. João Baptista de New Bedford para Fall River, como primeiro pároco da paróquia do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Uma missão não autorizada às Bermudas em 1898 contribuiu para que o prelado lhe retirasse o benefício. Faleceu em 27 de Novembro desse mesmo ano, vítima de cancro, quando contava apenas 35 anos de idade, sendo então novamente cura de S. João Baptista de New Bedford. A sua imagem parece ter perdurado durante muito tempo entre os que o ouviram a sua mensagem em terras americanas.

O padre Manuel Bernardo Maciel, que se considerava discípulo do padre Cândido Ávila Martins, foi outro padre ilustre da freguesia. Filho de José Bernardo Maciel, proprietário, e de sua mulher Maria de Jesus, nasceu em S. João em 4 de Junho de 1874. Foi vigário da freguesia de Santo Antão do Topo, da ilha de S. Jorge, e professor de música no Seminário de Angra. Distinguiu-se não só como músico e cantor, mas também como poeta, orador e místico. Publicou em 1916 um livro de poemas, *o Livro da Alma*, e deixou inéditos seis outros trabalhos que sua sobrinha neta, Maria de Jesus Maciel, hoje recupera. Faleceu em 21 de Março de 1917, quando contava 42 anos.

Monsenhor José Pereira da Silva, que foi Ouvidor da Matriz da Horta e depois Vigário Geral da diocese de Angra, também poeta e místico, nasceu em S. João em 8 de Abril de 1892, filho de Manuel Pereira da Silva e de Maria Bernarda da Silva. Viria a falecer na sua paróquia de origem aos 82 anos, em 30 de Novembro de 1974.

O padre Francisco Garcia da Rosa, *o Padre Doutor*, como era conhecido na freguesia, formado na Universidade Pontifícia de Roma, foi professor de música do seminário de Angra e um dos maiores músicos dos Açores do seu tempo. Nasceu em S. João a 17 de Novembro de 1893, filho de António Garcia da Rosa e de sua mulher Maria Úrsula, mas viria a falecer em Angra.

### 2.1.3. Alguns dados sobre a relação Comunidade-Clero

Erecta a diocese de Angra em 1534, foram publicadas as suas *Constituições* diocesanas em 1559 que passariam a regular a vida religiosa em todas as ilhas dos Açores<sup>85</sup>. As *Constituições* seriam complementadas depois por sucessivos *Decretos* dos prelados que foram precisando as normas de acompanhamento pela Igreja da vida de toda a pessoa: o baptismo na primeira semana de vida, a catequese na idade própria com vista à preparação para serem assumidas as responsabilidades religiosas, a confissão obrigatória ao seu pároco na Quaresma a partir dos sete anos, com correspondente comunhão a partir dos 12-14 anos (a chamada *desobriga*), o casamento na Igreja precedido de pregões, a administração dos sacramentos da penitência, eucaristia e extrema-unção aos moribundos, os sufrágios obrigatórios por alma dos possidentes.

Até ao último quartel do século XIX não encontramos graves indícios de que a disciplina da Igreja fosse desrespeitada em S. João. As normas constitucionais são cumpridas e apesar da pobreza da terra, são gastos muitos recursos em sufragar as almas. O volume de sufrágios que já tivemos oportunidade de referir é por si elucidativo. Basta recordar que em 1810 o Padre Francisco de Brum da Silveira Garcia deixou por sua alma e intenções mais de mil missas.

Os registos de óbitos vão-nos dando conta dos usos e costumes da freguesia no que respeita ao cerimonial que rodeava a morte. Sabemos que desde o início do século XVIII e até à década de quarenta do século seguinte a mortalha procurada era o hábito de S. Francisco, referido a partir de 1740 como de *saial* para os mais favorecidos e de *picote* para os outros. Mas mesmo depois de 1740 encontramos mortalhas *de casa*, brancas ou pretas, a cobrir alguns (poucos) pobres. Em 1789, por exemplo, uma mulher casada que faleceu com 33 anos foi envolta em *mortalha sua, por pobre, não querendo os Reverendos Franciscanos esperar-lhe pelo dinheiro do hábito*. Uma mortalha de hábito tornara-se no período uma exigência social a que só em último caso se faltaria.

<sup>85</sup> Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, p. 512.

Desde o início do século XVIII, o tipo de acompanhamento que o defunto tivera até à sua última morada era um dado a reter no registo do óbito. Só os muitos pobres não tinham acompanhamento nem hábito. Logo num assento de 1701 sabemos do acompanhamento de três cruzes, do Senhor, da Senhora (do Rosário) e de S. João, numa cerimónia de enterro. Em 1706 já foram quatro cruzes incorporadas num funeral. A quarta cruz seria a das Almas, expressamente referida em 1710. Em 1713 é indicada a esmola de um tostão devida a cada cruz. Na primeira metade do século XIX as Confrarias existentes eram a do Santíssimo, do Rosário e das Almas, não havendo referência à de S. João.

Além da presença das cruzes das Confrarias ou Irmandades, a cerimónia do enterro valorizava-se com o acompanhamento dos frades franciscanos, vindo do seu convento das Lajes e com a presença de outros clérigos, além do pároco, mas tal situação só é referida para os mais favorecidos. A presença dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia das Lajes é documentada apenas em 1760 no funeral do capitão João Homem da Silveira.

Entre 1836 e 1839 grande número de crianças falecidas são acompanhadas à sepultura desde a casa de Maria do Carmo Paulina. Tratava-se de uma mulher solteira de 55 anos em 1836, que vivia próximo da Igreja. Admitimos que fosse conhecida na freguesia pelo seu fervor religioso e que os pais das crianças falecidas que viviam longe da Igreja as depositassem na sua casa para obviar a uma maior despesa com o acompanhamento.

O ofício por alma, por vezes incensado, meio ofício para os menos favorecidos, é referência que surge desde o início nos assentos de óbitos. As missas e o anal de resposos completariam as obrigações mais imediatas para com os defuntos.

A acompanhar as missas dedicadas expressamente à salvação por alma do falecido, encontramos quase sempre *missas de tenção*, ou de intenção, como por vezes aparecem referidas. As *missas de tenção* tinham, segundo a tradição, não só o objectivo de sufragar a alma de familiares ou amigos já falecidos, mas também remir penitências mal cumpridas e especificamente as culpas relacionadas com prejuízos materiais causados a terceiros, em que se incluía o roubo. Referência a missas pelas almas do Purgatório encontramos pela primeira vez em 1740. As missas ao Anjo da Guarda e ao Santo do Nome tornam-se correntes na segunda metade do

século XVIII, mas também aparecem missas às Cinco Chagas, a S. João, a S. José, a St. António, a S. Miguel Arcanjo, a S. Nicolau, a S. Cipriano, a St. Amaro, a S. Bartolomeu, a S. Pedro de Alcântara, a S. Marcos, a S. Francisco, a S. Jerónimo e a Todos os Santos. As missas a Nossa Senhora são dirigidas especialmente à Senhora do Rosário, mas também à Senhora da Conceição, à Senhora do Carmo, à Senhora da Boa Morte, à Senhora da Boa Viagem, à Senhora das Dores e à Senhora da Piedade. Encontramos ainda missas a Sta. Ana, a Sta. Rita, a Sta. Bárbara e às 11.000 Virgens. As missas pelos defuntos seriam ditas nos altares da freguesia, segundo pensamos, mas não havendo na mesma altar privilegiado, em 1760 um testador deixou 100 missas no altar privilegiado do Convento de S. Francisco das Lajes. Posteriormente só em 1832 encontramos referência a uma missa no mesmo altar.

A partir de 1799 e durante o século seguinte, através dos róis de confessados, podemos acompanhar as prestações dos paroquianos no que respeita ao cumprimento dos preceitos quaresmais. Em cada ano o pároco fazia o seu relatório em que dava conta desse cumprimento, sendo comum não haver *relapsos*.

No entanto, em 1801 no referido relatório o pároco José Francisco da Terra e Oliveira informa que Manuel, criado do padre José Homem Cardoso, viera uma só vez confessar-se e, sendo reprovado pelo seu próprio amo na doutrina cristã, fugira e não aparecera mais nem mandara escrito, dizendo-se que estava na ilha do Faial. Informa ainda que não o *declarou* por não ter a idade que determina o direito para incorrer na excomunhão.

Ao longo do período que antecede o rol de 1823 quatro crianças de sete anos não receberam o sacramento da penitência, ficando *espaçadas por não saber doutrina*.

O relatório do ano de 1823 feito pelo Vigário José Francisco da Terra e Oliveira documenta bem o rigor com que era acompanhada a vida dos paroquianos ainda na terceira década do século XIX.

Diz-nos esse pároco que todos os seus paroquianos cumpriram os preceitos quaresmais à *excepção de António da Rosa, filho de Manuel da Rosa, homem*

*que foi já soldado. Quando veio com escrito de Desobriga era intempestivamente, este é bom homem; mas é tão bom que me tem ameaçado com a morte e também a seu pai (me dizem) e se este estivesse fora desta freguesia melhor seria para mim ou para aquele que a governar; como também esperei até ao presente por António Francisco, solteiro, oficial de ferreiro, suposto que me disse que se tinha confessado e comungado na sua freguesia de S. Mateus donde é natural, e em tempo, mas eu lhe disse que trouxesse escrito ou se havia de cá confessar; até aqui não apareceu; como também por Madalena do Rosário, mulher de Bento José que é freguesa desta paroquial; até hoje não apareceu, dizem que está por ser pejada vomita muito portanto não terá vindo; como também Manuel Leal de Ávila veio no tempo prescrito por Direito, não se confessou, não tornou mais; como também António de Ávila, solteiro, sobrinho de António de Ávila, que está ausente na ilha do Faial depois do rol feito e me dizem tem sentado praça de soldado. Com estes V. S. fará aquilo que é de Direito; e os menores satisfizeram o preceito da confissão segundo as suas capacidades, à excepção de Inês, filha de António José da Silveira e outras mais que andam espaçadas pela doutrina; com estes me havei até ao tempo determinado por Direito e depois, não satisfazendo, darei parte a V. S.*

Esse rigor surtia os seus efeitos e raramente alguém admoestado num ano deixava de cumprir nos anos seguintes.

Encontramos, no entanto, o caso de António Vieira Madruga a quem é apontada falta de cumprimento durante quatro anos, entre 1844 e 1847.

Em 1849 os párocos deixam de referir os nomes dos paroquianos que não haviam cumprido os preceitos quaresmais na sua Igreja, não tendo trazido escrito do seu cumprimento noutra paroquial. Nesse mesmo ano o Vigário José Cândido da Silveira Camacho refere que as almas contabilizadas na sua freguesia *cumpriram os preceitos quaresmais à excepção de nove, duas por desassissadas, umas por espaçada ou por motivo de doutrina ou exortações do pároco e outras, umas delas por se haverem ausentado para fora da ilha depois da feitura do rol e não terem apresentado bilhete de desobriga, e outras por não terem mesmo procurado satisfazer.*

O rigor do pároco Manuel Garcia da Rosa aparece explícito nos relatórios que acompanham os róis de confessados como é exemplo o de 1879

em que refere que onze paroquianos não cumpriram os preceitos, três por se ausentarem, quatro por viverem em escandalosa mancebia, três por indispostos e não obedecerem aos preceitos e direcção do confessor, um por não dar obediência na freguesia e não apresentar escrito de confissão e comunhão como lhe recomendou o pároco; sete crianças por ignorância da doutrina.

Numa ordem do Bispo da Diocese expressa numa participação oficial de 1 de Outubro de 1872, no que respeita à moralidade da freguesia pedia-se expressamente aos párocos informação do número de pessoas que haviam deixado de cumprir os preceitos quaresmais na Quaresma anterior, o número de pessoas falecidas sem sacramentos dentro de um ano, quantas viviam escandalosamente amancebadas, quantas crianças haviam sido expostas, quantas pessoas, *sem nomear seus nomes*, haviam desprezado escandalosamente os preceitos religiosos, não ouvindo missa, trabalhando nos dias santificados e não praticando actos de cristãos e ainda o número de homicídios, suicídios ou roubos sacrílegos.

Na resposta, dada em Novembro de 1872, o pároco Manuel Garcia da Rosa, no que respeita ao primeiro ponto, informa que sete pessoas deixaram de cumprir os preceitos pascais na última quaresma, sendo todas elas de confissão somente. Três pessoas haviam morrido sem o sacramento da Eucaristia por terem sido acometidas de ataques repentinos, recebendo contudo o da Extrema Unção. Indica que havia cinco indivíduos a viver com a concubina, em casa, e alguns deles criando filhos. Além destes haveria mais alguns, cujo número não podia fixar, assim livres como casados, que tinham relações ilícitas e tão frequentes que também davam escândalo na freguesia, resultando daí haver todos os anos quatro, cinco e seis baptismos de filhos naturais, tendo também sido expostas duas crianças. Informa ainda que ainda que se não pudesse dizer da existência de alguém na freguesia a desprezar formalmente os preceitos da santificação das festas, havia todavia alguma relaxação contra a qual se opunha por meios persuasivos, mas com muito pouco resultado. Nos domingos e dias santos encontravam-se muitas pessoas a fazer condução de géneros de consumo e tratando de negócios que, por não serem de primeira necessidade, não se achavam autorizados por lei alguma geral ou local. Notou que muitas pessoas enquanto se fazia o terço ou explicava o evangelho se

demoravam no adro à espera de ouvir a missa, com a qual só pretendiam cumprir o preceito da santificação das festas, não obstante ter-se-lhes advertido a obrigação de assistirem a todos os exercícios religiosos nesses dias. Em geral o povo teria ignorância da doutrina e descuido em aprendê-la, pois que, em lugar de concorrerem nas tardes dos Domingos e Dias Santos à Igreja, aonde se ensinava publicamente, grande número de crianças e adultos concorriam a essa hora a diferentes pontos da freguesia onde se armavam terreiros de jogo. Não regista homicídios, suicídios ou roubos sacrílegos, embora observe na freguesia a facilidade e hábito em furtar frutos dos campos e muito especialmente lenhas e matos.

#### 2.1.4. Festas religiosas. O caso da Irmandade do Espírito Santo

A crença particular no poder do Divino Espírito Santo como protector das comunidades em momentos de risco grave tem raízes muito antigas que na altura de crises vulcânicas se foram expressando em promessas de culto. As festas anuais em seu louvor, marcadas no Sábado, Domingo, Segunda e Terça feiras do Espírito Santo ou no Domingo da Trindade, foram sendo organizadas nas diferentes freguesias da ilha por Irmandades que se constituíram para o efeito, à margem da hierarquia eclesiástica e sob o olhar constrangido da mesma.

Poder-se-ão documentar diferentes momentos de colisão entre os defensores desse culto popular e alguns bispos ou alguns párocos, de forma generalizada ou pontual. No que respeita a S. João o momento mais difícil na defesa da autonomia da Irmandade parece ter-se dado na vigência do pároco Manuel Garcia da Rosa, sendo Bispo de Angra D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel. Numa disciplina que se queria mais rigorosa, foi determinada a passagem das insígnias do Divino Espírito Santo, coroa e ceptro, da sua Capela para a Igreja Paroquial e marcada a transferência para um Domingo de manhã, após a missa das oito horas solares. Domingo esse que supomos posterior à Páscoa de 1876. A freguesia vibrou. Era preciso, com uma oposição organizada, obstar a essa transferência. Foram tomadas então várias medidas. Sendo a capela do Espírito Santo usada para escola e tendo o pároco em seu poder a chave, foi montado um estratagemas para obter uma cópia dessa chave. *Maria de Manuel Homem*, filha de Manuel Homem Machado, que fazia serviços em casa do padre, tirou o molde com dois bocados moles de sabão e seu irmão Francisco, que era ferreiro, fez a chave. Mas para uma oposição eficaz não bastava a força. Era preciso colher o parecer de um advogado. Este vivia no outro lado da ilha, na vila de S. Roque, e havia-se chegado ao dia anterior ao programado para a mudança. Foi Manuel Silveira de Ávila Martins, irmão de Francisca Catarina, o Manuel do Saca, como era conhecido, que se disponibilizou para ir ao Norte pelo mato, subindo e descendo a serra, para colher as indicações do advogado. No entanto, não tendo levado consigo todos os elementos necessários, teve que voltar ao Norte, percorrendo num mesmo dia quatro vezes os cerca de 20 kms que separam, pelas

veredas do mato, S. João de S. Roque<sup>86</sup>. Apesar do enorme cansaço, ainda teve forças para abrir as portas da Capela do Espírito Santo antes da saída da missa e, apoiado pela freguesia, proferir um discurso consequente em defesa de uma Irmandade do Povo. A cartada estava ganha, mas Manuel do Saca, terá pago caro tanto esforço. Ficou febril e veio a falecer, como vimos, no mês de Outubro desse mesmo ano.

Na sequência desse episódio foram redigidos os estatutos da *Irmandade da coroa do Divino Espírito Santo, dados e selados* pelo Governador do Distrito da Horta, A. J. Vieira Santa Rita, em 18 de Julho de 1876.

Comportam esses estatutos 31 artigos em 5 títulos.

Depois de, no artº 1, se definir o nome da associação como *Irmandade da coroa do Divino Espírito Santo*, no artigo 2º lê-se que a mesma tem por fim *promover e tornar mais esplêndido o culto do Divino Espírito Santo, distribuir esmolas pelos pobres em dias determinados, conforme as suas forças económicas e subsidiar a sua Igreja Paroquial conforme as necessidades desta e as forças económicas da dita Irmandade o permitirem*.

O art.º 3º explicita que *o número de irmãos é ilimitado e que podem ser irmãos todos os indivíduos do sexo masculino, maiores ou emancipados, mulheres casadas com autorização dos seus maridos, viúvas e filhos menores com autorização de seus pais ou tutores, e que todos professem a Religião Católica*, sendo considerados no artigo 4º como irmãos fundadores os signatários do documento.

O art.º 5 refere que *todo o Irmão inscrito na Irmandade e domiciliado na freguesia de S. João, tem o direito de levar para sua casa a coroa do Divino Espírito Santo em uma das oito semanas que decorrem desde Domingo de Páscoa até ao Domingo da Trindade e naquela que a sorte designar. Para efeito deste artigo, explicita-se em parágrafo único, no Domingo de Pentecostes do ano antecedente se lançarão numa urna tantas esferas quantos os Irmãos pretendentes, e daí extrairá uma aquele que*

<sup>86</sup> Conta-se que, já próximo das casa, escolheu terras lavradas para correr mais rapidamente em direcção à Igreja, deixando lá as marcas do seu esforço.

*tiver devoção de conduzir a coroa para sua casa; e o número da esfera até ao número sete designará a semana em que lhe pertencer a coroa no ano seguinte; não podendo cada um conservar a coroa em sua casa para além da semana que a sorte designar, excepto se a maioria da Irmandade outra cousa decidir.*

Depois de se referir no art.º 6º que só os indivíduos do sexo masculino maiores ou emancipados residentes na freguesia, não devedores à Irmandade, tinham direito a voto, aponta no art.º 7º as obrigações dos Irmãos. Estes são obrigados em 1º lugar *a dar cinco dúzias de pães no dia do Império, ficando ao arbítrio do cabeça do pelouro chamar os Irmãos que forem convenientes para fazerem a despesa do jantar, mas de acordo com a mais Irmandade*, em 2º lugar *devem aceitar os cargos para que forem eleitos e as comissões de serviço da Irmandade para que forem nomeados pela mesa*, em 3º lugar *são finalmente obrigados a depositar na casa do Espírito Santo a coroa no fim da semana em que a tiverem em casa*.

Depois de serem explicitados nos artigos seguintes os trâmites eleitorais e as funções dos membros da Mesa eleita, no título 4º, art.º 21, indica-se *que são desde aquele momento propriedade da Irmandade a coroa do Divino Espírito Santo, as duas casas que servem e tem servido desde tempos imemoriais, as alfaias, e em geral tudo quanto ao tempo destes estatutos a devoção dos fiéis tiver ofertado àquela Divindade; e finalmente as oblatas que qualquer dos Irmãos ou outros devotos façam ao Divino Espírito Santo*.

No artigo 30º a Irmandade obriga-se a subsidiar o ensino primário da freguesia, quando careça desse auxílio, com os meios que couberem nas suas forças.

Identificando os 96 signatários dos estatutos da Irmandade da coroa do Divino Espírito Santo da freguesia de S. João, verificamos que 40% dos mesmos eram residentes na Companhia de Cima. Considerando que a Companhia de Cima contava apenas 35% da população da freguesia e que *as casas do Espírito Santo se localizavam na Companhia de Baixo*, facilmente se depreende da adesão particular das pessoas daquele lugar à Irmandade. Os signatários são principalmente homens casados ou viúvos e, se solteiros, quase sempre chefes de fogo, homens feitos, com uma



média de idades de 49 anos, mais de metade ultrapassando os 50, o que documenta a sedimentação na comunidade do culto ao *Divino Espírito Santo*.

**QUADRO XXVII**  
**Signatários dos Estatutos da Irmandade da Coroa do Divino Espírito Santo**  
**1876**

Nome	Residência	Idade	Profissão	Estado civil
* Antônio Alexandre Bettencourt	Companhia de Baixo	33	agricultor	casado
* Antônio Brum Ávila Ramos	Companhia de Baixo	43	pastor	casado
* Antônio de Brum Bettencourt	Companhia de Baixo	68	agricultor	casado
Antônio de Brum Matias	Companhia de Baixo	38	agricultor	casado
Antônio de Brum Xavier	Companhia de Baixo	37	marítimo	casado
Antônio Ferreira Vicente	Companhia de Cima	65	trabalhador	casado
Antônio Francisco da Silva	Companhia de Cima	45	trabalhador	casado
Antônio Francisco Nunes	Companhia de Cima	46	pastor	casado
* Antônio Garcia da Rosa	Companhia de Baixo	30	pastor	solteiro
* Antônio Goulart de Sousa Peixoto	Companhia de Baixo	35	agricultor	solteiro
Antônio Goulart Martins	Companhia de Cima	57	trabalhador	casado
* Antônio Homem de Macedo	Companhia de Baixo	67	agricultor	casado
Antônio Inácio Pereira	Companhia de Baixo	56	pastor	casado
Antônio José da Silva	Companhia de Cima	24	trabalhador	solteiro
* Antônio José da Silveira	Companhia de Baixo	64	pastor	casado
Antônio Rodrigues Sarmiento	Companhia de Cima	67	proprietário	solteiro
Antônio Silveira	Companhia de Cima	69	agricultor	casado
Antônio Silveira Bernardo	Companhia de Cima	49	pastor	casado
Antônio Silveira Bulcão	Companhia de Cima	55	agricultor	casado
Antônio Silveira Cardoso	Companhia de Baixo	74	agricultor	viúvo
Antônio Silveira Martins	Companhia de Baixo	69	pastor	viúvo
Antônio Silveira Peixoto	Companhia de Baixo	37	agricultor	casado
Antônio Vieira Bezerra	Companhia de Baixo	50	pastor	casado
* Francisco Cândido Pereira	Companhia de Baixo	37	negociante	casado
Francisco Goulart Martins	Companhia de Baixo	54	agricultor	casado
Francisco José de Ávila	Companhia de Cima	64	agricultor	casado
Francisco José de Sousa	Companhia de Baixo	43	agricultor	casado
Francisco José Gonçalves	Companhia de Cima	61	pedreiro	casado
Francisco Lourenço	Companhia de Cima	23	solteiro	
Francisco Silveira Martins	Companhia de Cima	33	agricultor	casado
Francisco Vieira Pimentel	Companhia de Baixo	44	agricultor	casado
João de Brum da Silveira	Companhia de Baixo	57	agricultor	casado
João Ferreira Goulart	Companhia de Cima	68	trabalhador	casado

João Francisco Goulart	Companhia de Cima	31	sapateiro	casado
João Garcia da Silveira	Companhia de Baixo	55	agricultor	solteiro
João Goulart Martins	Companhia de Cima	46	agricultor	casado
* João Leal Ferreira	Companhia de Cima	76		viúvo
* João Manuel	Companhia de Baixo	41	sapateiro	casado
João Pereira da Rosa	Companhia de Cima	22		solteiro
João Vieira	Companhia de Baixo	46	pastor	casado
João Vieira Maciel	Companhia de Baixo	30	pedreiro	casado
Joaquim Leal	Companhia de Cima	27	agricultor	casado
* José Antônio de Bem	Companhia de Baixo	67	lavrador	viúvo
José de Ávila	Companhia de Baixo	65	marítimo	casado
José de Brum	Companhia de Baixo	62	agricultor	casado
José Francisco Cardoso	Companhia de Baixo	56	agricultor	casado
José Francisco de Sousa	Companhia de Baixo	71	lavrador	viúvo
José Goulart	Companhia de Cima	23	agricultor	casado
José Goulart da Silveira	Companhia de Cima	28	agricultor	solteiro
José Homem Goulart	Companhia de Baixo	38	agricultor	solteiro
José Leal Ferreira	Companhia de Cima	70	lavrador	casado
José Pereira Furtado	Companhia de Baixo	58	agricultor	casado
* José Silveira de Ávila Martins	Companhia de Baixo	22	lavrador	casado
José Silveira Gonçalves	Companhia de Cima	65	agricultor	casado
José Vieira Maciel	Companhia de Baixo	65	pedreiro	casado
José Vieira Maciel Jr.	Companhia de Baixo	40	pedreiro	casado
José Vieira Teles	Companhia de Cima	45	agricultor	casado
* Manuel de Brum da Silveira	Companhia de Baixo	67	pastor	casado
Manuel da Fonte	Companhia de Baixo	59	pastor	casado
Manuel de Brum	Companhia de Baixo	47	agricultor	casado
* Manuel de Brum Bettencourt	Companhia de Baixo	52	pastor	casado
Manuel de Brum Garcia	Companhia de Baixo	34		solteiro
* Manuel Francisco Maciel	Companhia de Baixo	48	marítimo	solteiro
Manuel Francisco Martins	Companhia de Baixo	62	agricultor	viúvo
Manuel Francisco Nunes	Companhia de Cima	53	agricultor	casado
Manuel Francisco Tristão	Companhia de Baixo	72	agricultor	casado
Manuel Garcia da Rosa	Companhia de Cima	57	agricultor	casado
Manuel Goulart Alvernaz	Companhia de Cima	38	agricultor	casado
Manuel Goulart Bernardo	Companhia de Baixo	52	pedreiro	casado
Manuel Goulart da Silveira	Companhia de Cima	48	agricultor	casado
* Manuel Goulart de Sousa	Companhia de Baixo	32	sapateiro	casado
* Manuel Goulart Martins	Companhia de Cima	42	trabalhador	casado
Manuel Goulart Peixoto	Companhia de Cima	37	pedreiro	casado

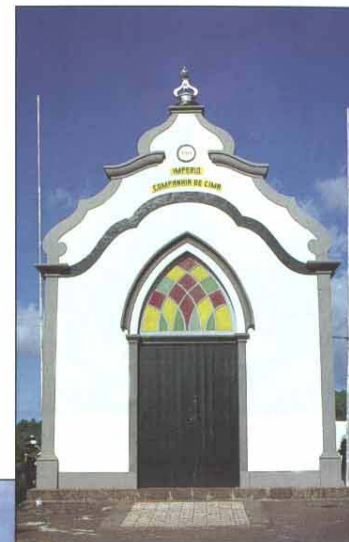
Manuel José Duarte	Companhia de Cima	48	agricultor	casado
Manuel José Furtado	Companhia de Baixo	55	agricultor	casado
Manuel José Furtado	Companhia de Cima	28	pastor	casado
Manuel José Madruga	Companhia de Baixo	58	agricultor	casado
* Manuel José Madruga	Companhia de Baixo	31	agricultor	casado
Manuel José Pereira	Companhia de Cima	58	lavrador	viúvo
Manuel José Pereira	Companhia de Cima	32	pastor	casado
Manuel Leal Cândido	Companhia de Cima	37	agricultor	solteiro
Manuel Peixoto	Companhia de Baixo	45	pastor	solteiro
Manuel Peixoto Jr.	Companhia de Cima	37	agricultor	casado
Manuel Rodrigues	Companhia de Baixo	40	agricultor	casado
* Manuel Silveira Ávila Martins	Companhia de Baixo	56	lavrador	casado
Manuel Silveira de Sousa	Companhia de Baixo	74	pastor	casado
Manuel Vieira Cardoso	Companhia de Baixo	44	lavrador	casado
Manuel Vieira Maciel	Companhia de Baixo	72	agricultor	casado
Manuel Vieira Maciel	Companhia de Baixo	25	agricultor	solteiro
Manuel Vieira Madruga	Companhia de Baixo	60	agricultor	casado
Manuel Vieira Teles	Companhia de Cima	52	agricultor	casado
Miguel Rodrigues	Companhia de Cima	58	trabalhador	casado
Pedro Silveira Pimentel	Companhia de Baixo	59	pastor	casado
Raimundo Rodrigues	Companhia de Baixo	51	marítimo	casado
* Teotónio Flávio da Silveira	Companhia de Baixo	58	lavrador	solteiro
* Venceslau Francisco Vieira de Bem	Companhia de Baixo	67	proprietário	solteiro

\* escreveram o seu próprio nome

As práticas sugeridas pelos estatutos de 1876 não foram significativamente alteradas até à década de 40 do século XX, à exceção do hábito das *Domingas*, ou seja o acolhimento durante uma semana, das oito que medeiam entre a Páscoa e a Trindade, da coroa do Espírito Santo na casa dos diferentes irmãos que a pretendiam acolher. Esse hábito perdeu-se em S. João, embora se mantenha em outras freguesias do Pico. A coroa é depositada na cada do *mordomo* desse ano apenas na semana anterior à festa, ocorrendo as pessoas para rezar o terço e entoar os alegres cânticos dessa quadra<sup>87</sup>. O *mordomo* é a pessoa que assume, por conta própria ou

<sup>87</sup> É costume no último dia do terço, na véspera da festa, o mordomo oferecer um biscoito de pão de ovos às pessoas que acorrerem.

Império do Espírito Santo  
Companhia de Cima



Império do Espírito Santo  
Companhia de Baixo



Isilda Madruga de Simas (ao centro) familiar a fim de Francisca Catarina no Adro da Igreja com açafate de Pão do Império (1994).



João de Brum Ávila Martins (neto de Francisca Catarina) e suas filhas esperam a Procissão de recolha do pão (1994).

por conta da Irmandade, os encargos da festa, o jantar para os irmãos, as esmolas para os pobres, os foguetes, as despesas com o padre, entre outras. A maior parte das vezes esses encargos são assumidos em cumprimento de promessas, mas pode acontecer que essa situação não se verifique e é então aos mesários que compete diligenciar para que se cumpra a tradição, nomeando um mordomo e usando os recursos da Irmandade ou solicitando a participação dos Irmãos mais favorecidos.

A partir da Páscoa ia-se fazendo em casa de cada irmão a preparação da festa do Divino Espírito Santo. Iam-se recolhendo os ovos da capoeira<sup>88</sup>, comprava-se depois a farinha de trigo, a manteiga e a noz moscada, para cozer as rosquilhas na altura própria. Num açafate de vimes, coberto por vezes com uma toalha branca rendada, eram arrumadas as rosquilhas artisticamente, formando as exteriores círculos em três andares acima do nível do açafate. Os andares prendiam-se entre si e as rosquilhas exteriores eram atadas com uma fita branca de nastro (preta se a casa estivesse de luto), enfeitando-se depois com flores naturais espetadas no pão. A filha mais velha da casa ou a jovem casada preparavam-se para levar à cabeça o açafate na procissão de recolha. Todas as filhas e filhos da casa aspiravam por um vestido novo, um fato novo ou uns sapatos novos a usar nesse dia especial.

Os homens preparavam a festa matando o boi ou os bois, dividindo as peças, umas mandadas para a cozinha do Espírito Santo, outras reservadas para as esmolas aos pobres na segunda feira seguinte.

Depreende-se dos estatutos de 1876, que *desde tempos imemoriais* existiria além da Capela com a coroa, uma construção destinada a cozinha. Lá se preparavam as sopas do Espírito Santo. Cozida a carne de boi em grandes caldeirões de ferro, com algum toucinho, folhas de couve, sal e temperos finos, o caldo resultante iria amolecer nos alguidares de barro os nacos de *pão d'água* sobre os quais se dispunha hortelã. O jantar dos Irmãos, depois da *missa do dia*, apenas para homens, consistia nas sopas do Espírito Santo que acompanhavam a carne cozida, tudo regado com bom vinho da terra. Pão de ovos completava a ementa. Até aos anos qua

<sup>88</sup> Eram metidos nas barricas do milho para se conservarem mais frescos.





Açafate de vime armado com Pão do Império (1994).



Chegada ao Adro da Igreja da Procissão de recolha do Pão do Império (1994)



Açafate com Pão dos Irmãos destinado ao jantar. A filha do mordomo segura a Coroa do Espírito Santo.

renta do século XX, os foliões, com faixas vermelhas à cintura, dançavam e cantavam enquanto traziam o vinho, as sopas e as travessas de carne aos irmãos que as aguardavam. Dada a abstinência de carne a que as magras economias domésticas obrigavam, o dia do Espírito Santo também era especial por permitir aos homens comer carne na medida do seu apetite. Embora as mulheres e as crianças não fossem admitidas no jantar, não deixavam de ter também um jantar melhorado embora pudesse ser apenas com o biscoito recebido na véspera, na novena da casa do mordomo.

Terminado o jantar seguia-se a procissão pela freguesia para recolha dos açafates de pão. A coroa do Espírito Santo conduzida pelo mordomo, entre quatro varas sustidas por outros tantos irmãos, precedida do estandarte, também entre varas, seguidos pelos músicos e pelo povo, ia-se estendendo com as filas de mulheres com os enfeitados açafates à cabeça que à procissão se iam incorporando à medida que a mesma passava no ponto do caminho mais próximo das suas casas. Chegada a procissão ao adro era benzido o pão pelo pároco e começava o arraial com a banda ou as bandas de música. No tempo considerado oportuno pelo presidente da

Irmandade, começava a distribuição de uma rosquilha ou de um pão, se fosse o caso, a todos e cada um dos participantes da festa, quer fossem ricos ou pobres, crianças de colo ou adultos. Era mesmo aceitável pedir pão para as pessoas da freguesia que tivessem impossibilidade de se deslocar ao império, mesmo que estivessem fora da ilha. O espaço de caminho em que se distribuía o pão era de algumas centenas de metros pelo que se transportava o pão até aos *marcos* em carros de bois, tendo-se o cuidado de isolar com varas os indivíduos que haviam já recebido pão daqueles que ainda aguardavam recebê-lo. Normalmente os pães dos açafates bastavam para toda a gente que viesse à festa, mesmo tardiamente, mas se o Presidente da Irmandade sentisse que havia risco de faltar pão no fim do dia dava ordem para fechar o império mais cedo, não sem ter contemplado todos os presentes no momento. *Arrebrantar o império* seria uma vergonha para a Irmandade.

À semelhança de outras freguesias com duas Irmandades, S. João em 1911 passou a ter dois impérios: o do Domingo, na Companhia de Baixo, cuja formação se perdeu na memória, e um novo império, *União e Caridade*, segundo se lia sobre o pórtico da Capela da Companhia de Cima, que realiza a festa à Terça Feira, seguindo moldes tradicionais.

A festa de S. João no seu dia 24 de Junho, conotada com os pastores, e a festa da Senhora do Rosário no primeiro Domingo de Outubro, conotada com os marítimos, eram as outras festas da freguesia, sucessivamente mais atractiva a última do que a primeira. O S. João era a festa do arroz doce. A Senhora do Rosário a festa em que se matavam carneiros.

A capela de Santo António que havia desempenhado uma importante função nos períodos perturbados que se seguiram ao vulcão de 1718, foi abandonada, figurando a imagem do santo num altar da Igreja<sup>89</sup>.

<sup>89</sup> O seu actual proprietário, João Humberto Cardoso, prepara o seu restauro.

## 2.2. Aspectos culturais

Os interesses culturais da freguesia estão bem patentes no número de edifícios com objectivos sócio-culturais que se ergueram, no impressionante número de bacharéis, licenciados e doutores que nela nasceram e podem ressaltar de qualquer conversa que o visitante se disponha a ter com *um velho* que encontre por acaso no caminho ou dos cânticos que poderá ouvir numa missa dominical a que assista.

### 2.2.1. O interesse pela música

É de admitir que as ocasiões de cultivar o gosto pela música existiram desde os primeiros tempos da história da freguesia. As *folgas*, mesmo antes da existência de edifícios adequados, *davam-se* nas salas das casas particulares, com convidados, embora só as casas maiores tivessem esse espaço apropriado tanto para a festa como para o funeral. Festa que podia ir desde a novena do Espírito Santo, à festa de casamento e à folga em período permitido, nas noites de inverno precedentes da Quaresma.

Ainda para os nascidos na década de 30 do século XX, fazia parte da herança cultural herdada dos mais velhos saber bailar a *chamarrita*. Jovens de ambos os sexos aprendiam a bailar com parentes e amigos, acompanhados por um tocador de viola, antes de se apresentarem à freguesia. Memórias desfocadas dos *bailes de conta* ou *bailes de roda*, do pézinho, da sapatéia, da tirana, ainda existiam no período, hoje recriadas com o rancho folclórico. Os bailes no edifício da Sociedade Voz do Campo, construção própria que substituiu nos anos cinquenta do século XX a casa alugada onde se bailava e se representava peças de teatro, atraíam os jovens e os menos jovens. O espaço dos homens, com os tocadores de viola, de violão e de guitarra, os cantores que acompanhavam os tocadores e aqueles que se dispunham a bailar opunha-se aos bancos em duas filas onde se sentavam as mulheres, na primeira fila as que bailavam, em segunda fila as mulheres da família mais idosas ou as crianças que ainda não bailavam. Cada homem *vinha buscar* uma mulher como par para o



meio da casa e quando o número de pares tinha atingido o número adequado ao espaço, o *mandador* dirigia os passos do baile, até ao *olé!* final que o dava por terminado. Sucedia-se um novo baile em que eram as mulheres que convidavam um outro homem, pedindo ao seu primeiro par que o solicitasse em seu nome. Pagar um primeiro convite era considerado uma obrigação, a não ser que se desejasse marcar desagrado para com o mesmo. A folga era ocasião dos jovens se encontrarem e manifestarem as suas inclinações amorosas, algumas vezes do interesse das famílias, outras vezes com preocupação para as mesmas. Ser um bom tocador, um bom mandante de chamarrita ou um bom cantor, não estava naturalmente ao alcance de todos. Algumas famílias distinguiam-se pelo seu bom ouvido para a música e era de elementos dessas famílias que se esperava a afinação adequada dos instrumentos a preceder o baile.

Vimos que alguns párocos de S. João, como João Pereira da Terra, ou Manuel Garcia da Rosa, tiveram especial cuidado em incluir a música nos actos religiosos, tendo outros sacerdotes nascidos na freguesia, como Manuel Bernardo Maciel ou Francisco Garcia da Rosa, se distinguido fora dela como músicos de renome.

A freguesia sonhava naturalmente em ter a sua própria Filarmónica que abrilhantasse as suas festas e rivalizasse em repertório e afinação com as outras bandas já existentes na ilha. Esse sonho concretizou-se em 1907, com o esforço local e a ajuda dos emigrantes de sucesso. José Vieira Cardoso, como fizera para os melhoramentos da Igreja, lançou no Brasil uma subscrição que permitiu a compra de parte importante do instrumental. O Mestre Baptista vinha de S. Mateus, 10 kms a pé, para ensinar música aos jovens que pretendiam integrar a banda.

Possuímos uma fotografia desses primeiros 18 músicos, do Mestre Baptista e do seu benemérito e primeiro Presidente, José Vieira Cardoso, primeira fotografia oficial da Filarmónica Recreio dos Pastores.



Filarmónica Recreio dos Pastores

Identificamos na fotografia da esquerda para a direita e de cima para baixo:

- 1- Manuel José Fontes, de alcunha o Barba Lisa, filho de Manuel José Pereira e de Clara Francisca, tinha 25 anos e era casado.
- 2- Manuel Silveira Madruga de Sousa, filho de Francisco José Madruga e de Maria de Brum, tinha 18 anos e era solteiro.
- 3- José Bernardo Maciel, filho de José Bernardo Maciel e de Maria de Jesus, tinha 26 anos e era solteiro.
- 4- João Manuel dos Santos Madruga, filho de João Manuel Madruga e de Maria dos Santos, tinha 29 anos e era solteiro.
- 5- Manuel Vieira Madruga, filho de João Vieira Madruga e de Maria Úrsula, tinha 19 anos e era solteiro.
- 6- Manuel Leal da Silva, marítimo, filho de António Leal e de Maria da Conceição, tinha 18 anos e era solteiro.
- 7- Mestre Baptista, residente em S. Mateus, que supomos originário do Continente.
- 8- Manuel Correia Bettencourt, de alcunha o Carauguinha, filho natural de Maria Josefa, tinha 24 anos e era casado.
- 9- Manuel Silveira Madruga, filho de João Manuel Madruga e de Maria dos Santos, tinha 30 anos e era solteiro.
- 10- Manuel de Brum Bettencourt, de alcunha o Aljarós, filho de Manuel de Brum Bettencourt e de Maria Quitéria, tinha 33 anos e era solteiro.
- 11- Manuel José dos Santos, filho de Manuel José dos Santos e de Maria Bernarda, tinha 15 anos.
- 12- Manuel Garcia da Rosa, filho de João Garcia da Rosa e de Maria Josefa, tinha 32 anos e era casado.
- 13- Manuel de Brum Ávila Martins, filho de Manuel de Brum da Silveira e de Francisca Catarina, figura central do nosso trabalho, tinha 23 anos e era solteiro.
- 14- José Vieira Cardoso Peixoto, o benemérito Presidente, era filho de Manuel Peixoto e de Maria de Jesus, tinha 49 anos e era solteiro.
- 15- António de Brum Bettencourt, de alcunha o Casadinho, filho de António de Brum Bettencourt e de Maria da Conceição, tinha 15 anos.
- 16- João de Brum Bettencourt, de alcunha o Solteirinho, irmão do anterior, tinha 12 anos.
- 17- Manuel Francisco de Simas, filho de Manuel Francisco de Simas e de Maria Helena, tinha 9 anos.
- 18- Manuel de Brum Bettencourt, de alcunha o Saramago, filho de João de Brum Bettencourt e de Maria da Silva, tinha 10 anos.

19- Isauro Vieira da Silveira, o Caçoilha de alcunha, filho de José Vieira da Silva e de Úrsula Antónia, tinha 12 anos.

20- António Garcia da Rosa, o Toita, de alcunha, filho de João Garcia da Rosa e de Maria Josefa, tinha 20 anos e era solteiro.

Depois dessa véspera de S. João de 1907 a Filarmónica Recreio dos Pastores conheceu bons momentos e outros menos bons, logrou construir a sua casa, a *Casa da Música*, agora melhorada, cativando jovens para a música.

Em S. João, além da música, o teatro conheceu (e conhece) também bons momentos. Antes de se constituir a Sociedade Voz do Campo, com espaço apropriado para as *folgas*, para o teatro, acolhendo mesmo mais tarde *fitas* de cinema, representava-se em lojas de particulares, incluindo a do *passal*, lojas com maior capacidade para montar um palco e acolher espectadores.

A memória colectiva não recua muito sobre a prática teatral, mas sabemos que dos anos vinte a quarenta do século XX ela era particularmente activa, com actores locais que granjearam fama<sup>90</sup>.

### 2.2.2. O acesso à leitura e à escrita

A situação, pouco comum em meios rurais, em que indivíduos nascidos antes de 1920 sabem, na generalidade, ler e escrever, pode conotar-se com a Escola, criada em S. João para o sexo masculino em 1867, por Decreto de 9 de Julho, e cerca de vinte anos mais tarde, para o sexo feminino. Só sendo a frequência à escola obrigatória a partir do início da década de 1930, o acesso à leitura e à escrita por parte de gerações não abrangidas por essa obrigatoriedade reflecte a apetência cultural da freguesia.

<sup>90</sup> Um neto de Francisca Catarina, João de Brum Ávila Martins, foi um desses actores, entre outros.

Como documentámos com os ascendentes de Francisca Catarina, desde pelo menos os inícios do século XVIII, que a prática da escrita não estava arredada da paróquia. Admitimos que a prática da leitura acompanhasse a da escrita ou, mesmo, que alguns leitores não escrevessem, como se irá verificar para 1890. No seio das famílias ou no enquadramento vicinal se transmitiriam os conhecimentos, apesar das dificuldades em eximir, de crianças, de adolescentes e até de adultos, algumas horas do duro trabalho diário para aprendizagem da leitura e/ou da escrita, ou subtrair essas horas a um descanso merecido.

Podemos ver a evolução do acesso à leitura e à escrita através da informação colhida nos recenseamentos gerais, considerando, em aproximação, os residentes de 9 e mais anos, por sexos<sup>91</sup>, dentro do período em análise, a que anexámos, para efeitos comparativos, a evolução para o ano de 1950.

**QUADRO XXVIII**  
**Acesso à leitura e à escrita**  
**(Informação censitária)**

Ano	Pop. Mas. >8 anos	Pop. Fem. >8 anos	Analfabetos				Sabem ler e escrever*			
			Mas.		Fem.		Mas.		Fem.	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1890	386	658	279	72	508	77	99	26	116	18
1911	323	481	176	54	288	60	147	46	193	40
1920	306	429	124	41	213	50	182	59	216	50
1930	306	335	114	37	133	40	192	63	202	60
1940	302	342	104	34	121	35	198	66	221	65
1950	335	372	36	11	64	17	299	89	308	83

\* Para 1890 além daqueles que sabiam ler e escrever existiram 8 homens e 34 mulheres que apenas sabiam ler, não contabilizados nos analfabetos.

<sup>91</sup>Para o cálculo dos residentes com 9 ou mais anos foram estimados os residentes dos 0 aos 8 anos, tendo em conta, para os residentes dos 5 aos 8, a média por cada ano de idade desse grupo etário.

Considerando a situação de 1950, poderíamos encontrar apenas 14% da população sem acesso à leitura e escrita, com vantagem para o sexo masculino. Considerando que os indivíduos de 70 e mais anos representavam só por si 17% da população, facilmente se depreende da adesão da comunidade à Escola nos períodos em que a frequência não era obrigatória.

Interessante verificar que para 1890 alguns indivíduos que não escreviam sabiam ler, com relevo para as mulheres. A estas, na sua condição feminina, não lhes seriam solicitadas assinaturas, mas a leitura de romances ou de textos religiosos não lhes estaria interdita.

Para essa adesão à leitura e à escrita certamente contribuiu a acção dos professores da escola oficial, mas também das escolas da noite frequentadas por adultos, umas e outras sem edifício próprio, alugando-se para o efeito salas das casas de maiores dimensões.

O primeiro professor oficial de que há referência numa lista dos professores do distrito, após 1867, foi Francisco Cândido Augusto de Sousa, a título temporário. Ainda como professor interino encontramos Venceslau da Fonseca Branco, já anteriormente referido, natural de S. Mateus, filho de Maria Tomázia, solteira, que já baptizou um filho em S. João em 1879. A partir de 20 de Janeiro de 1885 o professor Venceslau seria nomeado vitalício, falecendo nesta freguesia no primeiro de Janeiro de 1922, aos 66 anos.

No entanto, ainda em vida de Venceslau da Fonseca Branco, em 1919, veio leccionar para S. João um jovem professor da freguesia da Feteira, da Ilha do Faial, José Francisco Fialho, filho de Serafim Francisco Fialho e de Maria da Glória de Freitas, que casaria na freguesia em 1924 com Margarida da Silva Bettencourt, filha de João de Brum Bettencourt (Saramago) e Maria da Silva, saindo dois anos depois da freguesia.

João Maria de Castro foi um professor pouco esforçado. Era natural das Lajes, filho de Manuel Joaquim de Azevedo e Castro e de Maria Palmira Bettencourt. Casou em S. João em 1907 e aqui morreu em 1966, com 85 anos de idade.

Professor notável foi João Pereira Maciel, filho de João Maciel, moleiro e também baleeiro, e de Carlota Cândida Pereira, casados em Novembro de 1896. Nasceria no Faial onde os pais então se encontravam.

Chegou a funcionar em S. João uma escola móvel à responsabilidade do professor Manuel José dos Santos, nascido em Maio de 1892, que encontramos como músico na Filarmónica Recreio dos Pastores, casado que foi em Setembro de 1916 com Maria do Espírito Santo Simas.

Escolas da noite funcionando com professores não diplomados, uma na zona do porto, na Companhia de Baixo, orientada por Manuel Francisco de Simas, que referimos anteriormente como escrivão, sogro do professor Manuel José dos Santos, e outra funcionada na Companhia de Cima, à responsabilidade de Manuel Pereira, contribuía também para um alargamento da aprendizagem masculina.

A primeira professora de que temos notícia por documentação do Governo Civil da Horta foi Maria Emília de Oliveira Simas, nomeada em 20 de Março de 1889. Como professora de meninas foi também retido o nome de Cecília Cunha, cuja origem desconhecemos.

Maria das Dores Madruga, filha de Manuel Alexandre Madruga e de Maria Rita de Brum, atrás referida, nascida em Março de 1863, foi professora de sucessivas gerações femininas, preparando-as com sucesso para os exames finais de quarta e, nalguns casos, de quinta classe.

Clotilde Pereira, nascida em Dezembro de 1889, uma das três filhas professoras de Francisco Cândido Pereira, chegou a leccionar por algum tempo em S. João, ausentando-se depois para a freguesia da Candelária.

Depois de algumas passagens de professoras eventuais, veio do Faial já no início da década de 1940 a professora efectiva Mariana Luísa de Conceição, que viria a ser responsável pela aprendizagem escolar feminina durante as décadas seguintes.

Através dos censos temos uma perspectiva do sucesso da aprendizagem escolar da leitura e da escrita na freguesia. Em período anterior, para 1876, temos possibilidade, explorando as assinaturas dos Irmãos da Irmandade da coroa do Divino Espírito Santo, em fazer uma aproximação ao problema do acesso à escrita por parte de indivíduos do sexo masculino, altura em que os efeitos da escola oficial só se faziam sentir entre os muito jovens.

Na amostra considerada, o número de assinantes é em percentagem inferior à percentagem de indivíduos que sabem ler e escrever em 1890, altura em que a Escola já teria efeitos, apesar de serem os indivíduos

melhor posicionados socialmente os signatários dos estatutos. De facto, das 96 assinaturas, apenas 21 não foram de cruz, o que dá uma percentagem de 22% de assinantes, alguns com traços inábeis, outros com letra elegante.

Para alguns assinantes facilmente se compreende a necessidade ou oportunidade da aprendizagem da leitura e da escrita. É o caso de Francisco Cândido Pereira, negociante, natural de Angra, da ilha Terceira. Os seus traços denotam prática de escrita.



Venceslau Francisco Vicira de Bem, o Alferes, como era conhecido, teria tido condições de aprendizagem. Apresenta uma escrita personalizada, embora denotando os seus 67 anos de idade.



Sobre Teotónio Flávio da Silveira, tio paterno de Francisca Catarina, emigrante retornado que viria a ser regedor, não sabemos se a aprendizagem se processaria antes da sua saída ou no próprio país de acolhimento. Admitimos que tenha aprendido a ler e escrever em S. João antes de emigrar, tanto mais que os seus traços se assemelham aos do seu irmão, Manuel Silveira Ávila Martins, que mostra, no entanto, menor destreza.

*Theotonio Flavio da Silveira*

*Manuel Silveira de Ávila Martins*

Admitimos que pelos traços mais elegantes do filho de Manuel Silveira Ávila Martins, José Silveira de Ávila Martins, este tenha tido uma aprendizagem fora da família, possivelmente já com Francisco Cândido Augusto de Sousa, o primeiro professor oficial conhecido.

*José Silveira de Ávila Martins*

*António Goulart de Sousa Peixoto*

Outra assinatura que evidencia destreza é a de António Goulart de Sousa Peixoto, solteiro, com ausências da freguesia.

José António de Bem, evidencia também destreza e elegância na sua assinatura, apesar dos seus 67 anos.

*José António de Bem*

António Alexandre de Bettencourt apresenta uma escrita bastante regular.

*António Alexandre de Bettencourt*

Outras assinaturas são mais ou menos dexas.

*Manuel de Brum Bettencourt*

(Manuel de Brum Bettencourt)

*Manuel José Madruga*

(Manuel José Madruga)

*Manuel Goulart de Sousa*

(Manuel Goulart de Sousa)

*João Leal Ferreira*

(João Leal Ferreira)

*Manuel Goulart Martins*

(Manuel Goulart Martins)

*Manuel Francisco Maciel*

(Manuel Francisco Maciel)

*António Homem de Macedo*

(António Homem de Macedo)



*Antônio de Brum Bettencourt*

(António de Brum Bettencourt)

*Antônio Garcia da Rosa*

(António Garcia da Rosa)

*Manuel de Brum da Silveira*

(Manuel de Brum da Silveira)

*João Manoel*

(João Manuel)

*Antônio de Brum Ávila Ramos*

(António de Brum Ávila Ramos)

*Antônio José da Silveira*

(António José da Silveira)

### 2.3. Espírito de comunidade e alcunhas

As memórias retidas pelos nossos informantes nascidos nas duas primeiras décadas do século XX, reflectem um espírito de comunidade que se foi alterando para as gerações mais recentes. Memórias capazes de identificar a evolução da apropriação dos espaços da freguesia desde as barrocas do mar aos limites da serra, desde as mais limitadas courelas, acompanhando as histórias de vida de cada residente em espaço secular, com incursões conseguidas no espaço bissecular, são património perecível que a documentação escrita não substitui e os jovens hoje não reproduzem. A inserção na vida e na sociedade para essas gerações passava já pela Escola, mas mantinha todos os enquadramentos tradicionais: Família, Vizinhaça, Igreja e Adro, *Boca da Canada*, *Folga*, Teatro. O convívio intergeracional e a transmissão de conhecimentos era propiciado pelos serões em família e entre vizinhos, pelas festas de casamento ou pelos funerais, pela matança do porco, pela inserção gradativa no trabalho, pela obrigação sentida pelos mais velhos de responder à curiosidade dos mais novos, familiares ou não.

Pertencer e inserir-se numa comunidade paroquial tradicional, como era há bem pouco a de S. João, significaria situar-se num espaço físico e humano conhecidos, sem o desconforto resultante do desconhecimento das linhas de força que condicionam as vivências diárias, sem a necessidade permanente de tomar opções, sem a angústia de ligações mais ou menos problemáticas ao sobrenatural. Horizontes definidos demasiado limitativos para os sonhos juvenis, mas onde os menos jovens poderiam repousar das longas caminhadas.

Enquanto a importância a dar aos espaços e às gentes se compromete na dispersão do mundo que hoje se vive, na comunidade paroquial que foi a dos nossos informantes, a atenção de cada um podia cobrir esse espaço definido entre dois *mistérios* e aprofundar o conhecimento do *outro*, não dissociando a pertença a uma família (à *gente de*) e a personalidade afirmada.

As ligações familiares e a personalidade afirmada conduziam à identificação do indivíduo de uma forma imediata, sem confusão de homónimos, confusão que se poderia verificar para os nomes constantes dos regis-

tos religiosos e civis. As alcunhas familiares que podiam ser transmitidas ao longo de gerações, encontravam renovação pela afirmação individual<sup>92</sup>.

Servindo-nos da prodigiosa memória dos nossos informantes<sup>93</sup>, podemos dar algum testemunho desse interessante património cultural constituído pelas alcunhas. Para o ano de 1884 percorremos a nossa lista de habitantes da freguesia fazendo a colheita ainda hoje possível de apelativos que a ruptura actual do diálogo entre gerações e a escola institucional fazem esquecer.

Para essa lista identificámos 103 alcunhas atribuídas a homens e 26 a mulheres, muitas delas depois com aplicação aos familiares dos dois sexos, privilegiando a memória oral os casos do lugar da Companhia de Baixo e esquecendo mais os da Companhia de Cima.

Nesse ano de 1884, pela ordem de residência, na Companhia de Cima, entre os homens, encontramos as alcunhas de Anil, Cánita, Barba Lisa, Sassola, Roupa Suja, Teixeira, Pracá, Tacão, Zambra, Caldeirão, Tostão, Manganão, dos Queijos, Salgadinho, Retorcido, Balseiro, Cadeirudo, Pinga, Barrela, Riqueza, Fevereiro, Fome Negra, Retelha, Maravilha e Papia.

Entre as mulheres do mesmo lugar da Companhia de Cima encontramos as alcunhas de Gaga, Rainha, Monica e Bicha.

Na Companhia de Baixo encontramos para os homens as alcunhas de Tatixa, Cagão<sup>94</sup>, Doeira, Burro, Pichelinga, Sabina, Gato, Babão, Pai do Céu, Cad'el-rei<sup>95</sup>, Magano, Prezado, Prezadinho, Fandongo, Rapiilha, Tarrita, Maié, Albarca, Charuto, Nabo, Fiadeiro da Cova, Graciosa,

<sup>92</sup> Interessante o caso referido de dois irmãos identificados na fotografia da Filarmónica Recreio dos Pastores de 1907 em que um teve a alcunha de Solteirinho e outro de Casadinho, alcunhas de referência das respectivas famílias, pelo facto da mãe de ambos se referir ao filho que casara cedo como *meu filho casadinho* e ao filho que ainda permanecia solteiro (viria a casar mais tarde) como *meu filho solteirinho*.

<sup>93</sup> Referimo-nos especialmente a Isilda Madruga de Simas.

<sup>94</sup> Inventava muitas mentiras.

<sup>95</sup> Era considerado um homem mau

Charrinho, Satão, Velhaco, Carcereiro, Tixona, Roqueló, Surrefaça, Boi Velho, Fuderico, Lagido, Surra, Carroça, Laranja, Figo Preto, Saramago, Palheta, Langanha, Nócão, Bigorna, Cancelão, Patameiro, Rei, Guerra<sup>96</sup>, Baginha, Albarca, Carauguinha, Poinão, Coelho, Pá de Rata, Sorumbático, Ganhada, Queimado, Pidão, Bé, Engenheiro, Maço, Blandrau, Penique, Buzil, Bispota, Pirata, Malaguito, Carreta, Aljaroz, Pata, Saca, Faia, Feijão, Marraquinha, Corêca, Chorão, Pinto, Vianina, Ricalho, Mamão, Lancha e Buzicaco.

Para as mulheres da Companhia de Baixa as alcunhas recordadas são de Machinho, Morte, Pancha, Panchinha, Bareja, Fenitó, Retranca, Penetra, Macaca, Crista<sup>97</sup>, Buzica, Sampaia, Sota de Pau, Sota, Pandulha, Bispa, Bengala, Bucha, Boleta, Anicão, Sassá e Cornina.

A prática de atribuição de alcunhas prolonga-se ainda pelas primeiras décadas do século XX, extinguindo-se lentamente pela importância crescente do nome escrito nos bancos da escola mas também porque o espírito de comunidade se foi alterando.

<sup>96</sup> Os irmãos discutiam tão alto que se ouvia a enorme distância.

<sup>97</sup> Usava um lenço vermelho na cabeça.

### Nota Final

A História de uma Comunidade não se completa nem se sintetiza, não só porque se escreve dia a dia, mas também pela riqueza e volume de informação que se encontra disponível em cada momento e que o investigador não consegue abranger. Que nos perdoem os filhos de S. João pela nossa incapacidade de passar para papel tudo aquilo que deveria ter sido escrito sobre o espaço onde nasceram, um espaço de trabalho e sonho entre dois *mistérios*.

### Bibliografia

AMARO das NEVES, António, "História das Populações: balanço e perspectivas", *2º Congresso Histórico de Guimarães, História Local II, Vol. 7, População e sociedade. Evolução de comportamentos (séculos XVI a XX)*, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 661-674.

AMORIM; Maria Norberta, "S. Pedro de Poiães de 1561 a 1830", *Brigantia*, Bragança, 1984.

AMORIM; Maria Norberta, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo demográfico*, Lisboa, INIC, 1987.

AMORIM, Maria Norberta, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Universidade do Minho, Braga, 1992.

AMORIM, Maria Norberta, *Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações. Um projecto interdisciplinar*, Universidade do Minho, 1995.

AMORIM, Maria Norberta, "A diversidade de Comportamentos demográficos no Portugal de Antigo Regime", *População e Sociedade*, 1997.

AMORIM, Maria Norberta, "O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial", *Ler História*, nº 36, 1999, pp. 9-43.

AMORIM; Maria Norberta, "Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade do comportamento no Baixo Minho (1680-1980)", *Boletim da ADEH*, XVI-I, 1998, pp. 55-78.

AMORIM; Maria Norberta e MESQUITA, Maria Hermínia, "Uma perspectiva da população açoriana no século XVIII", sep. de *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Núcleo Cultural da Horta, 1997.

ÁVILA, Ermelindo Machado, "A Ilha do Pico. Crises Económicas", in *Os Açores e as dinâmicas do Atlântico do Descobrimento à Segunda Guerra Mundial*, Angra, 1989.

BAGANHA, Maria Ioannis B., "Uma Imagem desfocada da emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração", in EIRAS ROEL, \* (coord.), *Emigración española y portuguesa a America (Actas del II Congreso de la ADEH, Alicante, Abril de 1990, Vol.I)*, Alicante, 1991, pp. 161-175.

DIAS de MELO, *Vida vivida em terras de baleeiros*, Angra do Heroísmo, s/d.

DUPÂQUIER, Jacques, "Demografia Histórica e História Social", in Maria Luíza Marcílio (Org.), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 25-46.

FARIA, Inês, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*, Guimarães, NEPS, 1998.

FAUVE-CHAMOUX, Antoinette, "Famille et menage en France au XVIIIe siècle", in Le Roy Ladurie, *Les paysans de Languedoc*, Paris, 1969, pp. 79-97.

FESTY, Patrick, *La fécondité des pays occidentaux de 1870 a 1970*, P.U.F., 1979.

FLANDRIN, Jean-Louis, *Origines de la familia moderna*, Barcelona, Ed. Critica, 1979.

FLEURY, M. e HENRY, L., *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, INED, 1865.

FLINN, Michael, *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989.

FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1963.

LIVI-BACCI, Massimo, *Ensayo sobre la historia demográfica europea*, Barcelona, Ariel, 1987.

MACEDO, António, *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*, Vol. III, D.R.C., Angra do Heroísmo, 1981.

MADEIRA, Artur António Boavida, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997, policopiado.

MADRUGA, Manuel Alexandre, "A freguesia de S. João Baptista da Ilha do Pico na tradição oral dos seus habitantes", sep. Do Vol. I, nº2, *Boletim Cultural da Horta*, 1957.

MAGALHÃES, Justino, *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a História da Alfabetização em Portugal*, Braga, Instituto de Educação, Universidade do Minho, 1994.

MENESES, Avelino de Freitas de, "A insuficiência frumentária do Faial-Pico em meados do século XVIII", in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural, 1995.

MENESES, Avelino de Freitas de, *Gentes dos Açores- o número e a mobilidade em meados do século XVIII*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997, policopiado.

MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores na encruzilhada de Setecentos (1740-1770)*, Vol II-*Economia*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1995.

MESQUITA, Maria Hermínia Morais, *Evolução Demográfica na Criação Velha. Paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, Direcção Regional da Cultura, 1998.

NAZAREH, Manuel, *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1979.

OLIVEIRA, Carlos Prada, "A importância da documentação eclesiástica para o estudo da História Local", 2º Congresso Histórico de Guimarães, *História Local II, Vol. 7, População e sociedade. Evolução de comportamentos (séculos XVI a XX)*, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 613-618.

OLIVEIRA, António, "Da História das Pátrias à História Local", 2º Congresso Histórico de Guimarães, *História Local II, Vol. 7, População e sociedade. Evolução de comportamentos (séculos XVI a XX)*, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 649-660.

PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao Presente ( Actas do III Congresso da ADEH, Braga-Guimarães, 1993)*, Vol.3, Porto, Edições Afrontamento, 1996.

PIAZZA, Walter, A epopéia açórico-madeirense; 1747-1756, UFSC/ Editora Lunardelli, Santa Catarina, 1992.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade. Permanência.Diversidade*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1991.

ROWLAND, Robert, *População, Família, Sociedade. Portugal, Séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, dissertação de doutoramento, Instituto Universitário Europeu, 1998, policopiada.

## ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO .....	5
2 - FONTES E METODOLOGIAS .....	6
3 - AGRADECIMENTOS .....	13

### LIVRO I

<b>Francisca Catarina (Reinvenção de uma História de Vida)</b> .....	15
1 - S. João. Um palmo de terra entre dois mistérios .....	17
2 - Menina e Moça e a Casa à beira do mar .....	23
3 - Francisca Catarina - Uma mulher como outra qualquer.....	33
4 - Cavacas - as portas do Paraíso.....	43
5 - As três laudas de um sino.....	51

### LIVRO II

<b>Francisca Catarina (Raízes)</b> .....	55
Ascendentes conhecidos de F.C.....	57
1 - Oitava geração ascendente.....	60
2 - Sétima geração ascendente .....	65
3 - Sexta geração ascendente.....	73
4 - Quinta geração ascendente.....	95
5 - Quarta geração ascendente.....	117
6 - Terceira geração ascendente.....	135
7 - Segunda geração ascendente.....	147
8 - Primeira geração ascendente.....	153
<b>A Freguesia</b> .....	157
1 - População e Sociedade	
1.1. - Antes de 1720.....	162
1.1.1. - Organização do espaço.....	162
1.1.2. - Indicadores demográficos.....	166
1.1.3. - Índícios de uma sociedade diferenciada.....	170
1.1.4. - A crise vulcânica.....	172



1.2. - De 1720 a 1819 .....	180
1.2.1. - A reorganização do espaço .....	180
1.2.2. - Hesitações de crescimento.....	185
1.2.3. - Estado da população em 1799 e em 1819.....	192
1.2.4. - Um quadro social na transição do século.....	197
1.3. - De 1820 a 1849 .....	203
1.3.1. - Caminho, Canadas e Travessas - a expansão desigual do povoamento .....	203
1.3.2. - Crescimento da população.....	206
1.3.3. - Uma perspectiva da sociedade no segundo quartel do século XIX.....	211
1.4.1. - De 1850 a 1939 .....	242
1.4.2. - Caminho novo e casas fechadas .....	243
1.4.3. - A emigração e os seus efeitos nos comportamentos demográficos do período .....	247
1.4.4. - A estrutura das famílias no último quartel do século XIX .....	272
1.4.5. - Dados sobre produções e consumos.....	274
4.5. - Um quadro social em 1884 .....	289
2 - Religiosidade e interesses culturais .....	311
2.1. - Alguns dados sobre a vida religiosa.....	311
2.1.1. - Os melhoramentos dos espaços sagrados.....	312
2.1.2. - Clero referido à freguesia .....	315
2.1.3. - Alguns dados sobre a relação Comunidade - Clero.	325
2.1.4. - Festas religiosas. O caso da Irmandade do Espírito Santo.....	331
2.2. - Aspectos culturais.....	343
2.2.1. - O interesse pela música .....	343
2.2.2. - O acesso à leitura e à escrita .....	347
2.3. - Espírito da comunidade e alcunhas.....	355
NOTA FINAL .....	358
BIBLIOGRAFIA .....	359